

BIBLIOTECA POPULAR BRASILEIRA

XXXI

TOBIAS BARRETO

ESTUDOS DE SOCIOLOGIA



INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

1962

ACERVO
Des. LUIZ MARINHO
DOAÇÃO EM 2006

NAO PODE SAIR
DA BIBLIOTECA

ESTUDOS DE SOCIOLOGIA

MADEIRA 1912
BIBLIOTECA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO

BIBLIOTECA POPULAR BRASILEIRA

XXXI

TÓBIAS BARRETO

ESTUDOS DE SOCIOLOGIA



INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
RIO DE JANEIRO

1962

 UFPE/CCJ - BIBLIOTECA FDR A

U. F. Pe.	
FAC. DE DIREITO	
BIBLIOTECA	
084	1.1.11

AE 306867

EX. 8633387

NP. 110008461

31101 / 11

EXPLICAÇÃO DA PRESENTE EDIÇÃO

Contém alguns capítulos tomados aos vários volumes das «Obras Completas de Tobias Barreto», edição do Estado de Sergipe, 1925-1926. Atualizou-se a grafia e foram eliminadas as crases indevidamente indicadas a cada passo. As notas da edição que nos serviu de original foram novamente ordenadas numéricamente por capítulo, e as desta edição, indicadas por asteriscos.

SÔBRE UM ESCRITO DE A. HERCULANO ¹

A notícia de haver reaparecido, na cena literária, o celebrado autor da *História de Portugal*, devia naturalmente fazer vibrar a fibra da geral curiosidade.

O inesperado da cousa, o arredamento no qual o digno escritor, há alguns anos, tem estado das lidas e afãs da vida pública, o renome que o circunda, e junto a isto, se não acima disto, a carência de idéias frescas, a escassez, em que vivemos de livros portugêses, mais legíveis e menos importunos do que os de costume, são circunstâncias capazes de explicar o movimento causado pela nova produção do Sr. Herculano.

Capazes de *explicar*, e não de *justificar*, foi o que eu disse. Compreendo a fôrça dos motivos que possam influir sôbre os jovens literatos e amadores, para de pronto acenderem o turíbulo, em honra de seu velho ídolo. Ainda compreendo que a nossa ignorância do actual estado das questões, como elas se discutem, ou já se acham decididas na região dos espíritos cultos e elevados, nos dê um certo direito de pasmar e exagerar o mérito daquilo que se nos diz ser produto de um homem competente.

Não assim porém o despropósito, com que se crê pagar tributos de admiração ao escritor festejado, proclamando o seu escrito a última palavra que dizer se possa, neste ou naquele assunto; bem como, — o que

1. Opúsculos. Questões públicas, 1873.

é pior, — julgando de antemão e *a priori* belezas e primores de um livro, que não se leu. É de feito o que entre nós acontece quase sempre, com as obras recém-nascidas de autores portugueses.

Ainda os volumes *estão na alfândega*; o comércio bibliopólico ainda não abriu a fatura de sua nova mercadoria, e já troam, por tôda a parte, as bombas encomiásticas da obra gigantesca! Não é que os parvos cultores e aproveitadores dos menores *rebotalhos* das letras lusitanas tomem a pena de vir em público dar conta de suas impressões. Nenhum dêles sente-se obrigado a pôr em relêvo pelos meios regulares de uma crítica séria, a grandeza escritorial dos seus prediletos.

É um negócio das ruas, dos cafés, das livrarias, onde os moços beletistas mutuamente se interpelam, sobre a tal novidade literária e lavram, como inspirados juizes, sem mais indagação, a sentença approbatória de tudo que o livro encerra. Não sei como se deva qualificar tamanha levandade; o certo é que ela muito contribui para o estado de miséria intelectual, que nos deprime.

Eu já o disse uma vez: — pelo que toca ao alto domínio das idéias, nós fazemos o que fazem os mendigos: sòmente consumimos; nada produzimos. E não é uma grande prova desta indigência o *bon appétit*, com que roemos qualquer pedaço de pão velho, que porventura nos atire a escassa compaixão dos letrados portugueses?

O Sr. Alexandre Herculano tem sobejas razões para apertar-nos a mão, e confessar-se nosso amigo. Nenhum outro escritor do seu país goza no Brasil de tan-

ta nomeada; — nenhum outro se poderia gabar da espécie de culto, que aqui se lhe tributa.

As suas opiniões, em qualquer ponto, são citadas como oráculos, ante os quais é forçoso que nos incline-mos. As suas opiniões, disse eu, e todavia, se tentasse agora mencionar alguma delas, mais notável pela profundidade e originalidade, não ser-me-ia fácil descobri-la. Tanto é certo que o célebre escritor não é fecundo em grandes pensamentos, não é um homem de ciência, uma cabeça moldada para as altas idéias.

Quem pedisse aos seus admiradores uma prova do contrário pô-los-ia cruelmente em sérios embarços. Com efeito, o Sr. Herculano não se distingue, entre os espíritos medíocres que abundam em Portugal, senão pelo talento de ostentar-se carrancudo e imperioso, mesmo dizendo as cousas mais frívolas.

Ele é sobretudo dotado de uma singular habilidade: — a de tomar posições e distâncias adequadas ao realce de sua figura. As montanhas, vistas de longe, são de um bonito azul celeste; — nada faz pressupor as asquerosidades, que elas apresentam, quando de perto observadas. Este fenómeno repete-se igualmente na ordem moral.

Há homens que devem as suas aparências de grandeza ao jôgo da luz através da atmosfera, que os envolve. Nesta classe está inscrito o Sr. Herculano. Insulando-se e estendendo em tórno de si um pélago de orgulho, tem podido parecer aos seus compatriotas e a nós outros brasileiros, pouco exigentes, o que de fato elle não é.

Sob um ligeiro verniz de cultura européia, esconde o escritor ditoso todos os sinais da carcoma portugêsa.

Sem aquela harmonia de faculdades, que constitui o homem de gênio, elle se mostra cego de todas as cem vistas do espirito, exceto uma só: — a vista do passado e a intuição dos velhos tempos.

Daí a limitação e a estreiteza: — para elle não existe o que não entra no campo objetivo do seu telescópio. Daí o modo estranho de pretender podar a ciência, reduzindo-a, quanto possível, ao tronco êrmo da história; e ainda esta, concentrando-a demasiado na história da sua terra!!

Ajuíze-se do grau de força mental, da facilidade de vôo, da largueza e clarividência, que pode ter um escritor assim predisposto, assim nutrido e enfezado.

É debalde que o Sr. Herculano assiste aos grandes movimentos e mutações intellectuais de nosso século; a filosofia e a religião, elle não sabe em que pé se acham.

Por mais que carregue o sobrolho e queira dar mostras de sério pensador, surpreende-se-o de pronto a imitar o riso de Voltaire. Elle pertence ainda ao lado pior, e o mais vulgar, da escola dêste mestre. E julga-se, com isso, muito adiantado!...

Rir-se dos homens, escarnecer dos padres, desde-nhar o culto da Virgem, e outras galhardias da espécie, tudo isso lhe parece natural e permissível. Mas, por exemplo, escrever uma só frase que viole os *santos preceitos* da língua de Vasco Eannes de Azurara e Fernão Mendes; não respeitar em cheio as tradições idiomáticas do *reino*, é para elle o cúmulo da barbaria, é uma cousa horrorosa, insuportável. Que espirito aca-nhado! Que perturbação de vistas!!

O Sr. Herculano teve, no meio da sua atividade, uma ventura raríssima: — achar-se frente a frente, em luta renhida, com um clero ignorante; o qual assim concorreu para dar-lhe todo o brilho e renome ulterior. Esta circunstância, ladeada de outros motivos, não menos poderosos, como o estado do tempo, a falta absoluta de ambiente crítico, explica perfeitamente a causa do fenômeno. E é sem dúvida um fenômeno digno de estudo a nomeada de que se lisonjeiam certos homens, cujo mérito, em alguns pontos real, é todavia inferior ao papel que distribui-se-lhes no quadro literário.

I

Estas considerações que, muito há, se formaram em meu espírito, acabam de fortalecer-se com a leitura da nova obra do escritor português. O público bem sabe a que me refiro. Aí anda por várias mãos um pequeno volume, onde se lêem produções de data e índole diversa.

Não se espere de mim, que tenha a paciência de acompanhar o autor, artigo por artigo, linha por linha, na apreciação do seu trabalho. Ainda bem que o livro é dos que se pode, como diz Taine, atirar para o lado, depois de vinte páginas; começar pelo fim ou pelo meio, segundo apraz ao capricho do leitor.

Assim, tenho por lícito deixar intactos os demais pedaços, e ocupar-me unicamente do último: — *A supressão das conferências do Cassino*. É uma longa carta, que dirigiu o literato a não sei que personagem, e na qual trata de assunto momentoso.

Não é que eu julgue tal o pretendido atentado do governo português contra a liberdade da palavra, nem

tão pouco o discurso proferido, ou que deixou de proferir-se em conferência pública, sobre religião. O que aí há de importante para mim, é a exibição das idéias do autor, em matéria atualmente debatida, e que releve esclarecer cada vez mais.

O môço orador, a quem tolheu-se a palavra, e o ministro de então, escondem-se por detrás da questão superior que o Sr. Herculano propôs-se discutir em sua *Carta*. Se com êxito ou sem êle, é o que seria fácil demonstrar a leitores desprevenidos, e que, para julgarem produtos de tal ordem, tivessem mais perfeito critério. Ante espíritos, porém, que se arrebanham em tôrno de qualquer autoridade sem condição alguma, não é tarefa pouco melindrosa.

Entretanto apreciemos a substância desta *Carta*: — o que vem nela de realmente notável?

Aqui ocorre-me um dito espirituoso. Fazia-se, em presença de Lessing, a apologia de um livro, no qual havia muita verdade e muita novidade. «*Nur Schade*, acudiu êle, *dass das Wahre darin nicht neu, und das Neue nicht wahr ist...* é pena sòmente que o que tem de verdadeiro, não seja nôvo, e o que tem de nôvo, não seja verdadeiro.»

Resposta igual poder-se-ia dar aos ingênuos encomiastas do escrito que mencionamos.

Na sua *advertência prévia*, o autor declara que a data de cada um dos opúsculos contidos no volume é um dos elementos indispensáveis, para êstes serem julgados com justiça e imparcialidade. Razão ainda mais forte me sustenta, na preferência que dei ao derradeiro. É de 1871; e como tal, deve melhor refletir as feições do homem de hoje.

Mas infelizmente, a julgar-se pelo fundo de todo o livro, não há progresso nem regresso. O Sr. Herculano de há dous anos é o mesmo de há vinte e há trinta. Ouçamo-lo mais de perto.

O digno escritor insurge-se contra o ato oficial que suprimiu as conferências, por lhe parecer pior que uma ilegalidade, por lhe parecer um despropósito.

Eis os motivos: «O que seria escutado, diz êle, e em grande parte esquecido, por cem ou duzentos ouvintes, será agora lido e meditado por milhares talvez de leitores».

Mal se pode comprimir o riso que provoca esta observação. É incrível que o Sr. Herculano conheça tão pouco o seu país e a sua gente, para assim applicar-lhes o que lhes não assenta. Mui alta idéla forma êle da ciência dos retóricos do Cassino!

Pois não via que os discursos dêsses môços, podendo em reuniões públicas alterar a ordem e o sossêgo geral, desde que só se fizessem notórios por meio da imprensa, perderiam nove décimos do valor intrínseco? Sou de parecer que o govêrno português revelou-se, neste ponto, mais adiantado.

O escritor é em regra um homem calmo: — o orador é em regra um homem de paixão. Não é tudo. Os escritos que não saem de um profundo trabalho de reflexão e método científico, destroem-se por si mesmos, não podem conquistar adesões bem fortes e porventura perigosas.

Quem nos diz que as faladas conferências não eram dêste quilate? A isso responde satisfatòriamente, irrefutàvelmente, o mau estado da cultura em Portugal, o almíscar do pedantismo ignaro, a ressumbrar das

poucas e estéreis tentativas intelectuais, que a mocidade ali comete.

A ilustração européia, máxime a ciência alemã, não tem lá um só representante. Sim. — Portugal não tem um filósofo, não tem um teólogo, não tem um crítico investido das verdadeiras idéias e tendências do mundo atual. Onde achou, pois, aquela meia dúzia de jovens pretensiosos força bastante e bastante consciência para prosseguir em seus cometimentos?

Não é mais do que ler algumas páginas de Renan, e ir depois ao Cassino *conferenciar* sobre os *historiadores críticos de Jesus*?! Não é mais do que pedir ao arsenal de Michelet algumas frases mais percucientes, mais retemperadas de voltairianismo, e apresentar-se em público, atacando a religião do Estado, por meio de discursos mal concebidos!

O Sr. Herculano não quis ver onde estava a raiz do mal. Como todos os que teimam em ser católicos, fazendo seleções no corpo da doutrina confessional, não admitindo que na ânfora do velho dogma se derrame vinho novo, êle se esforça por inculpar o governo de não sei quantos abusos e desleixos.

Entretanto, é evidente, para quem não se deixa obcecar pela poeira de caducas antigualhas, e pouco por idéias preconcebidas de extemporâneas reformas, é evidente, repito, que qualquer governo onde haja religião legalmente instituída, não exorbita em procurar defendê-la. Pode ser, com suas medidas de higiene moral, antipolítico, inconveniente, porém sempre no terreno da legalidade. Continua o escritor:

«Diz-me que se tomou por pretexto da supressão das conferências o desagravo da religião ofendida. Erro

deplorável. Idéia perseguida; idéia propagada: lei perpétua do mundo moral...»

Enganava-me, quando supunha que o autor não era homem de render culto ao *palavreado* estéril. «Idéia perseguida, idéia propagada...» duplo dislate. Primeiramente: — quando se pudesse ainda hoje repetir, em tom de verdade incontestável, essa frioleira, — vinha fora de propósito aplicá-la ao caso vertente.

Qual era a grande idéia, a idéia imortal e sobrevivência a sua perseguição, que os moços do Cassino apostolavam? Ora... esta! E não faz uma certa impressão cômica o sério, com que fala o velho historiador daquele entretenimento de rapazes pouco escrupulosos?...

Depois: — onde é que está positivado, como lei perpétua do mundo moral, que a idéia perseguida é idéia propagada?...

Que um espírito ligeiro, acostumado a nutrir-se de bagatelas viesse-nos repetir por sua vez este apotegma decrépito e errôneo da *ineficácia do martírio*, podia-se tolerar. Mas um homem que escreve história e deve sabê-la; um homem para o qual as frases consagradas não podem ter valor, acima dos fatos, dar-se ainda ao trabalho de altear o coturno, e proferir uma futilidade, é o que não se desculpa.

Sem base psicológica e histórica, êsse dito, muito em voga na boca dos declamadores, tem por si tão somente algumas aparências. O cristianismo, mal estudado, oferece-as no seu comêço. Mas já não é permitido deixar-se iludir por elas. Pondo de parte o milagre que ninguém sisudamente invocará, como razão, o

que seria feito da religião cristã, se lhe tivesse faltado o apoio do braço imperial?...

Sem Constantino, o sangue dos mártires teria servido para afogar a nova idéia. Se o cristianismo, como é costume dizer, subiu ao trono com êsse soberano, todos sabem que Juliano fê-lo descer; e de um modo que seria decisivo para o futuro, se o ilustre apóstata reinasse por mais tempo, ou tivesse sucessores de igual força.

Em épocas menos remotas, o ferro e o fogo extinguiram heresias, que não se propagaram. Francisco I queimou protestantes; o que é a França de hoje? Profundamente católica. A perseguição baniu a reforma. Se Luís XIV, diz um autor competente, fôra um príncipe tolerante, um quarto da população provavelmente seria herética.

Onde estão pois os fundamentos da tal *perpétua lei do mundo moral*? Se a perseguição da idéia do Cassino vai gerar a propaganda, por que razão a idéia católica e ultramontana, onde quer que tenha sido perseguida e expulsa, também não há de gerá-la? A lei é uma e a mesma para ambas.

Dêste modo, seria fatalmente necessário que, por exemplo, os jesuítas na Alemanha ainda reconquistassem os postos perdidos. Dispensando-se a intervenção de Deus, e só por força da lei citada, Pio IX e sua gente poderiam conceber fundadas esperanças.²

Porquanto, se não é que para o digno escritor e seus irmãos em pensamento, os jesuítas não têm uma

2. Isto era escrito no tempo em que a chamada *Kulturkampf* mais renhida se travava na pátria de Bismarck.

idéia, não representam princípio algum da ordem social e religiosa, — o que seria pôr-se fora de todos os limites do bom-senso e da razão, — está claro que, sendo perseguidos, devem adiante levantar-se mais robustos e cheios de nova vida. É o que exprime a dedução lógica, inevitável, do pretendido axioma, pomposamente invocado pelo Sr. Herculano, e que aliás não passa de um reflexo do supranaturalismo, da intuição milagreira do espírito católico. E, pois que essa consequência importa um fato, não dar-lhe-ei o nome de absurda; — mas tenho-a por fantástica, anacrônica, impossível.

II

O escritor português é singular em suas apreensões. Reconhece que os discursos do Cassino não tinham bastante fôrça para derribar a religião de S. Paulo e de S. Agostinho, de S. Bernardo e de S. Tomás, de Bossuet e de Pascal. Bem reconhecido. Há sòmente uma cousa a esclarecer: — é que êsse resultado nunca dar-se-ia, não por se tratar de religião de S. Paulo, mas por ter ela contra si os discursos do Cassino. Eis a verdade.

«O perigo, ainda diz êle, o perigo, não absoluto, mas relativo, está noutra parte. Agredido pela frente, o catolicismo pode aplicar a si mesmo, melhor que o protestantismo, o verso do belo hino de Lutero:

Ein'feste Burg ist unser Gott.

Não se toma a fortaleza divina; mas pode ser minada e aluída por uma guarnição desleal. É êste atualmente o grande perigo que a ameaça...»

Frases tais me parecem muito apropriadas a dar a justa medida do estado mental do Sr. Herculano, em relação às questões religiosas do tempo. Com efeito, o que êle chama agredir o catolicismo pela frente, é menos adaptável às conferências do Cassino, do que a outros movimentos literários da atualidade.

Será que as produções de um David Strauss e Cristiano Baur com tôda a imensa côrte crítica, não sejam agressivas da velha Igreja? Será que os grandes trabalhos da exegese bíblica não vão diretamente abalar os fundamentos da religião de S. Tomás? E é certo que nada tem a temer dêsses ataques, tanto mais terríveis quanto mais calmos e sinceros?

Digamo-lo sem receio: — é mister que o Sr. Herculano, ou ignore absolutamente o que existe lá por cima, nos domínios superiores da ciência contemporânea, pelo que toca a podridão íntima, irremediável do catolicismo; — ou seja um crente, no rigor do termo, um daqueles fanáticos devotos, que sacodem a cabeça e, como Jan de Witt, recitam o *justum et tenacem propositi virum*, à medida que se lhes impõe a tortura cruciante da evidência dos fatos.

Sim, é preciso que êle se ache em uma destas posições, para tornar concebível e explicável a sua confiança no poder imorredouro da religião católica. A lembrança do verso de Lutero, que lhe aprouve repetir-nos, mal disfarça o caráter ortodoxo de todo aquêl período ôco e retumbante.

Com idênticas palavras poderia, em vez de Lutero, invocar o nome de algum santo, e acabar o fraseado pelo — *et portae inferi non praevallebunt adversus eam*. Não darla assim, decerto, ao seu escrito o visio de no-

vidade, as aparências de livre pensar, com que tanto se iludem os idólatras incautos do escritor português, porém seria mais franco e menos incoerente.

Quem não duvida dos predicados sobrenaturais, que adornam por excelência o catolicismo, quem nêle vê a fortaleza divina, inexpugnável e eterna, é para admirar que noutros pontos se revele tão áspero e severo. Não lhe assenta semelhante rigidez; — há uma desarmonia ao mesmo tempo anticientífica e anti-religiosa, que já não soa bem aos ouvidos da nossa época.

As agressões de frente, a que se referiu, são mais fortes e mais sérias, do que dão a induzir os discursos de Cassino. Todavia, para êle, ou por desconheçê-lo, ou por menosprezá-lo, o perigo não é êsse. O mal vem do próprio seio da Igreja, do clero faccioso e sem convicções. É a vulgar cantilena dos sonhadores de reformas para o irreformável; é o grito de guerra que repetem os arautos do chamado *velho catolicismo* ou *neoprotestantismo*: duas palavras que dizem a mesma cousa.

Mas, antes de prosseguir, importa ainda ponderar aquella expressão fradesca, na qual bem se revelam as curtas vistas do escritor, dando ao catolicismo o direito de aplicar a si, «melhor que o protestantismo», as citadas palavras de Lutero. Por que «melhor?» — se lhe pode perguntar; e a resposta não seria muito pronta.

Entrevê-se que o autor, pouco original, modelou suas idéias religiosas pela *História das variações*, e, não menos talvez, pelo livro árido, estéril, do Padre Balmès. Está por conseguinte horivelmente atrasado. Donde quer que tenha recebido uma tal intuição, é manifesta

a sua incompetência para entrar nestes assuntos, de um modo vantajoso e digno da questão. Mal sabe que a solidez e o rigor preconizados da religião de Bossuet são justamente o que torna irremovível o seu desmoronamento.

Desde que o templo ameaça desabar, é impossível sustê-lo, porque a queda está determinada pelos próprios atributos imanentes ao espírito que o anima. Incapaz de desenvolvimento, no sentido positivo, porque cedo e muito cedo deu-se por completo em sua organização, o catolicismo só tinha a desenvolver-se no sentido negativo, isto é, tornar patentes e cada vez mais sensíveis os germens de morte que pousam-lhe no fundo, como êles jazem no fundo de todos os fatos e aparições da vida.

Eis aí, pois, o motivo da desordem que hoje domina no grêmio da Igreja, e que a tem pôsto em estado de não poder resistir às duras influências da atmosfera do século.

É um estribilho antigo e já de pouco alcance, este contínuo clamor contra o chefe eclesiástico e os mais funcionários da grande sociedade, como sendo a causa única da derrota, da miséria e corrupção que devoram as entranhas da bela espôsa de Jesus. Entretanto, um olhar psicológico lançado com atenção no íntimo do crente, máxime do católico, autoriza a se julgar que o fenômeno é muito natural, e há de repetir-se em tôdas as fases críticas da história religiosa.

De feito, quem admite a idéia de um instituto divino em sua religião; quem aceita como irrefragável o princípio da *santidade* e *imaculidade* das doutrinas que professa, bem como o da perpétua duração da grei, a

que pertence; quem crê sincero em tudo isto, não pode deixar de ir ao encontro dos fatos com clamores e apelos daquela ordem. Se a Igreja é divina, se a Igreja é perdurável até o fim dos tempos, como explicar tantos vícios e achaques que a deturpam, que prometem derribá-la?

Como justificar as largas brechas que se fazem na barca de S. Pedro, e pelas quais ela mesma, como diz o Sr. Herculano, «se pudesse perecer», correria grande risco de não completar o vigésimo século da sua existência? Atribuir a qualquer força exterior o poder de assim abalá-la; procurar causas estranhas e independentes do seu domínio, não seria pôr em dúvida a origem miraculosa e o caráter transcendental da religião de S. Paulo?

Incontestavelmente. Logo, é mister um certo refúgio para as crenças estremecidas pelo choque dos acontecimentos, e também algum subterfúgio, para salvar da anulação total os preconceitos comuns, tristemente batidos e postergados. Daí todo êsse irromper de cólera contra os padres; — daí todo o barulho levantado, em nome da necessidade, cada vez mais urgente, de opor um dique à inundação da seara divina pelo oceano de abusos e desatinos, que rebenta do seu próprio terreno.

Se é certo que as *portas do inferno* não podem prevalecer diante da Igreja, não é igualmente exato que ela deixe de poder ferir-se, estragar-se, aniquilar-se a si mesma. Não pode perecer por mão alheia; mas esta impossibilidade não abrange o suicídio. É portanto indispensável que seja o clero quem receba toda a pancada desta lógica dos crentes, que sabem inter-

calar as risadas de Voltaire nos soluços de Jeremias. Este modo de explicar a própria derrota é ainda uma forma, um testemunho de ortodoxia.

Mas salta aos olhos o despropósito, a inanidade completa das razões insinuadas: «O clero de Pio IX é faccioso e sem convicções...» Ocorre perguntar: — e porventura andou mais avisado o de Clemente IV, Gui Folquey, o poeta provençal, que, subindo ao pontificado, julgou dever conceder cem dias de indulgência a quem recitasse o seu poema dos *Sete gozos de Maria*? E o de Clemente V, o simoníaco, foi menos imoral e cheio de misérias?

Foi menos desconvicto e faccioso o clero, inferior e superior, de outros tantos vice-deuses, como Benedito XII, o ébrio, Clemente VI, o impudente, de quem diz uma crônica da época: «*rapine et fornication estoit toute sa gloire?...*» Para que assim querer-se hoje concentrar a fôrça do mal no coração da Igreja, quando êle existe no ambiente do espírito católico, em forma de tendência e aspiração geral, ou já incorporado aos grandes feitos da ciência moderna? — Fatal obcecação!

III

É uma idéia exata, em si e por si, que na atual evolução do catolicismo, os jesuítas formam, como dizem os alemães, o momento móbil, o momento agitador, *das bewegende Moment*. Mas esta idéia pode ser exagerada, e abrir campo a muitos erros e vistas falsas. O menos que acontece, é não poder-se mais enxergar, senão planos jesuíticos, em tôda e qualquer ação católica, individual ou coletiva;— circunstância que im-

possibilita o exame científico, objetivo dos fatos novíssimos.

Se um tal modo de ver, estreito e parcial, não tem sido evitado por espíritos de outro vôo, como é na Alemanha, Wolfgang Menzel, a quem um escritor dali,³ ainda há pouco, fazia a crítica dêsse vício impregnado na última obra do notável historiador, qual seria, em ponto semelhante, o destino preparado ao Sr. Herculano, pelo rancoroso e envesgado do seu olhar contra tudo que pareça vir do clero?! É certo que devia fatalmente cair nos despropósitos da frase estólida e impensada.

Vejam como êle lamenta que «o orador do Cassino não conhecesse melhor a doutrina e a tradição *verdadeiramente* católicas, porque havia de ser menos injusto com o catolicismo, embora não fôsse menos severo, ou talvez o fôsse ainda mais com os padres...!»

E o nosso autor conhece a doutrina e a tradição *verdadeiramente* católicas!?!... É muito feliz! Deve se lastimar que ainda não quisesse dar-nos, neste sentido, algum fruto de suas locubrações históricas e pôr-nos em estado de melhor considerar a importância do assunto, como também de entender melhor o próprio Sr. Herculano.

Mas eu me iludo: — êste escritor, pôsto que velho e amestrado, segundo afirmam, no manejo da pena, ainda é, e sempre será, um tributário submisso do palavreado imponente, que faz efeito, que deixa o leitor perplexo, quando não de todo inclinado a dar-

3. *Magazin für die Litteratur des Auslandes* — 1873, n.º 19, pág. 290.

lhe razão. Já houve quem dissesse de Chateaubriand, que êle não era tanto um escritor, como era um *magnifique faiseur de phrases*.

Bem sei que seria cruel envolver a ordinária estatura do português na clâmide homérica do autor de *René*. Corria o risco de tropeçar e cair, embaraçado nas largas dobras da púrpura genial.

Todavia, exceto o *magnifique*, aquela expressão se adapta ao nosso literato. E quer se ver, entre outras, uma prova irrecusável dessa mania de brunir banalidades, ou de esconder a pobreza das idéias, na cápsula da frase adocicada? Repare-se bem neste pedacinho:

«Cuidando aportarem a praias ignotas, os publicistas mais de uma vez têm plantado padrões de descobrimento em regiões onde, embora ocultos pelos musgos e sarças, os padrões da cruz estão plantados há mais de mil e oitocentos anos.»

Fôsse isto expresso em termos claros e positivos; não tivesse o escritor buscado encobrir as rugas do seu pensar, sob esta ponta de véu azul dourado, que aí fica a tremular na imaginação dos leitores, e o êrro seria de uma hedionda grossura.

Porém a cousa é mesmo feita para deslumbrar. Quando depois de quarenta linhas, tôdas traçadas na direção do dislate ou da antigualha inaproveitável, o leitor pouco instruído começa a arregalar os olhos, atira-se-lhe em cima um punhado de faíscas, que o deixam por instantes meio cego e incapaz de refletir. A vitória é infalível.

O espírito do público legente, no Brasil e em Portugal, ainda voa muito rasteiro. A maioria absoluta é dos que gostam de ir à beira-mar, não para imergir

o pensamento na profundidade e majestade do abismo mas tão sòmente para contemplar as bôlhas da superfície, as inflexões poéticas das vagas. São êsses que não tiram o seu chapéu à lógica das idéias e dos fatos, mas se curvam diante da metáfora. Aguardam ansiosos o fraseado que vem de longe, marulhento, espumoso, insinuante; — tomam no rosto a pancada da onda que os entontece e gritam convencidos: — muito bem! Isto é que é raciocinar!

Permita-se-me aqui lançar a seguinte nota. Últimamente, um escritor de Berlim, Heinrich Homberger, em artigo relativo às três maiores nações da raça latina, disse com bastante senso: — «Nas margens do Arno e do Tibre, a metáfora é um encanto, uma arte, uma delícia. No Ebro e no Sena, ela é um argumento... «Die Metapher ist am Arno und Tiber eine Zier, eine Kunst, ein Genuss. Am Ebro und an der Seine ist sie ein Argument».⁴ Compreende-se que a Itália virá portanto a ser a mais ajuizada.

Não é êste porém o fim de minha menção. Se não se pressupõe extensivo a Portugal o que aí se diz da Espanha, seria iníquo ao Ebro e ao Sena adicionar o Tejo? E não só o pobre reino, de cérebro acanhado e um pouco rijo para as sérias meditações, mas também o seu apêndice intelectual de aquém do mar, o triste império da América, seria injusto abrangê-los todos na mesma categoria da predileção pela retórica? Responda a jornalística estéril dos dous países, onde as questões menos aptas para o tornelo fraseológico, tomam sempre um aspecto oratório, uma atitude tri-

4. *Die Gegenwart* — 1873, n.º 11, pág. 162.

bunícia, graças ao culto profuso dos manejos e posições estudadas.

Respondam os seus parlamentos... oh!... e o que hão de êles responder? O que todos nós sabemos desses focos de atraso e entorpecimento públicos. É ainda o império da retórica, mas da retórica chatamente clássica: — o lugar comum e a declamação. Respondam as conferências, os discursos beletrísticos da época, nos quais só se depara com as ninharias do fundo, e as duradouras da forma.

Tal a verdade, francamente expressa. E, não obstante possuirmos o mesmo sestro de palavreado, que deturpa os nossos irmãos na língua e civilização românica, contudo nunca tivemos, não temos um grande orador como Castellar, nem um pequeno, sequer, como Gambetta.

Neste sentido, que diremos do nosso literato? Ainda é tempo de juntar mais alguns traços à sua característica.

IV

Indubitavelmente o Sr. Herculano tem tôdas as qualidades inerentes, não tanto à raça, como à cultura latina, um pouco oxidadas pela gelidez do clima social, em que reside. Rara vez se há de encontrar, em espíritos que pensam, afirmada, com mais arrôjo e menos talento, a inconsciência de um mau estado científico. É debalde que êle se exaspera contra os homens que dirigem o seu país, e se esforça por fazer crer que não é compreendido, que ali não se aprecia, porque também não se mede, ou não se atinge a altura do seu pensamento.

Pressupondo-lhe a sinceridade, julgo-me obrigado a denunciá-lo como vítima de uma ilusão. Êle está precisamente ao nível do senso português; — é um autor que reflete pelas duas ou três únicas facêtas do seu espírito, alguma coisa embaçado, todos os estragos e lacunas da nação a que pertence. Como foi pois que lhe incutiram, se é que não hauriu no próprio fundo da sua vaidade, a cruel pretensão que o atormenta?

São cousas do nosso século, para o qual estava reservado o glorioso mister, pôsto que ainda não preenchido, de tudo compreender e tudo perdoar. São fenômenos ordinários da vida intelectual de qualquer povo semiculto, que se ilustram por motivos psicológicos e sociais. No estudo do seu desenvolvimento e na ponderação do meio em que êle vive, descobrem-se as razões genéticas do engano, ao qual cedeu o velho escritor. Bem se lhe pode, até um certo ponto, desculpar êsse defeito.

Até um certo ponto, — disse eu; — porque não acho razão para perdoar-lhe a mania voluntária de entregar-se a não sei que nova espécie de orgulho literário, pelo qual julgou punir a indocilidade da sua gente, nada mais escrevendo, nada produzindo! Também não compreendo que Aquiles, depois de retirar-se agastado, volte outra vez ao combate, se êle não vem para mudar a sorte da peleja, se não traz novas forças e novas armas, capazes de abater o inimigo.

Recolhendo-se ao silêncio, por um largo tempo, tinha o Sr. Herculano o indeclinável dever de não quebrá-lo jamais, senão apadrinhado com alguma idéia fecunda e altamente meritória, que nos viesse anun-

ciar. Mas levar emudecido um *grande mortalis aevi spatium*, — provavelmente lendo e estudando, pois não se concebe que pudesse desprezar os livros; e no dia em que se arrepende do protesto, em vez de outro presente mais interessante, tirar da algibeira um pobre livrinho de antigualhas e bagatelas... é com efeito uma coisa extraordinária.

Sobe de ponto a estranheza do sucesso, quando se considera a dignidade da matéria discutida, em o pequeno escrito, a que me hei referido. É difícil resistir a um certo sentimento de desgosto e menosprêzo, diante do modo anacrônico e um pouco sedição, pelo qual o autor, entre nós célebre, se exprime sobre a Igreja de Roma.

Católico de lei, qual se supõe, e não seguidor do Papa com os seus jesuítas, — distinção que me é incompreensível, — arremete violento contra as últimas tendências do *romanismo* religioso. Como se elas não sejam rebentos naturais da árvore secular, a cuja sombra quer permanecer o pensador português! Como se êsse *romanismo* não exprima uma frase evolucional da história do catolicismo! Como se Pio IX, que subiu ao trono em uma época cheia de intuições e aspirações românticas, não seja, como tal, um romântico perfeito, sonhando com a Idade Média, e buscando renovar o esplendor perdido da velha instituição!...

Singular, singularíssima idéia é decerto a que agarrou-se ao cérebro dêstes homens, pretendidos conselheiros de reformas salutarees para uma religião, em cujo poder já êles não acreditam. Se fogem de dizê-lo, só uma de duas cousas explica essa anomalia: ou pouca sinceridade, ou a falta de psicologia do próprio estado moral.

Não é sem muita razão que o sábio belga Frédéric Laurent se insurge contra alguns filósofos e outros escritores da atualidade, os quais no seu entender, não ousam pensar livremente, ou não ousam dizer o que pensam. — «Ils traitent la religion catholique avec une indulgence, que nous appellerons coupable, parce qu'elle donne des espérances aux partisans du passé, et qu'elle retient dans les chaînes de la superstition les faibles et les timides, toujours hereux de trouver um prétexte pour couvrir leur lâcheté.»⁵

E que diremos daquelles que, sustentando por timbre o nome de católicos, querem justificar as suas rebeldias, acusando a Igreja de perda e desvalrada nas mãos do jesuitismo? Confesso que êstes novos protestantes causam-me a impressão de filhos desalmados, que recusassem pedir a bênção à sua mãe, sob o pretexto ficto de que ela não respeita a memória e as cinzas de seu pai.

São sobremodo ingênuos os tais reformadores, para quem existem dous catolicismos, um falso, que é o de Roma; — e outro verdadeiro, que é o dêles. Oh!... santa *naiveté*! — quem lhes fará compreender o disparate das suas pretensões?

O Sr. Herculano, de instinto ou de indústria, pertence à moderna escola *anti-romanista*. É êle quem diz: — «O caráter fundamental do catolicismo *verdadeiro*, do catolicismo que nos inculcaram na infância, era a imutabilidade, a perpetuidade e a universalidade dos seus dogmas e das suas doutrinas, na sucessão dos

5. *Études sur l'Histoire de l'Humanité... La religion de l'Avenir* — pág. 12.

tempos; — caráter precisamente descrito no célebre *Commonitorium* de Vicente de Lérins. Nessa crença, tão incompreensível seria a supressão de um dogma antigo, como a adição de um dogma nôvo.

Não acha o leitor que estas palavras põem a descoberto uma sofrível dose de insciência e pobreza de idéias? Porventura, o catolicismo do Vaticano, o que existe atualmente, considera os seus dogmas e as suas doutrinas menos imutáveis, menos universais?

Julga êle fazer a adição de um nôvo dogma, quando declara a imaculidade da Conceição de Maria, ou quando diz que o Papa é infalível? Pelo contrário, êle se apóia em textos sagrados e invoca a autoridade patrística.⁶ Se é bem ou mal firmado o seu apêlo, não incumbe aos fiéis investigar; e desde que assim praticam, desde que se arrojam a pedir contas a Roma do seu procedimento, levantem a bandeira de revolta.

Católicos que não aceitam a infalibilidade do pontífice romano, são como os protestantes que não crêem no caráter teopnêustico das santas escrituras; isto é, trazem um título, do qual não se mostram dignos, visto que arrancaram do espírito a mais brilhante insignia da sua religião.

6. O Padre Kleutgen, que foi o encarregado de arranjar textualmente a infalibilidade, não inventou por certo as palavras que pôs a seu serviço. — Sabemos, que a êsse Padre, em competição com um outro, o Padre Franzelin, foi dada a incumbência do arranjo dogmático, pela comissão do Concílio; mas o trabalho de Kleutgen foi preferido. Note-se que, ainda nisto, a maior parte da glória, pôsto que diversamente apreciada, pertence a um alemão.

Protestantismo sem bíblia, catolicismo sem papa, são grimácias* que deturpam a face do século: são fenômenos que bem podem figurar ao lado de um cristianismo sem Cristo. Nossa época está presenciando todas essas maravilhas.

Quando se afirma, com o fim de combater as últimas decisões da Igreja, que o catolicismo *verdadeiro* não permitia a adição de um dogma novo, exhibe-se um documento de ignorância e não pequena. A dogmática católica tem uma história; o que vale dizer que ela tem tido um desenvolvimento. Os dogmas que hoje se impõem à fé, não se formularam todos de uma vez; nem também apareceram por capricho: — eles foram provocados pela necessidade dos tempos.

Desde o primeiro concílio de Nicéia, em 325, até o quarto laterano, em 1215, o catolicismo tinha podido viver e dominar com os dados da sua história e das suas tradições. Entretanto, Inocêncio III fez consagrar-se o mistério dos mistérios, a *transubstanciação*; ajuntando deste modo um novo elo à dogmática existente. Como é pois que se nos diz que antes de Pio IX, era coisa inadmissível aumentar o conteúdo da fé, Sr. Alexandre?!...

Ainda que as palavras do teólogo gaulês, Vicente de Lérins se prestassem ao sentido que lhes deu, não devia o nosso autor limitar-se a repeti-las, como expressão de uma verdade geralmente aceita. Devia porém buscar saber os motivos e as circunstâncias que ditaram esse modo de pensar, um pouco em desarmonia com os fatos.

* No original é *grimacias*; dicionarizado, *grimaças*. (N. do R.)

É notório que escrevendo no século V, o teólogo tinha em mira ir de encontro às inovações religiosas do seu tempo. As suas vistas portanto nada auxiliam para ajuizar-se do desenvolvimento ulterior do catolicismo. Causa riso a gravidade, com que o Sr. Herculano declara que a religião da sua infância era tal qual a descrevera em poucas frases, há mil e quatrocentos anos, Vicente de Lérins!

Mas la-me esquecendo de pegar o escritor em flagrante delito de ignorância histórica. «O símbolo salvo, diz êle, pelo concílio de Nicéia, e pelos esforços de S. Atanásio, continuou até nós imutável.» Isto é impróprio de um espírito culto. Já observei, contra essa idéa, que o dogma da transubstanciação, do qual aliás não fala o símbolo de Nicéia, appareceu no século XIII, sob o pontificado de Inocêncio III. Posso ainda observar que a crença no *purgatório*, da qual também não se occupou a teologia nicena, e que S. Agostinho tivera apenas por uma hipótese verossímil, veio a ser dogma muito posteriormente no sexto século.⁷

Há melhor demonstração do erro que palpita naquêle asserto do autor português? Não fica aí porém o seu atrasamento. Na falsa convicção de que o catolicismo permaneceu imutável em sua dogmática primitiva, até pouco tempo, êle entra no domínio do direito público, e abre a *Carta*:

«Disse o legislador que a religião católica, apostólica, romana, continuaria a ser a religião do reino; — não disse que essa instituição seria uma cousa nova, fluctuante, mudável, conforme aprouvesse aos jesuítas ir

7. Michel Nicolas — *Le Symbolle des Apôtres* — pág. 232.

suprimindo ou anexando dogmas à doutrina católica mediante o assento, ou inconsciente ou incrédulo, do papa e do episcopado. O que continua, não é o que vem de novo; é o que existe no ato de continuar.»

Esta interpretação é insigne de futilidade. Um lente de Coimbra, ou das Faculdades do Brasil, não se exprimiria com mais arrogância em matéria de *biblicismo* constitucional. O argumento tirado da significação do verbo *continuar*, é pueril, e não exalta o talento dialético de quem o emprega.

Ainda é preciso lembrar ao Sr. Herculano que o catolicismo, como tudo neste mundo, sem excetuar mesmo aquilo que se tinha em conta de santo e divino, está sujeito à lei do desenvolvimento?! Uma idéia que se apossou de tôdas as cabeças bem formadas!?!...

O legislador português não podia dizer que a religião católica, apostólica, romana, continuaria a ser a religião do reino, sem respeitar implicitamente a lei do progresso; — esta lei que se assinala por modos diversos, provocando a vida ou a morte, a ascensão ou a queda das cousas subordinadas à sua influência. Não podia articular aquêlê princípio, no sentido de obstar a marcha da história sob pena de cair em grave êrro.

A história tem dous momentos: o *factum* e o *faciendum*, o *Werdende* e o *Gewordene*. A fixidade do primeiro não embaraça a mobilidade do segundo. Os espíritos ilustrados sabem tomar nas asas o pêso de ambos; — não assim as cabeças lacunosas, incompletas, que tudo observam sob um só ponto de vista.

O catolicismo continuou a ser a religião do reino, com todos os seus atributos, com tôdas as suas tendências, já manifestas ou ainda ocultas. Era uma delas

a propensão para exagerar o seu princípio e à força de exagerá-lo, chegar enfim à negação de si mesmo.

Não é aos jesuítas que cabe a glória de fechar o ciclo católico, suprimindo ou anexando dogmas; — ela a ninguém pertence, porque é um fato natural, quero dizer, uma necessidade histórica. Abra o Sr. Herculanó um pouco mais os olhos, e verá que é uma estolidez atacar, por este modo, a Igreja Romana. Mas eis o que é espantoso:

«Desde a promulgação da *Carta*, tem se realizado gradualmente uma revolução na Igreja Católica! Com assombro da gente ilustrada e sincera (?), vimos transformar em dogma uma superstição dos séculos de trevas, rendoso mealheiro de franciscanos, tintura de pelagianismo, aproveitada hoje para aviar receitas na botica de S. Inácio, a imaculada Conceição de Maria, dogma que forçadamente conduz, ou à ruína do cristianismo pela base, tornando inconcebível a redenção, ou à deificação da mulher, a mulher-deus, a mulher redentora, recurso tremendo nas mãos do jesuitismo, que lisonjeando a paixão mais enérgica do sexo frágil, a vaidade, o converte em instrumento seu para dilacerar e corromper a família, e pela família a sociedade.»

Quase paro de cansado em meio caminho; o período é horrível. Vale o mesmo que um *adágio* musical de dez compassos quaternários, que se deva cantar de um só fôlego. O germanista Daniel Sanders disse uma vez, e a propósito de um período escrito por Adolfo Stahr, que só vingar-se-ia do autor condenando-o a ler, êle mesmo, a sua enorme tirada. É também o que merecia o Sr. Herculanó. E julgo dever perguntar aos seus discípulos e admiradores, se não

acham aquella ruma de palavras uma prova convincente da exemplar estilística do mestre?...

Quanto ao fundo, aí está mais que patente a sua insuficiência. Aquêlles *rendoso mealheiro de franciscanos*; aquella *tintura de pelagianismo*; aquella *botica de S. Inácio*, são rasgos de gentileza escritorial, são crepitações de um espírito incomparável. Há apenas a observar que êstes ataques ao chamado *marianismo* não têm mais nem o pequeno mérito da novidade. São idéias que assemelham-se a roupa servida e fora de uso, da qual sòmente os pobres e muito pobres se apropriam, por esmola ou baratíssima compra.

O Sr. Herculano apanhou a casaca velha do defuncto Bordas-Dumoulin, e depois de passar-lhe a escôva e pregar-lhe botões à portuguesa, ei-lo que sai à frente para combater a immaculada Conceição. Ora!... por amor de Deus, arrede-se do caminho; — deixe-nos ir adiante. Isso que quer dizer-nos sôbre o penúltimo dogma, tudo o que possa aduzir para justificar o seu espanto, já foi dito e aduzido, há 18 anos, pelo autor dos *Éssais sur la réforme catholique*, de um modo vinte vêzes mais brilhante, — e todavia inútil.

O que decerto não se justifica, é a falta de coerência, quer dos sectários, quer do chefe e primeiro pregador da idéia, pelo qual foi mesmo inventado o nome de *marianismo*. Repelem a mulher-deus, a mulher redentora, e entretanto admitem o homem-deus, segunda pessoa da trindade, que morreu e ressuscitou. Não aceltam a mulher-deus, mas adoram a divindade sob as espécies de pão e vinho.

Será menos racional a immaculada Conceição de Maria, do que a transformação operada pela magia do verbo sacerdotal, no sacrifício da missa? Se a crença

aquí é indispensável para a salvação das almas, por que não também ali?

É uma esquisitice de mau gosto.

V

No que toca especialmente à infalibilidade, a grande agitadora hodierna, — não é menor a extravagância dos católicos que a combatem. Além de ser um dogma, como qualquer outro, deve-se ponderar que não foi uma *estranha novidade*, segundo quer parecer aos seus adversários. No juízo que se forma de Pio IX, diz Bluntschli, pouco se observa a distinção precisa entre o proceder eclesiástico e o proceder político. Sòmente em relação a este e não àquele, é que se deu uma mudança.⁸

Realmente, a sua primeira encíclica de 9 de novembro de 1846, como a *ouverture* de uma ópera, dá idéia do seu desenvolvimento, já anunciava a série de atos que viriam assinalar o pontificado. Como se portou então o *velho catolicismo*? — *Natus non erat*. Aceltaram-se as premissas; e agora se pretende negar as conseqüências, que saem lògicamente dos princípios admitidos!

Estamos assistindo a um *espetáculo*! A expressão não é minha; é de Eduard von Hartmann: «Wohl selten war die Welt Zeuge eines wunderbarereren *Schauspiels*, als der gegenwärtigen Bewegung der gebildeten Katholiken gegen die Unfehlbarkeit». Döllinger e seus consortes, Friedrich, Hanenberg e outros, não podem

8. *Die Gegenwart*... 1872 — II, n.º 24, pág. 4.

esqueapar à censura dos espíritos livres e despreocupados: — êles são pouco sinceros nessa luta interna, que não traz vantagem alguma, nem para a religião, nem para a ciência.

Convinha que tivessem mais coragem, que fizessem valer em público as suas convicções, tais quais elas se acham, radicalmente alteradas, em seu íntimo; e não, que pretendessem incutir o fútil pretexto de reformas impossíveis.

Dando conta do congresso velho católico, havido em Colônia, o ano passado, e a respeito dos ilustres portadores da idéia, escreveu o presidente da *Protestanten-Verein*, que ali também estivera: «Diese Männer sind den Bischöfen ohne Frage an Wissenschaft, an lebendigem glauben und an Charakter weit ueberlegen»...

A superioridade na ciência, pode-se admitir; — é muito compreensível. Quanto porém à viva fé e ao caráter, não é sem contestação. Ao contrário, considero mais honroso, mais característico de uma fé vivace, o procedimento de um Scherr, ou de um Rauscher, do que o de um Döllinger, ou de um Schulte. Aquêles estão com a lógica, — são coerentes. A êstes é que tudo falta, para justificar a sua attitude.

O Dr. Schulte, de Praga, que ainda em 64, há tão pouco tempo, escrevia para o *Staatswoerterbuch* de Bluntschli artigos ultramontanos sôbre o Papa e a Igreja Católica Romana, vir agora, como praticou-o no congresso referido, declarar que andava enganado!... é certamente uma cousa digna de reflexão. Admira que tão tarde fôsse que viesse ao sábio professor a lembrança de comparar a Alemanha católica com a

Alemanha protestante, e achar que esta se acha essencialmente melhor. Por mais que me esforce para apoderar-me do sentido da revolução projetada pelo *neoprotestantismo* döllingeriano, não posso descobri-lo.

O Sr. Alexandre Herculano, de quem me ia esquecendo por amor de outras figuras mais interessantes, como que intimando o seu governo, diz o seguinte: «Na Alemanha, no país da fôrça e da vida moral, da ciência e da consciência, as audácias de Roma perturbam e concitam os ânimos, e o velho catolicismo arma-se para o combate».

Esta junção de *ciência* e *consciência*, motivada unicamente pelo gosto de uma frase rítmica, envolve uma falsidade. — É o país da ciência, — sim; sòmente os tolos contestá-lo-ão; — mas igualmente não é o da consciência. Sem referir-me ao mais, o próprio saber ainda ali se mostra inconsciente do que êle vale e do que êle pode.

A cultura alemã, a ciência alemã, como ela hoje nos espanta, só pôde chegar ao conhecimento de si mesma, só pôde ter consciência do seu destino e da sua alta significação em homens, como Strauss, Uhlic, e raros outros. Se assim não fôsse, deixar-se-ia atualmente de assistir ao espetáculo, pouco edificante, de homens cultos, levantando uma imensa gritaria, por se querer, dizem êles, obrigá-los a acreditar que o Papa é infalível!

O pensamento capital do escritor português contém-se nestas palavras: — «Mantendo exclusivamente o dogma católico, nem mais, nem menos, como a Igreja no-lo ensinou a nós os velhos, e conservando-nos em relação à disciplina, onde estávamos, estamos indubitá-

velmente no grêmio da Igreja; porque a religião é imutável, a religião não se aperfeiçoa».

Não há mister de outros documentos que demonstrem o ponto de vista anacrônico do autor.⁹ Ele pretende que o seu governo não se sujeite às novidades de Roma, e ponha-se de vigia contra o que dali vier, sem trazer o sêlo do santo espírito, conforme a sagrada letra do art. 6.º da *Carta*.

«Mantendo exclusivamente o dogma católico...»
... — qual é êle?... quais são êles? O poder que tem a Igreja de *dogmatizar* também não será um? E depois, como é possível que a religião católica, após-tólica, *romana*, continue a ser a religião do reino, desde que se recusa a obedecer as decisões de Roma? A expressão *romana* empregada pela *Carta* é simplesmente um *epitheton ornans*? Todo êste desarranjo é muito concebível em o homem, para quem «a religião é imutável, a religião não se aperfeiçoa» — erro tão velho, que não dou-me ao trabalho de refutá-lo.

«Há uma falta de senso, diz Laurent, na pretensão à eternidade ou à estabilidade das religiões.»¹⁰ Que juízo pois não faria o ilustre belga de um pretendido grande historiador, ao qual ouvisse dizer que a religião não tem aperfeiçoamento, é imutável e eterna?!

9. Parece-me a propósito dirigir aqui uma ligeira pergunta: — se hoje Roma entendesse que o celibato clerical era inconveniente, e ordenasse o casamento dos padres, deveria o governo repelir essa medida? Pois que era alterar a disciplina existente ao tempo da promulgação da *Carta*, cumpriria-lhe opor-se a uma tal novidade; porém seria justo? Que diria a respeito o autor de *Eurico*?

10. *La Religion de l'Avenir*... — pág. 22.

Entrego o Sr. Herculano ao julgamento austero dêste juiz competente, para quem os homens cultos que ainda se alimentam de umas migalhas de fé na eternidade do catolicismo são verdadeiros *sots en cravate blanche*. O português é um dêles.

Eu bem sei, quanto as *frases* do Sr. Herculano agradaram, entre nós, a um certo liberalismo, que se delicia em medir fôrças com os ultramontanos sôbre os direitos da Igreja e do Estado. Raros são os que não se julgam aptos para subirem à tribuna pública da imprensa, e dizerem o seu parecer a respeito da questão.

Infelizmente nada adiantam; são sempre as mesmas futilidades. Publicistas diletantes, convidam-nos para ouvir as produções originaes da sua musa; e eis que sômente executam, na galta de Títiro, magras variações sôbre motivos de uma vulgar cantilena, decrépita e estragada.

Nesta conjuntura, um escrito do célebre literato, defendendo e sustentando as prerrogativas do Estado, em relação às pretensões da Igreja, devia naturalmente encontrar o maior apoio. Não sei, porém, onde está o grande interêsse, que alguém possa tirar, de pôr-se ao lado de um ou de outro dos dous combatentes.

O autor de *Nathan der Weise*, que buscou alargar com a idéia de ampla liberdade o pensamento estreito da igreja religiosa, tinha em mente escrever um outro *Nathan*, para também impugnar os despropósitos da igreja política, o Estado. Vale a pena aqui citar um

pedacinho do drama projetado, como lemo-lo em Adolfo Stahr.¹¹

Conversam dous indivíduos, A e B. — «Não deve causar espanto diz o primeiro, quando se considera que nós temos mais frades do que soldados?

B — Queres dizer que há mais soldados do que frades.

A — Não!... não!... mais frades do que soldados.

B — Causar espanto? Por que também não passamos de que haja muito mais soldados do que frades?

Se o camponês vê a sua seara aniquilada por lesmas e ratinhos, de que é que êle se espanta: de existirem mais lesmas do que ratos? Ou de haver tantas lesmas e tantos ratos?

A — Não compreendo.

B — Porque não queres compreender. O que são soldados?

A — Os soldados são os defensores do Estado.

B — E os frades são defensores da Igreja.

A — Vai-te daí com a tua Igreja.

B — Vai-te daí com o teu Estado.

— A — Estás sonhando? o Estado, o Estado! A felicidade que o Estado garante a cada um de seus membros nesta vida...

B — A bem-aventurança que a Igreja promete a todo homem no outro mundo...

A — Promete!

B — Pateta!»

11. *Weimar und Jena*, Berlin, 1871. — Band II, 208.

Isto é soberbo e magnífico de espírito e verdade. Como Lessing, há quase um século, estava mais adiantado que os liberais de hoje! — Deixemo-los em paz.

Ter-me-ia sido possível, se o quisesse, criticar em poucas linhas todo o volume do Sr. Herculano. Mas atendi a uma circunstância: — não estamos na Europa, quero dizer, na Europa ilustrada, onde o crítico pode resumir o seu juízo, porque conta com as vistas desprevenidas do leitor. Acresce que o escrito mencionado foi um pretexto excelente para dar saída a certa ordem de idéias, que são as minhas, no que respeita às questões da época. E por mais que já tenha dito, não me julgo dispensado de ainda entrar em uns últimos detalhes estimativos do escritor, na sua totalidade literária.

Diz um jornalista de Berlim, que Victor Hugo produz presentemente a impressão de um velho tenor que perdeu a voz: a técnica, a habilidade dos manejos e atitudes cênicas, é a mesma; porém a goela estragou-se.

Sinto não sei que desejo maligno de cotejar por este padrão o literato de Lisboa. Verdade é que elle nunca teve boa garganta; — mas pode comparar-se a um músico antigo que tocava garboso o seu violoncelo, nas pequenas solenidades da sua terra; hoje, porém, no meio de uma orquestra juvenil, entusiástica e ruidosa, é apenas tolerado, uma vez que o não obriquem a dizer algum solo, porque então o fiasco é infalível.

Quem quer que seja o futuro historiador da literatura portugêsa, neste século, se fôr imparcial e cons-

ciente, há de acusar a ilegitimidade da ascensão e do supremo renome do Sr. Herculano.

De feito, êste escritor que deve uma boa parte da sua auréola ao mau estado do seu país, não deve menor quinhão aos caprichos do destino, que não se deixa compreender nem explicar por meios regulares. A ignorância do público legente, por si só, não é suficiente para dar inteira conta do fenómeno. A estrêla da felicidade, mesmo através de uma certa nuvem que parece turvar a fronte do homem, dilata-se, irradia-se até o fundo do seu pensamento.

As vozes do tempo, no que toca às duas nações irmãs, têm proclamado o Sr. Herculano um grande romancista, um grande historiador e, sobretudo, um grande estilista.

Eu deixo de lado o que respeita ao romance; limitando-me a observar que, nesse domínio mesmo, um olhar mais penetrante e menos deslumbrado que o dos pseudocríticos portuguezes, irá descobrir muita pobreza de imaginação criadora, encoberta por uma não vulgar habilidade de execução. Isto porém não quer dizer que êle possua em alta escala todos os atributos da plástica poética, da forma sempre bela e harmoniosa.

Nenhuma cousa o separa do *epigonismo* comum, salvo o dom particular, que já notei em princípio, de saber franzir o sobrolho e impor silêncio ao auditório. É êste o grande segredo da sua influência e da sua autoridade.

Se o mister do escritor público é uma espécie de magistratura social, o Sr. Herculano vem a ser um magistrado que não dá o menor despacho, sem primeiro vestir a toga talar, para infundir submissão e respeito.

O tom de sua linguagem nunca é o de um advogado que defende o direito desta ou daquela idéia; — porém sempre o de um juiz que decide, e não admite contestação.

VI

Tem-se deixado correr, como verdade intuitiva, que o digno autor é o modelo perfeito da estilística portuguesa, — e creio que elle mesmo é o mais convencido desta primazia. Não sei porém se semelhante abuso tem fôrça de durar ainda longo tempo, e resistir a uma análise rigorosa.

Uma cousa, pelo menos, me parece indubitável, e os próprios encomiastas, não poderão negar: o Sr. Herculano é um escritor parco de elegância, e o que bastante o prejudica, muitíssimo desigual. Nos seus escritos há uma desproporção enorme entre o que é bom e o que é mau, entre os períodos doces, regulares, afeiçoados com arte, e os períodos ásperos, oblongos, fatigantes.

Ante uma página animada e gostosamente legível, contam-se quarenta cheias de rudezas, que dificultam a viagem do leitor por terreno aridíssimo e pedregoso, onde não há sequer uma gota de água que se possa beber. E daqui não se deduza que eu aprecio as larguezas, os desperdícios da imaginação afetada e luxuosa. Opino contrariamente.

Pouca impressão me causam espíritos levianos, que extremam a coquette literária ao ponto de não saírem à rua, qualquer que seja o motivo, senão todos perfumados e uniformizados na grande gala da metáfora. O trajo domingueiro da frase poética, elles o

estragam em diários e inúteis passelos. Pode isto a outros parecer louvável; — quanto a mim, é uma extravagância ridícula.

Um homem, como Pelletan, por exemplo, que nunca se põe à mesa do jantar, mesmo o mais frugal e menos apetecível, sem tomar a casaca e calçar as luvas, não deixa de provocar alguma desconfiança do seu bom-senso e do seu caráter. Já se vê que o Sr. Herculano não pertence a esta categoria. Se incorre em censura, é pelo extremo oposto, quero dizer, pela escassez do colorido, pela ausência daquelas qualidades, que distinguem, entre nós, os mestres reconhecidos da estilística francesa.

Dêste modo, se lhe falta a simplicidade natural e encantadora de um Thiers; se lhe falecem também as graças austeras de um Guizot, muito menos coube-lhe em partilha a poesia exuberante de um Michelet.

Eu desconheço qual seja o estilo típico. Admito com Scherer que há lugar para tôdas as vocações e todos os estilos, só tendo por limite o bom-senso e o bom-gosto, sem outras restrições, senão as que são impostas pela razão e pelo interêsse mesmo dos nossos gozos. Mas acho admirável que se imponham como normas de labor artístico as produções de um escritor, cujo pensamento é pouco rico e variado em seu fundo, e que trata de ocultar esta pobreza com singularidades ortográficas e fórmulas *arcaizantes*.

Tenho como decisiva, contra as presunções do Sr. Herculano e os aplausos dos seus discípulos, a seguinte observação. Nas línguas cultas de hoje, os melhores escritores não são para o estrangeiro os mais difíceis de ler. É o contrário que se nota.

Quem estuda um idioma estranho, — sirva de exemplo o alemão, — tendo a lutar, entre outros muitos, com o magno embaraço provindo da cópia de termos, admira-se de ver que o seu pequeno pecúlio de noções, adquirido nos exercícios e práticas gramaticais, é quase suficiente para traduzir uma página de Strauss, um pedaço novelístico de Mugge ou de Fanny Lewald, e, o que ainda mais admira, até um *Lied* de Geibel.

E será pela razão de faltar a todos êsses a qualidade de bons escritores? Ninguém di-lo-ia. Mas agora imaginemos também um estrangeiro, um alemão mesmo, que pretenda aprender o português. Depois de algum estudo, e de já poder ler no original, sem abrir muitas vêzes o dicionário, os episódios mais interessantes dos *Lusiadas*, ei-lo que se encontra com o *Enrico* do Sr. Herculano, ou com a sua *História de Portugal*. Não é certo que êsse estrangeiro tem de desesperar, diante das novidades arcaicas, das frases mortas, ressuscitadas, que estèrilmente enriquecem a língua do nosso autor? E a isto é que se chama escrever bem? Não há maior cegueira.

É como historiador que o ilustre literato deve ser, de preferência, encarado.

Aí — dizem —, fundou êle a sua glória. Os trabalhos anteriores se podem considerar como uma espécie de ginástica habilitadora dos músculos que tinham de sopesar o montante de Afonso Henriques.

Merece referir-se que o autor foi quem introduziu em Portugal o romance histórico, — êste gênero decaído, ao qual entretanto muito deve a ciência do moderno historiar.

É sabido que A. Thierry, com a sua *História da conquista da Inglaterra*, não só em França, mas em toda a Europa, abriu caminho a um novo modo de escrever esta matéria; assim como é notório que a fonte inspiradora do célebre francês outra não foi, senão o *Ivanhoe* de W. Scott.

Ora, o Sr. Herculano que tem a pretensão de ser em sua terra o que foi e ainda é hoje reputado na Alemanha Leopoldo Ranke, chefe de escola, mestre insuperável, teve a vantagem de ensaiar-se no romance e predispor-se destarte para ser um grande characterista, um psicólogo da alma nacional, um vidente do passado, diante de quem os fatos se reanimam, e o enigma dos tempos deixa-se decifrar.

Mas pode-se dizer que êle se assinala por êstes predicados? De nenhum modo. Na apreciação dos méritos de um autor, é preciso separar o que êle deve a si próprio, às suas faculdades geniais, daquilo que lhe é dado pelo espírito da época e tendências dominantes.

O que há, pois, de especialmente notável na *História de Portugal*, que engrandeça e ilumine, fora do comum, o vulto do seu autor? A expulsão do milagre? Seria curioso que neste século, e depois de tantos exemplos de indagação libérrima, um escritor *leigo* ainda nos viesse regalar com visões e aparições celestes! 12

12. O milagre de Ourique já tinha sido expulso pelo alemão Heinrich Schafer, em sua *Geschichte von Portugal bis zum Ausbruch der Revolution im Jahre 1820*. Gotta — 1836 — 54. Sendo assim, o que resta para o Sr. Herculano?

Além disto, julgo ser uma falta de coerência banir, por um lado, o sobrenatural da tradição, e por outro, conservá-lo, no modo de encarar e compreender a sucessão dos fatos. Assim, não obstante o seu intuito de arredar da história o elemento teológico, o Sr. Herculano ainda é um velho historiador teólogo.

Lopes de Mendonça, que tinha em alto grau o talento de escrever, porém nada mais sabia, do que aquilo que é bastante para ser em Portugal um hábil folhetinista, entrou, com a sua quota de palavreado, na formação do renome que cinge o nosso autor. Disse dêle cousas brilhantes de exageração e despropósito, que podem atualmente provocar o riso de leitores menos ingênuos.

Aos olhos dêsse crítico inocente, cujo ponto de vista lacunoso é ainda o que domina no Brasil, o pátrio historiador tem todos os atributos necessários ao mister. Entretanto, é para admirar que tão raros, e quase nulos, se manifestem na obra celebrada os distintivos das grandes capacidades históricas do século.

Debalde aí buscar-se-ia alguma cousa de análogo e comparável à característica de Sylla ou à de César, em Mommsen; o que quer que, de longe ou de perto seja semelhante ao retrato de Inocêncio III, em Hutter; ao de Lutero em Ranke; ao de Carnot, em Sybel. E tudo isto refere-se à maneira de escrever a história; — que diríamos do modo de compreendê-la, no qual êsses autores empregam as largas intuições do seu talento, secundadas pelo estudo de outras ciências; — estudo que não teve, que não tem o Sr. Herculano?

O professor Juergen Bona Meyer, em um escrito — *Neuer Versuch einer Philosophie der Geschichte*, assim se exprime: «O mister da escritura histórica, diz Lazarus, é diferente do da ciência histórica; — pode-se escrever bem história, sem contudo possuí-la. Aquela mantém-se em relação a esta, como a arte do jardineiro em relação à botânica. O botanista deve conhecer as leis psicológicas do mundo vegetal, ao passo que o jardineiro, sem êsse conhecimento, pode exercer a sua arte com tato de gênio.

Semelhantemente pode o escritor de história genialmente cumprir o mister artístico de narrar, não obstante a falta de idéias científicas; — porém é só por meio da noção das leis, que a sua arte se eleva a altura de uma ciência.»¹³

Se êsse exatíssimo asserto carecesse ainda de uma prova, ninguém melhor dá-la-ia, do que o Sr. Herculano. Ele é um simples jardineiro da história, pôsto que, não rara vez, destituído de tato genial.

Os portugueses mostram ter imenso orgulho do seu historiador. Porque êles o consideram uma raridade literária, sem mais nem menos, julgam-se obrigados a altear o coturno e engrossar as frases laudativas, sempre que falam no grande homem. Não sei eu decerto quem negue-lhe o direito de adorarem submissos o seu atual príncipe da pena, ao ponto de não verem, acima dêle, qualquer outra figura, nacional ou estrangeira, mais esplêndida e mais admirável.

13. *Historische Zeitschrift* XIII Jahrgang 2 Heft — 329.

Quero crer que essa homenagem, um pouco radicada na ignorância geral, não deixa, todavia, de fazer alguma honra aos tributários, bem que cegos e inconscientes. O que porém se me antolha, como um despropósito, é tomar-se o próprio fanatismo, por medida objetiva do mérito de um autor compatriota, e destarte converter-se em *uma das glórias de Portugal* aquilo que é apenas glória particular do Sr. Herculano, se é que êle julga a pobre opinião do seu país capaz de fortalecer e tranqüilizar a consciência de um escritor.

Não basta aos sábios e literatos, como se dá com os reis, a aclamação, ainda unânime, de um povo, para assumirem a dignidade suprema. O direito da república das letras é todo externo, internacional, cosmopolítico.

Não posso compreender que o escritor português se tenha em alta conta científica, se faltam-lhe os fundamentos para um justo e merecido orgulho. O Sr. Herculano, que não é geralmente nomeado na Europa, que é mesmo desconhecido, ou então — o que parece-me pior, — pouco considerado pela parte mais culta da Alemanha, não tem razões bem fortes de ostentar-se imperioso e sobranceiro.

É difícil descobrir qual o sentido, que seus admiradores ligam ao conceito de glória literária de uma nação. O renome do honrado historiador é um renome interno, e que não passa além dos curtos e obscuros domínios da língua portugueza. Há uma espécie de idolatria neste modo de endeusar um autor pátrio, sobre quem não se há pronunciado em última

instância o juízo estrangeiro, por meio dos seus mais competentes órgãos.

A pretendida *glória de Portugal*, na pessoa do Sr. Herculano, é um ídolo fabricado pelos portugueses, os quais veneram assim a obra de suas mãos. Pode ser que exista de minha parte algum excesso de rigor, na ponderação dos requisitos, a meu ver, indispensáveis para qualquer indivíduo, pelo que toca às letras, tornar-se de fato a glória de um país.

Como quer porém que seja, o certo é que a minha crítica não está sem base. Causa-me certa estranheza ver o autor português, não obstante o brilho extraordinário que o adorna em sua terra, de todo esquecido no mundo superior da ciência moderna.

Parece-me singular e digno de nota, que autores alemães, na época presente, e em artigos consagrados ao desenvolvimento histórico de Portugal, sob as suas diversas relações, demonstrem não conhecer os trabalhos do Sr. Herculano, deixando de mencioná-los ao lado de outros, pertinentes ao assunto.¹⁴

Onde está pois a nomeada européia, de que tanto falam os apologistas do ilustre literato?...

Não fica aí. Ainda há bem pouco tempo, um sábio italiano compôs um livro notável, que tem por título — *La scienza della storia*, e no qual o autor se ocupa dos grandes historiadores, desde Heródoto até os nossos

14. Vide *Staatswoerterbuch* de Bluntschli; art. *Portugal*, por Schubert, tomo 8.º, 1864; art. *Pombal* por Baumgarten, idem; art. *Inquisição*, por Dove, tomo 5.º, 1860.

Verdade é que ultimamente, em uma nova *Revista literária* inglesa, *New Quarterly Review*, iniciada em outubro d'este ano, segundo publicou o *Jornal do Comércio* de Lisboa,

dias. Especialmente, quanto aos modernos, apreciando-os, segundo as vistas de cada um e o modo de escrever e entender a história. Marselli abre diversas categorias em que entram Cantu, Thiers, Gervinus, Mommsen, Macaulay, Michelet, Laurent...

Como se pode explicar que o sábio italiano passasse em silêncio o sábio português?

Não se trata de um representante do espírito germânico; — é um órgão do espírito latino, a quem, por simpatia de raça e de cultura, a grandeza do Sr. Herculano não pudera ser estranha, se de feito ela existisse.

A menção que fiz de Marselli, impõe-lhe o dever de não calar o que disse um escritor a respeito do ci-

saiu um lisonjeiro artigo sobre o Sr. Herculano. Mas quer me parecer que o autor desse elogio não merece a consideração de um crítico imparcial e julgador sincero. O louvor em demasia é um digno irmão da *prova demais*; — destrói o que pretende construir. Dizer, como lá se diz, que as qualidades do historiador português são tais e tantas, que não tinham-se encontrado em nenhum outro, depois de Gibbon, é o cúmulo do dislate. Antes de tudo, o crítico revela desconhecer a posição que ocupa o historiador inglês, como um dos patriarcas da ciência histórica moderna. Os predicados que o caracterizam são superiores à sua época, porém já estão aquém das exigências do nosso tempo. Gibbon é do século passado; e todos sabemos, menos o autor do artigo, qual o progresso que tem a história feito neste século.

Se alguma coisa há em Gibbon, que possa ser comum ao Sr. Herculano, é a intuição estreita e lacunosa, que um deve ao seu tempo, e o outro à falta de filosofia. Se em ambos alguma coisa brilha por sua ausência, não é decerto a retórica. Existe ainda no historiador inglês o singular defeito de uma pretensiosa *artificialidade* de estilo, que já chocava os seus contemporâneos, como no-lo ensina Her-

tado livro.¹⁵ Não deixando de notar certas lacunas, cuja ausência torná-lo-la ainda mais interessante e merecedor de séria leitura, êsse escritor se exprime por um modo, que provoca a reflexão e dá lugar a novas dúvidas, mesmo em relação ao nosso historiador.

«Medida pela bitola da ciência italiana, — diz êle, — a obra é significativa; considerada porém do ponto de vista da ciência alemã, apenas se eleva acima do mediocre... mit dem Masstabe italienischer Wissenschaft ist das Werk ein bedeutendes, vom Standpunkte der deutschen Wissenschaft aus betrachtet, erhebt es sich dageged kaum ueber das Mittelmaessige.»

É claro que, na mente do escritor, existe uma medida suprema, com que se determina a importância absoluta de qualquer obra: é a ciência alemã. Não basta que um escrito se recomende pelo grande aplauso que possa ter colhido em o país donde êle é oriundo; faz-se mister saber se está ao nível das idéias correntes, se pode ser confrontado com as obras de igual forma e conteúdo, filhas da Alemanha.

mann Hettner: — ... Und zu diesen Mangeln tritt auch nicht selten eine anspruchsvolle Kunstlichkeit des Stils, welche schon die Zutgenossen verletzte. Neste ponto o português o iguala. O escritor da mencionada Revista foi infeliz em sua descoberta. Quem tem coragem de afirmar que o Sr. Herculano é talvez no todo o primeiro historiador da presente época, não ama a verdade, nem sabe respeitar a opinião do século. Se não é um elogio encomendado, o autor do tal artigo deve ser, ou muito caprichoso ou muito ignorante.

15. A. Scartazzini — *Magazin fur die Litteratur des Auslandes* — 1873, n.º 41, pág. 605.

Será preciso dizer que semelhante critério mata as pretensões do Sr. Herculano? De feito, é impossível considerá-lo sôbre outro ponto de vista, que não o da ciência moderna, qual vemo-la entre as mãos dos maiores espíritos do século. Sôbre ser êle o único historiador português da actualidade, e não haver no seu país uma bitola científica, por onde se o compare, acresce a circunstância, muitíssimo ponderável, de que o honrado escritor mesmo julga-se capaz de receber essa medida, e olha com sobranceria para as migalhas literárias de sua terra.

Ora, não há dúvida que, assim estabelecido o juízo da crítica, o Sr. Herculano diminui sensivelmente de tamanho. As suas obras não são fenómenos animados de alta ciência e largas intuições, que tenham saído ainda mais fortes, altivos e triunfantes, da luta pela vida, sustentada com outras aparições da espécie.

Em uma ilha isolada, cujos habitantes nunca tivessem visto por tôda a sua *fauna*, senão lebres e doninhas, o primeiro cervo que aí se mostrasse, não causaria espanto, como um enorme e ferocíssimo animal? Eis a imagem do que se dá no terreno da literatura portugêsa, com os livros do Sr. Herculano.

Podemos concluir. O digno escritor mais nada tem a dar-nos. Está fechado o ciclo da sua missão, que allás não deixou de ser proveitosa para a sua gente. Já é possível, sôbre êle, um juízo definitivo. E como quer que se julgue, deve ficar assentado, que o Sr. Herculano é um original. Mas há originais de duas formas: uns que são-no porque querem, outros que o são, porque devem sê-lo. Os primeiros são produto da arte, os segundos da natureza.

Com aquêles, por mais sérios que se mostrem, podemos sempre tomar a nossa parte no gracejo e divertimento; visto como, a despeito de todos os seus esforços para se apresentarem grandes e admiráveis, não conseguem ocultar o lado risível da sua singularidade.

Êstes, porém, a par de muita cousa esdrúxula e falsa, deixam ver sempre, os sinais da fôrça e natural frescura de uma vida realmente original. O Sr. Herculano pertence à primeira classe.

Julho e dezembro de 1873. *

* Cap. XIII extraído do Vol. 3 — *Filosofia e Crítica* —, das "Obras Completas de Tobias Barreto". Edição do Estado de Sergipe. 1926.

EDUCAÇÃO DA MULHER

(ASSEMBLEIA DE PERNAMBUCO. — SESSÃO EM
22 DE MARÇO DE 1879.)

O SR. TOBIAS: — Sr. Presidente, trata-se, ao que parece, de uma questão importante; e eu não tive a felicidade de assistir às duas primeiras discussões do projeto, que foram, segundo consta, de um valor científico não comum. Não tenho também, portanto, a vantagem de me achar com o espírito esclarecido pela observação do muito, que de bom e luminoso aqui se tenha porventura enunciado, para entrar, como agora entro, com a minha parte de interesse e dedicação convicta, na matéria que se debate.

E não é só isto. Além de não ter a vantagem, de que falo, acresce ainda que me sinto embaraçado pela consideração do perigo, a que me exponho, de vir talvez repetir, sem sabê-lo, alguma cantiga já conhecida, e destarte reduzir as minhas palavras a não serem mais do que uma segunda ou terceira *dinaminização* do que outros já tenham dito, fenómeno que não é raro nas nossas *corporações falantes*.

Este perigo, que corro, como correm todos em iguais condições, inquieta-me sobremodo; e é por isso, Sr. Presidente, que o meu primeiro e maior trabalho será o de esforçar-me para evitar um tal escolho, para não replisar o terreno pisado, para não comer o sobejo alheio, quero dizer, não servir simplesmente de *caixa de ressonância* daquilo que nesta casa foi ou-

vido, quer a favor, quer contra o projeto em discussão. Cada cousa tem as suas nove faces, diz o provérbio.

Por mais que os ilustres deputados, que tomaram parte na questão, tenham perscrutado tôdas as dobras, de que ela se compõe, é sempre de presumir que algum ponto importante passasse despercebido ou pelo menos não fôsse devidamente apreciado.

Eu ousou pois confiar na boa causa que trato de defender, e no bom gênio que me inspira, o gênio do reconhecimento e do culto rendido às excelências do belo sexo; ousou confiar, repito, que poderel também contribuir com algumas verdades, sèriamente meditas e francamente expressas, para arredar desta assembleia a imensa responsabilidade de um pecado imperdoável contra o *santo espírito* do progresso, de um crime de lesa-civilização, de lesa-ciência, qual seria sem dúvida o de ficar aqui decidido, b̃arbaramente decidido e assentado, que a mulher não tem capacidade para os misteres científicos, para os misteres que demandam uma alta cultura intelectual.

VOZES: — Muito bem!

O SR. TOBIAS: — Existe, Sr. Presidente, um certo gênero de assuntos, sôbre os quais é mais fácil escrever um livro, do que fazer um discurso. A este gênero pertence o tema, que nos ocupa; não considerado em sua forma primitiva, como êle se acha contido na modesta petição de uma menina inteligente, que veio impetrar da Província uma subvenção para ir estudar medicina, mas sim tal qual o tornaram, com as proporções, que lhe deram, levando-o para o chamado *campo científico*, onde aliás é certo que a teoria sustentada pelo nobre deputado, o Sr. Dr. Malaquias, já

de há muito retirou-se do combate, envergonhada de si mesma, teoria decrépita, sem razão de ser, pretendida *fisiológica*, da mulher condenada por natureza à incapacidade e ao atraso mental, teoria que já hoje, no mundo da ciência, representa o mesmo papel, que representa, no mundo poético, a insulsa maldição clássica dos *vates* indignados contra as *Marílias* sempre ingratas as *Márcias* sempre cruéis, as *Jônias* sempre traidoras.

Quando digo, Sr. Presidente, que este assunto presta-se mais a um livro do que a um discurso, não viso por certo um livro de doutrina, porém um livro de história, no qual se narrassem tôdas as fases, por que tem passado a questão aqui suscitada, e o estado em que ela se acha. Tal é o muito que se tem escrito a respeito e tanto que essa questão possui, por si só, uma imensa literatura. Se pois alguma coisa me pode causar admiração, é ver um espírito culto, qual é o nobre deputado, combatente do projeto, um digno representante da medicina entre nós, por capricho ou mau humor...

O SR. MALAQUIAS: — Não apoiado.

O SR. TOBIAS: — ... abraçar-se com o cadáver de uma teoria inanida, que já não pertence aos nossos tempos, que deve ser enterrada na mesma fossa, em que dorme o pobre dogma do pecado original, de quem ela é filha bastarda, o dogma da queda de Adão por culpa de Eva, e o terrível *veredictum*:... *sub viri potestate eris et ipse dominabitur tui*!... Sim, é isto que me admira, e esta admiração sobe de ponto, quando considero que foi em nome da ciência, que o illustre deputado pretendeu falar; que foi em nome da

ciência, e pela força única do advérbio — *fisiològicamente*, que pretendeu demonstrar a inferioridade da mulher, sua dependência perpétua em relação ao homem, sua inaptitude para os estudos sérios; tudo isto escrito, como êle pensa, no próprio cérebro feminino: o que, entretanto, não passa de uma espécie de *buena dicha*, pela qual se tem a pretensão de ler na massa cerebral da mulher o seu predestino, os limites do seu desenvolvimento, o acanhado de sua inteligência...

O SR. MALAQUIAS: — Pretensão muito legítima.

O SR. TOBIAS: — ...da mesma forma que as boêmias feiticeiras lêem na palma da mão a sorte boa ou má de quem quer que a elas para isso se ofereça. Dar-se-á que a fisiologia seja também uma cigana? Dar-se-á que ela se arrogue o dom de predizer e ser infalível em suas predições?... A fisiologia, da qual aliás diz um homem competente, que deve ser muito autorizado para o nobre deputado, o Sr. Augusto Laugel, *bien connu dans les sciences physiques*, como dêle exprime-se Littré... a fisiologia, sim, da qual diz êsse sábio que, como tôdas as ciências na infância, está sobrecarregada de observações, ou falsas, ou incompletas?!...

O SR. MALAQUIAS: — (*Dá um aparte.*)

O SR. TOBIAS: — Êste estranho modo de pensar da parte do nobre deputado faz-me compreender a exatidão, com que há pouco tempo o grande zoólogo alemão Carl Semper, um dos mais fortes adversários de Ernesto Haeckel, escreveu que no domínio das ciências verifica-se a mesma lei natural, que se dá na vida dos povos, a saber: o vencido tem sempre alguma influência sôbre o vencedor; e assim vemos que a zoologia está prestes a admitir o método praticado

naquela ordem de idéias, contra a qual ela tem de preferência combatido, e crê ter ganho a vitória, isto é, está prestes a admitir a fé absoluta em dogmas, que por se dizerem científicos, não são menos incompreensíveis que os dogmas religiosos.

Neste caso está o dogma impertinente, o artigo da fé tradicional, que se quer impor como baseado em provas fisiológicas, relativo a não sei que incompetência natural da mulher para o cultivo completo de suas faculdades mentais.

Costuma-se dizer, Sr. Presidente, que, na esfera política, nada existe de mais terrível do que a *ditadura da espada*. Pois bem: conheço alguma cousa de semelhante, alguma cousa de igualmente horrível na esfera científica: — *é a ditadura do escalpêlo*.

Mas eu me iludo: estou querendo fazer a fisiologia, ou qualquer outra ciência médica, responsável por um modo de ver pessoal, por uma insistência no erro da parte de quem quer que ainda creia poder provar com fatos científicos, que a mulher é, por natureza, medíocre.

O SR. MALAQUIAS: — É a lei quem o diz.

O SR. TOBIAS: — Que tem mais que ver a fisiologia, a ciência do homem em geral, com semelhante anacronismo?

Sr. Presidente, permita-me S. Ex.^a que eu conte uma pequena história. Há cêrca de 25 anos existiu na capital da Bahia um velho filólogo, latinista e helenista, *doctus sermones utriusque linguae*, a quem uma vez ocorreu a lembrança de tentar provar, *por meio da álgebra*, que a alma humana é imortal. Firme neste propósito, meteu mãos à obra, e estabelecendo a sua

equação com o competente — X —, depois de muito suar e lidar, achou enfim o que queria, ficando ufano e contentíssimo da sua descoberta; e morreu convicto de ter com efeito demonstrado a immortalidade da alma — *algèbricamente!*...

É preciso todo o sério, que inspira o espetáculo dos túmulos, para conter o riso diante de tal tentativa, diante dessa espécie de *délit manqué* filosófico de um pobre espírito, que assim se finou na graça de Deus e da madre igreja, com cheiro de idiotismo.

Ora, a esta classe de demonstração, *mutatis mutandis, exceptis excepiendis*, pertence aquela que se julga feita — *fisiològicamente*, — com o fito de deixar claro que a mulher é incapaz de compartilhar com o homem de todos os esforços e todos os proventos da civilização e do progresso.

Seja-me lícito, Sr. Presidente, repetir aqui as palavras de um grande espírito contemporâneo, um notável professor da universidade de Copenhague:

«Na sociedade moderna, diz êle, o indivíduo que nela entra e com ela vive, encontra, por assim dizer, um antigo vestuário de prejuízos, que êle deve ajeitar ao seu corpo. — Como assim? pergunta o mísero condenado a enfiar, mau grado seu, o uniforme social, é indeclinavelmente preciso que eu me embrulhe neste manto esburacado? Não posso dispensar a velha roupa que todos vestem? É inevitável que me pinte o rosto, ou que ponha também a minha máscara? Devo eu necessariamente crer que Polichinelo não tem giba, que Pierrot é um homem honesto, e Arlequim um homem sério? Não se concede, neste sentido, uma graça em favor de alguém?... — Nenhuma graça se concede se

tu não queres ser açoitado por Polichinelo, escouceado por Pierrot e palmatoriado por Arlequim.»

Magníficas palavras que subscrevo de coração porque elas exprimem perfeitamente a triste verdade das cousas.

Ora pois: eu afronto impávido o látego de Polichinelo e a férula de Arlequim, para dizê-lo alto e bom-som: um dêsses antigos vestuários de prejuízos e errôneas opiniões consagradas, uma dessas peças de roupa velha, mais anacrônica e ridícula do que os colêtes de paisagem e as calças de alçapão dos nossos antepassados, é a idéia preconcebida, a opinião extravagante de que a mulher não tem talento para a cultura científica.

O nobre deputado, a quem aprouve dar à presente questão uma côr, que não se fazia aqui precisa, e chamá-la para um terreno, onde ela correu, se ainda não corre o risco de ter uma solução desfavorável à jovem peticionária; o nobre deputado que pôs o seu talento a serviço de uma causa má, porque importa a sustentação de uma teoria atrasada, permitirá que lhe diga: ou S. Ex.^a acha-se ao fato do que existe de assentado a respeito da aptitude feminina para os estudos médicos, e suficientemente informado sôbre as fases que tem atravessado essa questão; ou não se acha. No caso afirmativo, S. Ex.^a não tem desculpa de haver guardado segredo, de haver escondido o que há de mais nôvo sôbre a matéria, para tomar um ponto de vista inadequado e prejudicar assim a pretensão impetrante. Se porém, ignora, o que duvido, ainda menos desculpável é S. Ex.^a, pois que devendo inteirar-se do verdadeiro estado da questão, e não o fazendo, não pode

insistir, como tem insistido, na defesa de sua opinião, que é mal segura, desde que em torno dela não se agrupam fatos comprobatórios e argumentos fornecidos por uma teoria mais vigente. (*Apoiados.*)

Sr. Presidente, a questão que aqui hoje nos ocupa, a questão de saber se a mulher pode estudar e exercer a medicina, já não é uma tal, já não tem caráter problemático para o alto mundo científico. Pode-se até fazer-lhe a história e enumerar os seus *momentos* diversos. Foi em dezembro do ano de 1867, que na Europa se deu o primeiro impulso para um dos maiores movimentos dos tempos modernos, sendo conferido a uma mulher, em ato solene, o grau de *doutora em medicina* por uma universidade célebre, a universidade de Zürich. Essa mulher é uma russa e seu nome Nadeschda Suslowa. Foi esta, sim, a primeira vez que se resolveu ali praticamente e de modo satisfatório o problema inquietante dos estudos universitários da mulher, em comum com estudantes do sexo masculino. Até então não se tinha suscitado dúvida séria sobre a competência, ou incompetência dela, para as funções especiais de médico.

Este fato que na ocasião tomou as proporções de um acontecimento, não deixou de ter sua influência. O exemplo de Nadeschda Suslowa atraiu a Zürich outras aspirantes; e três anos depois, a 12 de março de 1870, recebia igualmente o grau doutoral a segunda médica daquela universidade, uma moça inglesa Elisabeth Morgan, sobre cujo caráter e talento se exprimam do modo mais honroso, na ocasião do grau, diversos professores da escola. Tal foi a impressão do ato e do brilhante papel da moça médica que não resistiram

ao desejo de manifestar a sua admiração. Ao decano da Faculdade, o Professor Bierner, coube argüi-la a respeito da dissertação, que tratava do seguinte ponto: — *Sôbre a atrofia progressiva dos músculos*. Creio que é um ponto científico e de alguma importância. Creio, digo eu, porque nestas matérias sou um simples devoto, um simples crente; pôsto que, é verdade, quando menino, na minha terra, ouvisse muitas vêzes alguns devotos discutirem teologia com o vigário. (*Riso*) A môça doutoranda respondeu a tôdas as objeções de um modo tão vantajoso, que o Professor não pôde conter o seu entusiasmo, dirigindo-lhe entre outras as seguintes palavras: «Vós tendes, mademoiselle, uma boa parte na solução do grande problema social que aqui nos ocupa. Pelo vosso sério científico vos tornastes um modelo para as mulheres que aqui estudam; e eu não duvido um só instante que, em vosso próprio interêsse e para bem de muitas outras, haveis de aplicar dignamente os conhecimentos entre nós adquiridos».

Do meio dos moços estudantes, pois que naquela universidade têm êles o direito, que oxalá existisse também nas nossas Faculdades, de argüirem os doutorandos, ergueram-se então duas vozes a atacar duas das *teses*, não sei se por um ato de grosseria, ou de simples galanteio, e a ambos os oponentes, diz o autor, a quem devo estas informações, a candidata respondeu *tranqüilla e satisfatoriamente*. Terminado o ato da promoção de Miss Morgan à doutora de medicina, cirurgia e obstetrícia, um outro professor universitário, na alocução que proferiu, disse-lhe ainda: «... Acabais de dar-nos uma nova garantia do bom êxito da experiência, que fazemos em Zürich, para a solução da

questão social, que hoje mais que qualquer outra preocupa o mundo: a questão da mulher».

Isto dava-se em março de 1870. Em outubro de 1871 e no ato do doutoramento de outra médica da mesma universidade, o anatomista Professor Hermann Meyer dizia também à jovem aspirante: «Mostrastes pelo vosso exemplo que é possível à mulher dedicar-se com todo o sério à vocação medical sem por isso renegar o carácter feminino».

Como se vê, o fato estava assentado e ninguém ousava contestá-lo. Eis que, porém, nesse mesmo ano de 71, levantou-se uma voz, uma única voz autorizada para protestar contra êle, e tentar ainda convencer o público da incapacidade feminina para os misteres médicos. Essa voz foi a do Dr. Frederico Bischoff, professor de fisiologia na universidade de Mûnich, o qual escreveu uma obra especialmente destinada ao assunto, que tem por título: *Do estudo e do exercício da medicina pelas mulheres*.

Aparecendo êste livro, no qual, depois de apresentar todos os argumentos e considerações teóricas em apoio de sua opinião, Bischoff teve a franqueza de declarar que nunca tinha ensinado a mulher alguma, nem jamais admiti-las-lhe entre os seus discípulos, foi como que uma provocação aos professores de Zürich, e a refutação não se fez muito esperar. Os Drs. Victor Boemert e Hermann, não aquêle, de que já falei, mas um outro lente de fisiologia, saíram ao encontro de Bischoff, o primeiro no escrito: *O estudo das mulheres, segundo as experiências da universidade*, e o segundo em outro escrito: *O estudo das mulheres e os interêsses da escola superior de Zürich*. Dous pequenos livros, em que

as idéias preconcebidas de Bischoff são de todo combatidas e mostra-se claramente o anacrônico da sua obra, o fraco da sua argumentação, que ainda se baseia em grande parte na ordem providencial do destino da mulher e sobretudo a singularidade de falar *a priori* de uma cousa, sôbre que não tinha conhecimentos práticos.

Não ficou aí. Alguns outros professôres ainda acharam ocasião de dar o seu parecer sôbre o ponto questionado; e homens, como Frey, lente de anatomia e histologia comparada, e o já mencionado Bierner, decano da Faculdade e lente de clínica, se expressaram de maneira a não deixar a mínima duvida: «De acôrdo com as minhas experiências, diz Frey, que tôdas se fundam na instrução prática, sou forçado a reconhecer em um grande número de cabeças femininas uma alta capacidade para o estudo das disciplinas anatômicas, e até para os pontos mais difíceis da anatomia superior... Exatamente na microscopia, parte importantíssima da medicina moderna, a mulher tem um futuro». E Bierner exprime-se assim: «Na clínica muitas mulheres se têm distinguido e assinalado por uma cuidadosa indagação e uma excelente diagnose».

Já isto seria bastante, quando mesmo fôsse tudo. Mas não é tudo. Saiba mais o nobre deputado, meu illustre e respeitável antagonista na questão debatida, que quase por êsse mesmo tempo, em que tais cousas se davam na Suíça, admitira-se na universidade de Edimburgo o ensino das mulheres. Sucedeu, porém, que os estudantes inglêses, impelidos não sei por que motivo, entenderam dever fazer barreira à tendência dominante, e reunindo-se para isso peticionaram à Fa-

culdade, e esta resolveu por 6 votos contra 4 a exclusão das discípulas. Contra uma tal exclusão protestou o lente de anatomia Dr. Handyside, e o seu protesto é tanto mais digno de consideração, quanto é certo que foi feito, sem intenção possível de lisonjear o belo sexo, em uma carta particular, dirigida ao Dr. Boemert, em que êle declarou que os estudantes tinham feito aquêl movimento levados de pretextos frívolos (*on very frivolous pretences*). E terminou a carta (o nobre deputado tome nota das expressões do seu colega) dizendo: «É ridículo, em nossa profissão querer-se ainda lutar contra a corrente, pois as mulheres são sem dúvida admiravelmente conformadas para brilhar (*to excel*) em anatomia, cirurgia, obstetrícia, farmácia e muitos outros departamentos da profissão médica».

Eu creio, Sr. Presidente, que em presença de tantos e tais fatos, confirmados pelo testemunho de homens competentes, não é possível insistir no modo de ver contrário. Onde existe a cultura, existe de parceria com ela a docilidade. O meu honrado colega, combatente do projeto, há de convir que neste ponto deixou-se mais conduzir por um mau humor...

O SR. MALAQUIAS: — Não apoiado.

O SR. TOBIAS: — ... por um capricho, por um dêsses ímpetos de momento...

O SR. BARÃO DE NAZARÉ: — Quem sabe se o defeito não está no signatário do projeto?...

O SR. TOBIAS: — ... pois que tendo bastante habilitação, como lhe reconhecemos...

O SR. BARÃO DE NAZARÉ: — Apoiado.

O SR. TOBIAS: — ... sendo mesmo autoridade na matéria por êle discutida, deve saber e concordar que não se trata de uma questão teórica, de uma questão que se possa resolver com dados *apriorísticos* porém de uma que só no terreno experimental pode ser elucidada. Ora, no terreno experimental, esta questão está resolvida do modo mais favorável à mulher.

O SR. BARÃO DE NAZARÉ: — Apoiado.

O SR. MALAQUIAS: — Não apoiado.

O SR. TOBIAS: — Os fatos aí estão e com êles o testemunho de homens notabilíssimos. Não é mais possível insistir de encontro ao que já é verdade reconhecida; salvo, se se pretende qualificar todos êsses homens de incompetentes, ou animados de paixões inconfessáveis, o que não é admissível. São homens sérios, que estudaram a matéria com a seriedade da ciência.

O SR. ERMÍRIO COUTINHO: — Autoridades.

O SR. MALAQUIAS: — Existem também muitas em contrário.

O SR. TOBIAS: — Agora, Sr. Presidente, passarei a apreciar outro ponto da argumentação do nobre deputado. Segundo constou-me a maior parte das considerações feitas por S. Ex.^a contra a idéla contida no projeto, referiu-se ao cérebro da mulher. Eu disse nas minhas palavras iniciais que a teoria professada pelo nobre deputado é uma teoria decrépita. Não foi isto um dito de ocasião, mas um dito de convicção.

Essa teoria, repito, que ensina a determinar o grau de inteligência unicamente pelo pêso do cérebro, é cousa um pouco desacreditada e não faz muita honra

a quem quer que ainda queira basear-se nela. É quase o mesmo ponto de vista da velha doutrina de Gall.

E não é preciso ser espiritualista, como eu não o sou, no sentido vulgar da palavra, para assim pensar. Se para ser materialista, no sentido científico, se faz necessário, indeclinavelmente necessário, que se comunquem tais doutrinas, então não sou também materialista, porque não admito essa mecânica cerebral, essa proporção entre a massa do cérebro e o grau de inteligência. Acho-a incompreensível e acho-a assim porque não vejo razão alguma de força, que a possa sustentar.

O SR. MALAQUIAS: — As leis fisiológicas.

O SR. TOBIAS: — Quais são elas?

O SR. MALAQUIAS: — Quanto mais bem desenvolvido é o órgão, melhor é a função.

O SR. TOBIAS: — E isto já será decerto uma lei? O maior peso do cérebro é por si só uma prova de maior desenvolvimento? A fisiologia, que até hoje, como diz pessoa competente, não se tem ocupado nem com as funções do desenvolvimento, nem com o desenvolvimento das funções, bem poucas leis apresenta, que não possam sofrer contestação; e nesse número não se contam as que dizem respeito ao cérebro.

Basta-me o seguinte fato: Nós temos conhecimento do peso cerebral de alguns grandes homens. Perguntarei pois ao nobre deputado ou a outro qualquer que siga a mesma teoria, como pode explicar este fenómeno: o cérebro de Byron, por exemplo, pesou 2.238 gramas, e o de Dupuytren 1.436, um peso tal que oferece para com o primeiro uma diferença de 802 gramas, uma libra e três quartas, pouco mais ou menos.

Ora, a uma diferença tamanha no pêso do cérebro deveria corresponder uma notável diferença intelectual entre os dous espíritos. Mas porventura Byron, como poeta, foi maior do que Dupuytren, como cirurgião?...

O SR. MALAQUIAS: — Como cirurgião foi o primeiro do seu século.

O SR. TOBIAS: — Como Byron também o primeiro poeta. Admitido, pois, que a massa cerebral tivesse a significação, que se lhe quer dar, se ao pêso de 2.238 gramas corresponde um gênio poético da estatura de Byron, ao pêso de 1.436 não poderia corresponder um gênio cirúrgico do quilate de Dupuytren.

Mas isto não diz tudo; a questão tem ainda uma outra face. Na pergunta que vou fazer, está a morte da teoria que combato. Eis aqui o que vai matá-la: qual é o pêso normal do cérebro humano? (*Pausa*).

O SR. MALAQUIAS: — Há uma média.

O SR. TOBIAS: — Uma média não é pêso normal.

Peço ao nobre deputado que me dê um pêso certo e determinado.

Quantos cérebros já foram encontrados com pêso igual uns aos outros? Não se conhece. Sempre oferecem diferenças e estas diferenças estão dizendo que não há *normalidade*, não há uma lei fixa a respeito.

Além disto, ainda temos a considerar o seguinte: a teoria do pêso do cérebro, como medida intelectual, é anacrônica e insustentável, não só pelas razões, que acabo de expender, como também por um outro motivo que peço ao nobre deputado se digne de apreciar. Nós sabemos da grande importância, do grande desenvolvimento, que tem tido a doutrina da *selecção natural* de Darwin, sobretudo reformada e engrande-

cida em mais de um ponto por Ernesto Haeckel. Pois bem: entre as leis da *conformação ou adaptação indirecta*, de que fala Haeckel, está em primeiro lugar aquela que êle chama da *adaptação individual*, e segundo a qual os indivíduos de uma mesma espécie nunca são totalmente iguais.

Ora, pergunto eu: a *diferenciação cerebral* não é mesmo um efeito desta lei? O pêso do cérebro não se explica também por essa *adaptação individual* pela qual nunca se encontrarão dous indivíduos com igualdade de massa cerebral? E, sendo assim, como querer-se, comparando a mulher com o homem, deduzir de pequenas diferenças no órgão do pensamento uma enorme distância entre um e outro na capacidade intellectual?!...

É inadmissível.

Sr. Presidente, a questão que se ventila tem duas faces: uma face particular, a que nos diz respeito, no caso determinado, e uma face geral, aquela que se refere às grandes idéias do século, que se prende ao movimento do mundo civilizado. Aqui falou-se da *emancipação da mulher*, com o propósito consciente de prejudicar a peticionária...

O SR. BARÃO DE NAZARÉ: — Apoiado.

O SR. TOBIAS: — ...Mas essa mesma questão da *emancipação da mulher* não é uma cousa extravagante; é o nome dado a um dos mais sérios assuntos da época, em tôda sua complexidade. Ela oferece três pontos de vista distintos: o ponto de vista *político*, o *civil* e o *social*. Quanto ao primeiro, a emancipação política da mulher, confesso que ainda não a julgo precisa, eu não a quero por ora.

Sou relativista: atendo muito às condições de tempo e de lugar. Não havemos mister, ao menos no nosso estado atual, de fazer *deputadas* ou *presidentas* de província.

Um Sr. Deputado: — V. Exc.^a é oportunista.

O SR. TOBIAS: — Pelo que toca, porém, ao ponto de vista *civil*, não há dúvida que se faz necessário emancipar a mulher do jugo de velhos prejuízos, legalmente consagrados. Entre nós, nas relações da família, ainda prevalece o princípio bíblico da sujeição feminina. A mulher ainda vive sob o poder absoluto do homem. Ela não tem, como devera ter, um direito igual ao do marido, por exemplo, na educação dos filhos; curva-se como escrava à soberana vontade marital. Essas relações, digo eu, deveriam ser reguladas por um modo mais suave, mais adequado à civilização.

O SR. CLODOALDO: — Com igualdade absoluta de direitos é impossível a família.

O SR. TOBIAS: — Igualdade absoluta! São termos que se repelem pois a igualdade é uma relação.

O SR. CLODOALDO: — O que eu quero dizer é que não compreendo a sociedade conjugal sem uma autoridade.

O SR. TOBIAS: — Esta autoridade estaria na lei. O que eu desejava, pois, era que a lei regulasse as relações da família de tal maneira, que não pudesse aparecer nem a anarquia nem o despotismo.

O SR. CLODOALDO: — E é o que temos.

O SR. TOBIAS: — Perdão! Nós temos o despotismo na família.

O SR. CLODOALDO: — Não apoiado.

O SR. TOBIAS: — Se, por um lado, podemos apresentar exemplos, sòmente devidos a uma boa índole, de maridos que seguem os conselhos de suas mulheres, que condescendem com a vontade delas, por outro lado, encontramos muitas vèzes verdadeiros déspotas, semelhantes aos reis do Oriente, para quem a vida claustral é a missão suprema da mulher e que, fazendo todo o uso de seu direito, querem porque querem, mandam por que podem... *et terra siluit in conspectu ejus*.

Mas vamos ao lado *social* da questão. Aí é que está compreendida a emancipação científica e literária da mulher, emancipação que consiste em abrir ao seu espírito os mesmos caminhos que se abrem ao espírito do homem; e a êste lado é que se prende o nosso assunto. Se pois não se trata de fazer uma concessão de tal natureza, que venhamos daqui a anos ter uma deputada ou aspirante à Presidência da República; se não se trata mesmo de conceder à mulher esta ou aquela liberdade no domínio do direito civil propriamente dito; se é unicamente um passo dado para a emancipação social, no sentido em que falei; se é êste o primeiro exemplo que vamos dar, a primeira porta que vamos abrir, um incentivo que vamos criar para o belo sexo em geral; por que não fazer essa concessão, quando ela é tão pequena; quando é um favor tão simples, que quase nada custa à Província? (*Apoiados.*)

Examinemos ainda uma vez a teoria, ou antes a opinião *caprichosa* do nobre deputado.

O SR. MALAQUIAS: — Não apolado.

O SR. TOBIAS: — Essa teoria tem sua história. Como eu disse ao princípio, ela é filha bastarda do dog-

ma impertinente do pecado original. Passou do Velho para o Nôvo Testamento e incorporou-se às doutrinas de S. Paulo, o qual na sua *primeira epístola a Timóteo*, capítulo II, vs. 11 e 12, assim se exprime: — «*Mulier in silentio discat cum omni subjectione... — Docere autem mulieri non permitto, neque dominari in virum; sed esse in silentio.*

E quer agora ver o nobre deputado que razão aduziu S. Paulo para fazer uma tal proibição e impor à mulher tão bárbara lei? Ele mesmo diz: — é que Adão foi criado primeiro!... *Adam enim primus formatus est, deinde Eva...*! — O órgão das funções lógicas estava um pouco desarranjado no grande criador do catolicismo. Mas a sua *razão* prevaleceu, e até hoje a mulher tem estado e ainda se quer que *esteja em silêncio*.

Já se vê que a doutrina do nobre deputado é a mesma velha doutrina da Igreja, filha da bíblia sagrada...

O SR. MALAQUIAS: — Não apoiado.

O SR. TOBIAS: — ... é a doutrina de S. Paulo, a doutrina do catolicismo, cuja influência se fêz sentir na jurisprudência italiana da Idade Média, e não só nesta, como também na jurisprudência alemã dos séculos 15, 16 e 17. É assim que Paulo Zachias, médico legista dêsse tempo, resumiu tudo o que pensava sobre a mulher nas seguintes palavras: «*Das Weib ist geboren, um zu gebaren*». Textual: *a mulher nasceu para ter filhos*.

E os juristas italianos, como quase todos da época, tinham frases feitas para designar a inferioridade feminina, — *consilium invalidum, imbecillitas, infirmi-*

tas animi, etc... — o que tudo, queria dizer que a mulher não tem cabeça, que é fraca de juízo!... Eis aí!

Eu não sei, Sr. Presidente, como o nobre deputado, antagonista do projeto, *espírito emancipado*, pode chegar, sob êste ponto de vista, a abraçar-se com a santa Igreja, a abraçar-se com S. Paulo. (*Apoiados.*) Ora aí está, meus senhores: acabo de fazer uma conversão, converti o Sr. Dr. Malaquias.

O SR. MALAQUIAS: — Perdão: eu estou nos braços da ciência.

O SR. TOBIAS: — Engana-se; está com o catolicismo, está com S. Paulo, está com os santos padres, que tinham dúvidas sobre a alma racional da mulher, como hoje se duvida do seu cérebro, está com a jurisprudência católica da Idade Média, está com toda essa gente...

O SR. GERVÁSIO CAMPELO: — Então está salvo. (*Riso.*)

O SR. TOBIAS: — Se não se tratasse de um *espírito emancipado*, como acabo de qualificar o nobre deputado, não lançaria mão desta ordem de considerações, pois que ela, em relação a outro, não teria razão de ser. É um argumento *ad hominem*, que só tem força, aplicado ao nobre deputado que tem *idéias livres* e não faz nenhum mistério do seu modo de ver anticatólico. E é justamente por isso que a atitude de S. Ex.^a seria para mim uma coisa inconcebível, se eu não visse nela um mero arroubo de ocasião.

O SR. MALAQUIAS: -- Não apoiado.

O SR. TOBIAS: — Com efeito, Sr. Presidente, dizer que a mulher não tem competência para os altos es-

tudos científicos é, além do mais, um erro histórico, um atentado contra a verdade dos fatos. Seja-me lícito aqui, lançando de passagem uma vista retrospectiva, indicar uma série de mulheres extraordinárias, cujo brilhante papel na história não foi ainda superado, comparando-se mesmo com os grandes homens.

Assim vemos apresentarem-se na Grécia, além de Safo, Mirtes e Corina, também poetisas, a quem cabe a glória de terem sido mestras do maior lírico daquela nação, mestras de Píndaro. E não somente a poesia, a filosofia teve igualmente suas dignas representantes. Destarte nomeia-se como primeira filósofa Clobulina, filha de Cleóbulo, que floresceu na época dos *sete sábios*. Pitágoras contou, entre os seus discípulos, grande número de mulheres. Diz-se mesmo que êle aprendeu a filosofia com sua irmã Temistocléia, e que a sua mais aplicada discípula foi Teano, sua mulher. Nomeia-se ainda a Targélia, de Mileto, mestra de Aspásia, a mulher de Péricles, a mestra de Sócrates.

Nos tempos posteriores e saltando por sobre a Idade Média onde a mulher desaparece de todo pelo voto religioso, pelo isolamento da vida claustral, pôsto que, mesmo assim, mais de uma, nessa época se possa mostrar, bem digna de louvor e admiração, sabemos, por exemplo de uma Nina Siciliana, de uma Olímpia Morata. A tradição fala de Helena Calderinni, filha de Giovanni Andréa Calderinni, professor de direito canônico na universidade de Pádua, a qual costumava substituir a seu pai, quase sempre ocupado em missões diplomáticas; e quando isto se fazia, subindo à cadeira, era escondida de detrás de uma cortina, para não distrair, com a sua beleza, a atenção dos seus ouvintes! É fato

histórico incontestado que ainda no século passado quatro mulheres preencheram cadeiras magistrais na universidade de Bolonha. Foram elas: Laura Bassi, profesôra de filosofia; Ana Morandi Manzolini, profesôra de anatomia; Gaetana Agnesi, profesôra de geometria, e Clotilde Tambroni, profesôra de grego. Não são fatos convincentes da capacidade feminina?...

Nos últimos tempos vemos em França, além da célebre Stael, e a não menos célebre Sand, uma Delphine Gay, uma Louise Collet, Marie Deraisme, Julie Danbié, Clemence Royer, Daniel Sterne; vemos na Alemanha Fanny Lewald, Elisa Schmidt, Hahn Hahn, Betty Paoli, Durisgsfeld, Jenny Hirsck e tantas outras; na Inglaterra uma Martineau, uma Somerville; na Itália uma Ferrucci, uma Alaíde Beccari, mulher admirável, que padecendo de uma paralisia e só podendo escrever com a mão esquerda, é todavia a redatora constante de um jornal publicado em Veneza e consagrado à defesa dos direitos do belo sexo, sob o título *La Donna*.

Onde está pois, Sr. Presidente, o fundamento das pretensões em contrário? Como teimar-se em opinar que a mulher é por natureza destituída de fôrça suficiente para uma séria cultura intelectual?

Os argumentos que de ordinário se manejam contra a inteligência feminina, são do gênero daquele que empregou o velho Aristóteles, quando disse que havia escravos natos, que havia homens nascidos para a escravidão. Pela existência e condição social do escravo, cujos efeitos, em virtude da lei da herança foram se transmitindo de geração em geração, era natural que o seu cérebro passasse por alguma alteração,

que ficasse de algum modo atrofiado, não se prestando ao exercício desta ou daquela faculdade mental. Daí o engano do filósofo, que observando o homem escravo já nesse estado do desenvolvimento histórico, pôde concluir que êle efetivamente nascera para a escravidão.

É o que se dá, pouco mais ou menos, quanto ao modo de julgar a mulher: porque ela não tem tido, no correr dos tempos, uma educação suficiente e dessa mesma falta de educação tem resultado para o sexo um tal ou qual acanhamento, chegou-se também ao ponto de supor que ela não é suscetível de cultivar-se e ilustrar-se da mesma forma que o homem. Mas aí é que está o êrro, e nós devemos reconhecê-lo. A mulher tem as mesmas disposições naturais para os estudos superiores; o que há mister é cultura, trabalho e esforço; o que há mister é que se lhe franqueie o templo da ciência. Dizia há pouco uma escritora alemã, a Sra. Hedwig Dohm, em um livro intitulado *A emancipação científica da mulher*: «Nós, não queremos bater à porta dos parlamentos, queremos bater à porta da ciência, à porta das universidades; é esta somente que nós pedimos que se nos abra».

Eis a verdade; não se quer mais do que isto e o que se quer é justo. Assim, não se continue a lançar mão de argumentos prejudicados, que já não ferem a questão, que são caducos, que não provam mais coisa alguma.

É possível que, procedendo-se a uma análise das qualidades masculinas e femininas, descubra-se realmente no homem maior grau de desenvolvimento; mas, êste fenômeno se explica pela razão que acabei

de indicar e que é incontestável: a educação incompleta, a cultura escassa da mulher. Até hoje educada só e só para a vida íntima, para a vida da família, ela chegou ao estado de parecer que é esta a sua única missão, que nasceu exclusivamente para isto. E tal é a ilusão, em que laboramos: tomando por efeito da natureza o que é simplesmente um efeito da sociedade, negamos ao belo sexo a posse de predicados que aliás êle tem de comum com o sexo masculino.

Entretanto, é para notar que, até certo ponto, a mulher como que foi talhada mais do que o homem para os estudos científicos. A proposição parece paradoxal; mas não o é; e eu tratarei de prová-la, sendo mesmo o nobre deputado, meu ilustre antagonista, quem me há de fornecer as armas.

Não é exato, pergunto eu, que para o estudo sério de qualquer ciência, tem-se necessidade de muito esforço, de muito trabalho? Não é também exato que esse mesmo trabalho e esforço envolvem a necessidade de uma vida sedentária, de uma vida de gabinete? Mas agora ainda pergunto: quem está mais no caso de suportar um tal modo de vida, o homem ou a mulher?

O SR. BARÃO DE NAZARÉ: — A mulher.

O SR. TOBIAS: — Porquanto, não é certo, como dizem os competentes, que a mulher tem menos necessidade de oxigênio do que o homem?

O SR. MALAQUIAS: — V.Ex.^a está agora pedindo à fisiologia, argumentos que ainda há pouco combateu.

O SR. TOBIAS: — Eu não combati a fisiologia, - V.Ex.^a não tem razão. Disse apenas que a considerava ainda uma ciência incompleta para querer estabelecer cer-

tas leis e leis que regulem relações de ordem tão complexa, como se dá na questão que debatemos.

Demais, eu creio que no ponto mencionado já vai de envolta outra ciência. Indagar se há no homem ou na mulher preponderância de *carbono* ou de *oxigênio*, já não é simplesmente fisiologia.

O SR. MALAQUIAS: — Mas a química é a base da fisiologia.

O SR. TOBIAS: — Dizia, pois, Sr. Presidente, que a mulher tem menor necessidade de oxigênio do que o homem, e é por isso que o homem sente mais do que a mulher o ímpeto da vida exterior, o desejo de ar livre. Ora, se para uma contínua aplicação e estudos profundos, é mister uma vida sedentária, de solidão e recolhimento, não há dúvida que a mulher, por êste lado, sobrepuja o homem em disposições naturais para o cultivo das ciências. Pouco importa o fato que eu não nego, de haver no mundo feminino um certo predomínio da *sentimentalidade*... Efeito da educação, e não da natureza, êsse fenômeno cessará, desde que cesse a sua causa. Como não se chegar a semelhante resultado, como não dar-se na mulher essa preponderância do *sentimento* sobre a *razão*, se até hoje a sua educação tem sido preponderantemente sentimental? Começa pela educação religiosa, que é tãda de sentimento; vem em seguida a educação moral, que ainda é de preferência dirigida à sensibilidade, e afinal completa-se a obra com o despertar do sentimento estético, — é o plano, é o canto, é a música em geral. Isto por anos, através de muitas gerações, não podia deixar de produzir as conseqüências que aí vemos.

Tome-se outra direção; e outros também serão os resultados. Qualquer reforma, neste sentido, não será decerto útil para a geração presente; mas isto não é razão para que deixemos de ir logo dando os primeiros passos.

É possível, ainda insisto, descobrir atualmente no homem um grande número de qualidades espirituais superiores às da mulher. É possível mesmo que o mais bonito homem seja sempre superior em beleza à mais bonita mulher, como já houve quem dissesse, pôsto que, de minha parte, não duvide em opinar diversamente; e sendo sabido, como é, que Byron, por exemplo, foi um homem formosíssimo, todavia eu preferia sem hesitação dar um beijo no pé da Guiccioli a beijar a fronte do grande poeta.

O SR. CLODOALDO: — Somos dous.

O SR. TOBIAS: — Tudo é possível, menos, porém, sustentar-se com razões plausíveis, que a mulher não deve estudar, por não dispor de um cérebro acomodado às mais difíceis funções do pensamento.

Quanto é falso êste modo de ver, acabo de mostrar exuberantemente, e não simplesmente com razões lógicas, porém com fatos e com atestação de homens autorizados.

O SR. BARÃO DE NAZARÉ: — Apoiado.

O SR. TOBIAS: — Na questão que nos ocupa, e que já está praticamente resolvida, as mulheres fizeram justamente, como Diógenes, o filósofo grego, para quem o melhor modo de responder ao sofista, que negava o movimento, foi *caminhar*, foi *mover-se*. Assim procederam elas. Aqueles que lhes negavam capacidade

para os estudos superiores, máxime para o estudo da medicina, elas disseram: aqui estamos, eis-nos no meio de vós a praticar com vantagem a ciência médica.

E foram então aparecendo mulheres, como as irmãs Blackwell, nos Estados-Unidos, duas médicas famosas, que chegaram a ter um rédito anual de 15 a 20 mil dólares. A mais velha delas, Elisabeth Blackwell, foi afinal residir em Londres, e a outra, Emily Blackwell, ficou em Nova Iorque, como professôra no *Medical College*. Sôbre aquela, há até de notável, como diz um biógrafo, que ao princípio não se sentia com vocação alguma para o mister, nem mesmo pensava nisso; mas succedeu que assistindo à doença de uma sua amiga, ouviu-se-a continuamente lamentar que a medicina não fôsse exercida pelas mulheres, para obstar as pobres doentes se vissem obrigadas a confiar-se a um homem. E daí nasceu a sua deliberação de fazer-se médica; o que realizou a despeito de sacrifícios.

Além das irmãs Blackwell, aponta-se ainda na América uma Clemence Eozier, uma Harriot Hunt, ambas célebres por uma vida de trabalho e dedicação à causa da ciência que professam. Na Europa, entre outros, o nome de uma Miss Garrett importa a mais completa refutação das opiniões adversas ao estudo e exercício da medicina pelas mulheres.

Voto, pois, Sr. Presidente, em favor do projeto.

Entretanto, seja-me permitido oferecer um aditivo. Já disse uma vez que essa concessão à inteligente menina, filha do Sr. Romualdo Alves de Oliveira, era uma concessão pequenina, era um favor de pouca monta para a Província.

Votando, portanto, como desde já empenho o meu voto em favor do projeto, eu ousou adicionar-lhe uma emenda, em prol de um outro espírito esperançoso e prometedor, de quem tive, por algum tempo, a honra de ser mestre e mestre que muitas vêzes teve de possuir-se de uns certos receios diante do talento da discípula. Refiro-me à Sra. D. Maria Amélia Florentina, filha do Sr. João Florentino Cavalcante.

Esta môça estudiosa, aproveitando a ocasião que mais azada se lhe oferece, dirige assim, por meu intermédio, à representação da sua Província um pedido que já há algum tempo projetara dirigir-lhe, para ver se consegue levar a efeito o seu mais íntimo desejo, que é o desejo de ilustrar o seu espírito, o desejo de instruir-se.

E eu justamente encarreguei-me de apresentar aqui o seu pedido, porque tenho pleno conhecimento do seu talento, conheço perfeitamente, quanto pode a sua inteligência, e tenho convicção de que saberá tirar tôda a vantagem, para si e para a Província, do favor que se lhe faça. Já tem, pelo menos, instrução preparatória suficiente para habilitá-la, em pouco tempo, aos estudos universitários.

Não sei se os meus nobres colegas conhecem a môça, de que falo; não sei se têm tido ocasião de apreciar de perto o seu grande talento.

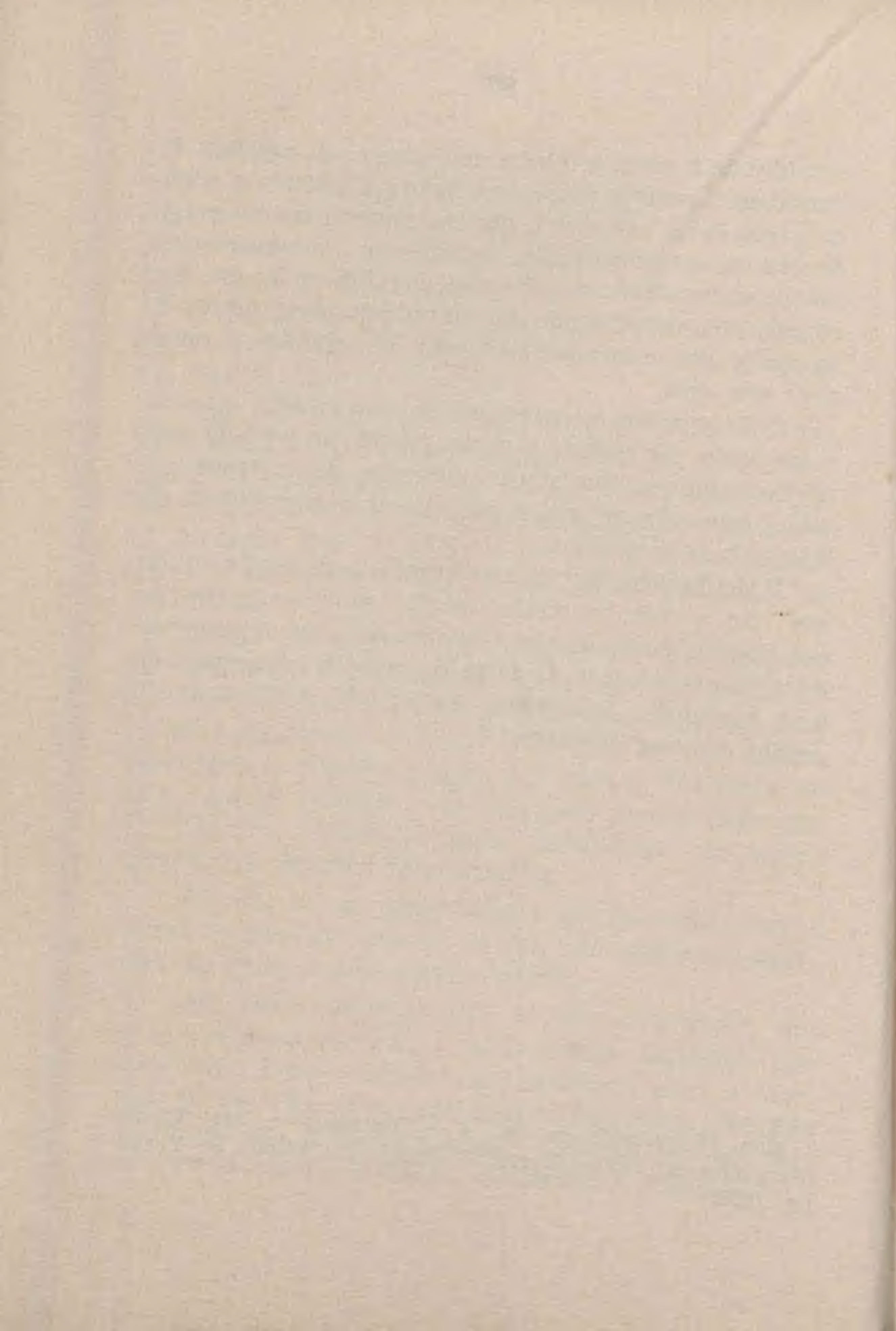
Mas posso afiançar-lhes, e sem exageração, que é um espírito elevado, é uma dessas mulheres, que nasceram para o estudo, que nasceram *para o livro*, dotada de uma certa *curiosidade científica*, que não é comum nos próprios homens, naqueles mesmos, que se têm na conta de muito devotados à ciência.

Mando à mesa a minha emenda; e, ao concluir, Sr. Presidente, peço à casa, e ao nobre deputado a quem de preferência me dirigi, que, se porventura no correr da minha argumentação, escapou-me alguma coisa menos conveniente ou ofensiva, dignem-se de me desculpar, pois decerto não foi voluntário, nem houve de minha parte o mínimo propósito de ofender a quem quer que seja.

É de esperar, e eu espero da assembléia, que comece desta vez a abrir a porta da ciência ao belo sexo de Pernambuco, que muito necessita de instrução: e talvez seja esta mesma a mais urgente necessidade da Província. (*Apoiados.*)

Todo homem tem a sua mania; e é infeliz aquêle que não a tem: a minha mania, senhores, é pensar que grande parte, se não a maior parte dos nossos males vem exatamente da falta de cultura intelectual do sexo feminino. (*Apoiados; muito bem, muito bem. O orador é cumprimentado.*) *

* Cap. IV extraído do Vol. 4 — *Discursos* —, das “Obras Completas de Tobias Barreto”. Edição do Estado de Sergipe. 1926.



AINDA A EDUCAÇÃO DA MULHER

(ASSEMBLEIA DE PERNAMBUCO. — SESSÃO EM
22 DE MARÇO DE 1879.)

O SR. TOBIAS: — Se para firmar, Sr. Presidente, uma vez por todas, o juízo vantajoso que de há muito formo do talento do nobre deputado, ainda houvesse mister de qualquer prova, outra melhor não poderia ser-me oferecida, do que o discurso que acabamos de ouvir. Nêle vejo com efeito um importante documento de sua alta capacidade.

O SR. MALAQUIAS: — É bondade de V.Ex.^a.

O SR. TOBIAS: — Mas dito isto e dito sem lisonja, devo também declarar que a demonstração que o nobre deputado de nôvo produziu em prol da sua tese, não pareceu-me ainda satisfatória. S.Ex.^a. lançou mão dos mesmos argumentos, das mesmas considerações que já foram combatidas, esforçando-se em vão, pôsto que revelando sumo talento, por dar-lhes uma aparência de novidade. É que lhe faltaram melhores razões; e o talento, que seja mesmo em grau superior, como o do nobre deputado, não pode chegar ao ponto de desvirtuar a natureza, de contrariar a verdade das cousas.

O que fêz mais impressão, de todo o meu discurso, no espírito de S.Ex.^a, foi ter eu dito que a sua teoria é uma teoria decrépita, filiada no catolicismo, irmã do dogma do pecado original. Ora, pois, insisto nessa idéia; e não receio que se me acuse de exagerado ou injusto.

Deveis notar, meus senhores, se é que tive a honra de merecer a vossa atenção, que a minha argumentação não foi, não podia ser fisiológica, visto que não sou fisiólogo, nada entendo de tal matéria. O meu combate foi de preferência dirigido contra a dedução que o nobre deputado procurou tirar de dados que supõe certos para afirmar assim a inferioridade intelectual da mulher. Aí é que eu me coloco em antagonismo com S.Ex.^a e ainda ousei, como ousei, dizer-lhe que essa teoria, pretensamente derivada de fonte científica, não passa de uma velha doutrina religiosa, que nada tem que ver com a ciência, nem a ciência com ela.

O SR. MALAQUIAS: — Não apoiado.

O SR. TOBIAS: — Dado mesmo de barato, que a mulher em geral tenha o cérebro menos pesado que o do homem; dado mesmo que quanto ao volume e à riqueza de *circunvoluções*, o cérebro feminino seja regularmente inferior ao masculino; ainda assim nada se esclarece, nada fica resolvido em favor da teoria do nobre deputado. Porquanto, não obstante a menor riqueza de circunvoluções, não obstante a inferioridade em volume, e no que mais possa ser, a questão permanece a mesma: qual é o peso normal do cérebro humano? Qual é o peso que determina a aptidão para as ciências?

Se é possível que a mulher, tendo, na hipótese, um cérebro de peso inferior ao do homem, mesmo assim se desenvolva, mesmo assim cultive com proficiência este ou aquêlê ramo científico, para que mais lançar mão de semelhantes argumentos, que não passam de conjeturas, já desmentidas pela experiência? Com efeito, já não se trata de uma mera possibilidade, tra-

ta-se de um fato: tem existido e existem na época de hoje mulheres notáveis, que se hão dedicado com vantagem a estudos superiores. É um fato: para que desconhecê-lo?...

Eu concedo, que a mulher, a mulher de talento mesmo, por exemplo, aquela russa, a que já me referi, primeira doutora de Zürich, tenha o cérebro menos pesado do que qualquer médico inteligente. Mas pergunto: que importa essa diferença? Desde que ela com o seu cérebro inferior em qualidades físicas, como é o peso, não obstante mostra praticamente possuir tãda a competência para o estudo e exercício da medicina, já não é lícito pôr em questão o que se acha resolvido e dar ainda a essa pequena diferença uma importância que ela não tem.

Sabemos que têm sido medidos e pesados diversos cérebros femininos e comparados com os dos homens. Assim Huschke avaliou o termo médio do conteúdo do crânio do homem europeu em 1.446, do da mulher européia em 1.226 centímetros cúbicos. Weissbach estabeleceu a respectiva média entre um e outro com a seguinte proporção — 878:1.000. Pelo lado do peso, segundo o Professor Bischoff, o cérebro masculino excede o feminino em 134 gramas.

Rodolfo Wagner, de Göttingen, diz ter verificado de suas experiências que o cérebro feminino é mais leve que o masculino cerca de 1/11, isto é, aquêle é igual a 10/11 dêste; relação esta que me faz lembrar a que existe justamente entre o *moderno* metro e a *velha* vara. Eu estou pelo *moderno*...

Ora, meus senhores, admitindo isto, não como lei, mas como simples regra, pois que uma lei fisiológica não pode estar sujeita a ser desmentida, a cada mo-

mento, será possível que uma diferença de 1/11 em relação ao cérebro do homem produza na mulher o singular efeito de torná-la incapaz para estudos de ordem mais elevada? Não compreendo.

Esta mesma menor riqueza de circunvoluções, a que aludiu o nobre deputado, este mesmo volume e peso menores, tudo isto se explica perfeitamente, como disse o próprio nobre deputado, pela lei da adaptação ao meio natural, mediante as condições físicas da alimentação, do ar, da luz, do frio, do calor, e as condições morais da educação, dos costumes, das crenças, em uma palavra, do ambiente social em que a mulher tem vivido.

O SR. MALAQUIAS: — São influências que não destroem o princípio.

O SR. TOBIAS: — O princípio que S. Ex.^a estabeleceu, e que eu aceito, de que a inteligência influi no órgão, e por sua vez o órgão influi na inteligência, prova somente a meu favor. Porquanto, se a inteligência influi no órgão, e se a inteligência da mulher não tem sido desenvolvida, é claro que o órgão correspondente não tem adquirido por isso mesmo aquelas qualidades, que aliás pudera ter, se fôsse melhor cultivada a inteligência feminina.

Posso ainda citar em meu apoio a opinião recente de um grande espirito, que não é suspeito para nós ambos: a opinião de Büchner. Büchner escreveu, há pouco tempo, em um jornal que se publica em Berlim, *Der Frauenanwalt*, — o advogado das mulheres, um belo artigo sob o título — o cérebro da mulher, no qual ele combate o modo de ver de todos êsses que dão suma importância aos fatos referidos, e chega à conclusão de que a ciência fisiológica é ainda impotente

para tirar conseqüências da natureza das que tirou o nobre deputado.

Quando eu disse, Sr. Presidente, que a teoria do nobre deputado era decrépita, que se podia até considerar já morta, foi tendo em vista o seguinte ponto: é que quando a fisiologia, ou outra qualquer ciência do gênero, observando a massa cerebral, diz: tem tantas e tantas libras de inteligência, tantas e tantas grammas de imaginação, etc., etc., ela filia-se, quer saiba, quer não, e pelo lado puramente científico, na velha escola de Gall, está em pleno domínio frenológico, no domínio de uma teoria que já caiu.

O SR. MALAQUIAS: — Mas o princípio em si nunca foi contestado.

O SR. TOBIAS: — Isto é o princípio descarnado e estéril de que o órgão é necessário para a função, e que deve corresponder a maior porção de cérebro, maior porção de atividade intelectual. Mas nem isto mesmo se pode dizer um princípio, é antes uma afirmação conjectural, um postulado da ciência, que entretanto ainda não está cercado daquelas garantias precisas para constituí-lo um verdadeiro dado, uma pressuposição científica. É esta a minha questão. Não devemos, por conseguinte, lançar mão de tal ordem de considerações, em todo caso aqui incabíveis, para negar o favor pedido, favor tão pequenino, como já disse.

O SR. BARÃO DE NAZARÉ: — Apoiado.

O SR. TOBIAS: — Costuma-se dizer, e o nobre deputado repetiu êsse dito ou princípio vulgar: que a missão da mulher é ser mãe...

Dá licença que eu refute êste princípio com um outro, não menos vulgar: sim, a missão da mulher é

ser mãe, da mesma forma que a missão do homem é *ser pai*...

O SR. MALAQUIAS :— Não há dúvida nenhuma.

O SR. TOBIAS: — Ora, em que é que a missão de ser pai tem privado e priva o homem de se dedicar à ciência? Do mesmo modo, pois, a mulher pode ser mãe, muito boa mãe, e todavia cultivar perfeita e profundamente a ciência.

Temos exemplos eloqüentes: entre outras, Laura Bassi, professôra da universidade de Bolonha, já aqui mencionada, foi mãe de 12 filhos; o que não obstou que ela se desse com todo o desvêlo ao cultivo científico.

Eu sei que há ainda um certo prejuízo arraigado, e difícil de extirpar, a respeito da inferioridade da mulher. Há quem diga infelizmente... para vergonha da época, que a mulher nasceu sòmente para a *agulha* ou para o *tear*!...

Esta teoria é do tempo em que o homem também só tinha nascido para a *enxada*. Houve um tempo, com efeito, em que o homem, no espírito de muita gente, sòmente nascera para *êsse mister*; e tanto assim é que a reminiscência existe na linguagem; ainda hoje se diz: a banca do advogado é a sua *enxada*; a clínica do médico é a sua *enxada*; a *enxada* do ator é o palco, etc., etc. Isto, que é uma espécie de psicologia do povo estudada na língua, autoriza-nos a afirmar que já houve realmente uma época, em que o supremo ideal da atividade varonil, aquilo que o homem de mais nobre podia aspirar, era... a *enxada*. Dêsse tempo é o gracioso dito: que a mulher se deve limitar à *agulha* ou ao *tear*.

Entretanto, ou queiramos, ou não, a mulher é a melhor metade do gênero humano. E saibamos ainda

mais: esta esquisita doutrina, que quer pôr barreira ao desenvolvimento das mulheres, já vai dando em resultado uma reação correspondente da parte do belo sexo mesmo.

Hepworth Dixon na *Nova América*, livro muito lido e celebrado nos Estados-Unidos, nos fala de um *evangelho da revolução feminina*, cuja apóstola se chama *Eliza Farnhan*, e no qual se prega precisamente o contrário das idéias correntes a respeito da mulher. De acôrdo com a nova doutrina as mulheres não são iguais aos homens, pela simples razão de lhes serem muito superiores. Já não querem sòmente que os homens se mostrem para com elas cavalheiros e polidos, querem exercer sòbre êles o supremo poder. Segundo as idéias da seita, a mulher é o ser mais perfeito. O que é o homem para o *gorila*, é a mulher para o homem...

E eu acho neste ponto alguma razão. Porquanto, se a natureza revela uma certa sabedoria em seu desenvolvimento, se faz acompanhar ao desenvolvimento morfológico o desenvolvimento fisiológico, se à perfeição das formas, deve naturalmente corresponder a perfeição das funções, a mulher, sendo de formas mais bonitas, deve ter funções mais desenvolvidas.

O SR. BARÃO DE NAZARÉ: — Muito bem.

O SR. TOBIAS: — Ora, o homem, fisicamente, dista pouco de um *gorila*.

Não exagero, é a verdade. Abstraia-se da roupa, dos apêndices artificiais e diga-se então se, considerado em sua forma natural, o homem não se aproxima sòmente do *macaco*?

Mas agora vejamos também: pode-se imaginar formas mais belas do que as de uma bela mulher?...

Parece que a natureza, realizando a mulher, fêz o que de mais completo cabia nas suas fôrças.

Se pelo lado morfológico, foi ela tão poeta, podia ser tão prosaica pelo lado fisiológico?

O SR. MALAQUIAS: — Exatamente para preencher as funções a que é a mulher destinada.

O SR. TOBIAS: — A natureza não faz distinção: ela é tôda harmônica. A desarmonia é criação nossa, é obra da sociedade. A natureza, que harmoniza tudo, não pode ter querido que a bonitas formas deixem de corresponder funções perfeitas. (*Muito bem.*)

Ainda tenho a fazer uma consideração. Houve da parte do nobre deputado uma certa lacuna a respeito da apreciação do pêso cerebral.

Há um pêso absoluto e outro relativo.

O SR. MALAQUIAS: — Mas êste mesmo é superior...

O SR. TOBIAS: — Não; o pêso relativo é de vantagem para a mulher. A cabeça feminina, em relação ao corpo, é mais pesada que a do homem. Assim acho ensinado por Sommering e Burdach, que é decerto já um pouco antigo.

SR. MALAQUIAS: — Tanto um como outro são antigos.

O SR. TOBIAS: — Sim senhor; mas tenho também a opinião de Büchner, que é bem moderno. Segundo êle, a mulher, em proporção do corpo, tem mais cérebro do que o homem.

Experiências feitas em dous célebres exemplares de beleza plástica, o *Apolo do Vaticano* e a *Vênus de Medici*, deixaram estabelecidas as seguintes proporções entre a cabeça e o corpo: no *Apolo* a cabeça está para o corpo, como 1 : 8; na *Vênus*, porém, como 1 : 6. É

claro que, neste caso, a vantagem fica do lado feminino.

O SR. MALAQUIAS: — Mas foram estudos feitos em estátuas.

O SR. TOBIAS: — Perdão! Não ofenda a estética.

O SR. MALAQUIAS: — Não; eu a respeito muito.

O SR. TOBIAS: — Essas estátuas são *espécimens* de beleza. E aí mesmo é que está a fôrça do cinzel do artista: não só em imitar a natureza, como também muitas vêzes em corrigir de um certo modo as suas obras.

Ainda uma vez, Sr. Presidente, confesso ter esperança de que a assembléia há de praticar um ato de magnanimidade fazendo a concessão requerida. E ao terminar, meus senhores, seja-me lícito recordar um fato histórico: na Idade Média, por ocasião da célebre batalha de Bouvines, quando os cavaleiros franceses se encontraram com as legiões do imperador Ottão (nesse tempo em que entre os franceses havia as chamadas *côrtés de amor*, perante as quais, se ainda hoje existissem, o nobre deputado o Sr. Dr. Malaquias seria condenado), antes de entrarem na luta as duas alas inimigas, rompeu das fileiras francesas êste grito de entusiasmo: *lembremo-nos das mulheres!* E tanto bastou para assegurar a vitória. Seja essa também a nossa divisa.

VOZES: — Muito bem. *

* Cap. V extraído do Vol. 4 — *Discursos* —, das “Obras Completas de Tobias Barreto”. Edição do Estado de Sergipe. 1926.

UM DISCURSO EM MANGAS DE CAMISA ¹

Meus senhores! Ainda uma vez, é a mim que incumbe vir expor-vos, e em traços mais visíveis, a idéia que se propõe realizar o *Clube Popular* da Escada. A primeira reunião que já fizemos, não foi, nem podia ser inteiramente satisfatória, sob êste ponto de vista, porquanto, além da grave dificuldade que há em falar-se, de modo eficaz, a um auditório não preparado, acresce que seria então anteciper, sem vantagem para esta sociedade, a explanação detalhada do seu objeto e dos seus intuitos. Bem quer me parecer que semelhante reserva, da minha parte, podia dar direito a se supor que há no fundo dêste meu tentâmen uma certa dose de mistério e intenção secreta, que só pouco a pouco é dado perceber. Mas isto fôra errôneo e altamente injusto.

1. Observação preliminar sôbre o "*Discurso em mangas de camisa*". — Em setembro de 1877, appareceu-me a idéia de organizar nesta cidade, e à semelhança de outros, já algures existentes, um pequeno *Clube Popular*. Como tôdas as lembranças infelizes, que no nosso país têm a propriedade de germinar com a mesma rapidez do alho plantado em noite de S. João, segundo a crença vulgar, — a minha idéia prontamente *grelou*; mas também, com a mesma prontidão, murchou e morreu. Foi esta ainda uma das muitas ilusões, de que se tem alentado o meu espírito nesta bela terra, onde aliás vim sepultar os dois mais caros objetos do meu coração e da minha fantasia: — minha Mãe e meu futuro!...

Foi ainda uma ilusão, sem dúvida, porém um pouco mais durável, um pouco menos enganadora do que, por exemplo,

O pensamento que forma a base desta sociedade, como de outras de igual natureza, não se resume, — é verdade, — numa definição, nem se esgota em centenas de discursos. Só às crianças é lícito imaginar que poderiam conter na palma da mão qualquer estrelinha, que se lhes afigura do tamanho de uma moeda, e apta para um brinquedo. Do mesmo modo, somente aos parvos é permitido crer que o conceito inspirador e dirigente de uma corporação criada com fins humanitários, políticos e sociais, qualquer que seja o círculo de sua ação, é suscetível de abranger-se numa fôlha de papel, e pode se deixar ver em todos os seus aspectos e atitudes sedutoras, à luz mortíça de velhas frases consagradas ao culto aparatoso dos ídolos do dia.

Porém também é certo, senhores, que quando se evangeliza uma idéia nobre, por mais densa mesmo que seja a nuvem em que ela venha envolvida, o gênio do povo se encarrega de penetrar-lhe no íntimo e conhecer, por instinto, o seu valor e o seu alcance. Nem eu quero dissimular que uma associação, à guisa da nossa, que tem por principal agente o espírito popular, o ímpeto democrático do século, encerra naturalmente alguma partícula de reação e protesto contra a tirania das cousas, algum gérmen de rebeldia contra a *impu-*

a realidade das flôres, com a sua vida de um só dia: — minha ilusão durou quinze.

Por ocasião e a propósito de realizar o meu plano, pronunciei o discurso que aí vai. Publicado logo depois no *Jornal do Recife*, não deixou de ser então, como era natural, agradável a uns, e displicente a outros. Mas ficou nisto.

Correram os dias, mudaram-se as cousas, e eu entendi que devia, para dar uma feição mais permanente àquele pro-

dência dos deuses, e importa, como tal, uma gôta de *assa-fétida* na taça de néctar dos poderosos da terra.

Mas isto não desfigura a placidez e serenidade do nosso intento, nem seria motivo suficiente para as chamadas autoridades constituídas nos pedirem contas, por *tentativa de insurreição*. Tranqüilizai-vos, pois: — se há aqui algum segredo, êsse segredo não é para vós; é para aquêles que têm a orelha longa e fina, que no simples ato da livre respiração, que na sístole e diástole do coração do povo percebem sempre um como fluxo e refluxo do mar, que vem engoli-los; é para aquêles, em cuja opinião o menor esforço para sair-se dêste sono de abatimento e miséria, é um plano de amotinados, assim como o sangue, que borbulha e jorra impetuoso, pode ser também um revolucionário, na opinião do punhal; é para aquêles, enfim, que tendo boas razões de unirem-se a nós, de estarem conosco, não se dignam, todavia, de aparecer aqui, pelo receio que lhes inspira o contato dos *lázaros* políticos, quais somos todos nós, os homens do *trabalho* e não do *emprêgo público*, os deserdados da pátria, os excluídos do seu banquete, mas que, a despeito de tudo guardamos ainda uma esperança no peito e uma seta na aljava!... E' para êsses, sim, que o exercício de um direito pode tomar as proporções de

duto de outros tempos, publicá-lo em brochura, como agora o faço, acompanhado de notas, que servem de ilustração ao meu pensamento.

É o que tenho a dizer sôbre a história do livrinho. Quanto ao mais, o leitor o julgue, como bom e justo lhe parecer.

Escada, 11 de fevereiro de 1879.

O AUTOR.

um fenómeno perigoso, de uma nuvem tenebrosa, que esconde no bôjo alguma tempestade. Quanto a nós, porém, não nos incomodemos por isso; e quanto a êles, deixemo-los conjecturarem o que lhes aprouver; e prosigamos em nossa marcha.

Volto a tratar, senhores, do assunto capital do nosso entretenimento, que já foi em síntese indicado, a primeira vez que aqui nos reunimos. Esforçar-me-ei, sobretudo, por ser claro. Não compareço entre vós, para fazer-me admirar, mas para fazer-me compreender. A musa que me inspira nesta ocasião é muito modesta, para que me obrigue a trajar a grande gala da linguagem bordada a ouro, e muito menos *a ouro francês*. Alguma cousa de familiar, alguma cousa de designável por *um discurso em mangas de camisa*, é o que vos venho apresentar. Se a viagem é curta e aprazível, se fui eu quem vos convidou para ela, não seria uma extravagância, adicionada de uma impolidez, que eu quisesse ir a cavalo, quando os demais vão a pé? Nada, pois, de formalidades, nem jeitos oratórios; nada de *espartilhó* retórico: todo a cômodo e com tôda a calma, vou expor-vos o que nos interessa.

Disse uma vez o Padre Lacordaire que a posição mais desfavorável ao orador é quando tem de falar a homens que comem, — porém há outra, a meu ver, ainda mais desfavorável: — é quando se fala a homens que têm fome, se não se trata dos melos de satisfazê-la, ao menos de moderá-la. Tal seria, por certo, a minha posição diante de vós, como iniciador da idéia de um *Clube Popular*, se me viesse à mente a singular lembrança de ocupar-me em outros assuntos, que não fôsem os males da nossa vida política, o estado de pe-

núria, e a pior das penúrias, a penúria moral, em que laboramos, o desânimo dos espíritos, a surdez das consciências, em uma palavra, todos os sintomas da doença que mata as nações, o *abandono de si mesmo*, o *esquecimento de seus direitos*, pela falta de justiça e liberdade, de que todos nós sentimo-nos sequiosos e famintos. Não me compete, nem seria agora oportuno, lançar as vistas no país inteiro, depondo sôbre a mesa das dissecções o grande corpo brasileiro, para sujeitar a uma análise rigorosa a totalidade dos seus órgãos. Não interessa mesmo, nem a mim, nem a vós, dividindo o Estado em suas partes naturais, tomar a província por objeto de nossa apreciação. Limito-me, portanto, ao município, e ao município concreto, quero dizer, a êste de quem somos habitantes. É um fragmento do monstruoso *tremó*; mas êste pedacinho reflete tão bem a nossa face, o nosso caráter nacional, como todo o espelho.

O que mais salta aos olhos, o que mais fere as vistas do observador, que bem se pode chamar o *expoente* da vida geral do país, é a falta de coesão social, o desagregamento dos indivíduos, alguma cousa que os reduz ao estado de isolamento absoluto, de átomos inorgânicos, quase podia dizer, de poeira impalpável e estéril. Entre nós, o que há de organizado, é o Estado, não é a Nação; é o governo, é a administração, por seus altos funcionários na Côrte, por seus sub-rogados nas províncias, por seus ínfimos caudatários nos municípios; — não é o povo, o qual permanece *amorfo* e dissolvido, sem outro liame entre si, a não ser a comunhão da língua, dos maus costumes e do servilismo.

Os cidadãos não podem, ou melhor, não querem combinar a sua ação.

Nenhuma nobre aspiração os prende uns aos outros; — êles não têm, nem fôrça defensiva contra os assaltos do poder, nem fôrça intelectual e moral para viverem por si; tal é o fato mais notável que a observação estabelece em geral, porém, que me parece não se manifestar em lugar algum tão carregado de más conseqüências, como na Escada. Aqui, decerto, os habitantes do município, máxime os da cidade, fazem a impressão de viajantes, que se reuniram à noite em uma mesma *casa de rancho*, mas logo que amanheça, cada um tomará o seu caminho, quase sem probabilidade de outra vez se encontrarem. Dêste modo de viver *à parte*, de sentir e pensar *à parte*, resulta a indiferença, com que olha cada um para aquilo que pessoalmente não lhe diz respeito, e enquanto não chega o seu dia, contempla impassível os tormentos alheios, sem saber que, como disse o poeta:

A todos cabe o mal da humanidade,
— De lágrimas e dor fatal convívio, —
E aquilo que um tomou sôbre seus ombros
É para os outros verdadeiro alívio.

Não fica aí. Essa impassibilidade, que acabo de assinalar, não se revela sômente por uma certa ausência de sincero amor e caridade, nas relações puramente humanas, mas também por falta de patriotismo, nas relações nacionais, pela ausência de senso político e dignidade pessoal, nos negócios locais. É a esta doença moral, de que padece o povo da Escada,

que o nosso *Clube* se propõe aplicar um remédio, se não de todo eficaz, ao menos paliativo.

E importa advertir: — o *Clube Popular Escandense* não toma por princípio diretor nenhum dos estribilhos da moda, menos que tudo a célebre trilogia: *liberdade, igualdade e fraternidade*, três palavras que se espantam de se acharem unidas, porque significam três cousas reciprocamente estranhas e contraditórias, principalmente as duas primeiras. E para que não se me acuse de *paradoxia*, permiti-me, por um pouco, tratar de demonstrá-lo; o que tanto mais interessa, quanto é certo que não temos por nós nenhuma das três pessoas dessa *trindade revolucionária* e por isso muito importa sabermos, se delas uma só nos basta, ou se de tôdas necessitamos, bem como se é possível a sua consecução.

Mas antes de tudo, — que a liberdade e a igualdade são contraditórias e repelem-se mutuamente, não milita dúvida. A liberdade é um direito, que tende a traduzir-se no fato, um princípio de vida, uma condição de progresso e desenvolvimento; a igualdade, porém, não é um fato, nem um direito, nem um princípio, nem uma condição; — é, quando muito, um postulado da razão, ou antes do sentimento. A liberdade é alguma cousa, de que o homem pode dizer: — *eu sou!*...; a igualdade alguma cousa, de que êle sòmente diz: — *quem me dera ser!*... A liberdade entregue a si mesma, à sua própria ação, produz naturalmente a desigualdade, da mesma forma que a igualdade, tomada como princípio prático, naturalmente produz a escravidão. A liberdade é aquêle estado, no qual o homem pode empregar, tanto as suas próprias, como

as forças da natureza ambiente, nos limites da possibilidade, para atingir um alvo, que êle mesmo escolhe. Onde, pois, o indivíduo é perturbado no uso de suas forças, e a respeito das ações que não se opõem à liberdade dos outros, nem às necessidades sociais, é sujeito a uma tutela, aí não existe liberdade, nem civil, nem política, nem de outra qualquer espécie. A igualdade é aquêlê estado da vida pública, no qual não se confere ao indivíduo predicado algum particular, como não se lhe confere particular encargo. Igual dependência de todos, ou igual sujeição de todos. O mais alto grau imaginável da igualdade, — o comunismo, — porque êle pressupõe a opressão de tôdas as inclinações naturais, é também o mais alto grau da servidão. A realização da liberdade satisfaz ao mais nobre impulso do coração e da consciência humana; a realização da igualdade só pode satisfazer ao mais baixo dos sentimentos: — a inveja. Que uma e outra não se harmonizam, que são exclusivas e repugnantes entre si, prova-o de sobra a revolução francesa, que tendo começado em nome da liberdade, degenerou no fanatismo da igualdade, e reduziu-se ao absurdo nas mãos de um déspota. O povo francês assemelhou-se então a uma cidade que se submerge, só ficando de pé uma torre enorme, no meio do lago imenso: — a figura de Napoleão! Estava assim, da melhor forma, o ideal de Mirabeau: — *la monarchie sur la surface égale*. Os indivíduos, ou os povos, que esquecem a liberdade por amor da igualdade, são semelhantes ao cão da fábula, que larga o pedaço de carne que tem na bôca, pela sombra que vê na água do rio.

Estas palavras bastam, senhores, para vos fazer compreender, qual é neste sentido o meu modo de pensar. Quanto à fraternidade, francamente vos declaro que a considero mais um conceito religioso, do que um conceito político. Dentro dos limites, em que pode ser realizada, ela não é o sacrifício da pessoa, pelo qual se recebe uma bofetada, e oferece a face para receber segunda, mas é somente a união de todos numa mesma idéia, num mesmo sentimento, — a idéia da pátria, o sentimento do direito. E destarte exercida, a fraternidade torna-se fecunda, porque conduz à conquista da liberdade, pondo de parte os sonhos extravagantes de uma igualdade impossível.

Entretanto podeis perguntar-me: como se há de fazer que cheguemos ao alvo que nos propões, nós outros homens do quarto pela maior parte, do tercelro e segundo estado, operários, artistas, homens de letras, que nada temos, que nada somos, visto como os nossos direitos se acham seqüestrados nas mãos de meia dúzia de felizes, constituídos nossos depositários? A pergunta seria grave, porém teria resposta. É certo que, a despeito de tôdas as aparências e exteriores constitucionais, a sociedade brasileira em sua generalidade, e mais visivelmente, em particular, num ponto dado, é uma sociedade de privilégios, se não criados pela lei, criados pelos costumes, de cujos dislates a lei é cúmplice, não lhes opondo a precisa resistência. Debalde se fala de *uma indistinção* civil, a não serem as diferenças produzidas pelos talentos e virtudes, quando verdade é que o talento e a virtude não servem para marcar distinção entre os indivíduos, considerados como

frações sociais. O *denominador comum* é a fidalguia, ou o seu subrogado — o dinheiro.

É certo que a nossa população se acha dividida não somente em classes, mas até em castas.

E não só em castas sociais, como também em castas políticas, quais são sem dúvida os dous partidos, que se disputam o poder dos quais o domínio de um é equivalente à perseguição do outro, modificada apenas pela infâmia dos renegados e dos trãnsfugas. Tudo isto é certo, senhores; e aqui acode-me a lembrança de um fato, que serve ao assunto: — quando, há dez anos, foi nomeado bispo de Pernambuco o Sr. Cardoso Aires, de *glorioso esquecimento*, como são todos os bispos, finados e por finar, na sua primeira pastoral, escrita em latim, dirigiu-se a seus diocesanos, sob a tripla categoria de clero, nobreza e povo — *clero, optimatibus et populo, senão plebi*; e esta classificação provocou a censura pública. Devo confessar que ainda hoje não compreendo uma só palavra das críticas e reclamações, que ela teve o poder de suscitar. O Bispo que estava em Roma, conhecia melhor as nossas cousas, do que todos os reclamantes. O Brasil era então, como é e continua a ser, isto mesmo: um clero privilegiado, o qual, não obstante haver um salário do seu trabalho, não obstante receber por uma *capela de missas* tanto quanto nem sempre o advogado recebe por uma causa, nem o pequeno negociante ganha na feira de sábado, nem o artista lucra com os seus artefatos, todavia não paga impôsto, como tal, bem que a sua indústria, sendo altamente rendosa, nada sofresse em contribuir com um centésimo dos proventos para as despesas comuns. Depois do clero, uma nobreza *feita a mão*, pela mor

parte estúpida, pretensiosa, e ainda pior que a clerezia, pois que esta, ao menos, não manda açoutar os cidadãos, nem prendê-los no tronco dos engenhos.

Não falo da classe econômica propriamente dita, porque a sua vida se limita a uma *luta pelo capital*, e nada tem que ver com as nossas lutas *pelo direito*. Após então vem o povo, o povo triste e sofredor, em cuja frente, não poucas vezes, junto ao estigma da infelicidade, por cúmulo de miséria, a sorte imprime também o estigma da ingratidão; o povo que é o número, mas um número abstrato, um número que não é força; — perseguido, humilhado, abatido, a ponto de sobre ele os grandes disputarem e lançarem os dados, para ver quem o possui, como os judeus sortearam a túnica inconsútil do mártir do Calvário.

Não exagero, senhores, — é a verdade. O povo brasileiro, ou mui restritamente, o povo da Escada, é tido na conta de uma cousa apropriável, se já não apropriada. Quereis uma prova entre muitas? Eu vou-la dou; reparai bem. O ano passado, quando se tratava da qualificação dos votantes desta paróquia, nessa época de baixeza e picardia, que hoje, porém, já não me espanta, porque depois disso tenho aqui mesmo testemunhado mais negras misérias, haveis de estar lembrados que os dous partidos em contenda, para mostrar qual deles tinha por si a maioria, levaram à imprensa, com uma ingenuidade infantil, somente a apreciação do *número dos engenhos*!... — «Há mais engenhos do lado dos liberais», — diziam estes. — «Nem tantos, como alegam» — diziam os conservadores, e acrescentavam: — «Se os liberais têm alguns engenhos de mais, os dos

conservadores, em compensação, são mais extensos, mais povoados, mais ricos»... — Eis aí.

Quereis melhor? Se isto não era uma questão de *fábrica*, isto é, de maior número de bois, cavalos e escravos, inclusive os cidadãos votantes, já sei que as palavras perderam o seu sentido, ou eu perdi o uso da razão. É pois evidente que, pela própria confissão das partes, está criada na Escada uma *açucarocracia*, a qual se julga com direito à posse de todos aquêles que vieram tarde e não encontraram um pouco de terra para chamarem sua, e dentro dêsse domínio manejarem sem piedade o *bastão da prepotência*.

Tudo isto, repito, senhores, é de uma clareza solar; de tudo isto estamos inteirados por amarga experiência. Porém é certo que não devemos desanimar. O processo da ação do povo, se me é lícito assim expressar-me, para adquirir a posição perdida, é sumário: — uma espécie de interdito *unde vi*, em matéria política. Ainda não passou ano e dia para intentá-lo, — se é que o povo não prefere usar do meio que as leis permitem aos *esbulhados da posse* de cousas materiais, e que seria absurdo não permitir igualmente aos esbulhados de cousas mais sagradas que uma jebra de terreno, se é que já não chegamos àquele estado de vilania e transtôrno dos conceitos morais, em que a vida é preferível à honra, e a propriedade preferível à vida. Esta linguagem eriça cabelos: — a mais de um *amigo da ordem* pode ela parecer o cúmulo da extravagância; e todavia, senhores, êste meu vinho tem água, não é dêle que se costuma beber nos festins da Democracia. Seja, porém, como fôr, não hesito em declarar-lo; — o povo da Escada, a quem ora me dirijo,

deve pôr-se fora da tutela. Tomando conta de si mesmo, e contestando aos poderes a faculdade de disporem desta cidade, como de uma *filial* das suas fazendas cumpre-lhe erguer-se à altura de um poder, com que êles devem contar, em bem ou em mal, e não continuar a ser um algarismo mínimo, um *milésimo* de fôrça, cujo êrro não lhe perturba os cálculos. Ao povo da Escada importa convencer-se que êle não tem para quem apelar, senão para o seu próprio gênio, que não é o da resignação e da humildade. Importa convencer-se que ninguém se lembra dêle, ninguém por êle se interessa. Os magnates do município, por mais que finjam o contrário, não escapam à censura de serem todos acordes no tratar com desprezo a esta localidade. Sirva de prova o fato extraordinário de não haver um só proprietário do têrmo, qualquer que seja o seu grau de riqueza, que possua dentro da cidade um prédio, digno de si, relativo à sua posição e à influência que porventura queira ter. Não há um único, sequer, que tenha aqui edificado, nem em grande nem em pequena escala. Muitos até existem, que contam nos dedos as vêzes que têm vindo à sede do município, e ainda fica dedo desocupado para uma pitada de rapé.

Este fenômeno singular e significante, creio eu, não se repete em outro lugar, pelo menos, com tão claro propósito de desdém votado à população da cidade. Seria fútil e desprezível a objeção que me fizessem, alegando que as despesas da edificação da nova matriz correram quase tôdas por conta dêsses mesmos proprietários. Nenhuma dúvida; porém, o que importa? Uma

questão de *bigotismo*, senão antes de alardo pecuniário, ou de simples consideração ao burel de um capuchinho.

Não vos iludais, senhores. Em assunto de popularidade, de homens dedicados à causa popular, a experiência está feita; e sou tentado a dizer-vos, como o francês H. Beyle: — *J'invite à se méfier de tout le monde, même de moi...* — Aconselho-vos que desconfiéis de todo mundo, até de mim mesmo. Confiai somente em vós, que releva levantardes a fronte, nos vossos esforços, que é mister multiplicar, no vosso caráter, que é preciso reformar.

O município da Escada, e como êle, a província, e como a província, o país inteiro, anseia pela vinda de qualquer grande acontecimento. Não sei qual êle seja, mas êle há de vir.

Não sou judeu para crer no Messias, nem tenho a ingenuidade dos primitivos cristãos para acreditar na *parousia*; mas sou filósofo em confiar nas leis da História, que regulam o destino dos povos; e essas hão de também cumprir-se entre nós. Os cometas não percorrem uma mesma órbita, e as nações não seguem um mesmo caminho. Do país em geral se ergue como que um sussurro de imprecações e lamentos, é o naufrágio que se aproxima. Nada de bater nos peitos, nem de pedir misericórdia. Ninguém nos socorrerá, se o socorro não vier de nós mesmos. Abramos mãos de nossos prejuízos, de nossas reservas, de nossos temores, e sejamos um povo livre.

Sim, meus senhores, é a liberdade que nos falta; não aquela que se exerce em falar, bradar, cuspir e macular o próximo, porque esta temo-la de sobra, mas aquela que se traduz em atos dignos e meritórios. In-

forma-nos escritor competente que no pórtico da nova casa do parlamento alemão existe, entre outros, o retrato do célebre deputado liberal, Carlos Mathy, debaixo do qual se lêem as seguintes palavras suas: *A liberdade é o preço da vitória, que adquirimos sobre nós mesmos.* — É esta, senhores, que deve provocar os nossos anelos, é desta que carecemos: o preço da vitória adquirida, não tanto sobre um governo maléfico e execrável, como antes sobre nós mesmos, sobre os nossos desvarios, e a nossa facilidade em deixarmos-nos intimidar, ou seduzir, pela tentação dos seus demônios.

Entretanto, eu tenho, neste sentido, sombrias apreensões. Talvez já seja tarde para consegui-lo. Notai bem: tarde, e não cedo. Não pertenço a escola dos teóricos pacientes, que julgam o povo ainda não maduro para a liberdade. Como se fôsse possível aprender a nadar sem meter-se dentro d'água, ou aprender a equitação sem montar a cavalo! — Dislates iguais aos dos que querem que o povo passe por um tirocínio da liberdade, sem aliás exercê-la.

O que me causa apreensões, é o contrário disto. Receio que conosco suceda o que se deu com a mais robusta encarnação do bizantinismo moderno: o império de Napoleão III.

Este infeliz regimen teve duas fases: uma de marcha em linha reta, na senda do despotismo, sem transigir, nem tergiversar, — foi a época da ascensão ao seu apogeu; outra de decadência e enfraquecimento, — foi a época das concessões e tentativas liberais, que durou até a queda final do império e o desastre da nação.

De 1825 a novembro de 1860, que é a data do primeiro decreto, onde o despotismo dignou-se de encurtar o diâmetro, e daí, de concessão em concessão, isto é, de fraqueza em fraqueza até 1870, quero dizer até Sedan!... Semelhante fato, senhores, confirma a seguinte verdade: — que qualquer governo corre o risco de cair, quando mente aos seus princípios e torna-se incoerente, — assim como, que uma nação, por força do absolutismo, pode chegar ao estado de incapacidade para um regimen livre. Desconfio que o nosso *Libertas quae sera tamen*... será de todo inútil. O Brasil já faz a impressão de um menino de cabelos brancos. Estamos estragados. Quando aprouver ao Imperador conceder-nos um pouco mais de ar, não será fora de tempo, não estará tudo perdido, até mesmo a honra? Tenho medo!... Não há razão para estranhar-des o paralelo. Se existe alguma diferença, é só de desvantagens para o nosso lado. Poucos anos antes da queda do segundo império, dizia dêle um pensador político da Alemanha, que sem embargo da Constituição, sem embargo de um Senado e corpo legislativo, o que tudo não passava de maquinismo *burocrático*, o governo napoleônico não era mais do que um puro absolutismo, *temperado pelo temor das bombas de Orsini*.

Muito bem. O escritor disse a verdade, não, porém, tôda a verdade. Não era sòmente o temor das bombas de Orsini que temperava o governo de Napoleão, o qual se pudera chamar o *socialismo no trono*. Era também o amor das classes necessitadas, a contínua atenção prestada aos interêsses do quarto estado,

ponto êste que sempre constituiu o pensamento diretor do nôvo bonapartismo.

Sim, o govêrno absoluto de Napoleão era ainda temperado pelas *sociétés de secours mutuels*, pelas *cités ouvrières*, pela *société industrielle* de Mulhouse, era ainda temperado pelos *forneaux* do príncipe imperial, que forneciam comida aos trabalhadores por baratíssimo preço; pelos banhos gratuitos da capital; pelo *Grand Café Parisien*, levantado à porta de S. Martin, confinando com os quartelões dos operários, no qual o homem pobre, por poucos soldos, à luz de candelabros e num divã de veludo, podia tomar o seu *petit verre*... Entretanto, nós outros o que é que temos? Também um puro absolutismo, apenas, porém, temperado... pela *batalha de Avaí*, pela *Fosca*, pela bancarrota do Estado, pela corrupção dos ministros, pela *miséria* do povo e as *viagens* do rei. Ou será que vós, ao menos vós, cidadãos da Escada, tendes motivos de vos julgardes felizes? Vós que difficilmente adquiris o pão quotidiano, com o suor do vosso rosto, vós a quem é applicável, bem como à maioria do país o que uma vez disse Gladstone da sua Inglaterra: — Em nove casos de dez, a vida não é mais do que *um combate pela existência*?! E que combate! Um combate com a natureza, que não raro se vos mostra cruel; um combate com a sociedade, que se vos opõe não menos madrasta; um combate com o capital, que vos olha desconfiado, e não se digna de animar-vos, um combate com o Estado, que multiplica os impostos, aumenta as difficuldades, toma as vistas do futuro; e desta quádrupla luta é que têm de sair os meios de viver e educar os vossos filhos!... Eu não sou socia-

lista: não encaro o número dos que cuidam poder, com um traço de pena, extinguir os males humanos, quase irremediáveis. Mas também não faço côro com a escola Manchester; não penso que a pobreza é sempre o castigo da preguiça econômica, e que, como tal, qualquer medida de socorro ou alívio para ela, importa premiar os inertes e preguiçosos. Alto e bom-som se diz que a Escada é riquíssima, que é um dos mais ricos municípios da Província. Quero crer que seja assim. Porém não é estranhável que sendo o município tão abastado, ofereçam allás os habitantes da cidade, por êste lado, aspecto pouco lisonjeiro? Para as vinte mil cabeças da população do têrmo, esta cidade contribui com três mil, pouco mais ou menos. Sôbre estas três mil almas, ou melhor, sôbre êstes três mil ventres, é probabilíssimo o seguinte cálculo:

90 por cento de necessitados, quase indigentes.

8 por cento dos que vivem sofrivelmente.

1½ por cento dos que vivem bem.

½ por cento de ricos em relação.

100

Semelhante quadro, que pode pecar por excesso de côr-de-rosa, não é todavia apto para dar do nosso estado econômico outra idéia, senão a de um pauperismo medonho, quando muito, moderado pela esperança de uma sorte de loteria. Nesta triste conjuntura, o que faz o Estado, o que faz a Província, o que faz a Comuna, em favor da população, para diminuir-lhe os obstáculos e facilitar-lhe o trabalho? Nada

mais nem menos, do que sôbre o costado da bêsta, já caída de fadiga, arrumar mais alguns quilos, a fim de ajudá-la a erguer-se. O Estado e a Província sugam anualmente dêste Município sem falar de outros canais, e só do que corre pelas duas coletorias, de 25 a 30 contos de réis. Eis o que vai no refluxo. Vejamos agora o que vem no fluxo: 10 por cento dessa quantia, que se gasta com a magra instrução pública; 15 por cento, com a justiça e seus apêndices; 20 por cento, com a polícia; 1 a 2 por cento, com o artigo — religião; e o resto, a saber, mais de metade, vai perder-se em outras plagas, sendo ainda para notar que as despesas com a polícia local são as únicas que trazem um resultado prático e sensível, pois que o cidadão, em muitas ocasiões, recebe no lombo a benéfica pancada do *réfe*. Por sua vez a Municipalidade exercita, com o mesmo zêlo, as suas funções exaurientes, e não se sabe, em última análise, em que se emprega a sua receita. Por tôda parte, pois, e sob todos os pontos de vista os mesmos sintomas mórbidos, as mesmas ânsias, a mesma angústia. As consciências como que perderam o centro de gravidade moral, e balançam-se inquietas em busca de um apoio. A instrução é quase nula, à medida que também é nulo o gôsto de instruir-se; e temos em casa o exemplo. Acabais de ouvir que o dispêndio feito com as escolas desta cidade é muito inferior ao que se faz com a polícia: sinal evidente de atraso intelectual. Não se limita a isso. Segundo a opinião de competentes, a proporção regular entre o número de habitantes de um lugar e o das pessoas que devem freqüentar a escola, é de 12 a 15 por cento, se êsse lugar quer ter o título de adiantado. Ora, dos

três mil espíritos, que dissemos haver aqui dentro, 4 por cento e alguns quebrados é que se encontra realmente de frequência em cinco casas de instrução que existem, sendo somente 7 por cento o número dos matriculados!... Vê-se, pois, que ainda entre nós há uma certa má suspeita contra a arte *diabólica* de ler e escrever, para servir-me da expressão do italiano Aristides Gabelli.

Juntai êsse aos demais fenômenos da nossa decadência.

O *Clube Popular Escadense*, meus senhores, não nutre a pretensão, que seria ridícula, de vir levantar um dique de resistência contra a corrente de tantos males, cujo ligeiro esboço acabo de fazer; mas tem o intuito de inculcar no povo desta localidade um mais vivo sentimento do seu valor, de despertar-lhe a indignação contra os opressores e o entusiasmo pelos oprimidos. E há momentos, já disse com razão alguém, há momentos, em que o entusiasmo também tem o direito de resolver questões...

Tenho concluído.

NOTAS E ADIÇÕES²

EXPLICANDO-ME

Como se lê na *Observação Preliminar*, o *Discurso em Mangas de Camisa* foi primeiramente publicado no *Jornal do Recife*, todo inteiriço, com seu conspecto simples e uniforme, sem sinais de chamadas para notas abaixo confirmativas ou explicativas de passagens do texto. Posteriormente, porém, foi condensado em brochura, aliás de péssimo exterior artístico, sem nenhum encanto e suavidade, que, só por si, constituem a sedução de muitos livros, embora o leitor ávido não raras vêzes caia em decepção, por não encontrar no miolo dêles a substância do pensamento.

A publicação ulterior ou seja a primeira edição dêsse pequeno livro, dada na Escada, veio acrescentada de excelentes notas, que atraem a leitura e despertam a tentação do sério meditar. Todas, ainda mesmo as mais singelas, abordam questões momentosas, dizem em poucas e incisivas palavras o que alguns talentos de alta potência não fariam senão derramando-se em miríades de frases sonoras. São uma demonstração segura da fôrça *nomenal* (de *Nóoq* ou *voūq*, espírito, pensamento), se é aceitável ou se é cabido o neologismo, que presumo expressivo do meu modo de ver, da originalidade do gênio de Tobias Barreto; mas também semelhante qualidade significa que espíritos da sua ordem conquistam a pouco e pouco, paulatinamente, a admiração dos contemporâneos. Direi mais: são as inteligências, que não se nutrem de frases nem se embebem ou se emaranham em ritornelos retóricos, as que mais custam alcançar as vitórias da popularidade. Os talentos verbais, segundo a

2. As notas, em ordem alfabética, que vão adiante, foram extraídas da edição, em separata, do *Discurso em mangas de camisa*, publicado pelo autor em 1879, em Escada, Pernambuco.

expressão de um escritor patricio, ao contrário, impõem-se desde logo devido ao retumbo do palavreado, tornam-se esplêndidos e aureolados de um renome convencional, que lhes dá proporções illusórias, e de ordinário não se estende à posteridade, porque se extingue com a morte dêles.

Voltando ao *Discurso em Mangas de Camisa*, a brochura editada pelo próprio autor quase não transpôs as fronteiras do Município onde vivia e pensava o solitário da Escada. Não circulou fora da então Província de Pernambuco. Quando muito, o título que houve, haurido das suas entranhas, impressionara alguns como uma esquisitice degenerável em ridículo. Sòmente Sílvia Romero, no volume *Machado de Assis*, é quem lhe faz a devida justiça, citando longos trechos das notas. E porque da pena do ilustre escritor sergipano o *louvor* ao mestre sempre saiu inteiramente acabado, é lícito supor-se que até isso determinou a pertinaz campanha de negação e do obscurecimento, que se pretendia, do real valor e do nome de Tobias Barreto. Pois se êle não foi fabricante de calhamaços prolixos e massudos, que grosseiramente pesam como fardos ou volumes brutos, sem contudo terem o pêso específico do ouro?!...

Não é Tobias Barreto escritor de meias obras ou de volumes em meio, visto não haver jamais publicado trabalhos mecânicamente divididos em livros, seções, títulos, capítulos e parágrafos, com opilante fermentação de notas estiradas ao correr das páginas. O único talvez ao qual se poderá dar o caráter de livro, na acepção correntia, é o que denominou — *Menores e Loucos*. Esse mesmo obedece ao gênio do mestre, é um comentário de profunda crítica ao artigo 10 do Código Criminal, no qual não se sabe que mais admirar, — se a opulenta riqueza da ilustração ou a elevação das vistas e dos conceitos e arrastadora sedução do estilo. Todos os outros não passam de documentação da força sintetizadora do seu espírito, que claramente resumia em pequenas séries de artigos, a todos acessíveis e capazes de levarem a convicção ao ânimo o mais obtuso, o desenvolvimento das mais subidas questões científicas com as quais nunca deixou de andar em dia.

Nem lhe assenta também o epíteto de autor fragmentário, visto como seus escritos não são pedaços que ficaram

de um todo, que se quebrasse ou fôsse em parte perdido, pelo qual manava convincente lógica. Tais não são para exemplo, as notas por êle acrescentadas ao *Discurso em Mangas de Camisa*, porque justamente são outros tantos artigos, que muito deleitam e nos quais muito se colhe e aprende. Por esta razão, de propósito e a propósito, deliberei intitulá-las, como se fôsem discursos distintos, havendo as denominações da contextura das mesmas.

Destarte, creio ter também compreendido o pensamento e intenção do Exmo. Dr. Graccho Cardoso, a quem cabe a imorredoura glória de uma edição sergipense das obras do mestre, tanto quanto possível, completa. Nem é a só e única coroa que cingirá a fronte do Presidente patriota, mas também o fato de, por seu generoso influxo, ser convertida em realidade a súplica do autor destas linhas, quando no final de sua conferência — *Missão Tobiática ao Recife* — lhe fêz ver que o professor de Latim de Itabaiana, que sòmente duas aspirações afagava — ser deputado ou senador por Sergipe e ir à Alemanha fazer conferências em Berlim, — em gôzo de uma licença de seis anos, que o govêrno lhe concedera, foi vítima imbele da ganância politqueira de então. Suprimiram-lhe a cadeira de Latim: não foi demittido, não foi removido, nem jubilado, nem pôsto em disponibilidade. Apenas ficou... nos ares, lutando teimosamente para viver, embora com direito ao ordenado, aos vencimentos, que nunca recebeu, até 1889, ano do seu falecimento.

Nenhum dos seus dois ideais conseguiu realizar!...

M. P. OLIVEIRA TELES

A

...à luz mortíça de velhas frases consagradas ao culto aparatoso dos ídolos do dia.

Refiro-me, como é fácil de compreender, a essa mania, tão comum entre nós, de *fazer efeito* e con-

quistar popularidade, por meio de um certo número de palavras místicas, tanto mais sedutoras, quanto mais obscuro é o seu conteúdo, que se tornaram estereótipas nas mãos da mediocridade.

A *liberdade*, êste néctar espumoso dos sonhadores políticos, que aliás agrada mais pelo cheiro, do que pelo sabor, — a *república*, êsse fruto do paraíso, mais precioso por fora, do que por dentro, que tem casca de ouro e miolo de prata, — o *povo soberano*, os *direitos do homem*, a *revolução* e tôdas as mais tolices sacramentais da retórica tribunícia, já perderam aos meus olhos, como frases natas para arranjar uma *figura* e arredondar um período, o seu antigo e celebrado encanto.

Bem sei que, assim pensando, arrisco-me a desmerecer perante o juízo de uma boa parte do público leitor. Ainda hoje é verdadeira, nomeadamente entre nós, a receita prescrita pelo poeta:

*Voulez-vous du public captiver le suffrage,
Du mot de liberté soupoudrez votre ouvrage.
Ce mot magique et cher fait pétiller d'esprit
L'ouvrage le plus plat et le plus mal écrit.*

Todavia não obedeço ao gosto predominante. No discurso que aí fica, o leitor terá muitas ocasiões de notar-me alguma frieza, desejar aqui mais um ímpeto, ali mais entusiasmo, porém nunca me pegará em flagrante delicto de palavreado estéril, calculadamente talhado para embair os simples.

B

... "A todos cabe o mal da humanidade", etc.

É a tradução, um pouco livre, dos seguintes versos alemães:

*Das Uebel, das auf der Menschheit ruht,
Ist eine gemeinschaftliche Last;
Was du davon auf dich genommen hast,
Kommt als Erleichterung Andern zu gut.*

A quadra que pude fazer, se não tem o cunho de um *traduttore*, não tem também o de um *traditore*. A feição do pensamento contido no original não foi alterada; — e isto me basta.

C

SÓBRE UMA TRILOGIA CÉLEBRE

... menos que tudo, a célebre trilogia: "liberdade, igualdade e fraternidade"...

É mister, senão coragem, sem dúvida, um certo despêgo dos prejuízos correntes para ousar dizê-lo, — esta fórmula pomposa da metafísica política, este dogma imponente, sedimento de tempos que já escoaram, os túrbidos tempos da razão-pontífice, com sua infalibilidade e vice-deidade papal, não pertence mais aos nossos dias. É como cédula de papel-moeda, retirado da circulação, cuja cifra pode apenas mostrar um valor que outrora teve, formando, porém, contra aquêle, nas mãos de quem porventura ela se encontre, um documento de desleixo, velhacaria, ou estolidez.

Liberdade, igualdade e fraternidade!...

São semelhantes a um desses grupos das chamadas *estrêlas triplas*, que nos parecem extremamente aproximadas umas das outras; e todavia... que larga distância não medeia entre elas? — Nada demonstra mais vivamente, do que esta *tríade* inarmonizável, a verdade contida nos versos de Schiller:

*Leicht bei einander wohnen die Gedanken,
Doch hart im Raume stossen sich die Dinge*

Fácilmente uns com outros se acomodam
E habitam, sem chocar-se, os pensamentos;
Porém no espaço as cousas se abalroam.

A teoria é sempre franca e generosa, a prática só-vina e mesquinha. Como um rico e avaro banqueiro, que não aceita os saques de seu sócio perdulário, a prática não dá razão aos sonhos da teoria. E se há uma dessas ilusões teóricas, de que se pode dizer com segurança que a experiência está feita, que no fundo do crisol, em vez do metal precioso, só ficou a bôrra, é justamente a teoria em questão. Uma coisa única resta a admirar: — é que, a despeito de todos os desmentidos da realidade, êsse trifólio antitético do *messianismo* político francês, singular mistura da razão e da imaginação, verdadeiro produto da fantasia céltica, saído da mesma forja que os romances de Júlio Verne, conte ainda, como de fato, seus fanáticos seguidores. Entre nós, pelo menos, é incontroverso que, para fazer *ato de liberalismo*, importa andar repetindo, a todo propósito, estas três frases inanes, com ares, aliás, de quem decifra as palavras fatídicas do festim de Baltazar. Mais de um *evangelist of waste*, cujo símbolo não é o

leão de Lucas, e tampouco a águia de João, porém o macaco, vive ainda a doutrinar o pobre povo nos santos mistérios da mágica trindade, que forma o fundo do *culto da Revolução...*

Já era tempo de não haver mais um espírito, na classe mesma dos parcamente instruídos, que se deixasse tomar de admiração e interêsse pelos *idola fori* dos galicistas políticos. Já era tempo de zombar do doutrinismo revolucionário, como cousa anacrônica e de todo inadequada aos nossos dias; — já era tempo, em suma, de acabar com as ilusões da *escatologia* social dos modernos profetas, e reunir com Giuseppe Giusti, o célebre satírico italiano, num só feixe de promessas impossíveis, de pretensões ridículas,

— *la concordia, l'eguaglianza,
L'unità, la fratellanza
eccetera eccetera.* —

Mas a magia da parolagem, entre nós sobretudo e a despeito de tudo, não perdeu a sua influência. Com razão disse F. Zölner que o grau de veracidade e capacidade dos indivíduos, bem como dos povos, se mede pela extensão, em que a sua linguagem é dominada pela *frase*. Porquanto, acrescenta o grande astrônomo filósofo — onde a *frase* se apresenta, a verdade cobre silenciosa a cabeça, e retira-se espavorida (*Ueber die Natur der Cometen*). — Nós estamos bem no caso de oferecer matéria para verificar-se uma tal observação.

Entretanto, é sempre de esperar que não deixará de vir o dia das desilusões, — e aquêles mesmos, nos quais hoje a expressão sincera da realidade das cousas, apreciadas em sua prosaica nudez, produz impressão igual a que produz no touro enfurecido o lenço vermelho do

toureador, curvar-se-ão, por certo, à onipotência dos fatos. O que presentemente se repele como estranho e absurdo, mais tarde não passará de uma verdade vulgar.

Schopenhauer já o disse: — o destino de tãda e qualquer idéia, máxime das mais importantes, é que à verdade está reservado ter sòmente uma curta celebração de vitória, entre os dois longos espaços de tempo, em que ela é condenada como *paradoxo* e desprezada como *trivial*.

D

A PROPÓSITO DA REVOLUÇÃO FRANCESA

Prova-o de sobra a revolução francesa, que tendo começado em nome da

liberdade, degenerou no fanatismo da igualdade, e reduziu-se ao absurdo nas mãos de um déspota.

Apresso-me a ir de encontro a uma idéia falsa, que o leitor pode formar, julgando-me, por essas palavras, *um dos muitos*, para quem a revolução francesa é o resumo de tãda filosofia da história, e que nela, sòmente nela, bebem ensinamentos e exemplos de alta sabedoria política; — idéia que, além do mais, teria a desvantagem de pôr-me em contradição com as vistas manifestadas na nota antecedente.

Com efeito, se não pertenço à escola retrógrada e obscurante dos sicofantas do passado, os quais de convicção, ou por capricho ainda hoje se benzem à lembrança de 89, também não aumento o número dos *idiotas* da liberdade, que só vêem na revolução francesa um ato providencial, uma emenda feita ao Gólgota,

uma segunda redenção, e como tal o comêço da verdadeira história da humanidade. Não sei se estou acima ou abaixo dêstes dous diversos modos de intuição, — mas sei que estou fora dêles. Não se lê impunemente, neste sentido, as investigações de um Sybel, as páginas de um Treitschke: — eu já não creio em bênçãos divinas, que nos viessem dos tempos do *brumaire*, ou *thermidor*... A chamada revolução francesa, que o Professor Luigi Settembrini, de Nápoles, em suas *Lezioni di Litteratura Italiana*, exige que seja, e prova que deve ser tida como *revolução latina*, a qual se preparava, havia já tempos, no seio dos povos da mesma raça, e foi realizada pelo ímpeto da França, — êsse grande entre outros grandes acontecimentos do mundo moderno não contém em si cousa alguma de enigmático ou misterioso, e bem pouco encerra de poético e venerando. Não é aqui o lugar de entrar em longos detalhes sôbre êste ponto, na sustentação de um modo de ver, que destoa dos prejuízos aceitos, que é um golpe dado na raiz da opinião dominante. Mas importa deixar acentuado: — a França que tem sido, neste século, muitíssimo fecundo em construir *Filosofias* de tudo, da mesma forma que a sua *Exposição Internacional* do corrente ano foi fértil de Congressos sôbre todos os assuntos, desde o que teve por objeto o direito das mulheres até o que se ocupou do direito dos cavalos e seus irmãos em sofrimento; a França que sabe filosofar *de omnibus et quibusdam aliis*, e tanto que lhe devemos até uma *Filosofia da Miséria*, que aliás sômente serviu para pôr em relêvo, como mostrou Karl Marx, a *miséria da Filosofia*; a França, enfim, que pouco falta se lembre de nos dar também a *Filosofia da*

Insensatez, para ocupar lugar de honra entre as suas *Filosofias*... do *Direito Penal*, do *Direito Eclesiástico* et reliqua, mentiria à sua missão humanitária e civilizadora, se não tivesse igualmente o seu sistema acabado, a sua *Filosofia da Revolução*, escrita nos livros e implantada nos espíritos.

É pois de encontro aos dogmas desta velha orthodoxia filosófico-política, que eu me confesso incrédulo e rebelde. No estado atual do seu desenvolvimento, a história dos povos modernos, principalmente dos povos da América, necessita de fatos mais importantes, de soluções mais proficuas, do que derrubar tronos e decapitar coroados. As exigências do século excedem muito e muito a medida das categorias estéreis de *direitos do homem* e *sabedoria do povo*.

A tudo isto, — tenho por certo, — mais de um idólatra do país da moda, da gente azougadamente móbil, de quem já nos seus primeiros dias dizia Catão, que era distinta por duas cousas: *rem militarem et argute loqui* — o que exprime justamente *la gloire et l'esprit* dos tempos de hoje; — mais de um idólatra do país da moda, — replto, — abalará com desdém a cabeça. A razão é simples: — cabeças ôcas facilmente se abalam. Mas o que importa? Eu não pertenço à classe dos felizes que, na expressão de Hartpole Lecky, compram a paz, o viver bem com todos, *à custa da verdade*; como não acho sempre digno de praticar-se o conselho de Goethe:

— *Sagt es niemand, nur den Weisen,
Weil die Menge gleich verhöhnet.*

Não digas a ninguém, sòmente aos sábios,
Porque o vulgo não sabe, e logo zomba.

Pelo contrário, é muitas vezes diante do vulgo mesmo que se reforça o dever de não calar-se as próprias convicções, não obstante os seus desdêns, e até por causa dêles. Demais, eu não creio viver em um mundo, onde existem claramente assinaladas as duas distinções de *sábios*, a quem se fale, e *multidão*, com quem se tenha reservas. A esta, de que faço parte, perfeitamente se acomodam as palavras de Machiavelli:

Nel mondo non é se non volgo.

Bem sei que, em semelhante meio, a posição do escritor, não atacado da geral *preguiça de pensar*, e que tem, portanto, alguma cousa a dizer, é igual à da rainha *Gandhari*, no conto indiano: — «O velho rei *Dhribarashtra* era cego; tendo êle um dia de se apresentar em público junto com sua mulher *Gandhari*, esta veio de olhos vendados, para não mostrar-se menor que o seu querido esposo...»

É assim: — o escritor também necessita apresentar-se de venda nos olhos, voluntariamente cego e ignorante, para que esteja bem ao nível do seu *caro* leitor. A lenda indiana não diz, que castigo teria *Gandhari*, se aparecesse sem véu no rosto; — mas sabemos qual é o que aguarda o escritor desponderado, que ousa ter uma idéia de mais, não bebida na fonte comum do seu honrado público; é o ridículo, êste martírio da época, na frase de Pelletan, porém que entre nós outros, — e é isto o que me anima, — ainda não foi exercido com eficácia, não pôde ainda realmente contar, nem sequer um mártir, graças ao desazo e estupidéz dos carrascos.

E

A FRATERNIDADE É SIMPLES CONCEITO
RELIGIOSO

*Quanto à fraternidade... considero-a
mais um conceito religioso, do que um
conceito político...*

O leitor atenda bem: — um *conceito religioso*, e não um *conceito moral*.

O sentimento, que faz ver na humanidade uma só família, se é que êle de fato existe, não pertence à esfera da moralidade. As ações humanas, como tais, aquelas mesmas que demandam mais abnegação e esquecimento de si próprio, que mais engrandecem o homem ante a sua consciência, não têm como base, como motivo primordial, o amor e dedicação ao *gênero humano*, o qual, em última análise, não passa de uma espécie de notação algébrica, de uma quantidade abstracta, de que se faz uso unicamente por comodidade da linguagem. A moral nada tem que ver com os desvarios de espíritos ligeiros, que se afiguram, sob esquema da *fraternidade*, uma ordem natural e racional das cousas, em que o gato se concille com o rato, e o lobo com o cordeiro. O *non sibi sed toto gemitum se credere mundo...* não é um princípio de moral humana, uma norma de ação de homens que vivem e amam a vida, mas um sublime paradoxo de bárbaro estoicismo, que julga vingar-se das misérias da humanidade, dando-lhe a resolver problemas impossíveis.

Os apóstolos da *paz universal*, os capuchinhos fillosóficos da *fraternidade humana*, iludem-se de todo, se é que, pelo contrário, não querem iludir. — «Eu nutro

muita piedade, dedico muito respeito aos meus parentes reais, diz Fritzjames Stephen, para que ouse dar o nome de irmãos a tôdas as criaturas humanas, das quais não poucas merecem o meu desprezo e o meu ódio. O gênero humano é tão numeroso, tão cheio de diferenças, tão pouco conhecido do indivíduo, que ninguém pode, sem mais outro motivo, amar a raça inteira, como uma parentela. Os fanáticos da humanidade, no melhor dos casos, trazem na mente apenas fantasmas, a que nada corresponde de real e positivo...» — A isto junta-se uma outra consideração, não menos digna de nota, — é a seguinte: no dia em que a humanidade constituísse uma só família, segundo os votos dos seus profetas, deixaria ela de existir, porque, desaparecendo a luta, desapareceria também o ímpeto da vida. Os povos têm cada um o seu alvo, o seu fim a prosseguir; a humanidade, porém, não tem um *fim próprio*, e assim não pode perdurar e progredir, senão dividida em estados, nações e raças, que emulam, que se contradizem e lutam entre si. O desenvolvimento humano efetua-se por meio de contrastes, da mesma forma que o ponteiro do relógio avança pelos valvêns de pêndula.

O *eu* da humanidade ainda não afirmou-se, nem pode jamais afirmar-se de um modo claro e determinado, por atos que exprimam as forças e tendências, não de uma raça ou de um povo, porém da espécie inteira. Os *homens representativos*, são-no somente desta ou daquela nação, numa ou noutra época dada. A humanidade como *todo*, como sistema orgânico, não teve até aqui, e nunca terá um *representante*. Aquêles mesmo, de quem se diz que viera remir o gênero humano do *cativeiro do diabo*, pôsto que

ainda a esta hora mais de um *demônio* conserve cativo o pobre Adamide, não foi senão a personificação de tudo que de brilhante e admirável existia no povo israelita e se havia, por muitos séculos, acumulado em sua história. Jesus foi um *representante*, sem dúvida, — o maior, — eu concedo, que se pode oferecer aos nossos preceitos; mas o foi unicamente da sua nação, como foi Alexandre entre os gregos, César entre os romanos, Dante na Itália, Lutero na Alemanha, e raros outros fenômenos da grandeza moral e intelectual dos povos.

O princípio da individuação, que é o princípio fundamental de todos os seres, não abrange a humanidade, quero dizer: a humanidade não é um indivíduo, *scilicet*, uma força ou conjunto de forças, que cooperam para um único escopo, consciente ou inconsciente. Tampouco pode existir uma *união*, uma *fraternidade humana*, como existe uma *história humana*, uma *língua humana*. Bem que se diga, — e realmente seja aceitável, — que o homem é um *ente histórico*, esta verdade não deixa de sofrer, todavia, suas restrições. Porquanto, sem elas, qual viria a ser, por exemplo, a *historicidade* do papua ou do esquimó, e de tantos outros *resíduos* inúteis ou *esboços* desprezíveis, que ficaram fora da ação do geral processo evolutivo?

Não nos iludamos: — o conceito da humanidade é apenas uma categoria do pensamento, senão antes um esquema da fantasia, que nas almas estremecidas pode elevar-se ao grau de um postulado do coração, um suspiro, um — *quem me dera!* — Quem nos dera, com efeito, que todos fôssemos irmãos, que como tais nos amássemos! Nada mais belo, sem dúvida. Mas

também nada mais irrealizável. É um modo diverso de exprimir a fórmula vulgar da grande ilusão humana: — *quem me dera ser feliz!* — «A esperança de uma futura felicidade positiva da humanidade e, por força dessa esperança, a cooperação para o desenvolvimento do *todo*, forma o *terceiro estágio da ilusão*, diz E. von Hartmann». É sabido que este filósofo, o qual com Byron, Schopenhauer e Leopardi constitui, por assim dizer, o grupo dos quatro evangelistas do pessimismo, que entoam como tema o desolante — *Vanitas vanitatum*, repercutido nas fortes palavras do sublime lírico italiano,

... *Arcano é tutto:*

Fuorché il nostro dolor...,

é sabido, repito, que Hartmann dividiu em *três estádios* as ilusórias pretensões do homem; sendo pois o terceiro e último deles a aspiração fantástica de um *reino de Deus* na terra, no qual a dita suprema de cada um consistirá precisamente na suprema dita de todos.

Grandioso sonho, porém sempre sonho!

E os fatos falam bem alto.

Que é feito do —*unum utile et unus pastor*— que é feito do amor cristão, da caridade evangélica, da coesão fraternal entre filhos do mesmo sangue, do mesmo pai, *que está nos céus*? Que é feito do grande templo no *Oriente do vale de Josafá*, em um lugar, onde *domina a paz, a verdade e a união*? Magnífico ramalhete de *fables convenues*! O amor cristão tornou-se uma frase hipócrita, e o entusiasmo maçônico uma bravata ridícula. A Igreja, que se diz órgão do primeiro, prega o jejum e banqueteia-se, aconselha água e bebe

vinho, ao passo que a *loja*, por sua vez, continua a ocultar dos olhos dos profanos o seu tremendo segredo, o qual consiste exactamente no seu... *nada fazer*. Não basta expor e figurar a humanidade, «como um *todo*, unido pelos laços de fraterno amor para um esforço comum traz tudo que é verdadeiro, belo e bom» — é mister, principalmente, organizá-la para êsse fim. Mas... quais são, e onde estão os órgãos dessa aliança enorme?

A mais importante organização social, de que a história dá conta, depois do império romano, o catolicismo, — espécie de árvore imensa que tinha a pretensão de espanejar o céu com as ramas e fazer na sua sombra acampar o exército, ou amalhar-se o rebanho de todos os povos da terra, — o catolicismo é, aos olhos de quem quer ver, o mais claro exemplo da improficuidade dos esforços empregados para *uniformizar* o género humano. Sem considerá-lo *le chef d'œuvre politique de la sagesse humaine*, e julgá-lo dotado de um *génie eminentement* social, como ensina Augusto Comte, para cuja predileção e quase entusiasmo pela religião católica (entre parênteses) eu chamo a atenção não só dos devotos, que o condenam, sem conhecê-lo, mas também dos anacrônicos senhores positivistas, que o endeusam sem reservas e declamam em seu nome, contra a Igreja e os padres; — sem ir tão longe, como o velho profeta do *Comité positif occidental*, eu penso, todavia, que, se ao catolicismo não coube a dita de reduzir a humanidade a um só sistema de crenças e costumes, atitudes, idéias, sentimentos e ações, como explicita ou implicitamente estava contido no seu programa, nenhuma outra associação, religiosa ou política, o poderá jamais conseguir.

O que resta, pois, de todos os sonhos de eterna paz e harmonia entre os homens, de todos êsses mundos fantásticos, formados nas nuvens, para habitação de felizes crentes, que se pretendem filhos dos deuses, e nessa presunção reclamam para sua espécie o cumprimento de altos destinos; — o que resta de tudo isso, é bem triste e pouco edificante: sempre o *homo homini lupus*, a refutar triunfante o *homo homini Deus*, persistindo verdadeiro, a respeito da humanidade, o que disse Scheffel da natureza em geral:

*Denn der Grosse frisst den Kleinen,
Und der Grösste frisst den Grossen,
Also löst in der Natur sich
Einfach die sociale Frage.*

Pelo grande o pequeno é devorado.
E o grande do maior torna-se prêsas:
Simplesmente, destarte, se resolve
A questão social da natureza.

F

IGREJA E TEATRO. RELIGIÃO

Uma questão de "bigotismo", senão antes de alardo pecuniário, ou de simples consideração ao burel de um capuchinho.

Peço perdão a quem quer que, porventura, tais palavras possam ofender, na hipótese, allás errônea, de importarem elas um menoscabo do digno missionário, que deu um exemplo a esta localidade. Nem eu mudei de opinião: permaneço firme na idéla, uma vez manifestada, de que êle prestou à religião, como a temos e

a praticamos, um serviço relevantíssimo; e de tal arte, que a pequena parte oposicionista do público *rezante*, aquela mesma que criticou tão cruelmente a arquitetura do frade, *nolens volens* não deixa de ir à igreja capuchinha aliviar a angústia dos pecados, esquecendo assim, de dia em dia, o grande perigo de morrer esmagada pelo teto e paredes da obra *mal construída*, e fácil de desabar.

Não tenho a felicidade de ser um crente em regra, um daqueles que se deliciam, máxime depois do jantar, quando mais prazenteiro é o humor religioso, na doce contemplação das cousas divinas. A natureza esqueceu dar-me o estro, que faz os santos. Entendo tão pouco a linguagem das almas devotas, que me falam das puras efusões da vida hipersensível, como pudera entender as palavras de uma mulher, que me fizesse a narrativa das dores do puerpério. E se é certo o que disse Goethe, que o olho é um produto da luz, para ser então paralela e simetricamente exato, que a fé é um produto de Deus, eu devo confessar que até hoje este órgão não se desenvolveu, ainda não me nasceu esse *segundo olho*. Mas também confesso que não me julgo, por isso, autorizado a duvidar da luz, que os outros dizem ver. A verdade não me nomeou seu intérprete privilegiado.

Bem quer, às vezes, parecer-me que descortino um mais largo horizonte, do que o meu pio vizinho, a quem, de dentro da gruta, em que se deixou ficar, — a gruta das suas crenças, — só é dado lobrigar um cantinho do céu. Bem quer, às vezes, parecer-me que a Igreja é um anacronismo e a sotaina uma coisa lúgubre: como se os padres *trajassem luto por Deus!*... Porém, curo-me logo de tal impiedade e recobro a consciência de

minha ignorância; mesmo porque, no dizer do nosso povo, catòlicamente educado, *os meninos sabidos não se criam*, e sendo a vida assim, por si só, uma prova de idiotismo, — ponto êste, em que aliás o bom povo se encontra com mais de um filósofo, — eu tive a sorte de fazer parte dos idiotas — viventes.

Se não amo, pois, a santa Igreja com o amor e dedicação de um filho estremecido, também não lhe quero mal, pôsto que a mim, bem como ao Dr. Faust, pudesse a ingênua Margarida com razão dizer:

— *Zur Messe, zur Beichte bist du längst
nicht gegangen.*

Há tempos, que não ouves uma missa,
E aos pés do confessor não vais prostrar-te.

Dêste modo compreende-se qual seja a minha attitude atinente às coisas da sacristia. Quando falo de templo e capuchinho, é como se falasse de teatro e ator, ou de quartel e soldado, *sine ira et studio*, objetiva, historicamente. Nem há lugar de supor-se que, referindo-me à construção da matriz desta paróquia, pretendesse opor ao sentimento religioso argumentos económicos, e aludir ao desperdício de um capital considerável, empregado em cousa *improdutiva*. Isto já é um ponto de vista atrasado; e nada menos importa do que dar a palavra à economia política, para discorrer sobre assuntos, que lhe são de todo estranhos. Tanto valera ouvi-la sobre a órbita dos planêtas e o tamanho das estrêlas.

É fácil perguntar: — o que *lucra* o povo com um templo? Mas também é fácil responder: — o que *lucra* o povo com tudo mais, que não é o templo? O teatro, por exemplo, dir-se-á, é uma necessidade pública, uma

escola de correção e moralização. Vá que seja. Mas a Igreja é uma outra. Entretanto, aqui separo-me do católico leitor, que já vai talvez arregalando os olhos e querendo tomar-me por *um dos seus*. A necessidade estética, de que dá conta o teatro, não é mais profunda nem mais enérgica do que a necessidade religiosa, de cuja satisfação se ocupa o templo; e os crentes têm razão de reclamar para si o mesmo direito, que reclamam os diletantes de todos os gêneros. Há somente um ponto a esclarecer: — é que no fundo de uma, como de outra cousa, existe apenas verdade subjetiva. A eficácia da religião, como meio de moralizar, prova tão pouco a realidade objetiva do seu conteúdo, como a influência teatral sobre o desenvolvimento do chamado espírito público prova a verdade dos fatos, que no palco se representam.

Mas nem por isso são valiosas contra aquelas razões de conveniência, que aliás não vigoram contra esta. Ao economista e ao estatístico não é dado conhecer as modificações íntimas, que podem resultar de uma hora de espetáculo, ou de uma hora de devoção. Bem pode se objetar: — o povo sai do templo, e vai meter-se na lama do vício. Porém sai também do teatro, onde acaba de aplaudir edificantes cenas de heroísmo, e vai ainda cometer baixezas. Com o argumento econômico da utilidade, chega-se até a suprimir a cadeia, pela ineficácia, mil vêzes provada, de sua ação moralizante sobre o ânimo do criminoso.

Por mais que se queira e ousadamente se tente, nunca se poderá extirpar o ideal da consciência e do coração do homem; e a forma, sob a qual mais visivelmente o ideal se revela ao povo, é justamente a forma religiosa. Que a religião seja um desvario, um

resultado de mau desenvolvimento cerebral, ou seja antes, como queria, e com bons fundamentos, o célebre niillista russo Miguel Bakunin, um protesto da natureza humana contra as misérias e estreitezas da realidade ambiente, de modo que, cessando essas misérias, a religião não tenha razão de ser — pouco importa ao caso, e a verdade é a mesma: enquanto o povo encontrar no padre, o que julga não encontrar no filósofo, e fizer da *hóstia* o seu único alimento espiritual é bem inútil querer arrancar-lhe a doce e consoladora ilusão das suas crenças.

«A superstição religiosa, diz ainda Bakunin, não pode ser debelada por meio da instrução, por meio de associações, jornais e outros quaisquer instrumentos de propaganda... Para acabar com a religião, não basta a propaganda intelectual, — é mister, junto com ela, a revolução social.» — Tão estranha, quanto profunda e exatamente pensado! Com efeito: — derramai pelo povo a luz que quiserdes, duplicai as escolas e centuplicai os mestres, — mas deixai a sociedade no *statu quo* de uma organização viciosa; — e não tereis feito mais do que aumentar no povo o sentimento da sua penúria. A ciência é um alargamento da consciência: «Com a crescente cultura do povo, diz Hartmann, cresce também o seu desgosto da vida».

Não há, portanto, razão suficiente, máxime entre nós, para ter-se a religião como dispensada do seu mister de iludir e consolar. Ainda por muito, e quem pode assegurar que não sempre? — o organismo social terá funções religiosas, e carecerá para elas de órgãos especiais. Enquanto o homem, encontrando neste mundo somente durezas, injustiças e misérias, criar-se por meio da fantasia um mundo melhor, uma

como ilha encantada, onde êle irá repousar das fadigas e enjôos da existência, — a religião será, como até hoje, um fator poderoso na história das nações. É possível que mais tarde, e à proporção que o velho princípio da sabedoria, o *timor Domini*, fôr cedendo o passo ao *horror Domini*, a essa espécie de teofobia, que acomete, a mais de um espírito desabusado, sobretudo quando os dois cavalos do côche da vida, a *receita* e a *despesa*, não fazem boa parêlha — é possível, sim, que mais tarde a tragédia torne-se comédia, e o sério atual das nossas cousas sagradas não encontre justificação no ânimo dos pósteros; nem por isso é menos exato que, a êsse tempo mesmo, perdurarão inegáveis os benefícios da religião. «Daqui a cem anos, qualquer escolar americano provavelmente considerará Brigham Young um arquitratante e o sacro livro dos Mórmones a produção de um insensato; porém isto não destrói o fato de terem êles fundado uma cidade e deixado vestígios indeléveis na civilização do *far west*.» Assim se exprime Karl Frenzel, e a justeza do seu pensamento permanece idêntica, fazendo-se aplicação a qualquer outra seita religiosa.

Convençamo-nos, enfim: — a religião é o que é: — uma inspiração do desconhecido, um alto pressentimento, uma necessidade, um arroubo da alma, e talvez também uma tolice, como diria H. Heine; mas isto ou aquilo, onde ela se manifesta sincera, a religião é inexplicável, irreduzível a uma fórmula intelectual.

Há oito anos, o autor destas linhas sôbre igual assunto, escrevia o seguinte, que pede permissão para repetir: — «Não compreendemos o que seja uma alma despegada de todos os fios invisíveis, que por momentos suspendem-na e balançam-na entre o céu e a terra.

Não compreendemos a vida, sem o cheiro de alguma flor poética, de alguma ilusão mística, de que não são isentos os mais valentes heróis da pura metafísica. *A verdade não é o único pão, de que o espírito se alimenta; a verdade não é a única medida das cousas.* Quando êste *paradoxo* penetrar em nossas crenças, acabar-se-ão muitas lutas, porque a lógica saberá conter-se, e não quererá dar lei nos domínios alheios...» (*Americano*, n.º 6, 1870).

Estas palavras, que tracei convicto, ganharam aos meus olhos tanto mais valor e significação, quanto é certo que, anos depois, eu tive o prazer de ler a opinião quase idêntica, em uma obra do sábio Professor Krönig. Diz êle: — «Verdade e beleza, segundo a sua essência, nada têm que ver uma com outra. Muita cousa verdadeira, não é bela; muita cousa bela, não é verdadeira. Da mesma forma que nos deliciamos com inúmeras poesias e outras imagens da arte, podemos também deliciar-nos com muitas doutrinas religiosas, sem contudo julgá-las verdadeiras» (*Das Dasein Gottes*, 1874).

Confessando-me pois sem vista suficiente para descobrir ao longe, mesmo através dos mais perfeitos instrumentos da ciência, o que outros crêem ver com facilidade, e a olhos nus; — inteiramente ignorante dos meios de proceder a essa espécie de *análise espectral* da Divindade, que muitos executam no fundo das suas meditações, e dela tiram o conhecimento da constituição fisiológica do Ser Supremo; — nem por isso tenho a coragem de pressupor nos meus semelhantes um aleijão moral, de considerá-los deturpados por um *órgão de mais*, quando sou eu talvez, quem é defeituoso... por um *órgão de menos*.

OPINIÃO ERRÔNEA

Os cometas não percorrem uma mesma órbita, as nações não seguem um mesmo caminho.

Há aqui uma referência implícita à errônea opinião, geralmente acreditada entre nós, de que a história de um povo, sobretudo em matéria política, possa servir de norma para as ações de um outro. Assim vemos, ainda a esta hora, mais de um espírito culto, ou pretendido tal, reportar-se, ora à França, ora à Inglaterra, ora aos Estados Unidos mesmo, para ensinar a marcha regular do governo monárquico brasileiro! E não raros chegam ao ponto de, confundindo o fato com a lei, decretarem a queda do Imperador, pela mesma razão e forma, por que caíram, *ex. gr.*, Carlos X e Luís Filipe!

Ora, não precisa dizer, quanto esta intuição é acanhada e pueril.

Cada povo tem a sua história, e cada história tem os seus fatores. Tampouco se encontra duas nações com o mesmo desenvolvimento, como dous indivíduos com a mesma feição. E mais que tudo, — a identidade da forma de governo assemelha tanto entre si o destino dos Estados, como pudera, porventura, identificar-se a sorte de dous homens, pelo único fato de nascerem num mesmo dia, ou de... vestirem pano da mesma peça. «A observação do que se passa entre as nações estrangeiras, diz Leonhard Freund, é realmente sempre instrutiva na medida, segundo a qual

tudo que dá lugar a comparar-se, provoca a reflexão; não obstante, um povo qualquer pode tampouco aproximar-se, com vantagem, de alheias experiências, como pode um indivíduo. Porquanto, em última análise, só se sabe e só se crê naquilo que se procura por si mesmo, que se tem inquirido e experimentado...»

— Esta verdade tem as proporções de uma lei, a que nós outros brasileiros não poderíamos subtrair-nos. A esfera do mundo político não é recortada de meridianos e paralelos, nem admite *antíscios*, e *períscios*, que vivam debaixo do mesmo grau de latitude ou longitude, sujeitos à influência de um mesmo clima social. O que disse Gæthe da história da ciência, que é semelhante a uma grande *fuga*, na qual, uma após outra, se faz ouvir a voz dos povos, não se adapta com igual justeza à história da política. Ali se compreende a repetição e continuação do tema comum, aqui porém, a cousa é diversa: — a um povo não é lícito repetir ou imitar, nem a si mesmo, sob pena de cair no baixo cômico, inerente a tôdas as caricaturas. «Ai dos imitadores, se diz na poesia; porém três vêzes mais dignos de lástima os imitadores políticos; êles são o presente mais perigoso, com que a cólera dos deuses pode mimosear uma nação infeliz.» Não hesito em fazer minhas estas palavras de K. Frenzel.

Assim, em suma, eu creio que não é lançando mão do programa revolucionário dêste ou daquele país, nem trajando alheia *roupa constitucional*, que poderemos jamais elevar-nos e engrandecer-nos.

Alexandre Humboldt, chamou a Constituição inglesa *um produto oceânico*; nós seríamos ditosos, se também aquela que nos rege, pudesse porventura qua-

lificar-se de *um produto selvático*. A política autóctone, ingênita ao caráter do povo, é a única eficaz e vantajosa, por ser a única, também, capaz de desenvolvimento.

H

SÔBRE A LIBERDADE

A liberdade é o preço da vitória, que adquirimos sôbre nós mesmos...

Neste belo dia de Mathy há como que revérbero de um raio de Gæthe: —

*Nur der erringet Freiheit sich und Leben,
Der täglich sie erobern muss.*

Somente alcança liberdade e vida
Quem tem de as conquistar dia por dia.

E ainda aqui se reconhece a fonte de um pensamento similar do célebre israelita Luís Börne: — «ser livre, é nada; tornar-se livre, é tudo». Com efeito, na luta prova-se a fôrça; e a luta, por sua vez, desperta e produz a fôrça. Como se vê, é isto ainda uma das formas da doutrina de Darwin, pela qual a liberdade mesma deixa de partilhar com Deus e o diabo a sorte de ser um sujeito, para quem não se acha predicado condigno, *um nome que só tem vocativo*, um grito, uma *interjeição*, para entrar nos domínios da expe-

riência e ser no chamado mundo moral o que é, por exemplo (o leitor não se espante), a musculatura masculina, a própria barba viril no mundo físico: — um resultado de desenvolvimento particular, um produto também do *struggle for life* e *natural selection*, êstes sedícios estribilhos do dia, aos quais, entretanto, a mesma sediciedade não é capaz de tirar o alto valor e profunda significação científica. Isto, porém, não só em relação à natureza e à sociedade, com quem o homem vive em perfeito combate, mais ainda em relação ao seu mundo íntimo, frente a frente, com suas paixões, vis-à-vis de si mesmo. A liberdade é sempre uma conquista.

O que disse Schopenhauer da razão humana, a deusa da *filosofalha*, por êle desencantada e reduzida às proporções singelas de uma qualidade *feita* ou *adquirida*, assenta em cheio na liberdade, esta outra *deusa*, cujo culto idolátrico não tem sido menos perigoso, e não é hoje menos ridículo que o da sua orgulhosa irmã.³ Como a ciência da razão, a ciência da liberdade — e realmente pode se falar de uma tal — não é ainda o que devem ser todos os ramos do saber humano, uma ciência de relações, de verdades proporcionais aos fatos. Não é ainda, disse eu, e sê-lo-á algum dia? Sem dúvida. O conceito da liberdade será um pouco mais tarde tão diverso da intuição hodierna, quanto já hoje, em grande parte, é êle diferente das fórmulas sacramentais do velho catecismo liberal.

3. A razão é a deusa da *filosofalha*, como a liberdade é a deusa da *canalha*. (De uma preleção de Direito Público do Dr. Tobias Barreto).

Assim, afora os obstinados maníacos franceses, e mais alguns, ou embusteiros, ou parvos, de outras nações, que se associam ao *grupo francês*, — para supor aqui, por instantes, realizado o sonho de Saint Simon e servir-me da sua expressão, — com exceção dêsses tais, cujo número aliás pouco revela que seja dúzia ou legião, ninguém mais fala nem crê nos prodigiosos efeitos de uma liberdade ideal. A natureza divina dêste verbo, bem como a de Jesus, vai sendo posta à conta dos frenesis poéticos e das criações fantásticas.

Bem pode se me objetar: E Stuart Mill?... Que dizes de Stuart Mill, cujo famoso livro — *On Liberty* — que êle mesmo considerava a sua mais importante obra, é chamado o evangelho político do século XIX? E onde é que melhor já se entoou um hino à liberdade, como nós a sonhamos, como nós a quiséramos ter, do que nesse opúsculo de ouro?

A objeção é de pêso, mas nem por isso irrespondível.

Ao falar de Stuart Mill e do seu livrinho exemplar, atualmente *mais elogiado do que lido*, eu sinto, por efeito não sei de que lei psicológica, virem-me à lembrança aquelas malignas palavras de Henrique Heine: — «o francês ama a liberdade, como sua noiva, o inglês, como sua espôsa, o alemão, como sua avó». — A parte o que diz respeito à velha avó e a jovem noiva, consideremos sòmente a liberdade, como espôsa, visto que Mill era inglês, era um filho leal, segundo Treitschke, «daquela classe média, legitimamente germânica, da Inglaterra, que desde os dias de Ricardo II, tanto no bem, como no mal, por meio de um sério impulso para a verdade, como por meio de um tene-

broso e fanático zelotismo, de preferência tem representado a vida íntima, o trabalho espiritual dêsse país».

É pois assim: — Mill amava decerto a liberdade, como sua mulher. Da mesma forma que a viúva Taylor, que morreu como senhora Mill, e cujo cérebro era de volume e peso ordinário, êle cingiu de uma auréola ideal, a ponto de lhe atribuir um gênio superior ao seu, de pintá-la como sua mestra e inspiradora, de dar-lhe no céu, em suma, *um espírito, que ela não teve na terra*, — assim fez com a liberdade: tomou entre as mãos o velho assunto, *notum lippis et tonsoribus*, do qual há mais de cinqüenta anos já dizia Jouffroy que seria poético, se fôsse menos compreendido, retocou-o e idealizou-o, conferindo-lhe lá em cima, na esfera das abstrações e dos pios desejos, um caráter de supremo respeito, que êle não tem, que não pode ter cá embaixo, na habitação da miséria, no mundo prático e positivo.

A circunstância de haver Mill seguido os vestígios de G. de Humboldt no manejo do mesmo tema, que o grande alemão, muito antes dêle, tratara de elucidar, não sei se agrava ou atenua; mas certo não deixa de causar estranheza, por um lado, que Stuart Mill, a quem aliás acompanhou na descoberta o estéril Laboulaye (*L'état et ses limites*), tenha proposto aos povos cultos modernos, como sublime *desideratum*, como único escopo a atingir, sem distinções nem reservas, aquilo que Humboldt, em sua mocidade, só pudera conceber ocasionalmente sob a influência da atmosfera *burocrática* de Frederico Guilherme II, e isto apenas como uma espécie de reativo consolador;

— por outro lado, que o pensador inglês, com o claro intuito de dar também *alguma cousa de si*, errasse o tiro e fôsse além do alvo, apontando contra a sociedade as armas, que o seu modelo assestara contra o Estado.

Eu não sou, — *cela va sans dire*, — eu não sou dos que porventura julguem natural e razoável, em tôda a sua extensão, a despotia social, não menos opressiva ainda que menos visível, que a despotia política. Mas também não sou *individualista*, no rigor da doutrina, no sentido da *seita*, isto é, no sentido de negar à comunhão todo e qualquer direito de se ingerir na conduta do indivíduo, «uma vez que esta (é a restrição banal dos sectários) não tenha por efeito a ofensa de outrem». A luta que dêste modo se pretende que o indivíduo trave com a sociedade, afirmando a sua independência, acentuando a sua soberania pessoal, é um dos maiores rasgos da extravagância humana. Dela não sai ileso, nem mesmo o mais forte gênio, o mais elevado espírito. E é digno de nota: o individualismo, que levado com lógica tem por uma de suas mais belas conseqüências práticas o *revolverismo* americano, — o individualismo de Stuart Mill e consortes, cujo conteúdo importa uma espécie de *radicalismo social*, não é tão estranho, quanto pode parecer, à melancolia poética dos *filhos do século*, ao orgulho, à *rabies manfrediana* dos descendentes de Byron.

Sou eu talvez o primeiro que ousa fazer uma tal aproximação, descobrir uma tal identidade de origem entre correntes espirituais, em aparência tão diversas.

Pouco importa. Insisto na minha convicção: o publicista do *Essay On Liberty* e todos os seus discípulos pagaram também o fatal tributo às *paradoxias* da época, beberam também na taça *byrônica*, não menos do que, por exemplo, qualquer dos corifeus da *Jovem Alemanha*, da *Jovem Inglaterra* ou da *Jovem Rússia*, o licor agri-doce da autonomia selvagem, da guerra aberta, contra a sociedade, suas barreiras de convenção, seus prejuízos tradicionais. O leitor reflita e responda então: quem foi que, neste século, afirmou primeiro, com mais franqueza e denôdo, quem foi que mais vitoriosamente fêz valer o *direito da subjetividade*, «até diante das forças infernais», como diz Karl Elze? Sem dúvida o poeta inglês, não aquêle...

*dont le monde encore ignore le vrai nom,
Esprit mystérieux, mortel, ange ou demon,*

na frase frívola de Lamartine, — mas simplesmente o gênio revolucionário, o aristocrata vaidoso, o *sublime coxcomb*, segundo Hazlitt, que sentia-se, como êle mesmo disse de Dante, —

*in the solitude of kings
Without the power that makes them bear a crown.*

E o que foi, o que é pois tôda a poesia *psicocêntrica* de Byron, senão puro individualismo, radicalismo puro? Não é ir muito além lançar à sua conta o primeiro impulso dado, nos tempos modernos, e de encontro à reação romântica, para essa filosofia social, que caracteriza a nossa época, e se propõe arre-

dar do terreno da História um grande número de preconceitos, que julga serem os maiores obstáculos à marcha regular do espírito humano. Razão por onde é bem compreensível o que disse Gervinus, — que no único gênio de Byron pareceram surgir conjuntamente — *republicanismo* americano, *livre espírito* alemão, *mania revolucionária* francesa, *radicalismo* anglo-saxônico. E tudo isto, ousou eu acrescentar, desenvolveu-se, ramificou-se, em tôdas as direções da rosa-dos-ventos, e espalhou-se pelo mundo culto, como uma inundação. Bastante característico da tendência destruidora, que devia mais tarde, na mão dos epígonos, degenerar em programas messiânicos e ameaças *quichotescas*, já era o fato singular de ter Byron achado na *carbonaria*, segundo a sua própria expressão, a *verdadeira poesia da política*. Mais um passo adiante, — não é o puro domínio dos videntes de hoje, dos revolucionários *rimados e não rimados*, dos campeões em prosa e verso, que pretendem emendar a história, escrevendo-lhe uma *errata* a ferro e fogo?!...

Longe de mim a idéia, — que seria sem dúvida extravagante, — de medir pela mesma bitola o *individualismo* de um Mill e, por exemplo, o *radicalismo* russo, alemão ou italiano, de adicionar o publicista inglês ao grupo dos Herzen, Mazzini, Georg Herwegh, Arnold Ruge *et le rest*. Longe de mim a pretensão, não menos singular, e ainda mais estulta, de arrancar uma folha, sequer, da coroa de benemerência científica e literária, que adorna o busto do ilustre pensador, de reduzir a simples proporções de satélite uma estréla de primeira grandeza... Mas esta justa vere-

cúndia não me impede de passar o meu *crayon* em mais de uma idéla falsa do autor celebrado, que munido, como dêle diz Gneist, de uma lógica econômica e de uma economia lógica, tornou-se o filósofo predileto da industriosa sociedade moderna, aborrecida, impaciente de qualquer aparência de tirania; como também não me impede de reconhecer nos seus reclamos em prol do indivíduo os laços de filiação e dependência, que bom ou mau grado seu, consciente ou inconscientemente, o prendem ao patriarca do individualismo sôfrego e descontente dos nossos dias. Bem sei que estabelecer assim uma relação genética entre Stuart Mill e lord Byron não deixa de provocar alguma contradição: é com efeito difícil de crer que a maçã tenha caído tão longe do tronco, pôsto que seja allás admissível que ainda muito mais longe pode o vulcão sacudir as suas cinzas. Porém o fato é êste: a doutrina de Mill e seus apóstolos, em matéria de liberdade individual, — competentemente integrada e diferenciada, — só dá em resultado, por assim dizer, a *teorização do byronismo*. Eis tudo. E aqui sinto-me impellido a repetir umas belas palavras do italiano Francesco de Sanctis, notável escritor contemporâneo: — «L'individualismo, diz êle, è presso al suo termine; tutte le vie per le quali ei si è messo ci conducono inevitabilmente negli affanni del dubbio. Noi assistiamo ansiosi a' suoi ultimi e funesti effetti nella scienza, nell'arte, nella politica, nella economia, ne' costumi: scetticismo nella scienza, subbiettivismo nell'arte, anarchia in politica, pauperismo in economia, egoismo ne' costumi: ecco i suoi amari frutti... (*Saggi critici*)».

Que direi agora dos sectários franceses da célebre escola? Nem uma palavra. Em um país, onde cada indivíduo é um Narciso, e o público a fonte cristalina, em que êle se contempla e enamora-se de si mesmo; em um país, *le plus vilain pays du monde*, — a expressão não é minha, é de Stendhal, — *que les nigauds appellent la belle France...*, onde todos os movimentos e atitudes do indivíduo parecem calculados para o aplauso, e como que sempre acompanhados de um... *qu'en dirat-on?! —*; num país, enfim, onde a polidez que em última análise vem a ser também, a seu modo, uma tirania, uma coação da pessoa, é mais que um apêndice, — é um sub-rogado da moral, e destarte até se viola com menos remorsos um artigo do *Code Penal* do que uma regra sacrossanta de genuína *politesse française*; — em semelhante meio, querer emancipar o indivíduo do poder e influência da sociedade, é um belo pedaço de fantasia, um dos melhores capítulos de — *Philosophie pour rire*.

Destas considerações, um pouco largas talvez, porém não supérfluas, pode-se depreender, quanto há mister de modificar-se o conceito da liberdade, que é semelhante ao sangue simbólico do chamado sacrifício incruento; — embora santo e venerando, não deixa, todavia, de poder embriagar. E com efeito só vejo que seja tão tristemente ridículo, como um *ébrio* de liberdade, um sacerdote de Cristo, que porventura sempre descesse do altar tropeçando na própria cabeça, em virtude do *brinde quotidiano* ao redentor do mundo. Importa, pois, sobretudo, empregar esforços para arredar inteiramente do círculo das nossas in-

tuições políticas e sociais e perniciosa influência dessa paixão vulgar, que faz da liberdade uma cousa ideal, hiper-humana; e dali a torná-la uma cousa mitológica, um silfo ou um gnomo, — há somente um passo. Todo ideal é de natureza etérea e fácil de evaporar-se. Só isto explica, porque os metafrastas liberais, com os seus brincos de imaginação, com os seus navios sempre de velas desfraldadas, à espera do vento, que os conduza ao *país da felicidade*, muitas vêzes prestam mais serviço aos governos despóticos, do que os próprios teoréticos do absolutismo.

Já deixei escrito que a liberdade é sempre uma conquista; — mas isto não se opõe a que ela seja também uma herança, não no sentido retórico e trivial, mas no sentido científico de um fato *filogenético*, para exprimir-me na linguagem de Haeckel. Em harmonia com os princípios de sua filosofia monística, diz Ludwig Noiré — «A liberdade humana é um fruto, tarde amadurecido, do longo, infatigável esforço de inúmeras gerações: — da *determinação* dêste grande passado, e somente dela, é que resulta para nós a liberdade atual...» E Goethe já tinha dito: — «O que tu herdaste de teus pais, adquiere-o, para possuí-lo».

A liberdade é um dos bens componentes dêste patrimônio herdado, que mais que todos importa *adquirir pela própria força*.

* * *

Ao concluir esta nota, — algumas palavras *pro domo*.

Diante das idéias, que aí ficam expressas com franqueza e lealdade, não faltará quem se julgue

autorizado a pôr em dúvida o meu liberalismo. Há uma ortodoxia liberal, que não tolera o menor afastamento da terra santa de sua dogmática. Eu serei, portanto, aos olhos de muitos, aos olhos de todos, uma ovelha desgarrada, um liberal heterodoxo. Mas este pecado não é, em si mesmo, o que mais espanta; maior que o próprio crime é a circunstância, que o agrava, a circunstância exótica de me ter deixado envenenar das doutrinas alemãs.

A Alemanha é a minha loucura, o meu *fraco* irremediável. Se não tenho motivos para orgulhar-me, também não os tenho para envergonhar-me disso. Há somente de sensível que mais robusta não seja a minha armadura...

A sociedade, em que vivo, não tem decerto força bastante para levar-me consigo, como um madeiro arrastado pelas águas selvagens dos nossos rios; mas eu também, por minha vez, não sou bastante forte para desviá-la do seu caminho, para fazê-la à minha imagem e semelhança; daí uma perpétua inconciliabilidade entre nós, que me faria misantropo e infeliz, se a natureza não me tivesse investido de uma índole expansiva e mil vêzes mais disposta ao prazer, do que à tristeza.

Nem isto está em contradição com as idéias anteriormente externadas: eu não ataco a sociedade em suas raízes, mas, se assim posso dizer, apenas em seus ramos; não faço guerra aos seus costumes, aos seus hábitos morais, porém somente aos seus sestros políticos, que são, não sei se causa ou efeito de seus sestros literários, ainda não assaz por mim combatidos.

I

PEDRO AMÉRICO E CARLOS GOMES

Também um puro absolutismo, apenas, porém, temperado... pela batalha do "Avaí", pela "Fosca", pela bancarrota do Estado.

Não pareça ao leitor ligeiro que vai de envolta com tais palavras uma certa ironia, um certo desdém dos dois artistas brasileiros. Não foi êste o meu intuito.

Eu não sou, é verdade (e apresso-me em dizê-lo), dos que cingem de uma falsa auréola a fronte de qualquer representante da arte; e até, no que toca especialmente ao nosso país, não me arreceo de pensar com Massimo d'Azeglio, aliás artista de mérito, que um medíocre funcionário público, se cumpre o seu dever, é um membro mais útil à comunhão política, do que o maior pintor. Porém, isto de nenhum modo importa desconhecer o que há de admirável nos verdadeiros gênios artísticos.

Não considero o renome do pintor e do compositor, a que fiz alusão, totalmente como obra de *réclame*; mas também não considero um efeito natural do merecimento. Nos quadros de um, como nas óperas do outro, colabora o Imperador; e esta é para mim a grande mácula de ambos. E tanto assim se deixa crer, que o fulgor dos dois planétas está na razão direta da maior ou menor aproximação do centro imperial: Pedro Américo é o mais áulico; não será justamente por isso que êle é também o mais falado?

É sabido que Carlos V, tendo uma vez apanhado o pincel caído das mãos de Ticiano, aos cortesãos, espantados daquela espécie de humilhação do monarca diante de um simples pintor, respondeu altivo: — «Não há de que vos admireis; marqueses e duques, como vós outros, posso eu criar à vontade; mas Deus somente pode fazer um Ticiano». Tenho meus receios de que o Sr. D. Pedro II queira ser mais alto que Carlos V, e como tal não se limite a fazer duques e marqueses, mas também pretenda criar, ou pelo menos ajudar a Deus na criação dos Ticianos.

Como quer que seja, uma cousa é incontestável: as telas de Pedro Américo e as partituras de Carlos Gomes não nos pagam dos desmandos, dos caprichos, da ridícula pantosofia do seu ilustre protetor. Pode ser exato o que diz Treitschke — e eu não sinto se me ericarem os cabelos em repeti-lo, — que na antiga Grécia, onde os cuidados comuns da vida repousavam sobre os ombros do escravo, e havia por isso tempo e descanso, para a alta cultura do espírito, as tragédias de Sófocles e o *Zeus* de Fídias não foram comprados mui caro, a preço da escravidão. Mas certamente a batalha do *Avaí*, a *Fosca*, ou o *Salvator Rosa*, e quantos outros produtos possam sair das mãos daquele *Par nobile fratrum*, não valem, não compensam a miséria política, o abatimento moral, em que nos achamos, em virtude e à mercê da vontade absoluta do Sr. D. Pedro II. *

* Cap. VIII extraído do Vol. 4 — *Discursos* — das "Obras Completas de Tobias Barreto". Edição do Estado de Sergipe, 1926.

NOTAS A LÁPIS SÔBRE A EVOLUÇÃO EMOCIONAL E MENTAL DO HOMEM

Der monistische Gedanke ist allein im Stande, die ewige Gegensätze, an welchen von jeher die besten Denker sich zerquält haben und die sie dann endlich als unloeslich aufgegeben haben, zum Ausgleich zu bringen. Der Kernpunkt dieses Gedankens liegt ebenfalls in der Warnung, Abstractionen nicht fuer Wesenheiten zu halten.

LUDWIG NOIRÉ

I

Atualmente a palavra evolução é uma espécie de magia, com que se pretende dissipar tôdas as dúvidas e quebrar a fôrça de mais de um problema insolúvel.

Passando do vasto domínio da ciência, onde o fato ou lei que ela significa, ainda é e será por muito tempo objeto de sérios estudos, ao domínio, não menos vasto, do diletantismo leviano e incompetente, a evolução tornou-se, na bôca dos literomaníacos alguma cousa de semelhante ao que é a palavra liberdade na bôca dos demagogos, ou a palavra amor na bôca das cortesãs, isto é, um termo convencional, um artigo de moda, uma frase de ocasião.

O resultado é que êsse vocábulo tem sido desviado do seu verdadeiro sentido. Os *mistagogos* e *gnostas* modernos, que o consideram uma espécie de *Logos* divino que lhe tributam um como respeito religioso, a

ponto de escreverem-no com letra inicial maiúscula, como se sói escrever o nome de Deus, — êsses senhores têm assim contribuído para dar um caráter cabalístico e incompreensível a uma cousa aliás de fácil compreensão.

Entretanto é certo que a *evolução* é a palavra que move o mundo; e na frase de Rudolf Gottschall, a palavra que move o mundo, não pode ser misteriosa. Está passado o tempo dos oráculos.

Já é costume, geralmente aceito, prender a idéia da evolução ao nome de Darwin. *Evolucionismo* e *darwinismo* soam a muitos ouvidos, como perfeitos sinônimos. Isto, porém, não é de todo razoável.

A teoria evolucionista surgiu bem antes do *darwinismo*. Os dous conceitos precípuos, que entram na idéia da evolução, os conceitos de *transformação* e *melhoramento*, já eram bem comum de espíritos notáveis, anteriores ao grande naturalista inglês.

Se a justiça da história e da crítica científica se regulasse pelo direito dos lapônios, segundo o qual o urso não pertence a quem o mata, mas a quem lhe descobriu a pista, Darwin ficaria fora de questão na contenda pela glória. Basta lembrar os nomes de Geoffroi Saint-Hilaire, Lamarck, Goethe, e até Kant e Herder, na opinião de Otto Liebmann, para saber, entre quem então a disputa seria travada.¹

Mas o caso aqui é outro. Darwin não criou decerto a teoria do *evolucionismo*, porém, concebeu um novo modo de explicação, tanto mais aceitável, quanto mais apoiado na riqueza dos fatos observados.

1. *Philosophische Monatshefte*, IX Band, pág. 442.

Foi o princípio da *seleção natural*, por sua vez explicada pela grande lei da *concorrência vital* ou da chamada *luta pela existência*, esta bela frase, que entretanto já tornou-se *chapa*, mas uma *chapa de ouro*, onde se acha para sempre gravado o nome do célebre autor da *Origem das espécies*.

Conquanto o *darwinismo* seja destarte uma nova forma, a última forma do *evolucionismo*, todavia pode-se ainda notar uma ligeira diferença entre ambos. Essa diferença não se deixa melhor acentuar e aperceber do que dizendo — que o *darwinismo* é mais científico, e o *evolucionismo* mais filosófico. Bem entendido: sem dar a esta distinção uma importância capital.

Quando pois afirmo que o *evolucionismo* é mais velho que o *darwinismo*, só me refiro à teoria, à idéia nêle contida, não assim à palavra, que é relativamente nova, no sentido da geral aplicação hodierna.

Na língua francesa, por exemplo, a primeira aparição do termo *evolucioniste*, foi na *Revue des deux mondes* do 1.º de janeiro de 1869, segundo sou informado por Carl Sachs.²

Não falo da introdução do neologismo na língua alemã, porque esta pôde bem dispensá-lo; já tinha há muito tempo o seu *Entwicklung*, que traduz per-

2. Importa não esquecer também que os *Primeiros Princípios* (que encerraram a mais completa teoria de evolução) de Spencer, *the great philosopher*, como o chamava o próprio Darwin, a maior personalidade da filosofia *evolucionista*, como diz Grant Allen, e tão injustamente atacado por Tobias, são de 1861. (Nota de Sílvio Romero, in *Estudos Alemães*, edição de 1898).

feitamente todos os fenômenos evolucionais ou evolucionísticos, de que falam franceses e ingleses, positivistas e spencerianos.

Importa sobretudo deixar de lado essa — *philosophy of epithets and phrases*, como há pouco um articulista da *Edimburg Review* qualificou, com toda justiça, a filosofia de Spencer. Importa acabar com esse moderno *alexandrinismo*, que converte palavras em outras tantas realidades.

Assim como os devotos de antigo estilo vêem em todas as cousas, ainda as mais disparatadas, o dedo da *Providência*, assim também os evolucionistas descobrem em tudo o sinete da *evolução*, ainda que ela realmente não exista.

Convém reduzir um pouco mais as despesas de fraseologia. *Evolução é desenvolvimento*. Se este último termo não está hoje muito em moda, por não ter o ar de profundidade e sabedoria, que por si só confere aquela outra expressão, de caráter místico e ôcamente sonora, é uma simples questão de galanteria do *demi-monde* literário.

Isto porém não quer dizer que eu condene de todo o emprêgo da palavra. Costumo, e quase que devo também usar dela, ainda que a meu modo, sobretudo no domínio científico, na aplicação das chamadas idéias *darwinicas*.

Tenho medo das sentenças, que grandes naturalistas têm lavrado contra a importuna legião dos *darwinistas* amadores. Haeckel, por exemplo, já disse terminantemente: — «O que pensariéis vós de um *leigo*, que quisesse dar juízo sobre a teoria das células, ou sobre a teoria dos vertebrados, sem jamais ter

cultivado a anatomia comparada?!... Pois é o que sucede todos os dias a respeito da teoria biológica da descendência. Decidem sobre ela leigos e semicultos, que nada sabem de botânica, nem de zoologia, nem de anatomia comparada, nem de histologia, nem de paleontologia, nem de embriologia»...

E o que sabemos de tudo isto nós outros, homens do direito, discípulos de Papiniano, leitores do *Corpus juris* e *Ordenações*?

Parece-me que nada. Os meus receios não são infundados.

Schleiden também escreveu o seguinte: — «É uma prova de repugnante grosseria de espírito querer ajuizar de cousas, sobre que não se tem o mínimo conhecimento; aconselho, pois, àqueles que pretendem porventura julgar das doutrinas *darwinicas*, se dignem primeiramente de estudar com tãda profundeza (*ganz gruendlich*) as obras de Darwin, se não querem correr o perigo de se tornarem brilhantemente ridículos».

O perigo é sério, e não se me levará a mal o desejo de evitá-lo. Com êste propósito, aceito do *darwinismo*, como verdades relativamente incontestáveis, a idéia da *luta*, o princípio da *herança* e da *adaptação*, a *seleção natural*, e em suas mais altas aplicações, a *seleção artística*. Tanto me basta.

Dir-se-á talvez que todo o *darwinismo* está mesmo contido nessas quatro ou cinco idéias. Nenhuma dúvida. Mas essas quatro ou cinco idéias abrem caminho a longos desenvolvimentos, explanações e detalhes que só os homens competentes podem fazer; e é êste justamente o domínio, onde não me julgo com direito de entrar.

A vista da imensa literatura *darwinística*, posta ao alcance de qualquer leitor menos inculto, a quem é que hoje não seria fácil ostentar muita ciência com a ciência alheia? É verdade, — e fui eu mesmo quem já disse, — que nós pensamos, falamos e escrevemos *a crédito*; mas tudo tem seus limites, inclusive esta mesma espécie de *crédito intelectual*.

«Quem tem observado, — diz Emerson, — o mundo dos insetos, as moscas, os mosquitos, os inúmeros parasitas, e até os jovens mamíferos, deve ter admirado o seu extraordinário gosto de sugar, que forma a principal ocupação de sua vida. Quando se entra em uma biblioteca ou em um gabinete de leitura, vê-se a mesma ocupação exercida com o mesmo afinco...»

É exato; porém, há sempre a notar que uma coisa é sugar a seiva alheia para alimentar-se, haurir alheias idéias para instruir-se, e outra coisa querer fazer figura com o dinheiro dos outros, *respectivé*, com o trabalho dos Haeckel, dos Huxley, dos Fritz Mueller, quando não sucede receber-se de segunda e terceira mão, recorrendo-se a menores grandezas, como os Spencer, os Le Bon, os Letourneau... *et le reste*. O parasitismo literário também é uma causa e um sinal de doença.

II

O processo da evolução emocional e mental do homem é o mesmo processo da civilização, da cultura humana em geral, encarada pelo seu lado íntimo.

O conhecimento dêsse processo é sobretudo um conhecimento histórico.

A evolução emocional e mental constitui pois uma das partes da história evolutiva dos seres orgânicos e vivos. No domínio das ciências naturais tôda a história evolutiva, segundo Haeckel, divide-se em duas seções: a *ontogenia* e a *filogenia*, conforme se trata do desenvolvimento do indivíduo, ou do desenvolvimento do tronco genealógico.

Assim a ciência das formas orgânicas ou *morfologia* tem uma dupla face: — como *morfogenia*, ocupa-se do desenvolvimento formal dos indivíduos orgânicos; como *morfofilia*, da história genealógica das formas ou desenvolvimento *paleontológico* das espécies, morficamente apreciadas.

Se bem compreendo Haeckel, dou a mim mesmo a seguinte explicação: — a *morfogenia* estuda, por exemplo, no homem, como indivíduo, o desenvolvimento das formas orgânicas, desde o mais ínfimo até o mais alto estágio da vida embrional; a *morfofilia* estuda no homem, como espécie, o desenvolvimento dessas mesmas formas, desde aquela, sob a qual deveram manifestar-se os primeiros esboços da humanidade, até as que hoje se observam nos graus superiores da evolução morfológica, onde a ciência já encontra na beleza plástica, por exemplo, de um corpo de mulher, alguma coisa de *disteleológico*, ou irregular, muito além do que é preciso para o fim restrito da propagação da espécie.

Se êstes dous ramos da *morfologia* no dizer do grande professor de Jena, ainda não chegaram ao grau de adiantamento, que é para desejar, muito menos adiantados se acham os dous ramos correspondentes da *fisiogenia*, segundo aquêle mesmo duplo

ponto de vista, não quanto às formas, porém quanto às funções.

O segundo ramo sobretudo, a *fisiofilia* ou *filogenia* das atividades vitais, Haeckel considera como ainda quase não cultivado, se bem que em alguns pontos já tenha feito progressos notáveis. É o caso com a *filogenia* da linguagem, como ela forma atualmente o alvo principal da lingüística comparada.

Entro aqui em terreno sagrado, e como profano que sou, — para não ver-me obrigado a tirar os meus sapatos e beijar o chão em que piso, — recuo e passo por fora.

A fisiologia não está na minha alçada. Entretanto não posso vencer o desejo de fazer umas ligeiras observações, que não demandam conhecimentos profissionais.

Referindo-se à *fisiofilia* em geral, diz Haeckel: — «Que monstruosa extensão nos apresenta êste domínio, ainda tão pouco estudado, quando consideramos que qualquer atividade vital, qualquer função fisiológica nos animais e nas plantas, bem como nos seres humanos, tem a sua história própria, qualquer delas se há desenvolvido *històricamente*!

Que interessante objeto de indagação oferece, por exemplo, a *filogenia* ou mais exatamente a *fisiofilia* dos movimentos! Quão atraente e instrutivo se mostra êste problema, só dentro da série dos vertebrados, onde o andar e porte reto do homem é remontável à locomoção dos macacos arborícolas, e mais adiante à dos outros mamíferos e quadrúpedes!

A locomoção destes é por sua vez herdada dos anfíbios, que ora correm, ora nadam, e que saíram dos dipneustas e peixes habitantes das águas. Nestes

últimos então o movimento de remo das barbatanas apresentar-se-á como a forma primitiva, donde proveio a função locomotriz do homem.»

Não sei se me engano, mas me parece que há nestas palavras uma genial largueza de vistas, tanto mais dignas de reflexão, quanto é certo que Haeckel mesmo não as expõe como dados de uma ciência feita, porém, como plano de «disciplinas científicas do futuro».

Deixando aos competentes a apreciação detalhada do valor que possam ter tais disciplinas, quero aqui restringir-me a fazer sensível a importância de um ponto. É o que diz respeito à *fisiofilia* dos movimentos, não dentro da série dos vertebrados, mas limitada unicamente ao desenvolvimento humano, e ainda assim, no círculo da humanidade histórica.

A questão é séria. Guilherme His, um dos adversários de Haeckel, combatendo a lei da *herança progressiva*, não hesitou em dizer: — «Há milênios que o nosso porte e o nosso andar são os mesmos; desde séculos, os nossos ascendentes falam sempre a mesma linguagem, e escrevem a mesma escrita; entretanto fomos nós obrigados, como são os nossos filhos, a aprender, cada um por si, estas capacidades».

Ainda mais: — «Há milênios que certos povos exercem a *circuncisão*, sem que a parte, sempre de novo arrancada, tivesse desaparecido pela herança. Diante de tais experiências não pode medrar a mão cheia de anedotas, que se tem contado em favor da hereditariiedade dos atributos individuais adquiridos».

Para esta expectoração do oráculo, Haeckel parece ter somente um sorriso de desdém, e limita-se, em rápidas notas, a invocar os mestres de dança, os his-

toriadores, filólogos, lingüistas e calígrafos, que todos dão testemunho contrário às pretensões de His.³

Mas eu crelo que ao teimoso antagonista do professor de Jena poder-se-ia opor, logo no comêço do seu argumento, uma exceção peremptória. Com efeito êle diz: — «há milênios que o nosso porte e o nosso andar são os mesmos»... Porém isto será exato? A afirmativa é difícil, depois de alguma reflexão. Se quer dizer somente que há milhares de anos a posição e a marcha do homem é com o corpo em forma vertical, — nenhuma dúvida, pois isso não importa mais do que repetir que há séculos de séculos o homem é *bípede*..

Mas a questão é outra; é saber se êste mesmo *verticalismo*, característico da humanidade e dos seus mais próximos parentes, tem ou não passado por variações e melhoramentos, através dos tempos, melhoramentos e variações, que são outros tantos produtos de herança e adaptação.

3. Quanto à *circuncisão*, Haeckel confessa que a influência da herança não se há feito sentir entre todos os povos, que a praticam, há milhares de anos.

Porém aqui levanta-se uma objeção mais embaraçosa do que a proveniente da incorrigibilidade do prosaico tegumento; é a que provém da rebeldia da mais interessante das membranas. Com receio de ofender ouvidos castos, exprimo o meu pensamento na própria língua de Haeckel: *Seit Jahrtausenden schmuecken sich die Maedchen mit derselben jungfraeulichen Blume, die der rohe Mann immer wieder entblaetert; und doch ist das Jungfern — Haeutchen im Lauf der Zeit nicht nur nicht verschwunden, sondern vielmehr, wie es scheint, je hoeher sich die Menschheit entwickelt hat, desto mehr haertlich und widerstrebend geworden.* Não quero gracejar; o assunto é sério.

Segundo o belo hemistíquio virgiliano — *et vera incessu patuit dea*, — é de crer que os antigos julgavam conhecer os deuses, ou pelo menos as deusas, pelo *modo de pisar*. Este privilégio divino é hoje, porém, bem comum da maior parte das mulheres de educação.

Atualmente se distingue, só pelo andar, o homem das cidades do homem dos campos. A mulher rústica se caracteriza sobretudo por um certo pêso corpóreo; não possui aquela rapidez de movimentos, que assinala a môça de fino trato, desde os músculos que lhe descerram os lábios, por ocasião do riso, até as contrações e expansões ondulosas, que agitam-lhe o corpo, no vórtice de uma valsa.

Ora, estas diferenças no modo de exercer a motricidade, que correspondem a outras tantas no grau de cultura, apreciada em sua totalidade atual, acentuam-se mais claras, quando as consideramos em relação às frases sucessivas do desenvolvimento humano.

É inadmissível que há três ou quatro mil anos, a mulher, esposa ou filha, que brilhava no paço dos faraós, ainda que fôsse a bela salvadora e educadora de Moisés, tivesse a mesma graça, a mesma consonância de movimentos orgânicos das que refulgem nos salões atuais.

Um progresso, portanto; e este progresso não podia dar-se sem a lei da hereditariedade.⁴

4. Já em 1869, no seu estudo sobre a *motricidade*, publicado no *Jornal do Recife*, o autor apresentava algumas destas idéias. (Nota de Sílvia Romero, in *Estudos Alemães*, edição de 1898).

Ainda mais: — se o fugitivo instante do abrir e cerrar dos lábios pudesse ser apreendido e descrito com exatidão, os poetas que nos houvessem deixado pinturas da boca ridente das Frines e das Lais, ou das Clódias e das Lídias, dar-nos-iam talvez o direito de falar hoje de um sorrir *antigo* e de um *moderno* sorrir. A beleza, como a bondade, é um produto histórico, um resultado da civilização.

Esta ordem de considerações, em aparência digressivas, tem uma vantagem: é prevenir o espírito do leitor contra a facilidade, com que se mete mãos a resolver certas questões, que agora é que começam a sair do fundo das conjecturas fantásticas e hipóteses imaginárias.

Diz Haeckel, como acabamos de ver, que a *fisiofilia* ou genealogia das funções, é um ramo de conhecimento, que mal principia a rebentar. Ora, não há dúvida que o estudo da atividade emocional e mental do homem faz parte dessa genealogia, pois que idéias e sentimentos, em última análise, são funções; por conseguinte esse estudo participa também do estado de balbuciência, em que ainda se acha a mesma fisiofilia.

Ninguém há portanto, a não ser algum enviado do céu, que já possa fazer a história da *emocionalidade* e *mentalidade* humana, — pois toda evolução é histórica, — e isto com o mesmo grau de segurança, com que se conta a gênese e o desenvolvimento de qualquer artefato notável dos nossos dias.

Mais que algumas observações e plausíveis conjecturas, ainda não é permitido aventurar neste terreno. A isso me limito.

III

Quando se trata de dar um sentido ao estudo da evolução emocional e mental do homem, a primeira dificuldade que surge, é a que resulta da pobreza de materiais precisos para a construção do edifício planejado, se não se quer levantar, como os poetas, um palácio de sonhos e quimeras.

O desenvolvimento humano divide-se em dous grandes períodos: — o *pré-histórico* e o *histórico*. Se já são imensos os embaraços, com que se tem de lutar no seguimento da marcha evolutiva das idéias e paixões humanas, dentro das raias da história, — o que não serão êles além dêsses limites, onde... alguns crânios e pedaços de crânios, um par de queixadas e alguns fragmentos de ossos, como diz Schleiden, são tudo o que existe para dar testemunho da organização dos nossos primitivos avoengos?

O autor que acabo de citar, faz a seguinte comparação, esclarecedora e instrutiva: — «Na noite tenebrosa do interior da montanha, trabalhavam minadores em perfurar um lado do monte Cênis. Do lado oposto outros se ocupavam em igual mister. Ambos sabiam que um dia haviam de encontrar-se, porque o engenheiro tinha determinado as suas direções.

De maneira análoga os naturalistas trabalhavam através da noite de milênios transatos, divididos em dous grupos, frente a frente um do outro. Êles sabem também que um dia hão de encontrar-se, porque a ciência lhes traçou a direção a seguir.

Ali, parte-se do ponto mais longínquo do passado, da época dos primeiros seres vivos sôbre a terra, e acom-

panha-se o desenvolvimento contínuo até a origem do homem. Aqui, porém, toma-se como ponto de partida êsse mesmo homem, tal qual êle se mostra atualmente, e segue-se a sua história em sentido regressivo por meio dos documentos, das tradições, dos monumentos que resistiram à ação do tempo, enfim por meio dos sinais guardados nos últimos leitos da formação geológica.

Se afinal, e de que modo, êstes dous grupos de trabalhadores, no rompimento das espessas sombras do passado, encontrar-se-ão um com outro, ainda não é tempo de dizer»... ⁵

Ainda não é tempo de dizer, — isto afirma um prógono; e tanto basta para inutilizar a pretensão dos epígonos, que já se julgam munidos de todos os dados necessários para, de uma assentada, absorverem o estudo do homem e das sociedades, *desde as suas origens mais longínquas até os nossos dias*.

Neste número está, entre outros, o sociólogo francês Gustave Le Bon, cuja obra *L'homme et les sociétés*, semelhante a uma dessas mulheres, que apenas interessam pelo diminutivo dos pés, visto que o resto é vulgar, só tem de meritório a *table des matières*, que é decerto prometedora e imponente, mas em vão, completamente em vão. O corpo do livro é quase nulo e insignificante.

Nos meus anos de curso acadêmico ainda alcancei a notícia de um fato, que diziam ter-se dado em uma *sabatina*.

5. *Unsere Zeit*. Neue Folge. Fuenfter Jahrgang. Erste Haelfte, pág. 615.

Certo estudante, respondendo a arguição de um seu colega, não sei sôbre que matéria, entendeu dever apelar para a história, e disse convicto: não precisa ir muito longe, basta o exemplo de Adão e Eva; ao que o lente acudiu: — e poderia lembrar uma época mais remota?

O caso não deixou de produzir impressão cômica, e foi então objeto de muitos comentários.

Entretanto os tempos mudaram-se, e quem quer que hoje, lendo a obra de Le Bon, usasse daquela expressão, não seria digno de riso, pois que o sábio francês, para estudar o homem e a sociedade, para tratar do direito, da religião, da moral e da indústria, começou pelo *protoplasma*!...

Adão e Eva são de ontem. Os dous grupos de trabalhadores, de que fala Schleiden, o sociólogo reuniu-os todos em sua cabeça!

Não se me oponha, à vista das minhas simpatias haeckellanas, que também o autor da *Natuerliche Schoepfungsgeschichte* começou de muito longe. Sem dúvida; mas êle esbarrou no homem; ainda não transpôs os limites da história natural, para fazer sociologia.

Se entre os alvos, para onde se dirige a *Entwicklungsgeschichte*, êle assinala como *disciplina do futuro*, uma ciência que ocupar-se-á do desenvolvimento embrional dos troncos, famílias, comunas, Estados, e a que dá o nome de *cormogenia*, não é de crer por isso que já tenha essa ciência como assentada.

Quem proíbe ao môço de hoje, que ainda não tem filhos, declarar que a sua primeira *netinha* chamar-se-á Diotima ou Gnathenum, Terpsicore ou Melpôme-

ne? Pois o caso é semelhante. Por ora, — sòmente o nome.

Voltemos ao centro do assunto. A expressão — *evolução emocional*, que é legítima *spenceriana*, podia ser muito bem, sem quebra de honra, substituída por esta outra, nossa velha conhecida — *desenvolvimento da sensibilidade*, — assim como a sua companheira, a *evolução mental*, nada também perderia, despindo a roupa de gala e tomando o traje comum de... *desenvolvimento da inteligência*.

Mas fiquem as novas frases, contanto que o seu ar de novidade não se imponha aos espíritos irrefletidos como uma conquista ou uma descoberta.

O estudo da emocionalidade e mentalidade do homem tem duas faces: uma individual e outra específica, ou para empregar ainda aqui as expressões de Haeckel, uma *ontogenética* e outra *filogenética*.

A evolução ontogenética de ambos ou de qualquer das duas manifestações da vida, conquanto de muita importância no puro domínio da psicologia, como ela deve ser estudada, e como parece que Condillac já tinha um certo pressentimento no seu sistema de *sensações transformadas*, todavia não é a que mais nos interessa no domínio da história. Aqui o ponto capital da indagação é a filogenia das emoções e das idéias.

Há um problema muito maior e mais penoso, do que é para o astrônomo catalogar estrêlas na imensidade do céu, — é para o filósofo catalogar fenômenos, que sucessivamente emergem do fundo da alma, através da escuridão dos séculos.

A evolução emocional e mental da humanidade forma uma imensa cadeia, cujo primeiro elo... quem poderá definir? Conjeturá-lo apenas.

No princípio era o *ovo de ouro*, dizem as fontes da sabedoria bramínica. Não há mister de remontar *tão alto*. O evangelho da filogenia emocional e mental tem um intróito menos poético e mais modesto.

No princípio... era a *fome* e o *amor*. Estes dous agulhões da ferocidade animal, que Schiller disse, bem que com algum exagêro, ainda hoje serem os únicos sustentáculos do edifício do mundo, é de crer que fôsem realmente as forças originárias da cultura, de tôda cultura humana.

Nem se concebe que outras molas pudessem mover o homem primitivo, além dêsses dous ímpetos psíquicos, redutíveis às duas capitais funções orgânicas da nutrição e da propagação. Eles formam, por assim dizer, as raízes da árvore genealógica da vida sensível e intelectual.

Mas o que há de mais difícil neste assunto, não é determinar o ponto de partida e o ponto de chegada, o estado primitivo e o estado atual do desenvolvimento das paixões e das idéias, das impressões e percepções do homem. O problemático, o indecifrável talvez, consiste em acompanhar com o pensamento a direção ascensional da monstruosa cadeia, cujos anéis se contam por milênios.

O problema se complica tanto mais, quanto é certo que o estudo dessa evolução, em muitos casos, isto é, em relação a muitas épocas, não seria um estudo de *psicologia*, mas de *psiquiatria* histórica. Nêle poderiam encontrar-se, como diz Moritz Lazarus, o etnólogo, o historiador e o alienista, com recíproca vantagem.

Ver-se-ia que não raras vêzes o processo cultural não tem sido mais do que um processo de *desalucinação*, desde o primeiro esforço para vencer a pantofobia infantil, que levava o homem a ver por toda parte espíritos perniciosos, no fusilar do ralo, no silvo do vento, no ruído das árvores e das águas, até o trabalho atual de acabamento dos últimos fantasmas da razão mal educada.

Aprender é *desiludir-se*. O sistema de Copérnico *desiludiu* o espírito humano de uma vã imagem dos sentidos. Isto mesmo está de acôrdo com o fato e significação da experiência.

Esta fonte de todo saber, a chamada mestra da vida, é mais negativa, do que positiva; ela consiste menos em adquirir verdadeiras idéias novas, do que em arredar velhas e falsas idéias. Não é em vão, mas antes com muito senso, que o homem experimentado costuma falar das suas *desilusões*.

Acresce ainda uma circunstância; e é que, não obstante o longo decurso das idades, grande número de sentimentos parecem ter ficado estacionários, e de um modo mais anômalo do que se observa no domínio intelectual, onde também o progresso tem sido parcial e incompleto.

IV

Aí está precisamente o ponto questionável nas condições atuais da ciência. Já não é o de saber se tem havido e como tem havido evolução emocional e mental. *Se tem havido*, é uma questão ociosa; *como tem havido*, é uma questão sem resposta. Porquanto não

basta, para resolvê-la, dizer que a sensibilidade e a inteligência se têm diferenciado, no correr dos tempos. Nem todo progresso é uma diferenciação, nem toda diferenciação é um progresso, já o disse Haeckel.

As sutilezas dialéticas, as distinções capciosas da escolástica, eram outras tantas diferenciações do pensamento; e ninguém com seriedade julgá-las-á um sintoma de evolução progressiva.

Dando pois como irrecusável, — e não pode deixar de ser, — que a vida mental e emocional dos povos históricos tem tido uma marcha ascendente, limito-me à indicação de certos fatos, que podem ilustrar a teoria, para depois entrar na questão, única admissível no caso, de saber qual das duas formas de atividade vital revela mais progresso, ou se uma só tem sido a medida do desenvolvimento de ambas.

Na categoria da evolução emocional compreende-se também, e não sei se principalmente, o que diz respeito às sensações, aos fenômenos da sensibilidade física, segundo a velha tecnologia da escola.

E é digno de nota: um espírito pouco afeito ao estudo não achará grande embaraço em compreender que um sentimento, — o amor da prática, por exemplo, — tenha sido alterado pela ação do tempo; mas esse mesmo espírito dificilmente compreenderá que uma sensação ou grupo de sensações não haja mostrado sempre um caráter idêntico em todas as épocas da história.

Entretanto é certo que a segunda asserção é tão razoável como a primeira.

Sirvam de provas as sensações da vista.

«Dois terços dos raios enviados pelo sol, diz Tyn-
dall, — não despertam em nossos olhos nenhuma sen-
sação visual. Os raios aí estão, mas falta o órgão
próprio para transformá-los em luz»... Terá sido sem-
pre assim? Parece que não. Há três mil anos, nem esse
mesmo terço era percebido.

Lazarus Geiger, em sua *História evolutiva da lín-
gua e da razão humana*, foi o primeiro a observar que
o progresso da humanidade tem tido lugar de um modo
quase paralelo à diferenciação das cores. Os gregos
do tempo de Homero não conheciam o azul. Até mes-
mo Demócrito e os pitagoreus* só sabiam de quatro
cores: — branca, preta, vermelha e amarela.

A cor que hoje nos delicia na contemplação do céu
e do mar, a cor que hoje racionalmente associa-se à
idéia de uns belos olhos de moça loira, foi portanto
uma das últimas, senão a última, adicionada pela re-
tina do homem ao espectro solar.

Daí vem talvez que certas almas, que chamarei
modernas, poeticamente delicadas e delicadamente
sensíveis, são justamente aquelas, que mais gostam do
azul.

Não dissimulo que, à primeira vista, a cousa é di-
fícil de admitir; porém depois de alguma reflexão, a
dificuldade diminui e tende a desaparecer. As línguas
por si sós oferecem um meio de verificação.

O *blau* alemão e o *black* inglês têm raiz comum
no sânscrito. O *cœruleus* latino, que passou a signifi-
car azul, pois é neste sentido que os poetas falam de

* Pitagoreus ou pitagóricos. No original é pitagoreos. A
forma dicionarizada é pitagóricos. (N. do R.)

cerúleas ondas e *cerúleos* céus, nada encerra em sua origem, que dê idéia de côr. A raiz sânscrita quer dizer *cavus*, cavado, côncavo.

A mesma ordem de considerações se pode fazer a respeito dos sons. A evolução das sensações auditivas é evidente. A história da música é em grande parte a história dessa mesma evolução.

Desde a lira do grego Timóteo, que aliás foi um revolucionário em aumentar-lhe o número das cordas, e mereceu ser acusado por efeminar os ânimos com as suas melodias; desde a lira de Timóteo até o piano de Liszt, há um progresso estupendo, mas também, afinal o que há progredido, — é somente o ouvido do homem.

É de crer que os antigos, usando de menor número de notas, não iam, ainda assim, além do *diatonismo*; o *cromatismo* lhes era desconhecido. A verificação direta é impossível; mas podemos recorrer a uma indireta.

Quando se presta séria atenção à estrutura musical das canções populares, produtos de espíritos inteiramente estranhos à cultura hodierna, observa-se que os componistas anônimos de tais canções fazem toda a sua despesa com quatro ou cinco notas; as subidas e descidas da voz são sempre diatônicas. Não há razão de supor alguma coisa de semelhante na música da antiguidade? Eu o creio.

Atualmente o *cromatismo* já vai ficando um pouco atrás do desenvolvimento acústico. O ouvido bem educado já leva mais adiante o fracionamento da escala, concebendo e admitindo intervalos entre os semitons.

A polifonia moderna não pode produzir em ouvidos comuns senão simplesmente a impressão do baru-

lho; ao passo que órgãos melhor desenvolvidos estão no caso de seguir e apreciar, no rebuliço de uma grande orquestra, sem perder a impressão do conjunto, a sonoridade isolada de três e mais instrumentos.

Esta marcha evolucional das sensações auriculares, que se diferenciam pelo andar dos tempos, parece também obedecer à influência das raças, nos limites em que tal influência pode dar-se.

Uma jovem polaca, doutora Susana Rubinstein, em sua tese inaugural — *Die sensoriellen und Sensitiven Sinne*, faz a êste respeito uma observação curiosa. Ela diz que a diversidade da vida espiritual e psíquica de cada povo repousa em grande parte sobre o predomínio de regiões e grupos determinados de sensações.

Assim a raça ariana e a raça semítica mantêm-se entre si, como o olho e o ouvido. Dão disso testemunho o senso do *plástico*, predominante na primeira, e o íntimo recolhimento da vida sentimental, que prepondera na segunda. A aptitude especial dos judeus para a música é ainda uma prova bem significativa.

E quem sabe, podia perguntar à minha bela doutora, — quem sabe, se a esta mesma preponderância não se prende o fato da exaltação religiosa, do ardente *fideísmo* judeu, em perfeita harmonia com o princípio paulínico *fides ex auditu*, — *a fé vem do ouvido*? A pergunta não seria sem propósito.

O tema é inesgotável, e não tenho a pretensão de absorvê-lo. Pelo que toca às outras sensações, a observação atenciosa chega aos mesmos resultados, ainda que se note mais ou menos morosidade no desenvolvimento dêste ou daquele sentido.

Assim se estabelecem, de indivíduo a indivíduo, diferenças de grau sensitivo, bem dignas de estudo.

Sòmente uma rápida indlcação a respeito. Não há quem não ouça falar e não fale, por sua vez, da *relatividade dos gostos*. Nesta frase existe, a meu ver, um largo assunto de indagação filosófica. *Relatividade de gostos* quer dizer relatividade de sensações e sentimentos; mas esta se reduz a uma relatividade do tempo, que é a unidade de tôdas as antíteses da vida sensível, é o único material do sentimento. *Relatividade de gostos* significa, em última instância, diferença de tempo, diferença de desenvolvimento emocional.

Eu gosto disto, ou daquilo, de que aliás tu não gostas, — são expressões que querem dizer: — nós nos achamos em períodos diversos da evolução sensível.

A divergência de dous espíritos sôbre a beleza de um objeto quase sempre pode ser traduzida nas seguintes proposições: eu ainda sinto, como sentiram os nossos mais remotos antepassados, e tu já sentes, como talvez hão de sentir os nossos mais longínquos pósteros.

A humanidade é como o céu, cujo espetáculo, segundo a frase de A. von Humboldt, *Ungleichzeitiges darbietet*, isto é, apresenta ao mesmo tempo diferentes pontos do tempo.

Nós vemos o sol, como e onde porventura êle se achava a 8 minutos; vemos a estrêla *alfa da lira*, como e onde ela estêve há 12 anos; as mais distantes nebulosas mostram-nos alguma cousa que existiu há 20 mil séculos. Muito quadro interessante, que hoje contemplamos no céu da noite, desapareceu talvez bem antes dos tempos da primeira dinastia egípcia.

A humanidade culta, em qualquer instante de sua atual existência, também apresenta êsse... *Ungleichzeitiges*, se não em sua totalidade, pois é impossível observá-la, ao menos nos diversos grupos, que a compõem.

As diferentes fases do desenvolvimento da espécie, desde a época *paleolítica* até o presente, coexistem no fundo da vida emocional de qualquer moderna sociedade.

Assim como ainda há indivíduos civilizados, que pela sua organização podem oferecer assunto para uma página de morfologia pré-histórica, assim também há outros, no seio mesmo da maior cultura, que pelo lado íntimo, sobretudo pelo lado sensível, fornecem matéria à psicologia das épocas de pedra.

Todo mundo sabe de cor a velha máxima: — os grandes homens são contemporâneos dos séculos futuros, por seus pensamentos. Bem podemos glosar e dizer que os pequenos homens são contemporâneos dos séculos passados, por seus sentimentos.

Há ainda quem opine que a vida sentimental da humanidade não tem sido progressiva. Conquanto porém esta opinião possa mencionar em seu favor a autoridade de um Buckle, todavia ela não merece que se lhe preste atenção. Não conheço modo de ver, que vá mais de encontro aos fatos.

Indubitavelmente uma análise ligeira de certos sentimentos e paixões leva a crer que não tem havido progresso. Há mesmo algumas emoções, das quais não só se pode dizer que o progresso é nulo, como até que o regresso é bem sensível.

A emoção religiosa, a fé que fazia os santos, está nesse caso. O próprio patriotismo de hoje, medido pela bitola de gregos e romanos, é uma degeneração.

Mas a questão me parece ser outra. O enfraquecimento dessas paixões, que é para elas, consideradas em si mesmas, um defeito, uma pobreza, não será para a vida total uma vantagem, um passo de avançada? Se nos não é lícito afirmar, a simples dúvida basta para obstar que se assente qualquer teoria em contrário.

Quanto à fixidade e permanência aparente de certos sentimentos, a ilusão é mais fácil de dissipar. E previno logo que se me acuse de contraditório, por haver dito que há espíritos que pertencem, por seu modo de sentir, a velhas e longínquas eras. Importa não confundir o estado atual dêste ou daquele indivíduo com o estado da humanidade, contemplada em suas alturas.

Com efeito, qual é o sentimento, que na realidade tenha permanecido completamente idêntico, *indiferenciado*, inevitável? Nenhum. Quando mesmo fôsse exato, como muitos ainda crêem, que nos monumentos e na literatura dos povos espelha-se tôda a sua vida psíquica, e pudéssemos aceitar, como outras tantas pinturas *d'après nature*, o sem-número de quadros, mais ou menos idealizados, de antigos tempos, — ainda assim as diferenças entre o *outrora* e o *hoje* seriam assaz visíveis.

Os exemplos são numerosos, mas limito-me a um só. Ainda é questão indecisa saber se os antigos, principalmente os romanos, tiveram aquillo que hoje chamamos o *senso da natureza*, o gosto e compreensão das belezas naturais.

Sem aderir de todo à opinião negativa, representada por Schiller, entendo também que não é aceitável a opinião oposta, na extensão que lhe dá, entre outros, Alfredo Blese.

A alma da poesia antiga era o senso *místico*, pelo qual a natureza se povoava de seres imaginários; o que repousa no pressuposto de que, sem êsses seres, a natureza não tinha encantos, não podia, por si só, nutrir e engrandecer o espírito poético.

Alguns versos de Lucrécio, Catulo e Virgílio, provam tanto que a intuição dos últimos tempos da República e princípio do Império era naturalística, como pode porventura um clássico dos nossos dias, que ainda ache prazer em Júpiter e seu séquito, provar que a intuição presente continua a ser mítica e política. A soma disto é que o sentimento poético desenvolveu-se e alterou-se.

Na gama das emoções, quero crer que o amor é a nota mais agradável. Não terá êle também cedido à lei do progresso? Sem dúvida alguma. O amor de outrora não era o amor atual.

Nem isto está em contradição com idéias já por mim enunciadas. Eu disse uma vez que há um amor superior a tôdas as diferenciações de raças e costumes, — é o *amor-morbus*, o amor que invade o homem, sem pedir licença, à maneira de *cólera* ou de febre, como opinava Iwan Turguenieff.⁶

6. Vide o artigo, *Ensaio de pré-história da literatura clássica alemã*, no volume *Estudos Alemães*, desta edição completa.

Mas êsse amor, quando hoje aparece, por efeito mesmo da sua raridade, já tem direito a ser classificado entre os casos de *atavismo*.

Em geral ao amor hodierno falta o *momento trágico*, produzido pelo conflito de uma paixão indomável com a idéia da impossibilidade de qualquer união sexual, ainda que esta se reduza ao mínimo de um beijo. Com o nivelamento das classes sociais, realizado ou mesmo só pretendido, a democracia matou a primitiva poesia do amor.⁷

V

A propósito da evolução emocional e mental, importa ainda não esquecer que os dous desenvolvimentos não se dão separadamente.

Qualquer que seja o grau de inferioridade em que o homem se ache na esfera evolutiva, êle não pode emocionar-se, sem que esta emoção seja acompanhada, consciente ou inconscientemente, de uma qualquer atividade mental.

A primeira forma do homem pré-histórico, o homem da época de pedra talhada, já tinha dado um primeiro passo na evolução intelectual, desde que pôde imaginar um modo de aumentar a própria fôrça, armando-se de um instrumento, por êle mesmo afeiçoado e acomodado às necessidades da vida.

Vai decerto uma imensa distância entre a mão que talhava pedras, como armas, como utensílios, e a mão que hoje cinzela o mármore, para fazer objetos

7. Vide artigo *Traços de literatura comparada no século XIX*, in *Estudos Alemães*.

de luxo, — mais do que isso, para fazer objetos de pura contemplação estética.

Mas releva observar que qualquer escultor dos nossos dias, ainda mesmo que êle traga o nome de Canova, é um herdeiro do homem primitivo, dêsse homem que já sabia dar à pedra, por assim dizer, uma feição humana, adaptando-a de qualquer modo a lhe prestar serviços na luta pela existência.

Aqui vejo que há um fundo de verdade histórica nestas palavras, que uma vez escrevi: — «antes que a arte apareça sob a forma de um *passatempo*, de um brinco do espírito, ela deve aparecer sob a forma de uma atividade prática, ela deve entrar na categoria do trabalho».

É altamente provável que os Fídias e Praxiteles, os gênios da escultura em geral, que animam o mármore com o gracioso espírito da beleza, são descendentes diretos do selvagem das cavernas, que animava o sílex com o grosseiro espírito da utilidade; até porque é de supor que lá mesmo, na primeira fase do período pré-histórico a adaptação da pedra ao serviço humano não foi obra de todos ao mesmo tempo, mas descoberta de gênio.

Não suponhamos portanto, que a evolução emocional encerre alguma coisa de mais antigo, de mais primitivo, que a evolução mental. Esta não é uma fase sucessiva daquela, mas apenas uma outra forma do desenvolvimento humano.

O que há, porém, de mais seriamente questionável, está em saber, ou procurar saber, qual das duas evoluções tem sido mais rápida, — o que quer dizer, qual dos dois lados da *psique* humana: — *sensível* e in-

telectual, tem passado por mais transformações, ou se ambas se acham no mesmo grau evolucional.

Que esta segunda questão só pode ser resolvida de modo negativo, os fatos o atestam. O caráter da evolução emocional em relação à mental é quase sempre *anacrônico*, só raras vezes e excepcionalmente, *sincrônico*.

As idéias de um indivíduo podem ter a última feição, a frescura da atualidade, e todavia as suas emoções quase sempre regular-se pelo ritmo de uma época anterior. O coração é um relógio, que de ordinário anda atrasado.

Todo o mundo conhece, entre outros, o fato de homens, que têm idéias assentadas sobre a não-existência de Deus, praticarem atos de veneração e respeito, que revelam a crença em contrário.

A um tal fenómeno poder-se-ia chamar — predomínio da *filogênese* sobre a *ontogênese*, na esfera emocional, como também o ateísmo, a negação de Deus, é uma espécie de reação da *ontogênese* sobre a *filogênese*, na esfera intelectual.

É aqui ocasião de tornar mais claro o sentido das palavras *filogênese* e *ontogênese*, dando a fórmula da lei, que Haeckel diz ser a lei suprema da biologia.

Ele mesmo enunciou-a em latim, nos seguintes termos — *ontogenesis est summarium phylogeneseos, tanto integrius, quanto hereditate palingenesis conservatur, tanto minus integrum, quanto adaptatione cenogenesis introducitur*.

Eis aqui: — a *ontogênese*, isto é, o desenvolvimento do indivíduo, é uma recapitulação da *filogênese*, quero dizer, do desenvolvimento da série, geração, tronco,

povo, raça ou espécie, tanto mais completa, quanto pela herança conserva-se a *palingênese*, isto é, o renascimento, e tanto menos completa, quanto pela adaptação se introduz a *cenogênese*, quero dizer, o desvio ou falseamento da evolução.

Expliquemo-nos agora. Um homem herda de seus pais uma crença feita sôbre Deus e as cousas de além-túmulo. Essa crença divide-se em duas partes: — uma parte mental, que se compõe de juízos, raciocínios, afirmações ou negações categóricas, e outra emocional, que se compõe de aspirações e estremecimentos, de dores e prazeres, de esperanças do céu e terrores do inferno.

Sucede porém que êsse homem, pelos estudos que faz, pelos livros que lê, pelo ambiente social em que se move, adquire uma intuição diversa da intuição herdada, e chega a negar aquilo, que seus pais, que seus avós afirmavam. Aí temos a *ontogênese*, reagindo contra a *filogênese*.

Mas como, por outro lado, sentimentos novos não se bebem nos livros, nem o meio é capaz de transformá-los de repente, daí resulta uma certa desproporção entre o mental e o emocional, ou o que chamei predominio da *filogênese* sôbre a *ontogênese*, e o pensador libérrimo não está livre de curvar o joelho, como qualquer dos seus avoengos, aos *idola tribus* da sim-pleza popular.

Só isto é que bem explica a chocante anomalia, pela qual materialistas convictos sentem um calefrio horripilante, ao entrarem de noite numa casa escura e solitária; e nós outros, que lemos Darwin, que nos lisonjeamos de um pouco de cultura filosófica, não estamos

muito longe de espavorir-nos ainda por almas do outro mundo e quejandas visões fantásticas.

É esta mesma falta de *sincronismo* ou *homocronismo* dos dois desenvolvimentos, que pode dar a razão de muito fenómeno esquisito, para o qual não se acha melhor explicação, do que um apêlo à hipocrisia, à simulação e ao cálculo.

Semelhantes motivos dão a razão de alguma cousa, porém não dão a razão de tudo.

Assim, no mundo político, não é raro ver liberais e até republicanos, — qualidades estas que significam um *estado mental* determinado, — praticarem ações dignas do mais atrasado conservador e monarquista.

No mundo social, democratas de idéias firmes não duvidam tomar de repente uma attitude respeitosa e submissa em presença do aristocrata.

No mundo religioso, homens instruídos vão aos templos, munidos de saltérios e livros de orações; o que fez um dia Carl Voigt perguntar a si mesmo, para que fim, diante de um tal espetáculo, gastava mais as suas forças em escrever e pensar!...

Mas a razão é uma só: a diferença de tempo, a falta de *homocronismo* entre as duas evoluções.

O que se observa nos indivíduos, dá-se também nos povos, quer considerados em si mesmos, quer comparados uns com outros.

Entre as nações cultas existe na hora presente uma relação sincrônica, no domínio das idéias, não assim porém no domínio dos sentimentos, onde cada uma delas ocupa uma posição diferente.

Há quem conteste que nos povos, considerados em si mesmos, nos diversos estádios de sua história, os dois desenvolvimentos deixem de ser homócronos.

Mas isto só pode sustentar-se ou por capricho, ou por ignorância. Por capricho, se a tese, não obstante ser errônea, todavia presta auxílio a qualquer sistema de especulação sociológica. Por ignorância, se realmente crê-se afirmar uma verdade de fato, quando os fatos estão a dar-lhe o mais solene desmentido.

Quem estuda, por exemplo, a história do século 16 na Itália, vê justamente a maior desarmonia entre o sentir e o pensar.

Como diz Settembrini, os sacerdotes, os homens de Estado, os escritores, poetas, artistas, enfim todos os homens daquele tempo, não eram mais que inteligências, sem paixões grandes, sem sentimento religioso e, o que é pior, sem moral; por isso viam, mas não sentiam os males da pátria; viam, mas não aborreciam a corrupção religiosa, antes chamavam-na *splendidezza*: por isso também fizeram na arte obras inimitáveis pelo engenho, mas sem afeto.

E que *homocronismo* poder-se-ia realmente conceber entre o fulgor intelectual da corte de um Leão X, ou mesmo de um Luís XIV, e os baixos sentimentos, que lhe ferviam no íntimo?

Se a respeito de todos os homens, sobre quem se emprega a frase comum: — *belo talento, porém mau caráter*, — nas raras ocasiões em que esta frase é verdadeira, se pudesse fazer um estudo genético, profundo e detalhado, ver-se-ia que tal desproporcionalidade é redutível a uma desarmonia entre a herança e a adaptação, isto é, a uma simples diferença cronológica.

Nesses casos o belo talento é sempre um *parvenu* em relação ao mau caráter. Verdade, quanto aos indivíduos, que também pode ser aplicada às nações.

A nossa questão se reduz enfim a esta fórmula geral: — na *ontogênese* dos indivíduos e dos povos, qual das duas evoluções ressen-te-se mais da influência da herança, qual das duas abre mais fácil caminho à introdução da *cenogênese*?

Parece-me incontestável que a evolução emocional é mais lenta, mais sujeita à conservação *palingenética*. Daí portanto um primeiro corolário: as *atavizações* são menos raras na ordem dos sentimentos do que na das idéias.

É mais fácil um homem bruto do começo do século passado contar hoje descendentes de gênio, do que um ladrão da mesma época ter atualmente o seu nome ligado a uma descendência honrada.

Costumamos chamar os mais velhos *nossos maiores*; os que hão de vir depois de nós, serão os *nossos melhores*. Isto pode ser afirmado em qualquer momento da história. Porém êsse melhoramento é sempre mais largo, mais compreensivo pelo lado intelectual.

Não se me objete com o que disse anteriormente a respeito do amor. Ali tratava-se de comparar um sentimento de hoje com o mesmo sentimento de outrora; aqui porém a confrontação é entre fenômenos diferentes. Se entretanto quisermos sujeitar o amor a igual apreciação, teremos igual resultado.

Como em todos os tempos da cultura humana, o amor em nossos dias também tem um ideal; mas também, como em todos os tempos, está muito aquém dêsse

ideal, seja êle qual fôr, cavalheiresco ou romântico, filosófico ou naturalístico.

A paixão é sempre diversa dos últimos moldes da idéia.

É possível que um dia se acabe de todo com a metafísica da cabeça; mas me parece que nunca poder-se-á extinguir de todo a metafísica do coração... Sim!...

*O coração também é um metafísico:
Estremece por formas invisíveis,
Anda a sonhar uns mundos encantados,
E a querer umas cousas impossíveis.*

Tudo isto consequência da maior lentidão do desenvolvimento emocional. Por isso mesmo, e porque o mecanismo social não repousa, como queria A. Comte, sobre opiniões, mas sobre sentimentos, o progresso das sociedades é igualmente lento; êle fica sempre atrás de todos os programas e corpos de doutrina, que pretendem reformá-las. 8 *

8. Releva ponderar que o que o autor diz, neste período, de A. Comte, reporta-se à primeira fase da evolução d'êste filósofo, porquanto, na *Política* e na *Síntese*, êle mudou de pensar. Este estudo de T. Barreto é, na opinião dos competentes, o seu mais completo trabalho, e das melhores cousas escritas sobre o assunto até hoje. É de 1884. (Nota de *Sílvio Romero*, in *Estudos Alemães*, edição de 1898).

* Cap. I do Vol. 9 — *Questões Vigentes* —, das "Obras Completas de Tobias Barreto". Edição do Estado de Sergipe. 1926.

GLOSAS HETERODOXAS A UM DOS MOTES DO DIA, OU VARIAÇÕES ANTI-SOCIOLOGICAS

Nur durch die innigste Wechselwirkung und gegenseitige Durchdringung von Philosophie und Empirie entsteht das unerschuetterliche Gebauede der wahren, monistischen Wissenschaft.

E. HAECKEL.

I

Eu não creio na existência de uma ciência social. A despeito de tôdas as frases retóricas e protestos em contrário, insisto na minha velha tese: — a sociologia é apenas o nome de uma aspiração tão elevada, quanto pouco realizável.

Além dêste caráter de simples postulado do coração, que vê, ou quisera ver na sociedade humana um todo orgânico, subordinado, como os demais organismos, a certas e determinadas leis, a palavra não tem outro sentido, que mereça ser investigado.

Logo em princípio, salta aos olhos que o estudo dos fenômenos sociais, considerados em sua totalidade e reduzidos à unidade lógica de um sistema científico, daria em resultado uma estupenda *pantosofia*, evidentemente incompatível com as forças do espírito humano.

Se nem mesmo como ciência descritiva, que aliás, envolve, na opinião de Haeckel, uma *contradictio in*

adjecto, a ciência social é construtível, pois que não podem ser descritos, todos os fenômenos da sua alçada, por que razão sê-lo-ia como ciência de princípios, como ciência de leis, que têm de ser induzidas da observação dêsses mesmos fatos?

Desconheço uma tal razão. Entretanto, não se suponha que eu tenha jurado aos meus deuses fazer guerra à sociologia. Não estou disposto a afrontar o martírio na luta contra ela. Porém julgo ter o direito de exigir dos seus sectários alguma cousa de mais sério do que meia dúzia de estribilhos e convenções da escola. Exijo pouco, mais êsse pouco é tudo.

Enquanto pois, assim como a velha *astrologia* dos Apolônio de Thyane, dos magos da Caldéia, passou a ser *astronomia* dos Copérnico, dos Galileu e dos Kepler, a nova *sociologia* dos Spencer e outros sociólogos e magos do ocidente, não passar também a ser *socionomia* de sábios, de estadistas e políticos, estou firme na minha convicção: — a sociologia é uma *frase*.

E isto parece tanto mais admissível, quanto é certo que, bem ponderado, nem sequer já nos achamos no período propriamente *sociológico*, mas no período *sociolátrico*. A religião da humanidade, o semideísmo dos grandes homens, que é sem dúvida mais honroso, porém não menos inexplicável que o semideísmo dos Césares, pertencem a esta frase.

Entretanto a *sociolatria*, ainda mesmo que lhe sirvam de objeto as mais altas manifestações da grandeza humana, é inconciliável com uma ciência social, qualquer que seja o grau do seu desenvolvimento.

Desde que conhecemos, por exemplo, a natureza, a órbita e a marcha dos cometas, não há mais lugar de

contemplá-los com admiração e terror. Assim também, se é conhecida a lei da formação dos gênios, pois que os gênios são fenômenos sociais, como todos da mesma ordem, segundo pretende a sociologia, redutíveis a leis, para que engrandecê-los e deificá-los?

A contradição é palpável; e destarte a *sociolatria*, que ainda reina nos próprios domínios da chamada sociologia positiva, encarrega-se, por si só, de combater-la e aniquilá-la.

Não me é estranho que sociólogos mais coerentes com os pressupostos apriorísticos da sua ciência, negam o mérito e importância dos grandes personagens. Mas também é certo que o que eles assim revelam de senso lógico, não compensa-lhes a falta de senso histórico.

A pequenez das grandes, como a grandeza das pequenas individualidades, é um paradoxo, apenas tolerável na esfera religiosa, onde o valor das idéias não é determinado pela verdade delas, mas sobretudo pela sua capacidade de iludir e consolar.

Debemur morti nos nostraque: é um bonito princípio este, da *igualdade perante a morte*, porém ainda mais estéril que o axioma democrático da *igualdade perante a lei*, e como tal só tem um sentido, — no pórtico dos cemitérios. Fora daí, dentro das raias da vida, no vasto laboratório das idéias e das ações, a dupla categoria de *grandes e pequenos homens* é a expressão de um fato, que nenhum sofisma poderá jamais destruir.

É incalculável o gasto que se tem feito de papel e tinta em proclamar o alto valor da sociologia. Po-

rém mais incalculável me parece a falta de senso, com que, ainda hoje, os sociólogos se julgam obrigados a demonstrar com argumentos de todo gênero a realidade dêsse ramo de indagação e sistematização científica.

Como se isto não fosse bastante para provar justamente o contrário! Uma ciência, que é realmente tal, não tem necessidade de fazer de sua própria existência a primeira questão, que lhe cumpre resolver.

Se ela de fato existe, os seus resultados incumbir-se-ão de defendê-la. Insistir na demonstração de uma *ciência social*, no sentido positivo da palavra, não é mais, por conseguinte, do que uma prova indireta, ou uma confissão inconsciente da sua inexistência.

II

Os sociólogos têm um certo número de teses favoritas. Não é meu intuito referi-las todas aqui e batê-las uma por uma, até porque já me vai parecendo uma inútil perda de tempo, semelhante à que se dá com a refutação de qualquer tema teológico, refutar a sociologia.

Em geral os sociólogos pertencem à ordem dos *cren-tes*; e crenças não se refutam.

Mas entre os pressupostos da pretendida ciência há um, sobretudo, que ainda merece ser apreciado, não tanto porque êle importa para a sociologia uma questão de vida e morte, como porque é o ponto principal, senão o único, no qual os sociólogos têm de seu lado a opinião de filósofos mais sérios, de espíritos mais elevados. Quero falar da questão do *determinismo*.

Já uma vez declarei, e não há muito tempo, que não estava longe de crer serem as leis da liberdade as mesmas leis da natureza; e permaneço nesta opinião.

Mas importa não confundir cousas distintas. Dizer que a liberdade tem leis, não é negá-la, e bem assim afirmar que essas leis são as mesmas da natureza, não é reduzir o processo da vida moral à pura mecânica dos átomos, a ações e reações químicas.

Dado porém que assim fôsse, e a idéia da liberdade não se conciliasse com a idéia de lei, nada seria mais simples do que confessar a inexatidão do meu asserto, pois neste assunto, como em todos os mais, é o caso de repetir com Moritz Carrière: graças a Deus, nós podemos errar. A pretensão da infalibilidade é sempre ridícula, quer emane de uma cadeira de papa, quer de uma cadeira de mestre; ou venha de uma assembléia de bispos, ou de uma escola de sábios.

Mas me parece que não estou em erro. A liberdade humana é um fato da ordem natural, que tem a sua lei, porém não se deixa explicar mecanicamente.

Os filósofos costumam distinguir no conceito da liberdade dous momentos diversos: — o momento *empírico* e o momento *racional* ou a liberdade de *poder* e a liberdade de *querer*.

A liberdade empírica é um fato de consciência; para reconhecê-lo não há mister de tomar o partido de um espiritualismo fantástico e impossível. Que o homem *pode* e que *quer*, é uma verdade experimental; e tanto basta para traçar a linha de separação entre duas ordens de fenômenos, que pertencem a um mesmo tronco, mas não se reduzem a um só ramo.

Se porém o que êle *quer*, é sempre o resultado necessário da sua organização, é um ponto êste, que sendo admitido, como aliás o admito, não traz todavia luz alguma para a solução do problema; porquanto, nem destrói o fato da liberdade empírica, objeto de observação imediata, nem deixa esclarecido que a dependência, em que o homem se acha, da sua organização, seja realmente de natureza mecânica.

Semelhante identificação do *psíquico* e do *físico* é, quando muito, o que se questiona, o que se pretende provar; e afirmá-la não basta para torná-la incontestável.

Entretanto em que consiste, o que quer o *determinismo*? Negar a liberdade sob o pretexto de que as ações humanas são tôdas *motivadas*. A lei da *motivação*, diz êle, é uma das formas da lei geral da causalidade. Os motivos são causas mecânicas, a que sucedem efeitos com a mesma necessidade, com que os fenômenos se sucedem no mundo exterior.

E não é exato que a todo e qualquer esforço consciente, a toda volição e ação, precedem certos motivos? Ou há um esforço *imotivado*, puramente espontâneo, que existe de si mesmo e por si mesmo?

Muitos defensores da liberdade ainda crêem que a lei da *motivação* exclui o *livre querer*, isto é, que a liberdade da vontade só é possível, quando esta não é determinada por motivo algum.

Uma tal opinião só podia ser favorável à causa do determinismo. Desde que se faz assim do acaso e do capricho irracional a essência da liberdade, desde que o verdadeiro ato livre se considera aquêle que se pratica sem motivo, sem razão alguma, não é muito que

os deterministas achem provas de sua teoria em todos os círculos da atividade humana, onde se nota uma certa ordem.

Uma vez associada à idéia de liberdade a de confusão e desarmonia, é fácil demonstrar pela estatística dos crimes, dos casamentos e outros fatos, onde os números exercem uma função aproximadamente igual, que a vontade não é livre.

Mas este modo de pensar, admitido por alguns filósofos, é o mesmo velho ponto de vista dos espíritos incultos, que ainda hoje, nas relações políticas, não cansam de falar de um partido da *ordem* e de um partido da *liberdade*, como de duas antíteses dificilmente conciliáveis, quando não afirmam que a verdadeira liberdade está na *ordem*, para outros redargüirem que a verdadeira ordem está na *liberdade*. Em suma, como se vê, uma série de tolices.

Destarte, obscurecida a idéia da cousa, fazendo-se do caos e da *desordem* na vida individual e social o característico da liberdade, os deterministas, por um lado, descobrem fatalismo e necessidade, onde quer que apareça um regular encadeamento dos atos humanos, e os parvos, por outro lado, estão de acôrdo que a mais alta expressão do *liberalismo*, é o domínio do cacete, do barulho, do rebuliço eterno.

Assim, e de conformidade, por exemplo, com os princípios da sociologia nacional brasileira, como ela é cultivada por vadios e vagabundos, é um despotismo clamoroso, quando a *autoridade*, invadindo a terra santa da *liberdade*, quebra a viola do ocioso cantor popular e põe um limite aos excessos da bebedeira.

Da mesma forma, os deterministas entendem que o governo da natureza, em relação ao homem, é sempre despótico, e que não há vontade livre, desde que os atos só se realizam em virtude de motivos.

Singular doutrina esta, pela qual as manifestações da liberdade entrariam de direito na categoria da loucura!...

Com efeito, se o pressuposto da *motivação* exclui o livre querer, é lógico admitir que se são possíveis atos humanos *imotivados*, onde quer e como quer que eles se executem, aí, pelo menos, aparece a liberdade.

Mas esses atos são justamente aquêles que os psiquiatras designam como característicos de qualquer perturbação mental.

Para Trousseau, por exemplo, quase sempre que se dá um assassinato *sem motivo*, sem alvo de interesse, sem premeditação, sem ponderação de tempo, lugar e meios, trata-se do ato de um epiléptico.

Eis aí pois a falta de motivação entrando como elemento na diagnose de um caso de insensatez. E se aquêle *quase sempre*, em vez de *sempre*, é para dar conta das exceções, não vejo que os casos excetos possam ser explicados, senão por uma reversão atavística às épocas de pura ferocidade humana. Porém entre um homem de hoje, que perde a razão, e um homem de hoje, que de repente asselvaja-se e torna-se fera, — qual é a diferença?

Como quer que seja, o certo é que livre vontade não é incompatível com a existência de motivos; pelo contrário eles são indispensáveis ao exercício normal da liberdade.

Estas últimas idéias, pôsto que em parte me sejam próprias, contudo já não são inteiramente novas. Eugène Véron, na sua *Moral*, publicação recente da *Bibliothèque des sciences contemporaines* (1884), assenta a sua teoria da liberdade sobre uma ordem de considerações análogas.

Eis aqui como êle se exprime: «Quanto a nós que... não vemos na frase — *obedecer à razão* — mais do que uma metáfora nascida sem dúvida da crença imbecil na realidade distinta dessa mesma razão, crença que por felicidade tende a desaparecer; quanto a nós que pensamos que isto significa obrar racionalmente, e por conseguinte obedecer a si mesmo, logo que se está na plenitude da própria inteligência, depois de um estudo atento e profundo dos motivos, que nos solicitam a agir, declaramos que o fato de obedecer à razão é, a nossos olhos, a prova mesma da superioridade intelectual do homem, o sinal mais evidente do seu verdadeiro valor moral, e que se a liberdade existe em qualquer parte, no domínio da atividade humana, é aí só que se pode descobri-la».

De perfeito acôrdo. A verdade não se externa somente em alemão; ela fala e escreve também francês. Os *galômanos*, como chamava Alfieri a todos os frenéticos entusiastas do francesismo, podem agora rir-se da ingenuidade, com que me confesso adstrito a uma autoridade filosófica francesa — eu que em tantos pontos ainda não fiz nem faço segredo do meu *Franzosenfressenthum*! A cousa é realmente merecedora de riso. Mas... não me tomem ao sério!... isto é gracejo. Véron tem o ar de quem oferece uma novidade, que saiu há pouco da *béante journaise* do cérebro pari-



siense; e todavia as suas idéias se me apresentam com o caráter platônico de verdadeiras *reminiscências*, não de uma vida anterior, porém desta mesma vida, onde já li coisa igual.

E foi em alemão. Em um dos *Philosophische Monatshefte* de 1874 (dez anos antes), Henrique von Struve, professor de filosofia em Varsóvia, disse o seguinte:

«Não posso representar-me nenhum esforço, nenhuma ação racional, que não seja motivada pela razão. Qualquer que seja o alvo do meu esforço, por mais independente que ele seja, ele só será racional, associando-se à consciência de que tenho bons motivos para obrar assim... Por isso a *motivação* não só não exclui a ação autônoma e livre, como até, pelo contrário, é uma das condições dela... Porventura a nossa atividade torna-se *livre*, pelo fato de associar-se ao despropósito, à ausência completa de qualquer motivo razoável? Não, decerto; ela entrega-se por êsse modo ao curso natural das cousas; demite-se do poder de determinar-se racionalmente, subordina-se à ordem dos fatos, que do ponto de vista subjetivo designamos como *acaso*, porém, que deve ser objetivamente compreendida como pertencendo à mesma ordem da natureza. Ficamos pois colocados na seguinte alternativa: — ou obrar segundo a razão, ou ceder passivamente à necessidade psíquica. Salta aos olhos que a liberdade, se em geral ela existe, só pode ser procurada no primeiro membro dessa alternativa...»¹

1. *Philosophische Monatshefte* — pág. 349.

Não é o mesmo pensamento de Véron? A identidade é manifesta. Nenhum demérito resulta daí para o autor francês; nem foi este o alvo da citação. Mas o ensejo era ótimo, para dar ainda uma prova de que a minha *germanomania* não é de todo um fenômeno psiquiátrico, pois que baseia-se em muito boas razões.

Eis uma delas: — os pensadores alemães, em quase todos os domínios da inteligência, andam dez anos, pelo menos, adiante dos franceses.

Não sei se deva excetuar o domínio *político*. A política alemã não me é totalmente simpática. Olhada por este lado, a minha cara Alemanha assemelha-se a uma linda mulher, em quem aliás a enormidade das mamas diminui a beleza das outras formas. Por isso limito-me a contemplá-la só pelo rosto. Mas também a *république française* não está no meu programa. Sou pouco afeiçoado ao *cancã*, em qualquer de suas manifestações. Isto distoa, bem sei, da intuição comum, ainda que ela não seja das mais seguras. O republicanismo brasileiro é um belo pedaço de literatura francesa. Com razão dizia eu, há pouco, a um amigo tedesco: — *In Brasilien treibt man Republik, wie man die Lecture der Romane, Zola's treibt: ohne Kritik oder Ueberzeugung, nur aus bewusster oder unbewusster Liebe zu Frankreich*. Porém não importa; é a verdade tal qual sinto, e aproveito a ocasião para repeti-la.²

2. Sobre a posição de Tobias Barreto diante do republicanismo brasileiro, veja-se o prólogo posto por nós aos seus *Estudos de Direito*. (Nota de Silvio Romero, in *Estudos Alemães*, edição de 1898).

III

É digno de nota: os modernos contraditores da liberdade, os que pretendem *mecanizá-la* e destruí-la, filiam-se em geral à escola de Hume. Ora, este filósofo, como é sabido, contestava que a idéia de causa fôsse mais que um resultado do hábito de ver certos fatos sempre juntos, pelo qual chegamos a crer na união necessária dêsses mesmos fatos; mas essa crença não tem realidade objetiva!

Já se vê que sendo assim, ao menos para os deterministas sectários de Hume, a causalidade e a liberdade, duas grandes ilusões metafísicas, não há justiça nem lógica em submeter a liberdade à causalidade, em sacrificar uma ilusão a outra.

Sustentando dêste modo a livre vontade, até onde, e só até onde ela é, não um postulado da razão prática, mas um simples fato de consciência, bem pode parecer que eu me coloque em posição divergente da filosofia monística, da qual me confesso decidido sectário. Mas é somente aparência; no fundo não há contradição.

E não é difícil demonstrá-lo. Com efeito: a idéia fundamental do monismo, diz Ludwig Noiré, é que o universo compõe-se de átomos intelramente iguais, que são dotados de duas propriedades, uma interna — o *sentimento*, — e outra externa, — o *movimento*. Bem como os átomos, o sentimento e o movimento, que lhe são inerentes, são também originariamente iguais. Destas duas propriedades originárias, inseparáveis, resulta o desenvolvimento, ou antes, o que se chama de-

desenvolvimento é a soma, ou o produto de ambas; de modo que todo e qualquer desenvolvimento é redutível a uma modificação do movimento, mas também, e ao mesmo tempo, todo e qualquer desenvolvimento é redutível a uma modificação do sentimento.³

Schopenhauer diz: — tudo é *vontade*. O idealismo e o materialismo dizem: — tudo é *fôrça*; para aquêle — *fôrça e espírito*; para êstes — *fôrça e matéria*. O monismo porém responde: — tudo é ao mesmo tempo *vontade e fôrça*. Como *fôrça aparece*, como *vontade é*; ou para falar a língua de Kant, como *fôrça é fenômeno*, como *vontade*, «*noumenon*».

A filosofia tradicional afirmava que tudo provém de causas. Schopenhauer, distingue *causas, atrações e motivos*. O monismo redargúi: — tudo é causa e motivo, ao mesmo tempo. Como *causa aparece*; como *motivo existe* nos sêres mesmos. Daqui resulta que não há em parte alguma do universo puro *mecanismo*; qualquer movimento é determinado simultaneamente por causa e motivo.

Estas idéias, que muitos acharão de acre sabor *metafísico*, isto é, um pouco acima da compreensão humana, por estarem além dos limites da própria compreensão, vão de encontro ao determinismo. A lei da motivação não exclui a liberdade, pois que não é uma lei de causalidade mecânica.

Mas importa observar, — e êste ponto merece atenção, — que o monismo filosófico de Noiré não é o

3. A palavra *sentimento* é aqui empregada no sentido genérico de manifestação sensível.

monismo naturalístico de Haeckel. O grande professor de Jena, que é um dos mais ilustres próceres da ciência moderna, parece-me deixar-se levar por um preconceito do tempo, quando identifica a intuição mecânica e a intuição monística do mundo. Uma cousa não é exatamente a outra.

O monismo filosófico é conciliável com a teologia, não tem horror às causas finais, cujo conceito não é sempre, como querem os materialistas sistemáticos, um meio cômodo da razão preguiçosa, para furtar-se à pesquisa das causas eficientes, ao passo que o monismo naturalístico só admite estas últimas, e crê poder com elas fazer tôdas as despesas de explicação científica.

Para o monismo filosófico, o movimento e o sentimento sendo inseparáveis, dá-se entre êles somente uma questão de grau: — onde mais domina o movimento, aparece então a *causa efficiens*; onde mais o sentimento, prepondera também a *causa finalis*. O mundo não é só uma cadeia de *por quês*, como pretende o materialismo acanhado, mas ainda uma cadeia, uma série de *para quês*, de fins ou de alvos, que reciprocamente se apóiam, se limitam, que saem uns dos outros. A intuição mecânica porém não quer saber do que vai além da simples concatenação de causas e efeitos. O monismo naturalístico, que representa a unidade de vistas adquiridas no domínio das ciências naturais, está prêso, como elas, a exclusiva consideração da causalidade, que é a lei capital da empiria, o princípio gerador de toda experiência.

O professor Haeckel, cedendo talvez àquela predileção, de que falava Helmholtz no prólogo da sua *Óptica*,

— a predileção... *zu unmittelbar mechanischen Erklärungen* — decidiu-se a apoiar com a força de sua autoridade o monismo naturalístico, sem levar em conta, nem sequer dignar-se de submeter a uma crítica mais séria tudo o que, além dêsses limites, ainda parece reclamar a nossa atenção.

Assim para êle, — o venerando sábio, não só a verdadeira intuição monística é a intuição mecânica, mas também, quem quer que se coloque acima dêste ponto de vista, — ciente ou inconscientemente, é vítima de uma ilusão, a ilusão do *dualismo*. Nem mesmo Kant pôde evitar semelhante escolho.

Esta condenação do grande filósofo (tanto importa o juízo de Haeckel), relegado para o meio dos dualistas e teólogos, em nome do monismo, quando o monismo, pelo órgão de Noiré se confessa ligado, por mais de um laço à filosofia de Kant, quando o monismo, que não é um princípio constitutivo, mas um princípio regulador, quase diria — um princípio arquitetônico do pensamento filosófico moderno, assenta em bases kantescas, — esta condenação do grande filósofo, repito, devia naturalmente provocar a impugnação.

E de fato. Ed. von Hartmann, na última parte do seu notável opúsculo — *Wahrheit und Irrthum in Darwinismus*, entendeu-se com Haeckel sobre o pretenso dualismo de Kant. O resultado foi ficar estabelecido que o naturalista fôra injusto para com o filósofo. Como se depreende de várias passagens da *Kritik der Urtheilskraft*, melhor utilizadas por Hartmann, muito ao invés de ser Kant um dualista, firmou êle a doutrina de que a explicação *mecânica* e a explicação *teleológica* dos fenômenos naturais repre-

sentam *momentos* diversos de uma *unidade* superior. Em próprios termos: — «O princípio, que torna possível a conciliabilidade dos dous modos de julgar a natureza, deve ser pôsto naquilo que repousa fora de ambos, mas entretanto encerra o fundamento dêles, isto é, no *hipersensível*, e qualquer das duas maneiras de explicação deve sempre referir-se a êsse princípio». ⁴

Isto é claríssimo; porém não é tudo. Kant ainda diz que não podemos saber *a priori*, quanto contribui o mecanismo da natureza para a realização de qualquer intuito final, que nela exista, nem até onde chega o modo de explicação mecânica dos seus fenômenos, e que por isso as ciências naturais têm o dever de levar o mais longe possível esta mesma explicação. Mas também logo assegura que o simples *mecanismo* não é suficiente para dar a razão dos produtos orgânicos, isto é, que em relação à forma dos organismos há sempre um resto *mecanicamente inexplicável*.

Puro conceito monístico. A êle prende-se o pensamento de Noiré, quando afirma que em todo e qualquer fenômeno, tanto o mais simples, como o mais altamente complicado, há sempre um *resto incalculável*, que representa a parte do *sentimento* no mesmo fenômeno. Entre o *resto*, de que fala Kant, e êste de que fala Noiré, não há diferença alguma. O *mecanicamente inexplicável* da teoria kantesca quer dizer, em linguagem monística: — a parte do *sentimento* que o

4. Não confundir *teleologia* com *teleogia*, como vulgarmente fazem os ignorantes. (Nota de Sílvio Romero, in *Estudos Alemães*, edição de 1898).

movimento não explica. Vê-se pois que Kant não foi, nem podia ser um dualista. As aparências enganam; e desse engano não estão livres nem mesmo os gênios da estatura de Haeckel.

Ed. von Hartmann, como já disse, utilizou-se de passagens da *Crítica do juízo*, para demonstrar o não dualismo do arquifilósofo alemão. Entretanto as fontes de uma tal demonstração não se limitam aos pedaços, por êle citados. Na *Crítica da razão prática* encontra-se uma passagem, onde Kant fala de um *automaton materiale* e de um *automaton spirituale*, não como duas cousas distintas, mas somente como dous pontos de vista de uma mesma cousa, dous modos de observar e julgar a natureza. (*Kritik der p. Vernunft*; — edição Kehrbach, pág. 117.)

O pendor materialístico do tempo, a que corresponde o gosto pelas explicações mecânicas, tem levado muitos espíritos ao extremo das afirmações e negações categóricas, porém sem base nos fatos. Felizmente já há mais de um exemplo de sobriedade científica por parte de naturalistas, outrora inebriados de seu próprio vinho, mas hoje convencidos de que a ciência tem limites, além dos quais ainda existe alguma cousa, que ela não pode sujeitar aos seus processos de observação e esclarecimento. O primeiro, o mais valioso sinal desta mudança, foi dado por Du Bois Raymond.

Este sábio fôra ao princípio um materialista, que estava de acôrdo com a opinião lacunosa e parcial de Moleschott: — *der Gedanke ist eine Bewegung des Stoffes*. Em suas *Untersuchungen ueber thierische Elektricitaet*, do ano de 1848, ainda êle comungava a

Idéia de que... *wenn nur unsere Methoden ausreichen, eine analytische Mechanick sa emmtlicher Lebensvorgaenge moeglich waere*. É esta mesma idéia, que vinte e quatro anos depois o grande Strauss repetiu, dizendo: — «De dia em dia aumenta a possibilidade de mostrar as condições, sob as quais a vida se desenvolveu do que não tem vida, a consciência do inconsciente».

Mas releva ponderar que a esse tempo já Du Bois Raymond tinha reconhecido a inanidade dos seus esforços. Na célebre conferência *Ueber die Grenzen des Naturerkennens*, êle afirma terminantemente: «Com mecânica, não saímos de mecânica; não podemos compreender, como nasce a consciência, como nasce o sentimento». Uma sentença de morte contra o materialismo míope dos Moleschott e dos Buechner, ao qual Strauss se allara; sentença que o fêz então humildemente dizer: «Se esta palavra do mestre é a última na questão, só o tempo afinal poderá decidir».

Já é uma grande concessão esperar que o tempo decida a questão capital do materialismo. Esperemos portanto.

O *Ignorabimus* de Du Bois Raymond e o *Audeamus* de Haeckel não são tão inconciliáveis, como se supõe. Eu os concílio a meu modo.

Rejeitando a primeira fórmula, se ela pretende ir além de um simples conselho de temperança especulativa, e aceitando a segunda, só até onde envolve um grito de animação, sem propósito assentado de romper tôdas as barreiras e entrar no conhecimento natural de Tudo, — entendo que elas se completam, se harmonizam, se corrigem uma à outra.

Mas o nobre professor de Jena seria talvez o primeiro a recusar esta conciliação. Para êle tudo é suscetível de explicação mecânica; — fora daí, não há mais que o velho domínio dos dualistas e teleólogos.

É com pesar que deixo de subscrever, neste ponto, a opinião do mestre. O dualismo é realmente uma ilusão, mas também o mecanismo não está no caso de satisfazer tôdas as exigências e interpelações da razão. A verdade ainda permanece ao lado de Kant: — o resto de problemas, que a mecânica não resolve, continua a ser o mesmo.

E não sòmente quanto à forma dos organismos, mas ainda e sobretudo quanto às suas funções, crescendo assim a inexplicabilidade mecânica, à proporção que os organismos são mais desenvolvidos, e as funções mais complicadas. O mecanismo ainda não é suficiente para dar conta, entre outros, por exemplo, do fenómeno da *beleza*. Quem foi que já traçou a fórmula, segundo a qual executa-se o movimento de uns bonitos olhos femininos?

A beleza, que no dizer de Hartmann divide-se em *fisiológica* e *morfológica*, eu me permito aumentar de uma seção superior: — a beleza *psicológica*, sem aliás pressupor um sujeito nôvo para êste nôvo atributo, e dentro dos limites da intuição monística. É a parte devida àquele *resto*, mecanicamente inexplicável, de que já nos temos ocupado.

Ora pois: — nem a beleza *arquitetônica* de uns quadris de Vênus, que não é de balde que assemelham-se ao arqueamento de ebúrnea lira, como lembrança ou indício de que êste será sempre o alaúde dos poetas, nem a beleza *ornamental* de uns bastos e longos cabe-

los, despoticamente sacudidos por mulher m^oça e formosa, poderão jamais ser reduzidas a puros fenômenos mecânicos.

Os movimentos, que formam a arte da dança, ninguém dirá que deixem de ser redutíveis a número e medida, isto é, a fórmulas de mecânica; mas entre duas pessoas, principalmente mulheres, que com a mesma regularidade executam êsses movimentos, não se nota muitas v^ezes uma enorme diferença? É que a beleza fisiológica dos requebros e ademanes graciosos não se explica, não se resolve pelas leis do mecanismo.

Ainda mais decisivo: todos nós falamos e ouvimos falar de uma *expressão* na música; na execução artística de qualquer peça musical, distinguimos as duas categorias da *quantidade* e da *qualidade*, a *técnica* e a *estética*, tão bem caracterizadas, que não nos passa despercebida a mais ligeira preponderância de uma sobre a outra, e só das justas proporções entre ambas é que resulta a perfeição do artista. Ora, a técnica de um *virtuoso*, ainda que seja a mais bem acabada possível, reduz-se, em última análise, a uma questão de mecânica, a uma questão de movimento. Mas, — costumamos dizer, — que nos importam todos os prodígios técnicos dêste ou daquele instrumentista, dêste ou daquele cantor, se êle não tem estética, se não nos toca, não nos fala na alma? E isto se traduz *monisticamente* do seguinte modo: — que nos importam tôdas essas maravilhas de *movimento*, se não existe o *sentimento* em grau correspondente? Eis aí pois ainda uma prova da insuficiência do mecanismo.

Não conheço ramo algum de atividade e indagação humana, onde a filosofia monística possa encontrar

maior riqueza de argumentos em seu favor, do que no domínio da música; porquanto em nenhum outro se manifestam com tanta viveza as duas propriedades originárias, de que fala Noiré. A combinação de sons, que objetiva e mecânicamente apreciada é uma combinação de *movimentos*, tem o poder de evocar o que existe de mais puro e elevado, como também de mais misterioso, no mundo psíquico, a emoção, o *sentimento* do belo musical.

O assunto presta-se a muito estudo, mas não é aqui a ocasião de empreendê-lo. Com os exemplos indicados, quis somente ilustrar a minha tese da não identidade entre o monismo filosófico e o monismo naturalístico; donde é fácil de compreender que não aceito em certos pontos, ainda que poucos, a doutrina de Haeckel, doutrina que não se mostra, no que diz respeito à liberdade, em perfeita harmonia consigo mesma.

IV

O sábio professor e pensador intrépido, em mais de uma passagem dos seus escritos, diz afoutamente que a vontade humana nunca é livre — *niemals frei*. Mas também em muitos outros lugares afirma que a vontade é *um princípio seletor*. Estas duas asserções, me parece, não são feitas para se unirem; elas produzem a impressão do antinômico e inarmonizável.

Com efeito, se a liberdade é alguma coisa, ela consiste na capacidade, que tem o homem, de realizar um plano por êle mesmo traçado, de atingir um alvo, que êle mesmo se propõe. Eu não sei, nem cabe aqui indagar, se o conceito da *finalidade* deve ou não ser

inscrito na tábua *das categorias*, segundo a doutrina de Kant; mas esse conceito, que nada significa no mundo físico, tem tódá significação no mundo psicológico. A causalidade da natureza e a causalidade da vontade não têm o mesmo caráter.⁵

Assim, ao passo que as causas naturais se traduzem num *por quê*, a causa voluntária se exprime num *para quê*. A idéia dêste *fim* aparece como *motivo*, e os motivos, já nós vimos, — não excluem a liberdade.

É bem sabido o papel que representa no darwinismo a seleção *artificial*, ou antes — *artística*. Prefiro o segundo epíteto, que corresponde melhor aos resultados por ela obtidos. Na idéia de *artificio* não entra racionalmente a idéia da *vida*; e a seleção é sobretudo um processo vital, pois que ela tem por alvo modificar funções e qualidades dos seres orgânicos, quer no domínio da zoologia, quer no da botânica. Ora, o jardineiro que se propõe produzir uma nova forma de flor ou planta, o criador de pássaros, que se incumbe da produção de uma plumagem nova, são dotados da faculdade de atingir um fim, por êles preconcebido. Eis o que é de todo inegável. Mas esta faculdade é liberdade mesma, tal qual se faz precisa para opor ao determinismo um obstáculo invencível.

Falando da seleção artística, aplicada à espécie humana, Haeckel menciona três formas: — a *espar-*

5. Sôbre o conceito de liberdade, como um produto sintético da inteligência e da vontade, doutrina que formulei, por parecer-me a única verdadeira, vide o meu artigo — Interpretação filosófica dos fatos históricos, nos *Estudos de Literatura Contemporânea*. (Nota de Silvio Romero, in *Estudos Alemães*, edição de 1898).

tana, que se praticava na Lacedemônia com as crianças doentes, fracas, ou aleijadas, as quais eram votadas à morte; a *militar*, que produz efeito contrário, escolhendo e destinando a constituir exércitos permanentes e a perecer nas batalhas o que há de mais robusto no seio das nações; e, finalmente, a *seleção medical*, que muitas vezes prolonga a vida de organismos imperfeitos, concorrendo assim para que saia dêles, uma descendência enfezada e originariamente mórbida.

Estas três categorias não abrangem a totalidade dos expedientes artísticos, seletores do gênero humano. Como a mais importante forma de eliminação consciente das anomalias da vida social, que é a verdadeira vida do homem, podemos ainda falar, e eu já tenho por vezes falado, de uma *seleção jurídica*, a que se pode adicionar a *seleção religiosa, moral, intelectual e estética*, tôdas as quais constituem um processo geral de *depuramento*, o grande processo da cultura humana. E destarte a sociedade que é o domínio de tais seleções, pode bem ser definida: — um sistema de forças que lutam contra a própria luta pela vida. ⁶

Semelhante definição, que tenho como verdadeira, não está todavia de acôrdo com a doutrina de certos

6. A seleção artística da humanidade não compreende somente o *psíquico*, mas também o *físico*. No domínio da morfologia sobretudo, a seleção natural, por si só, seria incapaz de produzir certos fenômenos. Assim, e no que toca ao sexo feminino, a existência das cinturas finas, por exemplo, é ainda uma prova do que pode a cultura contra a *natura*. O espartilho é um fator cultural de evolução da beleza morfológica, talvez mais digno de nossas atenções, do que muito sistema de religião e filosofia, destinado a apertar cabeças e fazer, não belas almas, porém belos idiotas.

pensadores, — Gustave Le Bon, por exemplo. Realmente, eu digo que o característico da sociedade é lutar contra a *luta natural* pela existência, tratando sobretudo de corrigir seus maus efeitos; Le Bon porém opina que é um mal subtrair os membros da comunidade aos resultados dessa luta. Em apoio da sua opinião êle cita Darwin, o qual na verdade acha em algumas instituições sociais, como asilos para mentecaptos e doentes, leis de socorro aos indígenas, etc.... um motivo de degenerescência da mesma sociedade.

Mas não aceito esta teoria, que considero estranha e errônea. Com efeito, se é um mal interromper a marcha da eliminação natural dos fracos diante dos fortes, dos enfermos diante dos sadios, não vejo razão plausível, por que se deva punir o homem robusto e vigoroso, que em luta com o raquítico e inválido, chega a matá-lo. Isto também é *eliminar*... Mas ninguém, por certo, admitirá uma tal consequência, que escandaliza pelo absurdo.

Não é menos inadmissível a proposição darwinica. Entregar os míseros à sua própria miséria, deixar que morram de fome os que não podem conquistar pelo trabalho os meios de subsistência, e dêste modo concorrer para o depuramento da sociedade, se isto é seleção, seria mil vezes mais bárbara do que a velha *seleção espartana*; e como precisa de um nome, que a caracterize, — pois que Esparta já não existe, bem pudera qualificar-se de *seleção inglêsa*.

O conceito da sociedade, assim representada como um sistema de forças combatentes contra o próprio combate pela vida, me parece dar a chave para a solução de muito problema velho, que continua a fazer

ao mesmo tempo o tormento e as delícias de mais de um espírito sério. Na verdade, ainda hoje há quem apele para a *natureza* como uma autoridade suprema. O argumento da *naturalidade* de uma cousa, ou de um fato, tem honras de irrefutável.

Nada porém mais desponderado. Ser *natural* não livra de ser *ilógico, falso e inconveniente*. As cousas que são *naturalmente regulares*, isto é, que estão de acôrdo com as leis da natureza, tornam-se pela mor parte outras tantas *irregularidades sociais*; e como o processo geral da cultura, inclusive o processo do direito, consiste na eliminação destas últimas, daí o antagonismo entre a seleção artística da sociedade e as leis da seleção natural.

Assim, e por exemplo, se alguém hoje ainda ousa repetir com Aristóteles que há homens nascidos para escravos, não vejo motivo de estranheza. Sim, — é *natural* a existência da escravidão; há até espécies de formigas, como a *polyerga rubescens*, que são escravo-cratas; porém é *cultural* que a escravidão não exista.

Maudsley disse uma vez que o ladrão é como o poeta: — nasce, não se faz. Subcrevo esta opinião, mas pondo-a em harmonia com a minha doutrina. Sim, senhor, a existência de ladrões é um produto da *natureza*; que êles, porém, não existam, é um esforço, um produto da *cultura social*, sob a forma ética e jurídica.

Do mesmo modo, é um resultado *natural* da luta pela vida que haja grandes e pequenos, fortes e fracos, ricos e pobres, em attitude hostil uns aos outros; o trabalho *cultural* consiste porém na harmonização dessas divergências, medindo a todos por uma só bitola.

Um naturalista alemão, democrata e radical, já usou das seguintes palavras, segundo refere Treitschke, a quem elas foram dirigidas: «O nosso *darwinismo*, bem refletido e logicamente ponderado, é pouco favorável às idéias da pura democracia». Sem dúvida alguma, se a seleção artística não existisse para corrigir os efeitos naturais da concorrência vital.

Outrossim: é *natural* que a mulher, por sua fraqueza, seja sempre uma escrava do homem; mas é *cultural* que ela mantenha-se em pé de igualdade, quando não lhe seja até superior. A *ginecocracia*, que os poetas não estão longe de admitir, exprimiria uma das mais altas vitórias ganhas pela cultura sobre a natureza.

E aqui importa assinalar um fato importante. A sociedade, que é, como já disse, o domínio de tôdas estas seleções artísticas, de todos êstes processos culturais, compõe-se de grandes e pequenos círculos; quanto maiores, tanto mais independentes da seleção natural e *vice-versa*. Por isso é que ainda vemos no pequeno círculo da família, que é mais produto da *natureza* do que da *cultura*, a mulher representar um papel subordinado e bem diverso do que ela representa nos grandes círculos da vida.

A falta de compreensão desta *luta pela existência social* contra a mesma *luta pela existência natural* torna explicáveis um sem-número de despropósitos, que é comum cometer-se. Assim, ainda hoje, há quem faça do *naturam sequi* de antigos filósofos a base da moral. Porém isto não passa de uma velha consagração do erro.

A moral, como o direito, é um sistema de regras. Tôda regra é uma limitação; o que fica fora, ou sai dêsses limites, é o *irregular*, o *imoral* por conseguinte.

Mas os limites da moral, ou sejam traçados pelo indivíduo mesmo, ou pela sociedade, a que êle pertence, são sempre posteriores a um estado de *ilimitação* e *irregularidade*, que no todo, ou em parte, é o primitivo estado natural. Logo o *seguir a natureza*, em vez de ser o fundamento da moral, pelo contrário é a fonte última de tôda imoralidade.

Eis o que diz a lógica. Vejamos porém se os fatos dão-lhe apoio. Para isso bastam as seguintes perguntas: quem ensinou ao homem que as mais vivas provocações da beleza feminina devem contudo ceder ao respeito da pudicícia? Seria a natureza? Não, decerto.

Quem disse a Fedra que o seu amor a Hipólito é criminoso, e quem disse a Mirra que ainda mais criminosa é a paixão que ela nutre por seu pai? Seria a natureza? Não, — foi a cultura. Religiosa ou moral, jurídica ou política, pouco importa; é sempre alguma cousa, que corrige, que resiste aos ímpetos naturais.

A natureza não é a santa que se supõe; pelo contrário, ela come, bebe e peca. Imaginai um salão aristocrático, cheio de todos os encantos e fulgores, que produz a civilização. Dentre as mulheres, que perfumam o ambiente, escolhei a mais formosa, aproximai-vos dela e conversai... Aposto que podeis levar bem longe a vossa conversação, sem que a mais ligeira idéia de gôzo sensual venha perturbar a serenidade do vosso espírito.

Mas agora imaginai também que vos achais frente a frente dessa mesma beleza, à margem de sonoro e cristalino regato, onde se miram palmas e folhagens; aqui e ali moutas sombrias, em cuja copa escondem-se ninhos de aves, e embaixo parece que mão oculta preparou leitos de amantes; — sereis capaz de não ter um pensamento mau? É dubitável. Se entretanto a esta sugestão do amor, que surge de todos os lados em sua forma primitiva, em sua primitiva nudez, sem regras, nem convenções, impetuoso, estúpido e voraz, levanta-se uma idéia, que opõe barreira invencível, donde nasceu essa idéia?

Só e só do seio da cultura. Ela é tão pouco uma filha da natureza, quão pouco pode esta produzir o vosso *frack*, todo o vosso trajo, e até a luva que porventura aperta a mãozinha da deusa da nossa hipótese.

A sociedade, que é o grande aparato da cultura humana, deixa-se afigurar sob a imagem de uma teia imensa de relações sinérgicas e antagônicas; é um sistema de *regras*, é uma rede de *normas*, que não se limitam ao mundo da ação, chegam até os domínios do pensamento. *Moral, direito, gramática, lógica, civilidade, polidez, etiqueta, etc., etc.*, são outros tantos corpos de doutrina, que têm de comum entre si o caráter *normativo*.

Não basta obrar ou proceder *corretamente*, é preciso sentir *corretamente*, e ainda mais: pensar *corretamente*, falar *corretamente*, escrever *corretamente*... Como se vê, um vasto sistema de *correções*, — o que vale dizer: — um vasto sistema de *seleções*. Corrigir é selecionar.

E tudo isto obra da cultura em luta com a natureza. Adolfo Schmidt nos fala de um *tear* da civilização, em que a humanidade trabalha desde a sua origem.⁷ Pura verdade. Todos nós vivemos a tecer sempre de nôvo os laços, que nos prendem.

O direito é o fio vermelho e a moral o fio de ouro, que atravessa todo o tecido das relações sociais. Um direito *natural* tem tanto senso, como uma moral *natural*, uma gramática *natural*, uma ortografia *natural*, uma civilidade *natural*, pois que tôdas estas *normas* são efeitos, são inventos *culturais*.⁸

Rousseau deixou escrito que em assunto de educação, — *tout consiste à ne pas gêter l'homme de la nature en l'appropriant à la société*. Neste princípio, que se lê na quinta carta do 4.º livro da *Nouvelle Héloïse*, culmina-se o edifício de suas idéias reformadoras. Entretanto a verdade está do lado contrário. O processo da cultura geral deve consistir precisamente em gastar, em *desbastar*, por assim dizer, o homem da natureza, *adaptando-o* à sociedade.

7. *Epochen und Katastrophen*, pág. 2.

8. Aqui poderiam objetar-me que não é balda de senso a expressão de — *lógica natural*, — da qual se costuma usar; — sucede até que muitas vêzes o *lógico* e o *natural* se identificam na linguagem. Quando se diz, por exemplo: — quem combate a escravidão, é *natural* que não tenha escravos, — aí decerto o *natural* é sinônimo do *lógico*, regulador da harmonia entre princípios e conseqüências. Mas justamente porque os fatos, em semelhantes casos, quase sempre exprimem o contrário, vê-se bem claro, quanto é infundada essa identificação. Para mostrar que as diversas formas de disciplina e seleção artística, acima referidas, se acham relacionadas entre si pela fonte comum, donde todos

O que importa sobretudo é conhecer bem o valor e extensão dêste último conceito. A sociedade, que como *gênero* não tem organização, existe organizada em *espécies* e *subespécies*, que se arrogam, cada uma em seu tempo e a seu modo, o direito de representar e subordinar a mesma sociedade ou grupo social de que fazem parte.

Isto explica a impossibilidade, que tem havido até hoje, de uma cultura propriamente *humana*; porquanto dentro da humanidade, diferenciam-se as *raças*, dentro da mesma raça... os *povos*, dentro do mesmo povo... as *classes*, terminando sempre a luta, que acompanha estas diferenciações, pelo predomínio de um dos contendores, que encarrega-se do trabalho cultural e imprime-lhe o seu caráter.

Daí o podermos falar de uma cultura *militar*, de uma cultura *religiosa* ou *sacerdotal*, de uma *industrial*, de uma outra *intelectual*, *literária*, *artística*, mas não ainda de uma cultura *moral*, que seria então sinônima de cultura humanitária.

nascem, basta um exemplo, no qual se encontra violada, de uma só vez, mais de uma regra da vida social. Imaginemos o seguinte quadro: um campônio é nosso comensal em um banquete festivo; erguem-se brindes, trocam-se ditos espirituosos, e cem bocas se abrem para sorrir. De repente o rústico franze o sobrolho e prorrompe nestas palavras: — “você estão se rindo; logo isto é com eu” e fazendo esforço para se mostrar bem falante, acrescenta: “vós todos sôdes uma súcia de *ladrões*”. Eis aí, de um só arranco, partida tôda a madeixa de liames da sociedade: moral, direito, polidez, gramática, lógica, sem excluir a própria religião, que no caso não deixaria de assinalar um pecado, isto é, um quebramento dos laços da caridade e mansuetude evangélica.

Já se vê que, quando se gasta o homem da natureza, não é para apropriá-lo à sociedade, mas somente a uma classe dela. Tem sido sempre assim, e esta é a fonte do mal.

A cepa rija da organização física e psíquica humana tem sido e continua a ser *desbastada*, para dela se fazerem, ou *soldados*, ou *devotos*, ou simples *trabalhadores*, ou mesmo *sábios*, *literatos*, *poetas*, *artistas*... porém nunca e nunca para se formar o *homem*, o *homem social* no mais amplo e compreensivo sentido da palavra, mais ou menos adequado àquele ideal, que Napoleão tinha em mente, quando disse de Goethe: *voilà un homme*.

Estou bem longe de negar a qualquer dêesses modos de cultura parcial o seu lado vantajoso. Entendo mesmo que dá-se às vêzes entre êles uma tal relação de simpatia, que um serve de preparativo ao outro. Assim o povo romano, e êste fato é bem significativo, — o povo romano, que dominara o mundo pela cultura *militar*, passou depois a dominá-lo pela cultura *jurídica*. A educação dos campos de batalha preparou o espírito nacional para os combates do *fórum*.

Tanto é certo que a *luta* faz parte essencial do direito!... Mas isto não infirma a verdade das proposições anteriores.⁹

V

Quer o homem seja, conforme a velha definição, um animal *racional*, um animal que *pensa*, quer se

9. Sobre esta ordem de idéias, vejam-se os *Estudos de Direito* do autor. (Nota de *Sílvio Romero*, in *Estudos Alemães*, edição de 1898).

chame um animal que *faz trocas*, ou um animal que *reza*, ou, como o definia o fisiologista Graves, um animal que *cozinha* — de modo que, segundo este sábio, a idéia de fogo, de vasos e utensílios culinários, entra na compreensão da idéia geral de *homem*, — seja como fôr, o certo é que cada uma dessas definições indica alguma coisa de contrário e superior à pura *animalidade*, marcando assim um momento da evolução cultural do mesmo homem.

Mas nenhuma delas envolve o verdadeiro característico do ente humano, que tôdas aliás pressupõem, com exceção talvez da primeira, por isso mesmo a menos aceitável, — isto é, nenhuma delas envolve a capacidade de conceber um fim e dirigir para êle as próprias ações, sujeitando-as destarte a uma norma de proceder.

Nem *pensar*, nem *trocar*, nem *rezar*, nem *cozinhar*, — nada disto exclui, por si só, a ferocidade original. Quem pois definisse o homem: — um animal, que *prende-se*, que *doma-se a si mesmo* — daria por certo a melhor definição.

Todos os deveres éticos e jurídicos, tôdas as regras da vida, considerada em sua totalidade, acomodam-se a esta medida, que é a única exata para conferir ao homem o seu legítimo valor.

O individuo prendendo-se a si mesmo, — é o puro domínio da moral. Mas o homem não é só *individuo*, — é ainda e principalmente — *sociedade*. Releva, portanto, que também todos se prendam *vis-à-vis* de todos, cada um a cada um, e êste é então o domínio do direito. Daí nasce a diferença entre essas duas órbitas da vontade humana.

A moral, como o direito, tem três momentos: — a *regra*, a *luta* e a *paz*. Porém ao passo que, na moral, a *regra* é a do próprio indivíduo (*autonomia*), a *luta* é a que êle trava consigo mesmo (*automaquia*), e a *paz* é a paz íntima, a paz da consciência, — no direito a *regra* não é individualmente própria, vem de fora (*heteronomia*), a *luta* é travada com os outros (*heteromaquia*), e a *paz* é a paz externa, a paz social, a harmonia da vida comum.

Falei da moral e do direito, como os mais importantes processos de seleção artística, em oposição à chamada marcha natural das cousas, sem que aliás, no que diz respeito aos outros processos, o homem deixe de ser sempre o *animal que doma-se a si mesmo*. Em todos êles aparece pois como essencial o momento da luta.

As palavras — *lide*, *contenda*, *demanda*, *pleitô*, *discussão*, *controvérsia*, *polêmica*... tôdas encerram a idéia de um encontro de forças, que se dão combate nas diversas esferas da atividade humana.

Mas há isto de notável: — só na esfera da moral é que se trava realmente conflito psicológico, só nela a consciência é campo de batalha.

Estas idéias não deixam de ter um certo ar de novidade. Rudolf von Ihering, que introduziu na ciência jurídica um dos conceitos capitais do *darwinismo*, fazendo a crítica da escola histórica, estranha-lhe sobretudo o ter afirmado que a formação do direito dá-se lentamente, sem trabalho, sem dor, sem combate, tal como a formação da língua. Dêste modo qualquer princípio do velho direito romano ter-se-ia originado com a mesma placidez com que estabeleceu-

se, por exemplo, a regra pela qual a preposição *cum* rege o ablativo; e é isto que von Ihering não admite.

Acho porém que o erro da escola histórica não está em inserir o desenvolvimento do direito na mesma categoria do desenvolvimento da língua, mas em desconhecer o que é comum a ambos, isto é, a parte da luta. A regra de *cum* reger o ablativo e tôdas as outras de igual gênero custaram tanto esforço, como *exempli gratia*, o princípio jurídico de que o senhor da coisa pode reivindicá-la do poder de qualquer.

A esfera da gramática é tão tumultuosa como a do direito. Se a história não nos instrui bastante sobre os seus primitivos combates, também não lança muita luz sobre as contendas jurídicas dos primeiros tempos.

Entretanto há épocas e espíritos *gramaticalmente* conformados, em que as questões pelo mais correto *modo de dizer* tomam a frente de tudo, e os contendores não recuam diante das maiores imoralidades, na defesa de uma *regrinha*, de uma qualquer futilidade idiomática.

Os séculos 16 e 17, os tempos da bela mania helezante e latinizante, oferecem bons exemplos. Assim, entre outros, é para ver ainda hoje o espetáculo de um Agostinho Satúrnio, descompondo a Prisciano, e um Sanches por sua vez injuriando a Satúrnio, no intuito de assentarem, como se fôsse uma verdade salvadora do gênero humano, a *personalidade*, ou a *impersonalidade* das expressões verbais — *curritur*, *vivitur*, — todos êles com o mesmo fogo, e quiçá com o mesmo talento, com que um atual abolicionista prega e defende a libertação dos escravos. Por consequen-

te aí, como em geral, sempre o combate, sempre o choque de forças antagônicas.

Também o direito não aparece em todos os momentos de sua evolução com o mesmo caráter primitivo de titânico escalador do céu e domador de monstros. Conforme as influências das épocas e a energia dos espíritos, as suas pelejas são mais ou menos sérias, mais ou menos grandiosas.

Homero e Leopardi escreveram a *batracomiomaquia*, isto é, a luta das rãs com os ratos. Esta palavra me serve. Quer povos, quer indivíduos, mostram-se às vezes adequados a um semelhante conceito.

A prova, — podemos tirá-la de nós mesmos, quero dizer, de nós brasileiros. Todos os nossos combates quotidianos, — jurídicos, políticos, religiosos, literários, científicos, — são outras tantas *batracomiomaquias* sociais. Nem mais nem menos do que roer de ratos e coaxar de rãs.

Mas este fato que aliás é comum a certas épocas e a certos povos, não altera o caráter seletional e artístico do direito.

É verdade, — e aqui retomo o pensamento de Rousseau — é verdade que os diversos processos de seleção social estão sujeitos à degenerescência, não só por desleixo, mas também por excesso de rigor nas suas aplicações. É o caso, quando a religião degenera em *puritanismo*, a gramática em *purismo*, o direito em *formalismo*, o próprio amor em *galanteio*, a ciência em *pedanteria*... Então importa apelar para a natureza, como meio de reação e salvação única possível.

Foi assim que originou-se a teoria de um *direito natural*, em oposição ao estéril empirismo dominante,

e o conceito mesmo de um *estado de natureza* não surgiu, senão como reativo contra um péssimo estado social. Porém ainda aí vai uma prova das relações antitéticas, em que se acham quase sempre os dous sistemas de forças, a natureza e a sociedade, — de modo que muitas vêzes um tem necessidade de ser corrigido pelo outro.

Se pois o aparato social da cultura não é mais do que um imenso arsenal de armas diversas para vencer e subjugar a natureza, não é menos certo que esta sabe também, por sua vez, reagir indômita e fazer valer a sua onipotência. Grande número de fatos da vida humana podem explicar-se por meio dessa reação.

Não poucas regras de etiqueta e até de moralidade, que entretanto são perfeitas violações da natural coexistência e sucessão dos fenômenos, tem dado lugar a uma desafronta da *Physis* contra os caprichos da *Psyché*.¹⁰

Não obstante, a sociedade continua a multiplicar os seus liames e a criar óbices ao império fatal das leis naturais. É certo que nem tôdas as regras, que ela impõe, merecem respeito; muitas são como cordas de *filisteus*, prendendo a Sansão; um espírito superior as arrebenta sem grande esforço.

10. Entre vários casos ilustradores da minha tese, basta lembrar o da *civilidade* que condena o franco e público exercício de certas funções excretivas, em completa opposição ao *naturam sequi* dos filósofos! Quantas vêzes não succede que uma *retenção*, um leve desrespeito a ordens, que *vêm de dentro*, provoque um *retrocesso*? É a vingança da natureza, que parece dizer: — só me subordino até um certo ponto; cerras-me uma, — eu saio por outra porta.

Mas o princípio permanece firme: — a sociedade é uma série de combates contra o geral *combate pela* existência, é um conjunto de seleções artísticas, que melhoram, modificam, alteram a grande lei da seleção natural.

Agora porém é tempo de perguntar: — tudo isto não deixa bem patente que a vontade humana, sendo o *princípio seletor*, a causa de todos êsses melhoramentos, modificações e alterações da vida social, revela por isso mesmo um caráter antinômico das necessidades e fatalidades da natureza, e que é justamente êsse caráter que nós entendemos, que devemos entender por liberdade? Sem dúvida alguma.

Quando pois Ernesto Haeckel nos diz que o querer humano aperfeiçoado é uma... *auslesende, zuchtende Kraf*, — desde que não explica-nos, como esta fôrça, que de propósito opõe obstáculos a fôrças e tendências naturais, está sujeita às leis comuns, às leis mecânicas da mesma natureza, nos dá o direito de supor que aí vai de sua parte, — bom grado ou mau grado seu, — uma enorme concessão ao princípio da liberdade.¹¹

VI

Ainda uma vez convém repetir, para que fique bem assentado: — eu só me ocupo da liberdade empí-

11. Até aqui o presente ensaio tem o valor de uma segunda edição, pois que já foi publicado em vários números do *Diário de Pernambuco* do princípio de agosto de 1884, como também já o fôra todo o ensaio anterior em junho do mesmo ano. Para o leitor inteligente, para o crítico imparcial dêste meu livro, a apreciação das datas não é cousa indiferente.

rica, de que dá testemunho a consciência. Se por detrás da vontade, que se sente livre, esconde-se alguma força estranha, que a impele, sem ela saber, para este ou para aquêlê lado, é questão que entrego de todo à meditação dos teólogos.

A liberdade, de que falo, não é a deusa que aparece em sonho aos metafísicos de antigo estilo, não é uma graça, nem um dom do céu, mas simplesmente uma conquista, um hábito ou um *jeito*, que o homem adquire, de dirigir seus atos para um alvo real ou ideal, por êle prefigurado, e quase sempre em oposição ao pendor da natureza, da mesma forma que se pode adquirir o hábito de nadar contra as correntes.

Assim compreendida, a liberdade tem graus de aperfeiçoamento, que correspondem a outros tantos graus de desenvolvimento, no duplo sentido da *ontogenesis* e da *phylogenesis*, segundo a própria doutrina de Haeckel.

Destarte me parece tão explicável que um descendente de heróis não ache dificuldade em encaminhar seus atos, isto é, uma ordem de sentimentos e movimentos, na direção seguida, por seus avós, quanto é explicável que o oriundo, por exemplo, de uma família de pianistas facilmente acomode uma outra ordem de movimentos e sentimentos às duras exigências do teclado.

A liberdade, que é costume definir como uma *faculdade*, melhor definir-se-ia como uma *facilidade*, disciplinar e artisticamente adquirida.

Em face destas idéias, ainda achar inconcebível que o homem seja livre, é o mesmo que não compreender como pode um maquinismo, um artefato qualquer, levar vantagem a outro, no arranjo e harmonia de suas

partes, trabalhar e funcionar melhor do que outro. Ser livre pois é um produto da arte, tanto mais perfeito, quanto mais elevado é o escopo da atividade humana, e em tais condições o homem vem a ser o artista de si mesmo.

Ainda limitado por êste modo o conceito da liberdade, reduzida ela a êste *minimum* de realidade positiva, — e é o que basta, — o problema sociológico torna-se impossível.

No empenho de demonstrar a validade da sociologia, Gustave Le Bon apresenta quatro hipóteses, únicas possíveis, de explicação dos fenômenos sociais, e excluindo as três primeiras, que julga inaceitáveis, só deixa de pé a última, que é justamente a sua tese:

Ei-las aqui: — 1.º um poder superior, chamado Deus ou Providência, dirige a seu bel-prazer as ações dos homens; — 2.º os acontecimentos são o resultado do *acaso*; — 3.º os acontecimentos são a consequência das vontades humanas; — 4.º os acontecimentos representam uma cadeia de necessidades estreitamente ligadas, e trazem em si mesmos as causas de sua evolução fatal.

Dividida assim a questão em quatro pontos de vista, aparentemente inconciliáveis, nada mais fácil do que escolher um deles e tirar então, por meio da lógica, as consequências dêsse pressuposto. Foi o que fez Le Bon.

Mas o erro é evidente. A separação exclusiva dos membros da divisão não tem assento nos fatos; é puro trabalho especulativo, um resultado de análise, que procede por abstração.

Concedendo-se mesmo ao espírito científico, ao chamado espírito do tempo, que Deus seja banido da história, que seja um ingrediente inútil na mecânica social, nem por isso os outros três fatores deixam de poder coexistir. A quem disser pois que a sociedade se dirige pela combinação de uma tripla ordem de fenômenos, como provar o contrário?

E enquanto se não provar que o *acaso* é de toda uma palavra sem sentido, e que as *vontades humanas* são forças naturais, são simples *forças motrizes*, como o calor ou a eletricidade, o que vale a *sociologia*? Nada.

Quanto ao *acaso*, a questão é mais séria do que se supõe. Pensadores de primeira grandeza ainda meditam sobre este conceito, que aliás pequeninos espíritos consideram sem realidade.

Carlos Ernesto Baer define o *acaso*: — um acontecimento, que coincide com outro, sem achar-se prêso a êle por nenhum nexó causal.

Lazarus Geiger, que consagra a êste assunto algumas linhas bem interessantes, e as primeiras, ao certo, que foram por mão de mestre escritas a tal respeito, não hesita em dizer: «Não podemos pôr de lado a questão do *acaso*, pois êle se acha entretecido e indissolúvelmente ligado com tudo que se desenvolve... Em geral costuma-se negar o *acaso*, ou afirmar que nada sucede *casualmente*. Êste erro se origina de uma falsa apreciação do conteúdo real inerente a qualquer conceito».

E depois de mostrar com exemplos que não é exata a opinião dos que descobrem nessa idéia uma negação de relações causais, proveniente da ignorância das causas, êle acrescenta: «A intuição do *acaso*

pressupõe a da *causalidade*, — ainda mais, — só a convicção da verdadeira *causa* de um fato é que pode decidir sobre sua real *casualidade*». ¹²

Para Geiger existem pois fenômenos, como êle mesmo se exprime, *ursachlos*, sem causa, — fenômenos, onde se dá um verdadeiro e absoluto *acaso*.

Bem ponderado, é difícil não seguir a opinião de Geiger. O mundo e a natureza apresentam quotidianas coincidências, cuja explicação não pode ser dada por nexos causais. Como porém o espírito humano sente a necessidade de ligar a todo fenómeno uma causa, êle transporta muitas vezes esta lei do pensamento a domínios, onde ela não vigora; e daí resulta uma porção de contra-sensos, que ainda hoje perturbam a marcha regular da indagação científica.

A superstição e a crença no milagre descendem, em grande parte, dessa conversão arbitrária do *casual* em *causal*.

Porque um eclipse do sol ou da lua sucede ao mesmo tempo, em que se dá na terra um fato horrível, — o massacre de uma família, ou o martírio de um justo, — o homem, observando esta coexistência de fenômenos, que aliás pertencem a duas séries independentes de causas, confere-lhe também o caráter de efeito, que deve então ser produzido por um poder superior; e daí a velha idéia dos sinais celestes, das ameaças divinas, que põem em agitação o mórbido espírito dos crentes.

O paralogismo conhecido sob a fórmula — *post hoc, ergo propter hoc*, — não consiste, em última análise,

12. *Ursprung und Entwicklung der menschlichen Sprache und Vernunft* — págs. 232 e 287.

senão justamente nessa transformação do *casual* em *causal*.

É bem sabido como a lógica do povo continua a amarrar à cauda dos cometas a peste, a guerra, e em geral tôdas as calamidades, que porventura depois dêles apareçam na terra. Quanto, porém, são infundadas estas e outras semelhantes crenças, basta a seguinte consideração para mostrá-lo.

Suponhamos que uma estrêla, — e a hipótese não é gratuita, — que a estrêla *alcione*, por exemplo, de repente desaparecesse do céu, mas também suponhamos que êsse fato viesse imediatamente depois, um ou dous dias depois de um grande acontecimento humano, — a destruição de um vasto império, a queda do papado, ou outro qualquer sucesso notável.

Proclamada a morte da estrêla, pela extinção da sua luz, qual seria o crente, que não visse no desaparecimento do astro um indício da cólera divina, motivada ou causada pelo fato dado no mundo?

Entretanto é certo que, se isto porventura acontecesse no correr do ano vigente, a estrêla em questão nada tinha que ver com os negócios, que figurei, pela simples razão de já haver morrido há séculos.

O último alento vital, exalado por ela, teria sido em 1314, pois que a sua luz gasta não menos de 573 anos para chegar até nós. Não haveria portanto nenhuma relação de causalidade; e a aparente sucessão imediata dos dous fenômenos seria um mero acaso.¹³

13. Este admirável ensaio é de 1887, de seu parágrafo VI em diante. (Nota de *Sílvio Romero* in *Estudos Alemães*, edição de 1898).

Como é fácil de compreender, o *acaso* figura legitimamente na ordem das idéias, que têm um conteúdo positivo.

Ludwig Noiré, que adota a doutrina de Geiger, escreveu por sua vez o seguinte: «A razão pode somente sondar o geral das cousas; o particular se subtrai ao cálculo. Quando mesmo o nosso conhecimento se alargasse o mais possível; quando mesmo toda a matéria, todos os movimentos do nosso sistema solar fôsem conhecidos, e a menor *pequenineza*, como a maior *grandeza*, pudesse ser prevista com exatidão astronômica, — seria por isso todo o *acaso* transformado em *necessidade*? Não, decerto. Restariam sempre sem solução científica estas questões: — por que razão a terra e os demais planêtas, por que razão o sol, se acham exatamente *agora* no grau de desenvolvimento, em que vemo-los, e por que exatamente *nesta parte* do espaço, e não antes em uma outra...?»¹⁴

Como se vê, o *acaso* está escondido por detrás de tais perguntas.

Ora, de acôrdo com a intuição monística, a preponderância do *movimento* ou do *sentimento* determina também o predomínio da *causa efficiens* ou da *causa finalis*. Se pois, no império das causas eficientes, há fenômenos *ursachlos*, sem causa, que são os que têm caráter casual, — no domínio das causas finais, há fenômenos *Zwecklos*, sem alvo, sem fim, sem plano, que trazem também o caráter de casualidade.

14. *Der monistische Gedanke*, — págs. 314 e 315.

Dêste modo o *acaso* não pode ser banido, nem da esfera da natureza, onde imperam as causas mecânicas, nem da esfera social, onde a finalidade tem o seu domínio.

As quatro hipóteses de Le Bon me parecem quatro pés, indispensáveis todos à marcha da sociedade. Se dentre êles algum se mostra manco e pesado, é a tal *cadeia de necessidades*, pois até hoje, no que toca a vida social, não tem passado de um conceito *a priori*, donde a dialética pode tirar bonitas conseqüências teóricas, mas a prática nada tem haurido de útil e aproveitável.

Estabelecendo êsse número determinado de pressupostos, — nem mais nem menos, — o sociólogo francês cedeu talvez a uma velha mania, que nos leva a representar certas cousas misteriosas sob a imagem simétrica do *quadrado*.

Assim *quatro* eram os rios, que banhavam o Éden, como *quatro* eram as faces da visão de Ezequiel, que depois serviram de símbolo dos *quatro* evangelistas, e ainda *quatro* as bêstas, que Daniel sonhou, prefigurando *quatro* impérios.

Também *quatro* foram as hipóteses, que apareceram ao espirito de Le Bon, como únicas concebíveis para explicar a ordem social. Não dir-se-ia uma espécie de *quadrupedismo* da razão *profética*, do qual também às vêzes se ressentia a razão *socióloga*, que é uma digna irmã da razão *teóloga*? Pergunto apenas.

Deus mesmo, o obscuro e incognoscível Deus!... Com o devido respeito: — eu o ponho fora do templo da ciência, ainda que o admita como objeto de poesia e de amor no templo da religião. Dá-se com Deus, na esfera

científica, pouco mais ou menos, o que se dá, na esfera política e social, com os poderosos da terra: — assim como estes fazem pender para o seu lado a balança da justiça, êle faz a lógica ser indiferente ao sacrifício da verdade. Desde que Deus é hóspede da ciência, como pode ela dizer cousa que o ofenda, ou tomar attitude contrária ao senhor dos exércitos? Sôbre isso nenhuma dúvida.

Mas também, por outro lado, será certo que êle não deve ser levado em conta alguma pelos arquitetos do edifício *sociológico*? A parte que cabe a Deus no mecanismo da sociedade, é tão nula, como a que lhe cabe no mecanismo da natureza? Excluído Deus como poder, como força *criadora* dos fenômenos naturais, é fácil também excluí-lo como poder, como força *motivadora* de fenômenos sociais? Estas questões me parecem de algum valor.

Não é decerto *em nome de Deus*, que os planêtas giram em torno do sol, e as falenas em torno da luz, que vai queimá-las; não é decerto *em nome de Deus* que o mar se quebra na praia, ou os rios caem dos montes, ou a chuva estraga as searas, ou a peste mata os rebanhos. Mas é incontestável que o homem, em nome de Deus, fazendo muita cousa má, também faz muita cousa boa. Não é preciso ser devoto para afirmá-lo; a sinceridade científica obriga a reconhecê-lo.

Se pois Deus pode ser banido do universo inteiro, como força *real*, mediata ou imediatamente eficaz, não pode sê-lo da sociedade como força *ideal*, que sob a forma psicológica do *motivo* concorre para um sem-número de ações elevadas, como também para um sem-número de ações indignas, mas é sempre força, aliás

não susceptível de explicação mecânica, e como tal destinada a perturbar os cálculos de qualquer ciência, que pretenda reduzir os movimentos da dinâmica social à exatidão das fórmulas da dinâmica celeste.

E aqui importa observar que não estou longe de subscrever a terrível opinião de F. von Hellwald (*Culturgeschichte*): «Um dos problemas da ciência, diz êle, consiste em destruir todos os *ideais*, provar a sua inanidade, o seu nada, e mostrar enfim que a fé em Deus e a religião não passam de um engodo; — que moralidade, amor, liberdade e *direitos do homem*, não são mais do que mentiras».

Mas é bom que nos entendamos. Há verdadeiros, como falsos *ideais*, e só êstes últimos é que podem, é que devem ser destruídos. Todo ideal, — eu creio, — envolve uma ilusão, mas nem tôda ilusão envolve uma mentira.

Nada de mais ilusório, por exemplo, do que a eterna felicidade, que se prometem dous corações amantes; entretanto nada de mais verdadeiro do que o amor, que lhes arranca lágrimas, ainda que *lágrimas risonhas, dakrya gelasasa*, como diria Homero, — o amor insubordinado, sempre menino e ignorante, que não sabe lógica nem retórica, que não obedece a lei alguma, porque êle mesmo julga-se uma lei.

Que a humanidade se iluda, acreditando na realidade dos seus sonhos, ou, como disse Feuerbach, convertendo os seus desejos em outros tantos *deuses*, — pensamento êste, que já tinha germinado no espírito de Virgílio (*Eneida*. — IX, 184), quando fêz Niso perguntar a Euríalo... *an sua cuique deus fit dira cupido?*... que a humanidade se iluda por sua própria

conta, — é seu destino, e ela cumpri-lo-á. Que ninguém porém pretenda mais iludi-la, nem impor-lha cadeias, que ela mesma não se impõe, — este, sim, é um dos grandes, um dos maiores problemas, que à ciência incumbe resolver. ¹⁵

Quero crer que Deus, para o comum dos homens, não passa de uma *palavra*. Mas a palavra também é uma força, que não só na história das religiões, porém, ainda em todos os distritos da história humana em geral, continua a representar um importante papel.

Esta palavra, pois, que não perdeu nem sei se perderá jamais de todo a sua velha magia, ainda quando seja reduzida a um simples conceito gramatical, o conceito mesmo de um nome, que só tem *vocativo*, de uma interjeição, de um grito da alma, constitui, por si só, para a sociologia um embaraço invencível. ¹⁶

VII

Se para justificar o nome de ciência, atribuído a esta ou àquela espécie de conhecimentos, bastasse alegar que desde antigos, antiquíssimos tempos, filósofos e pensadores de primeira grandeza tentaram dar a êsses conhecimentos um caráter científico, procurando organizá-los e reduzi-los a sistema, a *sociologia* ou a

15. Vide o artigo de Tobias: *A religião natural* de Jules Simon, in *Estudos Alemães*. (Nota de Sílvio Romero, na edição de 1898).

16. Esta idéia de Deus representado como um nome, que só tem *vocativo*, como uma *interjeição*, pôsto que me seja própria, todavia não é nova. Eu a exprimi pela primeira vez em um escrito polémico publicado no *Americano* em 1870. Julgo dever declará-lo, não por vanglória, mas tão

ciência da sociedade seria ao certo uma das mais autorizadas.

Porquanto, com a primeira reflexão que o homem fez sobre a *origem das cousas*, surgiu também a primeira reflexão que ele fez, sobre a *ordem das cousas*. É o comêço de tôda a filosofia.

Diz bem Eduardo Lasker: — «uma *genética* e uma *ética* são as formas primitivas do saber humano». A mesma necessidade que levou o homem a indagar as causas geradoras do universo, o impeliu também para a pesquisa de regras ou de princípios diretores da vida social.

Pode-se mesmo afirmar que a *ética* precedeu a *genética*, no sentido de que, bem antes que os espíritos reduzissem à forma científica os seus conhecimentos sobre a natureza, já havia uns vislumbres de ciência prática. A época dos Anaxágoras e dos Demócrito veio depois da dos Cleóbulo e dos Tales. A sabedoria *gnômica* dos sete sábios antecedeu às especulações metafísicas das escolas gregas. As sentenças ou *máximas*, que se lhes atribui, são induções baseadas na observação dos fatos e relações sociais.

Assim quando Pittaco dizia: — *pondera bem o tempo*; ou Cleóbulo aconselhava: — *moderação em tudo*; ou Periandro de Corinto: — *refletir, antes de*

somente para fugir ao perigo de passar por plagiário de quem quer que, depois de mim, tenha usado de igual expressão.

(Já antes, no *Correio Pernambucano*, no artigo sobre Jules Simon e a *Religião Natural*, em 1869, Tobias tinha usado dessa expressão, repetida depois, no ano seguinte, no *Americano*. (Nota de Sílvio Romero, in *Estudos Alemães*, edição de 1898).

obrar; eram os primeiros lineamentos de uma ciência futura, que sob o nome de *política*, ou de *sociologia*, ou sob outro qualquer titulo, havia ainda de pretender entrar no conhecimento das leis que regem a sociedade humana, e assim contribuir para a sua melhor direção.¹⁷

Entretanto a cultura helênica prosseguiu na sua marcha. Com a revolução operada por Sócrates, a ciência da natureza ou a *física* isolou-se da ciência do homem ou *filosofia* propriamente dita, que passou a ser *metafísica*. A esta incorporou-se a ciência de Deus, bem como a da sociedade.

Todos os grandes sistemas filosóficos fizeram sempre a sua parte de sociologia. Platão e Aristóteles foram também sociólogos. Mas o que há enfim de realmente assentado, depois de tantos séculos de observação e de estudo, no que toca a uma verdadeira *ciência social*? Causa nenhuma.

Os sociólogos modernos não desconhecem esta verdade; porém buscam enfraquecê-la pela consideração

17. Não há exagero em dizer que ainda hoje a *paremiologia* ou ciência dos provérbios é a mais alta expressão da *sociologia*. Em matéria de experiência da vida social, o espírito humano não pôde ir além dessas *fórmulas*, que encerram, por assim dizer, a quinta essência da observação quotidiana de inúmeras gerações. Fora das *parêmias* propriamente ditas, pode-se afirmar que tôdas as proposições gerais, que se referem à vida dos homens em sociedade, e que não pertencem a uma ciência já organizada e reconhecida, são outras tantas *teses sociológicas*; de modo que, ainda atualmente, os órgãos natos, os maiores representantes da *sociologia*, são os jornalistas, os oradores públicos, os tribunos populares. Não é preciso mais nada, para bem caracterizar a pretendida ciência. Quando o jornalista diz,

da impropriedade do método, até hoje aplicado à sociologia, que êles julgam dever sujeitar-se aos mesmos processos lógicos das ciências naturais, para tornar-se então efetivamente capaz de resolver o seu problema.

Não deixam de ter razão os que assim accusam as velhas tentativas sociológicas de vaguidão especulativa e inanidade metafísica; mas nem por isso é menos censurável a ilusão em que laboram, quando pensam remediar o antigo mal com a simples mudança de método.

A questão principal não é de método, mas de objeto. A sociologia não tem um, que possa ser regularmente observado. Se ela pretende alguma coisa séria, é sem dúvida abranger no seu círculo de observação a totalidade dos fenômenos sociais e descobrir as respectivas leis.

É pelo menos o que diz Lilienfeld, um sociólogo alemão: «Estado, igreja, ciência, arte, vida comunal, direito, força, liberdade social, não são especulações, porém realidade, como a forma e o movimento dos corpos. A sociologia não pode negar, nem deixar de-

por exemplo: — “os povos têm o seu *dies irae*, que faz os tronos e as coroas rolaem no pó”; ou o orador e tribuno popular: “— a liberdade é como o Cristo, morre, mas resuscita” — onde acham êles todos êsses princípios, tôdas essas proposições dogmáticas? Numa ciência feita? Não: — numa ciência sempre por fazer, e que cada um vai fazendo a seu modo: — a sociologia. Eu tenho o arrôjo de crer que, se os senhores sociólogos fôsem homens sérios, capazes de se deixarem convencer de uma verdade, não resistiriam a considerações da ordem das que contém a presente nota. Mas êles não se curvam; na falta do talento preciso para refutá-la, tê-lo-ão bastante para me insultarem. Conto com isso.

sapercebidas essas realidades; ela deve procurar inqui-
ri-las e explicá-las. 18

Mas isto será possível? Não nos paguemos de pa-
lavras vãs. O *positivismo*, que criou a bárbara expres-
são de *sociologia*, aliás bem adaptada à esdrúxula idéia
da coisa, nos falta uma *estática* e uma *dinâmica* so-
cial, aquela compreendendo as leis da existência, e esta
as leis do desenvolvimento da sociedade; porém a per-
gunta surge espontânea: — que sociedade? A humana
por certo.

Mas a frase — *sociedade humana*, — ou não passa
mesmo de uma *frase*, ou é simplesmente a *soma* dos
mil e quatrocentos milhões de terrícolas. Como tal,
entretanto, no sentido jurídico, moral, religioso, polí-
tico e até econômico e comercial, não tem valor ne-
hum.

Se porém o objeto da ciência não é a sociedade em
geral, mas esta ou aquela, geográfica e historicamente
determinada, não diminuem por isso as dificuldades de
observação, e acresce que teríamos tantas sociologias,
quantos são os grupos sociais, que mostram um caráter
distinto e um desenvolvimento mais ou menos homo-
gêneo, — ou sejam raças, ou povos, ou estados, pro-
víncias, municípios, etc.; — o que aliás não merece
uma refutação.

Não a merece decerto. Os próprios sociólogos estão
de acôrdo em que a humanidade não apresenta a mes-
ma feição nos diversos pontos da terra, isto é, não têm
obedecido por toda parte, com igual sucesso, à lei do
desenvolvimento.

18. Gedanken ueber die Socialwissenschaft der Zukunft.
Erster Theil, — pág. 29.

Povos, até ainda existem, que nem sequer já passaram pela primeira forma da evolução humana, que é puramente mecânica, e consiste na simples mudança de lugar, — a evolução *geográfica*, a emigração. E pelo que toca a evolução *morfológica*, *fisiológica* e *psicológica*, ou melhoramento de formas, de funções orgânicas e atividades espirituais, a diversidade é também ainda tão pronunciada, que mal se compreende a reunião de cousas tão heterogêneas sob um só conceito, sob a idéia geral de *gênero humano*.

Este fato, que é incontestável, é que tem mesmo determinado alguns progonos e epigonos da sociologia a dividir e classificar os povos do globo em diferentes grupos, correspondentes as diversas fases da ascensão evolucionar da espécie inteira.

Assim Littré dividiu-os em sete classes, começando, de cima para baixo, pelas nações cultas da Europa e da América, e terminando pelos selvagens da Nova-Holanda. Gustave Le Bon porém fez uma divisão de quatro membros, principiando, de baixo para cima, pelos homens da *idade de pedra talhada*, e acabando pelos povos civilizados.¹⁹

19. Segundo Littré: 1.º as nações cultas da Europa e da América; 2.º os muçulmanos; 3.º os índios, chineses, tártaros e japoneses; 4.º os peruanos e mexicanos; 5.º as populações negras; 6.º os caboclos da América; 7.º finalmente os selvagens da Nova-Holanda. Segundo Le Bon: 1.º os homens da *idade de pedra talhada*; 2.º os povos selvagens, tais como hoje ainda se encontram em algumas partes do globo, os quais representam as diversas fases, por que passaram os povos pré-históricos; 3.º os bárbaros, como os citas, os germanos, etc.; 4.º enfim os povos civilizados.

Como se vê, o célebre discípulo de Comte encarou a espécie humana em seu estado atual, ao passo que o outro sociólogo observou-a em sua marcha histórica, no imenso decorrer dos tempos. Littré fez uma classificação *estatística*; Le Bon porém procurou fazer uma classificação *filogenética*.²⁰ Mas ambas têm o mérito comum de tornarem ainda mais patente a impossibilidade da sociologia.

Com efeito, se é inconcebível uma ciência capaz de abranger em seu vasto círculo a totalidade dos fenômenos de uma *societas generis humani*, que nunca existiu, que não existe, que é uma concepção meramente subjetiva, um sonho de ambição política, ou de êxtase religiosa, — não o é menos uma porção de ciências particulares, esgalhos de um mesmo tronco, que se incumbissem de estudar separadamente os diversos *pontos de partida* e *pontos de parada* do desenvolvimento humano.

É sabido que também Haeckel dividiu a humanidade, segundo os dados de sua teoria, em 12 espécies e 36 raças, começando as espécies pelo *homo papua*, e acabando pelo *homo mediterraneus*; principiando as raças pelos *negritos*, e terminando pelos *indo-germanos*. Não mencionei esta divisão do célebre professor, porque ele não é um sociólogo, e eu não tinha, portanto, necessidade de pô-lo em contradição consigo mesmo, como creio ter feito com os dois sábios franceses.

20. Felizmente este meu livro não é destinado a ter ingresso na Faculdade, onde a maioria dos meus colegas, professores de direito, declarou guerra de morte às expressões *phylogensis*, *ontogenesis* e outras, de sabor *greco-alemão*, que elles não caem na patetice de quererem compreender. Pode pois passar desassustada a minha classificação *filogenética*.

Como sujeitar a leis sociológicas a vida dos selvagens da Nova-Holanda, — e ainda menos admissível — a dos homens da idade de pedra talhada?... A cousa é realmente digna de riso.

Mas é possível que me redarguam: — a sociologia só se ocupa, só quer se ocupar da humanidade considerada em suas alturas, como ela se manifesta entre as nações cultas. Mesmo assim porém o problema continuaria insolúvel.

A sociologia, que dêste modo não seria mais do que uma irmã bastarda das velhas *histórias da civilização e filosofias da história*, nada teria a apresentar de próprio e nôvo; poderia até, nas fecundas sínteses de um Guizot, ou nos prodigiosos fragmentos de um Herder, ir beber muita idéia que a esclarecesse e chegasse : convencê-la da sua impertinência.

Deixemo-nos de cerimônias, e digamos tôda a verdade. Em geral os sociólogos não são homens com quem se possa falar sério; são espíritos incompletos ou doentes. Não é em vão que esta nova raça de filosofastros tem tido maior incremento nos países atrasados, como Brasil, Portugal e outros, diminuindo o seu número na razão inversa da cultura dos povos, entre os quais êles aparecem.

Sim, — digamos tôda a verdade. Augusto Comte foi sem dúvida um grande homem, mas fêz à filosofia um grande mal. A história não oferece exemplo de sistema algum, que tanto abrisse caminho ao *diletantismo* filosófico, como a chamada *escola positiva*.

Nem há asserto mais inexato do que o de Littré, quando diz que... «a filosofia positiva é severa e árdua; que ela sujeita os seus discípulos à rude lei

de aprender...» A experiência mostra o contrário. Entre nós, pelo menos, com a sua pretendida *lei dos três estados* e com a sua *sociologia*, o positivismo dispensa quaisquer outros estudos.

A expressão: — *eu sou positivista*, — não quer somente significar uma nobre qualidade, ou um título honorífico; — é muitas vezes também uma razão decisiva, um argumento peremptório. Os discípulos e subdiscípulos da célebre *seita* pertencem pela mor parte à ordem dos *malucóides* (*mattoidi*), de que fala Lombroso.

Augusto Comte era um espírito grave; mas nem por isso deixa de afigurar-se-me às vezes como uma espécie de Fallstaff da filosofia, que poderia também dizer de si mesmo: — *I am not only witty in myself, but the cause that wit is in other men*. Tradução livre: — «eu não sou somente um homem alienado, mas também a causa de que outros percam a cabeça...»

Bem pode parecer que, assim me exprimindo, eu obedeço à minha velha predileção pela Alemanha e a um tal ou qual desagrado que em geral me causam os produtos do espírito francês. Completo engano.

É certo que não faço segredo do meu *germanismo*. Na questão suscitada por Lord Dunsany, — *se gaulês ou teutônico*, — não duvidaria tomar, em todo caso, o partido do nobre inglês e pronunciar-me pela preferência do segundo.

Mas isto não me veda reconhecer que a Alemanha também pagou a sua quota de papel e tinta à mania da época. Os seus positivistas, que aliás contam-se nos dedos, não me são menos antipáticos do que os franceses, pôsto que sintam-me obrigado a confessar-lhes um

pouco de gratidão, por haverem êles indirectamente, com a maior robustez dos seus argumentos e a maior profundidade das suas indagações, melhor assentado a insustentabilidade do *positivismo* e sobretudo a inani-
dade da *sociologia*.

Não é uma afirmação gratuita; vou dar a prova. Em um artigo dos *Anais prussianos*, intitulado — *Positivistische Regungen in Deutschland*, — diz Hugo Sommer: — «Por muito tempo o positivismo celebrou sò-
mente em França e Inglaterra os seus principais triun-
fos, ao passo que a Alemanha se mantinha para com
êle em posição um pouco desdenhosa. Entretanto últi-
mamente o professor de filosofia Ernesto Laas, em
Estrasburgo, fêz a séria tentativa de introduzi-lo tam-
bém entre nós; razão pela qual, à vista da profunda
influência, com que semelhante doutrina ameaça o
nosso pensar e o nosso sentir, não será destituído de
um certo interêsse geral sujeitar essa tentativa a uma
análise crítica.»²¹

Esta crítica foi realmente exercida, e de um modo
magistral. Os pontos fracos do positivismo, ainda
que protegidos por uma nova e mais forte camada de
considerações científicas, foram todavia postos a des-
coberto sem a mínima reserva, sem piedade alguma.
O positivista alemão não atingiu o alvo que visara. A
partida de Kant não se deixou influenciar pela dou-
trina de Comte.

E releva notar que Hugo Sommer não deu uma
idéia exata dos fatos, quando asseverou que Ernesto

21. *Preussische Jahrbuecher* Zweiundfunfzigster Band, 1883
— pág. 134.

Laas foi o primeiro a querer introduzir o positivismo na Alemanha. A obra de Laas é de 1882,²² e bem antes dessa época, em 1873, Lilienfeld, a quem já citei, havia aparecido com o primeiro volume dos seus — *Pensamentos sôbre a ciência social do futuro*, — no qual se ocupou da *sociedade humana* como organismo real, e pretendeu mostrar que é tão possível uma ciência dêste organismo, como dos outros organismos da natureza.

É verdade que Lilienfeld não se colocara no mesmo terreno de Laas. O seu positivismo é mais modesto, mais reservado, e quase que se limita exclusivamente à questão da sociologia, ao passo que o professor de Estrasburgo para quem o ideal da ciência é... «poder um dia, das propriedades imutáveis dos agentes elementares, levada pela mão da *lei da causalidade*, depreender a razão por que acontece isto ou aquilo, exactamente neste ou naquele lugar, e neste ou naquele tempo —...» o professor de Estrasburgo, dizemos, toma uma posição decididamente agressiva e hostil à filosofia alemã.

Nem um nem outro entretanto acharam eco no espírito público do seu país. Devo porém observar que o livro de Lilienfeld não é todo para pôr-se à conta de uma escola opiniática e atrasada; há nêle um certo número de vistas novas, que certamente merecem alguma atenção. Além disto, o escritor não caiu no erro comum a todos os mais sociólogos, de dar a sociologia como feita e acabada por Comte. Ele teve a cautela de falar sômente de uma ciência social do futuro; o que

22. *Idealismus und Positivismus...* Zwei Baende. Berlin.

importa reconhecer, ao invés do que pensam os sociólogos franceses e seus discípulos, que atualmente, pelo menos, a sociologia não existe. Já é uma grande concessão, que convém deixar assinalada.²³

Acresce ainda que Lillienfeld foi o primeiro a enumerar a idéia de uma *embriologia social*, paralela à embriologia individual, e capaz de prestar os mesmos serviços que esta última tem prestado nas mãos de um Baer e de um Haeckel, — idéia que não veio decerto diminuir as dificuldades do problema, como teremos adiante ocasião de ver, mas entretanto não deixou de dar-lhe uma nova aparência de seriedade científica, talvez por isso mesmo foi aproveitada e repetida, anos depois, pelo francês G. Le Bon.

A menção que fiz dos dois positivistas e sociólogos alemães foi simplesmente exemplificativa. Anteriormente a eles, em 1880, duas grandes notabilidades, Moritz Lazarus e Heinrich Steinthal, já tinham feito a seu modo, quero dizer, em mais vasto plano, com

23. Os nossos positivistas, por exemplo, não têm a menor dúvida sobre a realidade da *grande ciência*. Se algumas graves questões européias ainda não foram *sociologicamente* resolvidas, a culpa não é de A. Comte, — opinam eles — mas de Guilherme e Bismarck, ou da Alemanha, que não quer *desarmar-se*, para que a França possa esmagá-la e fazer então reinar a paz e a felicidade na terra. Aquêles dois bárbaros, com os seus soldados, têm tido força de *retardar* a solução do problema da *república universal*!... Já se vê: isto é dito com todo o sério. Mas também isto é o *cúmulo da sandice humana*; e o que mais espanta, é que estes senhores, a quem falta o senso comum, não trepidam de pretender os foros de homens de talento, de espíritos superiores!... É singular!

proporções grandiosas, um tentâmen do gênero, criando o célebre *Zeitschrift fuer Voelkerpsychologie*. Ora, o conceito da *psicologia dos povos* é irmão, se não o mesmo que o de uma ciência da sociedade humana.

Mas o fiasco foi completo; o jornal não pôde durar muito tempo. E se os dois sábios editôres não tivessem, para firmar a sua reputação, outros trabalhos, senão os que se acham no pretensioso *Zeitschrift*, é bem dubitável que alguém hoje se lembrasse de pronunciar-lhes os nomes, com aquêlre respeito que soem infundir os legítimos representantes da ciência alemã.

VIII

A idéia da possibilidade e realidade de uma sociologia procede de duas fontes distintas: — o predomínio das ciências naturais, por um lado, e um certo número de aberrações políticas, por outro, características do nosso século.

As ciências naturais, com efeito, têm podido por seus triunfos cativar o espírito público, e êsses triunfos são sobretudo devidos a simplicidade e rigor do seu método, bem como a importância prática dos seus resultados. Daí o seguinte fenômeno geralmente observado: — tudo que de qualquer modo e em qualquer domínio pretende chegar a um verdadeiro conhecimento, endireita logo a sua marcha pelo caminho das ciências naturais. Daí também, portanto, o geral esforço que se nota até em filósofos e literatos, para construírem uma intuição mecânica do mundo, na qual antes de tudo só se trata da relação de causalidade, do assinalamento de causas e efeitos, da indicação de leis

que dominam os acontecimentos. E esta exagerada apreciação traz como consequência atirar-se para o segundo plano, como uma superfluidade, aquela ânsia que há no espírito humano, de conhecer também o que não lhe é imediatamente atingível, nem lhe chega pela senda de exata investigação.

Não serei eu por certo quem condene a aplicação do método naturalístico a assuntos que até hoje pareciam não comportá-lo. Não serei eu quem condene a intuição e explicação mecânica do mundo anorgânico e orgânico, até onde essa explicação é cabível.

Mas ainda aqui estou agarrado ao manto de Kant, para quem, como já vimos anteriormente, em relação à forma dos organismos, há sempre um resto que a *mecânica não explica*, — aumentando esta inexplicabilidade na medida do maior desenvolvimento dos mesmos organismos e maior complicação de suas funções. Por conseguinte, quando se atravessa tãda a série de seres organizados e chega-se a formações superiores, como o homem, a família, o Estado, a sociedade em geral, o mecanicamente inexplicável já não é um resto, mas quase tudo. O que há de *restante*, exiguamente *restante*, é a parte do *mecanismo*, a parte do movimento.

Aí está pois a origem do mal. Os sociólogos, que em regra são espíritos tomados de admiração pelos progressos e conquistas das ciências naturais, entendem que nada há mais fácil do que construir a sua sociologia, aplicando-lhe unicamente o método naturalístico, isto é, *observando e induzindo*. A ilusão é compreensível, mas não desculpável.

A outra fonte da mania dominante, disse eu que devia procurar-se nas extravagâncias políticas do nosso

tempo, em virtude das quais chegou-se ao ponto de conceber o Estado e a sociedade como dois seres diferentes, ainda que de igual posição, colocados *vis-à-vis* um do outro, sendo que as suas pretendidas relações recíprocas são julgadas diversamente pelos partidos políticos e escolas filosóficas, conforme o ponto de vista prático ou teórico de qualquer dêsses partidos ou escolas.

Assim para o liberalismo o Estado é o criado da sociedade, — um criado porém, que sabe ser indispensável e não poder ser despedido, e que por isso é um pouco inclinado a se mostrar arrogante e inconveniente. A relação da sociedade com o Estado é julgada, como a de um empresário com os seus trabalhadores, que tem de executar a sua tarefa, mas nada ordenar nem tomar para si liberdade alguma.

Politicamente falando, a sociedade é para o liberalismo o soberano, que já existia antes do Estado, e só criou êste para o seu serviço.

O socialismo por sua vez encara a relação das duas entidades de um ponto de vista, em parte semelhante, em parte contrário. Ele exige o arredamento da concorrência por meio de uma ordem social positiva, que indique a cada indivíduo o seu lugar e os seus afazeres. Uma tal ordem parece tornar o Estado supérfluo e resolvê-lo de todo na sociedade. A sociedade organizada não precisa de criado, porque ela serve-se a si própria; não precisa de senhor, porque é senhora de si mesma.

Aos olhos da democracia, — em geral não existe sociedade. Este conceito, ela o substitui pelo de *povo*. O povo é para ela o que é a sociedade para o socialismo,

isto é, o soberano, — ou êste se deixe servir pelo Estado, ou sirva-se a si mesmo.

E com efeito, no seu ponto de vista, a democracia não deixa de ter razão de rejeitar o conceito da sociedade e em seu lugar colocar o de povo. Aos característicos daquela pertence a desigualdade dos seus elementos, entretanto que, no conceito do povo, como soberano místico, abstrai-se de tóda e qualquer desigualdade.

Por isso também é que a aristocracia separa-os um do outro. A sociedade, no sentido aristocrático, é aquela parte da nação, em cujo conjunto são perceptíveis e sabem fazer-se valer elementos desiguais de notável significação, ao passo que o povo como resíduo apresenta uma massa indistinta.

Ambos os conceitos, aristocrático e democrático, coincidem no modo comum de considerar o povo como um ente místico-elementar, com a diferença de que para a democracia, além dessa entidade, politicamente nada existe, ao passo que para a aristocracia ainda existe a sociedade, da qual o povo não faz parte.

«Em harmonia com tais idéias, ou errôneas, ou incompletas, — diz J. Froebel, de quem são tomadas algumas destas últimas considerações, — surgiu a pretensão de fundar com uma teoria da sociedade uma *nova ciência especial*, quando é certo que essa teoria não pode ser senão uma parte da teoria política em geral, composta de elementos histórico-naturais e ético-tecnológicos, pois que o pensamento diretor dos factos e juízos nela reunidos outro também não pode ser senão o pensamento político.

É bem compreensível que numa época de fermentação das idéias morais possa surgir semelhante bôlha

de sabão teórica; porquanto uma tal nova ciência seria o *cânon*, felizmente descoberto, do socialismo, cujo conteúdo bastaria somente ser ensinado nas escolas, para tornar o Estado supérfluo em relação aos negócios internos, e ao mesmo tempo animar a esperança de que, com a final abolição dos limites entre as nações e o estabelecimento de uma geral sociedade humana, desapareceria também a necessidade dos aparatos de defesa nacional...

As viagens projetadas para o país desta ciência nova, são por isso tão sedutoras para uma fantasia *im-política*, como para uma *impolítica* especulação... »²⁴

Perfeitamente bem. É assim que se rende preito à verdade. O célebre companheiro de Roberto Blum, que foi ao princípio uma vítima de ilusões políticas e científicas, sabe hoje tirá-las com mão de mestre. A teoria, que êle qualifica de *tonteira* (*Schwindel*), de uma sociologia ou ciência da sociedade, distinta da política, não tem razão de ser, como não a tem a concepção fantástica da sociedade e do Estado, como dois organismos diversos e coordenados, mas não subordinados um ao outro.

Entretanto o mais admirável é que os filósofos da estatura de Eduardo von Hartmann e espíritos notabilíssimos, como Lorenz Stein e muitos outros, tenham prestado o apoio da sua autoridade a semelhante despropósito. E alguns não se limitam à *diade* do Estado e da sociedade, associam-lhe ainda a velha igreja e tra-

24. Die Gesichtspunkte und Aufgaben der Politik, págs. 72 e 73.

tam de estudar a natureza desta *tríade* e descobrir as leis de sua coexistência.

É verdade que Hartmann não comete os desatinos comuns ao liberalismo e ao socialismo; pelo contrário ele vê com exatidão que a sociedade sai do Estado, antes do qual ela não pode existir, nem é ela que o cria para os seus fins. O conceito da vida privada não pode surgir senão por meio da consciência de uma vida pública.

Os primeiros impulsos que reúnem os homens e mantêm-nos reunidos, são impulsos físicos, e os seus efeitos, histórico naturalmente apreensíveis e *darwinisticamente* explicáveis. Mas também a reunião não vai além da família natural, e um rebanho de homens não é menos indigno do nome de sociedade, do que um rebanho de animais.

Ouçamos ainda Júlio Froebel: «O Estado é quem sujeita a sociedade aos seus desígnios, dando-lhe um arranjo finalístico e pondo o seu movimento numa direção metódica. Dentro dêste arranjo e dêste método a vida privada, de cujas relações compõe-se a mesma sociedade, conserva a sua liberdade individual; somente deve se notar que é fácil a ilusão sobre a medida dessa liberdade, ainda quando exista a maior parcimônia da parte da legislação e do governo em todas as relações sociais.

No seio mesmo da mais livre sociedade a vontade do Estado só deixa francos e abertos à vida privada certos e determinados caminhos, que não lhe concedem mais espaço, do que as veredas que atravessam pelo meio de uma bem cultivada paisagem, e não lhe é permitido tomar outra direção. Acontece que o hábito, em mil casos

contra um, não consente que as restrições cheguem ao domínio da consciência. Na realidade a vida social é um movimento executado por caminhos, de antemão traçados e contidos dentro de estreitos limites...»²⁵

Lorenz Stein, de quem também fiz menção, não é um filósofo, mas um economista, e como tal não é de esperar que vá muito além do ponto de vista econômico. Entretanto êle vê no Estado a unidade de certo número de homens, elevada à altura de uma personalidade, que se rege e se move por si mesma; vê nêle uma comunhão, que aparece como vontade e como ato, não mais dependente do capricho e interêsse dos indivíduos.

Por sociedade entende êle porém, a unidade orgânica da vida humana, determinada pela distribuição das riquezas, regulada pelo organismo do trabalho, posta em movimento pelo sistema das necessidades, assim como duradouramente ligada a certas gerações por meio da família e seus direitos.²⁶

O erro de Stein, como se vê, consiste em abstrair a sociedade do Estado, formando de um e de outro dois conceitos, que aliás não se excluem. No seu conceito do Estado já está contido o da sociedade, e *vice-versa*. Isto é tanto mais estranhável, quanto é exato que para êle as duas cousas são na realidade inseparavelmente unidas; para que pois, com aquela dupla definição de uma mesma idéia, auxiliar a *vertigem* de uma nova ciência social, — que nunca formar-se-á, — ao lado da do Estado, que ainda não está feita?

25. *Gesichtspunkte*, etc... pág. 77.

26. *Geschichte der sozialen Bewegung*, III, pág. 104 e seguintes.

Eu sinto que tenha aqui de estranhar também a um homem, a quem voto a mais profunda admiração, o grande jurista e professor von Ihering, algumas das suas idéias sobre o assunto que nos ocupa. Com efeito, na última de suas obras — *Der Zweck im Recht*, — principalmente no segundo volume, onde o pensamento diretor tomou novas e mais largas proporções, não prometidas nem sequer dadas a conjecturar no primeiro, o ilustre autor *esquematiza* por demais a sociedade como sujeito à parte, com suas próprias leis e seu próprio desenvolvimento; — contribuindo assim para reforçar a crença na ciência de um organismo *autônômico* e *autocinético*, justaposto, senão antes superposto ao organismo do Estado.²⁷

Não se faz preciso dizer que êste não é realmente o intuito do célebre jurista; mas há uma tal ou qual aparência de sê-lo, e tanto basta para perturbar o juízo de leitores menos despreocupados. Não posso pois deixar de sujeitar a uma crítica alguns pontos do escrito de von Ihering, ainda que esta crítica seja feita, e só deva ser feita... de joelhos.

É sabido que Herder, quando atacou a obra de Kant, observou humoristicamente que a *Crítica da razão pura*, em seu *esquematismo*, coordenava todos os conceitos humanos de modo a formarem uma dualidade simétrica, e que o próprio autor muitas vezes se admi-

27. Confesso que já laborei por algum tempo na ilusão dêsse dualismo, semelhante ao de corpo e alma; porém, felizmente livrei-me dela.

rava de como êles se punham em ordem por si mesmos e sem o seu intermédio...

Igual observação poder-se-ia fazer a respeito do livro de von Ihering, com as suas *esquematisações* e os seus grupos de conceitos coordenados em *diádes* e *triádes* sistemáticas, mas não de todo correspondente à realidade dos fatos.

Assim, entre outras, e como frisante exemplo do que acabo de notar, limito-me a referir à dupla divisão tripartida de uma *ordem jurídica*, uma *lei jurídica* e uma *coação mecânica* do poder do Estado, por um lado, e por outro lado uma *ordem moral*, uma *lei moral*, e uma *coação psicológica* da sociedade.²⁸

A coisa não é tão simples, como parece. A *ordem jurídica*, não é mais do que a parte melhor acentuada da mesma *ordem moral*. Elas são complementos, não antíteses, uma da outra. Os fatores da primeira são mais patentes, — os da segunda mais latentes. A *ordem moral*, que para von Ihering se confunde com a *ordem social*, é a atmosfera da *ordem jurídica*, — não podendo valer em contrário a objeção das revoluções, que parecem querer destruir esta última para melhorar a primeira.

Porquanto, antes de tudo, não se deve confundir ordem jurídica com governo, nem também perder de vista, que em tais condições, quero dizer nos casos de revolução, o que se pretende, é acabar com um estado de *desordem*, restabelecendo a ordem jurídica em harmonia com a ordem moral.

28. *Der Zweck im Recht*, II, pág. 179.

Quanto à *lei ética*, defrontando com a lei do direito, é mister que nos entendamos. Se trata-se de uma lei moral *autonômica*, a lei que o indivíduo impõe-se a si mesmo, — salta aos olhos que ela nada tem que ver com a sociedade pois tem o seu fundamento na consciência individual.

Se trata-se ao contrario de uma lei moral *heteronômica*, isto é, de uma lei imposta pela sociedade em geral, ou por uma religião, por uma igreja em particular, — então... reconheçamos a verdade: — aqui já não se cogita de *moral*, porém de alguma coisa que não é propriamente *direito*, mas como tal funciona.

Essa moral *heteronômica* é que dá lugar à coação psicológica, de que fala o nosso autor, em opposição à coação mecânica da ordem jurídica. Entretanto releva notar que as duas formas de coação não se excluem; nem a *psicológica* é estranha ao direito, nem a *mecânica* é incompatível com a moral.

Um indivíduo, por exemplo, que só deixa de praticar um crime, *formidine poenae*, não é mais do que um coagido da primeira espécie. Por outro lado, aquêle que abandona a prática de uma ação, juridicamente indiferente, mas, entretanto, capaz de provocar a indignação geral, que súbito se manifesta e à força de pedradas o obriga a não continuar, obedece unicamente a um meio mecânico. A história dos teatros dá testemunho de não poucos casos desta natureza.

Nem de outro modo seria compreensível que aquêle *alguém*, de quem dizia Talleyrand ser mais sagaz que Voltaire, mais sagaz que Bonaparte, mais

sagaz que todos os pilotos do mundo, passados e futuros, isto é, a *opinião pública*, tivesse tanto poder, e fôsse mesmo, como pensava Palmerston, a única força movente dos negócios políticos.

A opinião pública, assim considerada, é uma espécie de organização da moral heteronômica, produto da sociedade, no sentido *iheringiano*; — moral que, como o direito, também tem a sua mecânica, o seu aparato material de compelir os remissos e propeler os afoutos.

A própria moral autonômica, a verdadeira moral, não pode dispensar de todo os melos mecânicos. De acôrdo com a filosofia monística, — é a parte do movimento, ainda que mínima, inseparável do sentimento. Para melhor compreensão, basta lembrar as palavras — *benevolência* e *beneficência*. Uma benevolência que se limita somente a *querer o bem dos outros*, sem realizá-lo, não constitui moralidade. Mas também a beneficência — ainda quando manifestada pelo simples fato do estender a mão, que leva o óbolo oferecido ao pobre, — objetivamente apreciada, é um fenómeno cinético.

De tudo isto, — eu creio, facilmente se depreende que o grande jurista tedesco não andou bem na dupla construção de uma *ordem jurídica* e uma *ordem moral*, que levada com lógica pode chegar ao errôneo dualismo do Estado e da sociedade, como entidades autônomas e independentes; donde procede a idéia de uma sociologia, filiada às ciências naturais, segregada da política e superior a ela.

Este descuido é tanto mais sensível, quanto é certo que von Ihering, na primeira parte da sua obra, de-

envolvendo a bela teoria das *alavancas da mecânica social*, deixou ver bem claramente que o seu conceito da sociedade não se presta à formação de uma ciência particular, com ares de ciência exata, no sentido da escola positiva.

Porquanto, uma vez estabelecido que quatro são as forças que põem em movimento o mecanismo social, isto é, a coação, a paga ou o lucro, o estrito cumprimento do dever e a abnegação, ou em outros termos, o *direito*, o *comércio*, a *moral prosaica* da vida comum e a *moral poética* das grandes dedicações e dos grandes sacrifícios, — uma vez isto estabelecido, não há mais porta aberta para dar entrada a um quinto fator, que sob o pomposo título de *leis naturais*, sem que resolva coisa alguma, vem não só perturbar, como até um certo ponto inutilizar os outros.

Já era esta, pouco mais ou menos, a teoria de Robert von Mohl, segundo a qual o Estado, no mais amplo sentido da palavra, se dirige por três categorias de leis: — leis jurídicas, leis éticas e leis de prudência ou de conveniência; — o que provocou uma injusta crítica de Constantino Franz para quem o Estado se origina por meio de forças naturais, é em seu fundamento um produto da natureza.²⁹

Mas afinal este mesmo autor reconhece que, ao lado das leis naturais, existem leis ideais, que regulam a vida das nações, operando ou devendo operar com recíproca independência. O modo como isto se dá, é o que ele não dignou-se de explicar-nos.

29. *Die Naturlehre des Staates...*, pág. 15.

Convençamo-nos uma vez por tôdas. A imagem não é nova, mas pode ainda ser empregada com vantagem: — o Estado é uma nau, em frase moderna, um vapor imenso, com a sua inúmera tripulação de funcionários e soldados, e ainda maior número de passageiros. Os passageiros representam a sociedade, isto é, aquela parte da nação, que se pretende que tenha uma existência própria.

Ora, assim como pode suceder que muitas pessoas, durante o trajeto de uma longa viagem, nunca vejam o comandante do navio que os conduz, — assim também há indivíduos, que levam tôda a sua vida, sem recorrerem aos poderes do Estado, e até sem terem consciência das garantias que êle oferece.

Mas daí é tão pouco dedutível que êsses indivíduos não precisem de um govêrno, como que aquelas pessoas dispensem um comandante. A verdade porém é que às ordens dêste se acham tripulantes e passageiros, ainda quando não o procurem nem o vejam; e êle, por sua vez, está às ordens do mar e do vento, cujas leis entretanto lhe são desconhecidas. O mesmo se dá com a sociedade e o Estado.

X

Além destas e outras aberrações, os sociólogos ainda são vítimas de uma ilusão, característica do tempo, quero dizer, a ilusão, a *mania da lei*, — de cujo conceito se pode afirmar o que Brinz disse do de *pessoa jurídica*, isto é, ser apenas um espantalho (*Vogelscheuche*), uma figura de palha para afugentar as aves, *respectivé*, confundir os tolos.

«Porque a palavra *lei*, — diz John Fiske, — é empregada para designar igualmente as generalizações de Kepler e os estatutos do parlamento britânico, inferiu-se daí que o que é verdade a respeito de uns, deve ser também verdade a respeito das outras. Mas uma tal ilação da comunhão de nome para a comunhão de *natureza*, é difficilmente escusável.

Que as leis de Justiniano tenham emanado de um legislador, não é razão bastante para supor-se o mesmo da *lei de gravitação*. As primeiras eram editos, que impunham obediência, ao passo que a segunda não é mais do que uma expressão generalizada do modo por que ocorrem certos fenômenos.»³⁰

Talvez aqui os sociólogos sintam-se um pouco satisfeitos, por não serem alcançados pelas palavras de Fiske, visto que elles não crêem em Deus e como tais não admitem um legislador pessoal, antropomórfico, da lei da gravitação. Nenhuma dúvida; mas nem por isso o erro é menos notável. O que recusam a Deus, conferem à natureza, que é então para elles a grande legisladora, com um código tão crescido e variado, que já vai parecendo com a *coleção de leis* do Brasil.

Destarte fala-se, por exemplo, de uma lei que regula, em uma época dada, o número dos *nascimentos*, e outra lei que norma o número dos *óbitos*; de uma lei que determina a quantidade de *crimes*, e outra lei que prescreve a repetição dos *incêndios*, — e assim por diante.

30. *The laws of history* — *Fortnightly Review* — 1868, página 282.

Porém tudo isto — palavreado tosco e vão. Não tenho motivos de pôr em dúvida a ciência dos Schloetzer, dos Niemann e Quételet; mas acho-a demasiado pretensiosa; promete muito e dá pouco. Há cerca de cinqüenta anos, em 1840, dizia Dufau, um dos seus cultores: — «A estatística tem por alvo resolver questões, não descrever um país» — e ainda hoje a verdade parece estar na afirmação contrária.

Sèriamente, — não me consta que ela se tenha elevado muitos graus acima de um apêndice da geografia, nem que haja perdido o seu primitivo caráter de mera ciência descritiva, para assumir o de uma, «cujo problema é reunir sistemáticamente dados, por meio dos quais, antes de tudo, certos fatos da vida da humanidade mesma podem ser explicados, segundo o seu nexó causal, e remontados às leis que o determinam» — conforme a fôfa pretensão de Quételet.

Os sociólogos costumam pôr a estatística a seu serviço e alegar que uma tal ou qual regularidade, com que os *números funcionam* em certas ordens de fenômenos da vida social, é uma prova em favor da existência das leis sociológicas. Eu porém sou mais exigente; não vejo semelhante prova.

O criador de gado, o fazendeiro bucólico dos nossos sertões, que *apanha*, segundo a própria expressão, os seus *cinqüenta bezerros* por ano, sabe perfeitamente que aí não se trata de um número exato, mas de uma *média* mais ou menos constante.

Se duas vacas geram anualmente dous bezerros, é provável que quem possui o décuplo dessas forças producentes, também tenha anualmente o décuplo dos produtos.

Mas este fenômeno, que é tão simples, tão facilmente compreensível, ninguém ainda se lembrou de decorar, — e seria até ridículo — com o título de lei; — para que pois qualificá-lo de tal, quando observado na sociedade humana?

Já o disse no princípio, e não canso de dizê-lo: — a sociologia é uma *frase*. Não há um só dos seus pressupostos, que bem examinado, não se manifeste errôneo.

Difícilmente pode-se conter um riso de desdém, ao ler tiradas como a seguinte, escrita por Lilienfeld, a quem cito de preferência, por me parecer o sociólogo mais sério, mais convencido, e que dispõe de mais rica bagagem científica: — «As ciências naturais, — diz êle, — não só têm esclarecido e alargado o horizonte espiritual do homem em face da natureza, mas servem também de alavancas poderosíssimas do desenvolvimento industrial e do conforto material da humanidade. Do mesmo modo deve a sociologia, sobre sólido terreno real, não só dar-nos uma idéia exata da sociedade, como ainda tornar-se o instrumento mais eficaz do progresso social, a mais forte protetora do movimento civilizatório, e um dos meios principais de elevação da prosperidade geral, do bem-estar e da felicidade do gênero humano.³¹

Porém isto não produz uma certa impressão cômica? Era em 1873, há quatorze anos, que o sociólogo assim falava; e de então para cá, o que há feito a sociologia em favor do progresso e do bem-estar da

31. *Gedanken...* pág. 338.

humanidade?... Se porventura nos respondem que ainda não é tempo de vermos realizadas tão importantes promessas, — temos o direito de perguntar, como os discípulos de Jesus: — *praeceptor, quando haec erunt...* — quando é que enfim chegará êsse tempo? Ora! ... deixemo-nos de visões escatológicas; basta de palavras retumbantes.³²

Ainda mais característica é a seguinte proposição: — «A estrutura jurídica da sociedade é completamente análoga à estrutura morfológica dos organismos, e a perfeição relativa, quer da mesma sociedade, quer dos mesmos organismos da natureza, é determinada por um só princípio, isto é, pela maior especialização possível...»³³

Se me não engano, estas palavras envolvem um grande contra-senso. Com efeito: — uma sociedade, tanto mais perfeita, quanto mais *especializados* são os órgãos que a compõem, é assunto para sérios reparos. A especialização dos organismos da natureza consiste em que os órgãos se vão diferenciando, à medida que as funções se diferenciam, e de tal modo, que aquilo que uma vez separou-se, não se reúne mais; o que de-

32. A escatologia dos judeus é a seu modo uma sociologia. Se hoje rimo-nos da primeira, por que tratar a segunda como uma cousa séria? Note-se bem: — o que se lê em Paulo, *Epistola prima ad Tessalonicenses*, cap. IV, — *secunda-idem*, cap. II, — e mais em Mateus, cap. XXIV, Marcos, XIII, e Lucas, XXI, — são belos pedaços de *prognose* sociológica, nem mais nem menos fantástica, do que os produtos similares dos escatólogos hodiernos. Já se vê que não é de hoje, mas há séculos que a sociologia faz uma má figura.

33. *Gedanken...*, pág. 84.

xou de ser perna para ser braço, não volta mais a exercer a primitiva função.

Mas a sociedade não está no mesmo caso. O maior grau possível de especialização do seu organismo daria um resultado, que mal se compreende, — isto é, fazer de cada indivíduo o órgão próprio de uma função social particular. O individualismo, que já perdeu há muito a sua razão de ser, entraria de nôvo na ordem do dia, com mais crescida dose de exageração e dislate.

Se porém a especialização, de que fala Lilienfeld, não se refere aos indivíduos, mas às classes, não diminui por isso a dificuldade da questão. As classes *especializadas*, no sentido do nosso autor, acabariam por ser outras tantas castas, tão impossibilitadas de entrar, de dissolver-se uma na outra, quão impossibilitados, por exemplo, estão os *olhos* de tornarem-se *ouvidos*. E ainda mais impossível seria ordená-las e hierarquizá-las, de modo a constituírem um organismo *uno* e compacto.

Estes e outros erros de Lilienfeld são oriundos do falso pressuposto, que estraga pela base todos os seus argumentos. É a idéia fixa de uma *analogia real* entre a sociedade e a natureza, — idéia que o conduz a extremas e absurdas conseqüências, ou fá-lo cometer estranhos paralogismos.

Assim diz êle confiadamente: «Se a sociedade humana é um organismo, como os demais organismos, ela deve mostrar também as mesmas fases evolutivas, que em geral se dão em todos os fenômenos naturais...»

Mas justamente uma tal seriação do organismo social nos organismos da natureza é pelo menos o que se questiona. As palavras citadas encontram-se em um

dos primeiros capítulos do volume.³⁴ O leitor não descobre nas páginas anteriores nenhuma prova da tese que se dá como assentada; o autor cai portanto em uma redonda petição de princípio.

Quanto à *analogia real* entre os dous domínios, ele se exprime em termos bem positivos, que eu me permito repetir no original: — «Die reale Analogie zwischen der Gesellschaft und der Natur muss, unserer innersten Ueberzeugung zufolge, allen wissenschaftlichen Folgerungen im socialen Gebiete als Fundament dienen; sie muss den Ausgangpunkt fuer die Erforschung der Gesetze der socialen Entwicklung abgeben.»³⁵

Mas é precisamente essa analogia, que a pé firme repelimos, os que não estamos pelos adjetivos dos senhores sociólogos. Tomá-la pois como base, como princípio diretor de indagação científica, no domínio social, é o cúmulo do ilogismo.

34. *Gedanken*..., pág. 82.

35. *Gedanken*..., pág. 392. É aqui ocasião de observar que algumas asserções lançadas no correr do presente artigo parecem estar em contradição com idéias já por mim uma vez enunciadas, como por exemplo, as que se lêem na introdução do meu livrinho — *Menores e loucos*, e que mais não fazem do que repetir uma prova escrita de concurso académico. Tenho convicção de que não sou contraditório; modifiquei apenas, acentuei melhor a doutrina que professo. Se, porém, me julgarem tal, pouco me importa. *Chacun a les défauts de ses vertus*, — disse George Sand. A minha maior virtude literária é não ter idéias preconcebidas, nem afagar um sistema querido; o defeito dessa virtude é viver constantemente em busca de novas e melhores teorias; donde resulta uma certa aparência de contradição.

Não fica sòmente aí. Em virtude dessa caprichosa assimilação da sociedade à natureza, Lilienfeld esforça-se por criar uma nova teoria, se não antes uma nova ciência, — *a embriologia social*, — a que já me referi; e apostando consigo mesmo que êsse conceito corresponde a uma realidade, reúne fatos, acumula argumentos, e acaba por tomar ares de quem saiu vencedor. Não o contesto. Em tais condições, é fácilimo ganhar a aposta.

Entretanto encaremos mais de perto a nova teoria, que não deixa de ser um pouco engenhosa.

A lei geral da *embriologia* de todos os craniotas, isto é, de todos os animais armados de crânio e cérebro, é a seguinte: — o desenvolvimento embrional de cada indivíduo é paralelo ao desenvolvimento paleontológico do respectivo tronco. É esta lei que Lilienfeld, Le Bon e outros querem aplicar à sociedade, sem notar que ela encontra logo um primeiro embaraço, não muito fácil de arredar, que é saber qual seja o *embrião social*, cuja ontogênese mostre precisamente uma rápida repetição da filogênese.³⁶

Não vejo razão plausível para supor que êsse embrião seja o menino. Parecia mais acertado, mais simétrico, pelo menos, que fôsse a família. Mas dado, por hipótese, que o menino represente êsse papel, vejamos o que resulta.

A embriologia pròpriamente dita nos descobre que em um certo período da evolução embrional, o homem, o cão, a tartaruga, a ave, são iguais, porém logo depois diferenciam-se, e cada um segue o caminho traçado

36. *Gedanken...*, pág. 245. *L'homme et les sociétés*, I, pág. 218.

pelas leis morfológicas da sua espécie. Ela ainda nos ensina que, entre os caracteres idênticos dos diversos embriões, figura uma pequena cauda que Haeckel chama — *das Schwaenzchen des Menschen*; — esta cauda porém desaparece, bem antes de completar-se a época da gestação.³⁷

Eis aí. Partindo agora do pressuposto de uma analogia real e positiva da sociedade com a natureza, como opina o sociólogo, a primeira confrontação a estabelecer entre os dois ramos da embriologia, deve ser nestes termos: — assim como, nos estádios superiores da evolução embrional do indivíduo, desaparece a cauda do primeiro período, — assim também, nos estádios superiores da vida do *embrião social*, desaparece... o que?... *Hic haeret aqua*. O que é com efeito que neste segundo embrião corresponde à pequena cauda, ao *rabinho* do homem, e que em seguida acaba-se de todo? Ninguém o sabe.

Lilienfeld não hesita em dizer que o menino apresenta em forma real o grau de desenvolvimento, em que se achava a humanidade histórica na sua meninice, do mesmo modo que o embrião humano atravessou as fases evolutivas da simples célula, de um molusco, de um peixe...

Mas isto não passa de pura retórica. A comparação é só para embelecer; não esclarece nada. «O menino...» — diz êle; porém,... que menino? Qual-quer menino?... É inexato. De que idade?... de qual-quer que seja?... Horrivelmente falso.

37. *Natuerliche Schoepfungsgeschichte. Fuenfte Anflage*, pág. 274.

Ainda mais decisivo. Diz o nosso autor: «Suponhamos que existam na terra atualmente representantes de tôdas as épocas da evolução do gênero humano, e comparemos meninos destas épocas uns com outros, como se comparam os embriões de todos os organismos. Isto feito, a embriologia social comparada daria um resultado inteiramente análogo à embriologia orgânica comparada.

«Na primeira fase evolucional, as qualidades intellectuais, morais e estéticas de tôdas as crianças, mostrar-se-iam, pouco mais ou menos, iguais entre si. Dado porém o segundo passo para diante, as raças inferiores já ficarão atrás, no que diz respeito à formação dos órgãos nervosos superiores, ainda que o resto do organismo possa atingir o seu completo desenvolvimento...» 38

A teoria é bonita demais, para ser verdadeira. Efetivamente: — um menino de cinco anos, nascido em uma das nossas grandes cidades, que brinca sôbre o tapête dos nossos salões, não pode apresentar os mesmos sinais de rudeza mental, que apresenta a pobre criança da mesma idade, filha do alto sertão, ainda meio *alali*, que mal começa a conhecer e distinguir seus pais. Igualá-los, — é um disparate, que repugna à observação e ao bom-senso.

Quanto ao ponto relativo às raças, — isso é apenas o efeito de uma outra *mania* do nosso tempo: a *mania etnológica*. Eu quisera que Lilienfeld viesse ao Brasil, para ver-se atrapalhado com a aplicação de sua teoria ao que se observa entre nós. As chamadas

38. *Gedanken...*, pág. 249.

raças inferiores nem sempre *ficam atrás*. O filhinho do negro, ou do mulato, muitas vêzes leva de vencida o seu coevo de purissimo sangue ariano.³⁹

Demais... a embriologia orgânica comparada ocupa-se de embriões de espécies diversas, ao passo que essa pretendida embriologia social refere-se à objetos da mesma espécie. Há nisto alguma cousa de manco e defeituoso, que de antemão, e só por si, inutiliza as conseqüências do seu emparelhamento.

Vamos concluir. A sociologia tem a pretensão de incorporar-se às ciências naturais e, mediante o emprêgo do mesmo método que as assinala, obter iguais resultados. Mas esquece que não existe uma ciência da *natureza*, como ela pretende ser uma ciência da *sociedade*.

As ciências naturais são resultados de análise, que não precisam de uma síntese; são diferenciações do conceito da natureza, que correspondem a outras tantas diferenciações da viva realidade dos fatos. Admitida, por hipótese, uma perfeita analogia entre os dous grandes objetos de indagação científica, seria concludente que se incorporasse ao grupo das ciências naturais, não uma sociologia ou pretendida ciência da sociedade, mas um grupo de ciências sociais, tão bem definidas e diferenciadas como elas.

Este plural de ciências particulares, relativas ao *kosmos* social, não é uma idéia nova; pelo contrário, é uma velha idéia, que já teve o seu tempo de domínio.

39. Sobre este ponto, veja-se, em opposição, o que escrevemos no prólogo por nós pôsto aos *Estudos de Direito* do autor. (Nota de Silvio Romero in *Estudos Alemães*, edição de 1898.)

Mas começou a cair em descrédito; e o único meio que pareceu capaz de salvá-la, foi substituir o *plural pelo singular*, criando, em vez de muitas, objetivamente especializadas, uma só ciência universal e completa!... Procedimento igual ao de quem porventura, não podendo quebrar, uma por uma, as varas de um grosso feixe, tentasse então, como cousa mais fácil, partir de uma vez o feixe inteiro; — o que só poderia explicar-se por gracejo ou por loucura.

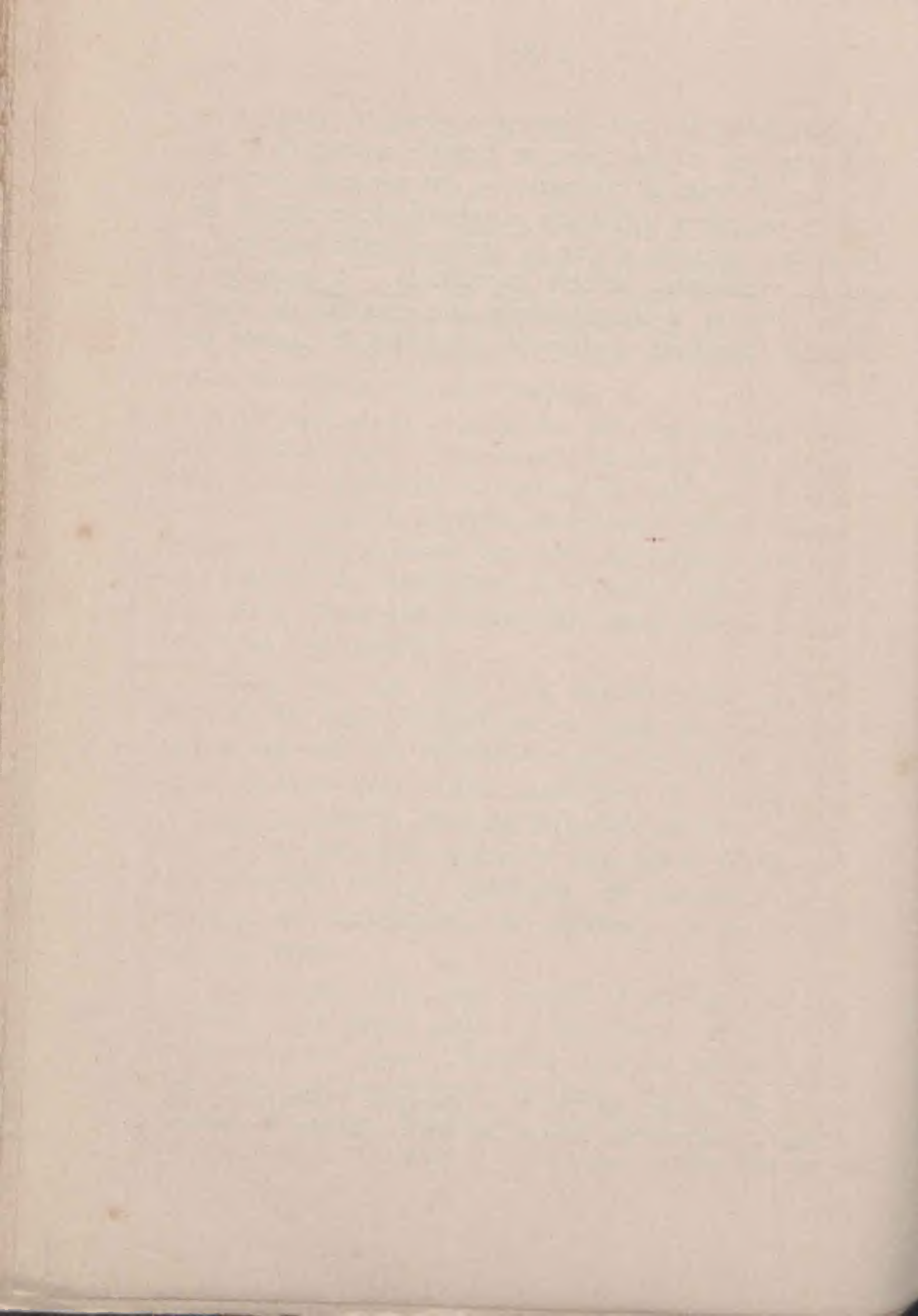
Vem aqui ainda a propósito uma rápida observação. Note-se bem: — a palavra *fisiologia* que etimologicamente significava — *ciência da natureza*, — está hoje muito longe de semelhante conceito, pois é o nome de uma ciência especial, que tem por objeto uma ordem especial de fenômenos, as funções orgânicas dos seres vivos. Não será possível que igual destino esteja reservado à *sociologia*?

Quero crer que sim. Da mesma forma que do conceito de uma desapareceu a idéia da *natureza*, considerada em sua totalidade, para limitar-se a estudar somente uma ordem particular de fenômenos naturais, — assim a idéia da *sociedade* em geral, para restringir-se ao estudo único de uma classe particular de fenômenos sociais, *respectivé*, de funções — ou jurídicas, ou econômicas, ou políticas, ou de outra qualquer classe.

Dêste modo, com êste grande encurtamento de diâmetro, a sociologia pode ter um futuro; e não duvido mesmo que, assim limitada, seja ela ainda divisível, para melhor clareza, em dois pontos de vista distintos, que serão designados por *sociogenia* e *sociofilia*, segundo a doutrina e tecnologia de Haeckel.

Não posso melhor encerrar o presente trabalho do que repetindo as palavras do insigne mestre de Jena, que lhe serviram de epígrafe: — «Só por meio da mais íntima recíproca influência e penetração recíproca de *filosofia e empiria*, é que se ergue o inabalável edifício da verdadeira ciência monística». A sociologia, como temo-la, é simplesmente um produto de especulação filosófica: o elemento empírico lhe falece de todo. *

* Cap. II extraído do Vol. 9 — *Questões Vigentes* —, das "Obras Completas de Tobias Barreto". Edição do Estado de Sergipe. 1926.



AVULSOS

A sociedade é um sistema de forças que lutam contra a luta pela existência.

* * *

A sociedade é um sistema de beijos e mordeduras recíprocas.

* * *

A vida é uma leitura (*Dias e Noites*); ler é lutar.

* * *

O progresso consiste nesse processo de acomodação e desacomodação das coisas ao tempo.

* * *

O incompreensível supõe o incompreendente.

* * *

Virá um tempo em que comer será uma função exercida às ocultas.

* * *

O crime, como diz o italiano Francesco de Sanctis, é um ato inocente; mas é um ato inocente perante a natureza. Ora, natureza é alguma coisa de grande que tem em si alguma cousa de pequeno, que é o homem. Para a natureza, a morte, ou seja produzida pela tísica, ou pelo beribéri, ou pelo punhal do assassino, ou pelo ato espontâneo do suicida, é sempre o alargamento da vida.

* * *

Os brasileiros fazem do banquete um parlamento e do parlamento um banquete.

O Sr. Saldanha Marinho, que nunca se elevou ao sublime do talento, às vezes tem se elevado ao sublime do caráter: mas do caráter a S. Cristóvão¹ há um salto de gato.

* * *

O espírito humano pode ser considerado como unidade ideal e totalidade real. No primeiro caso, só existe subjetivamente; no segundo ele é, ao mesmo tempo, um fator e um produto. Em cada momento da história, ele vale o resultado de todos os trabalhos e conquistas anteriores. Em cada momento da história, está, por conseguinte, sempre armado de novas forças para invadir o futuro.

* * *

No meio termo nem sempre consiste a virtude, mas quase sempre está a verdade.

* * *

A lógica que às vezes vai além do pensamento, não vai além da realidade.

* * *

A verdade sintética é um caso especial do erro.

* * *

Há alguma coisa pior do que ser môço, é ser velho; mas também há alguma coisa pior do que ser velho, é ser môço...

* * *

A razão é uma prostituta: tem nos lábios ciência e no coração ignorância.

* * *

1. Referia-se ao Imperador.

A revolução francesa foi um *desideratum*, um tentamen de corrigenda à história.

* * *

A soberania é um fato, não é um direito.

* * *

O problema capital da civilização é esforçar-se por harmonizar a cabeça e o coração. Presentemente, em todos os tempos, todo o cisco que se tira da cabeça se lança sobre o coração; daí a frase tantas vezes repetida: bonito talento, mas péssimo caráter.

* * *

O direito é a nobilitação do egoísmo. Distingue-se da moral em ser heteronômico ao passo que a moral é antonômica; ou melhor, o direito é heteromáquico e a moral é automáquica; o primeiro é uma luta de muitos, a segunda é a luta do indivíduo consigo mesmo.

* * *

Os talentos que não brilham com luz própria, somente são tais porque brilham pela ignorância.

* * *

Há duas categorias de grandes homens: a dos que são reconhecidos pela sociedade, isto é, dos que ela assimila a si mesma, e a dos que são um protesto contra a sociedade. Como exemplo dos últimos, está Bismarck, que é um protesto contra a sociedade alemã: — ele *querendo* sempre, ela não *querendo*; mas ele sempre afirmando-se, sempre pondo em prática a sua vontade.

* * *

O direito é forma da liberdade. É um processo de eliminação das irregularidades sociais.

* * *

O homem é um ser histórico, vive na história, e nela se desenvolve. O Estado, que é uma sociedade de homens organizada, também se explica pela história. Desde que começa a história vê-se os homens organizados no Estado; para lá dêsse período existe a pré-história; e por conseguinte faltam os dados para determinar qual tenha sido a origem da sociedade. Tudo quanto se pode dizer pertence à metafísica. Querer explicar a origem do Estado pelo instinto da sociabilidade, é confundir o *fato* com o *possível*. Não há tal instinto de sociabilidade, pelo fato de haver sociedade; da mesma sorte que não há instinto da *vestibilidade*, porque o homem se veste, nem o da *fumalidade*, porque ele fuma. O que existe no homem é a faculdade de desenvolver-se. O homem, a princípio, viu-se em luta com a natureza e com o mesmo homem. Percebendo que o ímpeto da luta lhe seria funesto, pactuou com seu semelhante, preferiu a paz (*pacisci*).

Mas esse fato não foi positivo, como pensa Rousseau; foi inconsciente, fruto de necessidade de conciliar-se os interesses que se chocavam. Pode se conceber o homem não vivendo em sociedade, como vivem alguns animais; porém, como há no homem uma faculdade de desenvolver-se, que não existe nos outros animais, ele, em virtude dela, procurou melhor meio de viver. É pois o Estado a mais alta expressão do *modus vivendi*. O Estado é ao mesmo tempo causa e efeito do desenvolvimento humano.

* * *

O fim do Estado pode ser condensado na seguinte fórmula: ordem e cultura. A ordem é o fim rudimen-

tar, primitivo do Estado e condição da realização de outro fim mais elevado, — a cultura. A ordem consiste na aplicação pacífica do direito como base da proteção das pessoas e da propriedade. O fim do Estado não é uma coisa que esteja distante e adiante de nós; êle se realiza a cada momento na sociedade e a cada momento está para ser realizado. É um fim sempre em ato. Assim é que sempre que o Estado elimina as irregularidades da vida social, a coexistência tranqüila dos cidadãos é um fato, e nisto é que consiste a proteção das pessoas e da propriedade. É o que vemos a cada momento. O criminoso que ataca o direito de alguém, ofende a sociedade inteira, põe-se em conflito com a ordem social, e é punido. Eis aí a ordem se realizando. A ordem é ainda — a vida garantida, a honra protegida dos atentados da calúnia e da injúria, a propriedade isenta de ser lesada pelo furto, pelo esbulho. Para manutenção da ordem o Estado opera como força organizada, aplicando a pena que também é a coação organizada.

* * *

As evoluções são quatro: geográfica, — a emigração; morfológica, — desenvolvimento de forma, de estrutura; fisiológica, — desenvolvimento de funções; e psicológica, — desenvolvimento de atividade.

* * *

Ciência é o que se sabe, filosofia o que se procura saber. Uma não é mais do que o tesouro adquirido, a outra consiste na indagação, na ânsia de desvendar o enigma das coisas.

* * *

As condições existenciais da sociedade são *extra-jurídicas*, *semijurídicas* e *própriamente jurídicas*. As primeiras são aquelas em que não entra coação alguma, porém nas segundas já entra um pouco de coação. As últimas são as exigências sociais de tal natureza, que não sendo cumpridas, a sociedade desaparece. Tais são o respeito à honra, à propriedade, etc...

O direito só tem que ver com as últimas e em parte com as segundas.

* * *

O direito é *intenso* e *extenso*, sendo que a *intensidade* ou *intensividade* está na fôrça, no valor do direito mesmo, ao passo que a *extensidade* é puramente geométrica ou geográfica. Assim o direito é *nacional*, *provincial* e *municipal*: eis aí caracteres *extensos* do direito, que provam a sua intensidade; pois que em caso de conflito vencerá aquêle que tiver por sujeito uma coletividade mais ampla. O direito municipal, por exemplo, em luta com o nacional será por êste esmagado, e bem assim o direito municipal em luta com o provincial.

São as seguintes as antíteses do direito: 1.^a, o direito é *oriental* e *ocidental*, isto é, o direito como o compreenderam os povos da Ásia e os do Ocidente; 2.^a, a antítese etnológica: — o direito *ariano*, o *semítico*, o *mongólico*, representado pelos chins, o povo mais civilizado da raça; e, mais restritamente, o direito *francês*, o *alemão*, o *brasileiro*, etc...; 3.^a, o direito *in fieri* e o direito *factum*, o que se faz e o que passa, ou melhor o direito *nôvo* e o direito *velho*, de que é exemplo, quanto ao primeiro, a questão do dia, — o *abolicionismo*, — direito que se forma, que está

lutando para garantir-se, o direito da liberdade dos escravos, e a propriedade escrava, direito já feito, sobre o qual a lei dispensa plena proteção; 4.^a, a antítese da escola: o direito *natural* e o direito *positivo*, sendo imprópria, senão errônea, a primeira denominação, pois que todo direito é *positivo*; 5.^a, finalmente, a antítese de Bluntschli: direito *humano* e direito *nacional*.

Mas eu não admito o direito humano, pois que sendo o direito o conjunto de condições existenciais e evolucionais da sociedade coativamente asseguradas, vê-se que aquêle direito é impossível, por não existir coação. Quem coage aí? A humanidade? Não; porque ela mesma é sujeito de direito; e a idéia de coação traz como associada a de um organismo desenvolvendo-se e aperfeiçoando-se, de uma sociedade organizada.

A humanidade não está neste caso, nem podemos afirmar quando ela será capaz de um direito humano. Há, quando muito, o que o mesmo Bluntschli chama uma disposição de direito.

.....
(Preleção de 5 de julho de 1884.) *

* Cap. XXXIII extraído do Vol. 10 — *Vários Escritos* —, das “Obras Completas de Tobias Barreto”. Edição do Estado de Sergipe. 1926.

NOTAS A LÁPIS ¹

CADERNO DE APONTAMENTOS: PENSAMENTOS INÉDITOS.

Parece que cada povo deve ter sua liberdade política, isto é, que cada um deve entendê-la a seu modo.

— (1-v.)

* * *

Qualquer obra deve conter, para ser apreciada, ou fatos novos, ou novamente descobertos, ou princípios novos ou novas observações de princípios já conhecidos; brilhando em todos estes pontos a verdade. — (3-v.)

* * *

O homem que como Castellar sempre trata de colorir as suas convicções com cores imaginativas não pode tomá-las ao sério. Isto é ao menos uma questão psicológica. — (4-v.)

* * *

A Alemanha ensina a pensar e a França a escrever. — (4-v.)

* * *

1. Num pequeno livro manuscrito in-16, fôlhas sôltas e esfareladas nas pontas, e que nos foi dado a ver por um dos descendentes do filósofo sergipano, encontramos alguns pensamentos entremeados de notas díspares e irreconciliáveis. A primeira página, em tinta roxa, estava escrito: *Notas a lápis de Tobias Barreto, 22 de dezembro de 1872.*

Era a época de sua maior atividade no aprendizado da língua alemã, porque, a cada passo, encontramos exercícios de conjugação e declinação daquele idioma.

Abaixo de uma observação de caráter especulativo, um registro doméstico de peças de roupa, para a lavadeira; mais

A lei da idéia perseguida e propagada é ainda um resto da influência do milagre. — (5-v.)

* * *

Os sondadores da origem do clima são como homens que se esforçassem para se lembrar da hora em que nasceram. — (6-v.)

* * *

Se a igreja ainda luta com a ciência, é que esta não chegou a uma altura bastante para impor silêncio à sua adversária. — (6-v.)

* * *

Um povo que ama a liberdade, infalivelmente há de produzir de si mesmo a forma sob a qual ela se lhe torne familiar. — (6-Idem.)

* * *

O desgosto da vida não é mais do que a incapacidade de criar um ideal. — (Idem.)

* * *

Como a ave faz o ninho em que se abriga, no seio de um espinho, assim pode a alma acautelar-se e dormir tranqüila das misérias da vida dentro de seu ideal. — (7.)

* * *

adiante o assentamento forense de 20\$000 para as custas de uma petição inicial.

E, assim, retratando o tûmulo de uma psicologia irrequieta que tocara as raias do desordenado, o pequeno livro de impressões instantâneas se continuava por suas 200 páginas. São dêsse livro os pensamentos e reflexões que, agora, estampamos. Alguns constituíram o ponto nuclear de certos de seus ensaios, outros foram, acidentalmente, nêles incorporados e os restantes totalmente inéditos. O seu valor é o valor místico dos documentos íntimos dos grandes homens,

Um artigo intitulado: «a constituição do dique encarada como produto intelectual». — (8.)

* * *

É bom que o clero católico não tenha convicções... Onde iríamos parar com homens que estivessem convencidos, realmente convencidos que C. é Deus, que o papa é infalível, que há inferno e purgatório de dor! — (10-v.)

* * *

Os escritores que não têm idéias próprias são como os que não têm capital e tomam emprestado a um para negociar com outros. [?]

* * *

Renan é um macaco da Alemanha, porém da mesma maneira que o ouro é o macaco da luz. — (12-v.)

* * *

O Estado quer saber se os meninos aprendem — e por que, antes não procura saber se eles comem? — (12-v.)

* * *

No mundo moral também é certo que a lei, isto é, a idéia não tem efeito retroativo. [?]

* * *

A Igreja de que somos fiéis é uma digna irmã do Estado de que somos súditos, só com uma diferença

cujá certeza, para nós, do contato material de suas mãos com o objeto que guardamos ou vemos, nos revela um mundo infinito de sensações consoladoras. É a hipertrofia subjetiva de seu valor pelas auras já da imortalidade.

(Nota de O País, do Rio, de 7 de julho de 1925.)

— a Igreja nos garante bem-aventurança por menos dinheiro que o Estado nos garante a justiça. — (Idem.)

* * *

A razão é tão incompetente para corrigir as ilusões do coração como os ouvidos para corrigir as ilusões do olfato. [?]

* * *

O Brasil se acha à discrição de três personagens: Deus, o Diabo e o Imperador. — (4-v.)

* * *

Eu não sou bastante forte para fazer à minha imagem e semelhança a sociedade em que vivo; mas esta, por sua vez, não é também bastante forte para me levar em sua corrente. Daí uma eterna irredutibilidade entre nós. — (45.)

* * *

Quais são as formas em que se move o espírito brasileiro, isto é, em que êle se manifesta: Política! Pressão! [?]

* * *

Um dia virá em que a escola dar-nos-á mães e esposas republicanas e reanimará o vigor dos costumes, sem os quais não pode existir um povo verdadeiramente grande. [?] *

* * *

* Cap. XXXIV extraído do Vol. 10 — *Vários Escritos* —, das "Obras Completas de Tobias Barreto". Edição do Estado de Sergipe. 1926.

I N D I C E

EXPLICAÇÃO DA PRESENTE EDIÇÃO	7
Sôbre um escrito de Alexandre Herculano	9
Educação da mulher	59
Ainda a educação da mulher	89
Um discurso em mangas de camisa	99
Notas a lápis sôbre a evolução emocional e mental do homem	157
Glosas heterodoxas a um dos motes do dia, ou variações anti-sociológicas	191
Avulsos	275
Notas a lápis	283

- XV — *Viola de Lereno*, 2.º vol., Domingos Caldas Barbosa. 1944. *Esgotado*.
- XVI — *Glaura*, Manuel Inácio da Silva Alvarenga. 1943. *Esgotado*.
- XVII — *Aventuras de Diófanes*, Teresa Margarida da Silva e Orta. 1945. *Esgotado*.
- XVIII — *Diários de Viagem*, Francisco José de Lacerda e Almeida. 1944. *Esgotado*.
- XIX — *Memórias de um Sargento de Milícias*, Manuel Antônio de Almeida. 1944. *Esgotado*. 1962 (a sair).
- XX — *Obras Poéticas de Cruz e Sousa*, 2 vols. 1945. *Esgotado*.
- XXI — *Anais da Província de S. Pedro*, José Feliciano Fernandes Pinheiro. 1946. *Esgotado*.
- XXII — *Iracema*, José de Alencar. 1948. *Esgotado*.
- XXIII — *Espumas Flutuantes*, Castro Alves. 1947. *Esgotado*.
- XXIV — *História Antiga das Minas Gerais*, Diogo L. A. P. de Vasconcelos, 2 vols., 1948. *Esgotado*.
- XXV — *História Média de Minas Gerais*, Diogo L. A. P. de Vasconcelos, 1948. *Esgotado*.
- XXVI — *História da Conjuração Mineira*, J. Norberto de Sousa Silva, 2 vols., 1948. *Esgotado*.
- XXVII — *Antologia dos Poetas Brasileiros da Fase Romântica*, Manuel Bandeira. 1949. *Esgotado*.
- XXVIII — *Antologia dos Poetas Brasileiros da Fase Parnasiana*, Manuel Bandeira. 1951. *Esgotado*.
- XXIX — *Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa no Brasil*, Serafim da Silva Neto. 1950. *Esgotado*.
- XXX — *A Pesquisa Histórica no Brasil, sua evolução e problemas atuais*, José Honório Rodrigues. 1952. *Esgotado*.
- XXXI — *Estudos de Sociologia*, Tobias Barreto. 1962.

• Composto e impresso
por
LINOGRÁFICA EDITORA LTDA.
Rua Bresser, 1281-1299 - Fone: 93-1332
• SÃO PAULO •

b. H.

301

B2+3L

6X1

UFPE/CCJ - BIBLIOTECA
ORIGEM: <i>Wolacw</i>
RS: <i>10,00</i>

ACERVO
Des. LUIZ MARINHO
DOAÇÃO EM 2005

NÃO PODE SAIR
DA BIBLIOTECA

ag.

Cr\$ 180,00